



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

UFRJ



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**ESPAÇOS POLÍTICOS E A DEMOCRACIA:
AS RUAS DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E SEUS IMPACTOS POLÍTICO-
INSTITUCIONAIS**

SÉRGIO SILVA BORGES

Rio de Janeiro, RJ
Abril, 2020

SÉRGIO SILVA BORGES

**ESPAÇOS POLÍTICOS E A DEMOCRACIA:
AS RUAS DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E SEUS IMPACTOS POLÍTICO-
INSTITUCIONAIS**

Tese de doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau de doutor em Geografia.

Orientadora:
Profa. Dra.: INÁ ELIAS DE CASTRO

Rio de Janeiro, RJ
Abril, 2020

CIP - Catalogação na Publicação

SB732e SILVA BORGES, SERGIO
ESPAÇOS POLÍTICOS E A DEMOCRACIA: AS RUAS DAS
JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E SEUS IMPACTOS POLÍTICO
INSTITUCIONAIS / SERGIO SILVA BORGES. -- Rio de
Janeiro, 2020.
188 f.

Orientadora: Iná Elias de Castro.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, 2020.

1. Espaços políticos. 2. Movimentos de protestos e
impactos políticos. 3. Dimensões politico-espaciais
do protesto. 4. Espaço político das ruas e a
democracia. I. Elias de Castro, Iná, orient. II.
Titulo.

SÉRGIO SILVA BORGES

**ESPAÇOS POLÍTICOS E A DEMOCRACIA:
AS RUAS DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E SEUS IMPACTOS POLÍTICO-
INSTITUCIONAIS**

Tese de doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau de doutor em Geografia.

Examinada por:

Profa. Dra. Iná Elias de Castro (Orientadora)
PPGG-UFRJ

Profa. Dra. Juliana Nunes Rodrigues
POSGEO-UFRJ

Prof. Dr. Daniel Abreu de Azevedo
UnB

Prof. Dr. Fabiano Soares Magdaleno
CEFET/RJ

Prof. Dr. Pablo Ibanez
UFRRJ

Aprovada em 17 de abril de 2020.

Rio de Janeiro, RJ
Abril, 2020

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à Joana Borges, minha amada tia, que faleceu em 2018.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não teria sido concluída sem a cooperação, a generosidade, a ajuda e o suporte de muitas pessoas. Por isso, numerosos “muito obrigado” foram ditos ao longo desses quatro anos.

No entanto, antes de agradecer, eu peço desculpas pela minha opção de não mencionar os nomes de todos aqueles que contribuíram, seja de modo direto ou indireto, para a realização desse projeto. A lista com todos os nomes deixaria essa seção de agradecimento demasiadamente longa. Assim, eu optei por citar apenas os nomes daqueles que, de algum modo, estiveram mais presentes e envolvidos no processo de pesquisa e escrita da tese. Desse modo, eu peço desculpas àqueles que não tiveram os nomes aqui mencionados.

Eu deixo aqui registrada a minha gratidão a alguém que desempenhou um papel ímpar nesse trabalho e esteve ao meu lado durante os momentos mais difíceis, decisivos, e de escrita da tese. Obrigado, Alex, por tamanha generosidade e por todos os conhecimentos comigo compartilhados. Obrigado pelas horas dedicadas a me fazer pensar e refletir sobre o sentido desse trabalho e, principalmente, obrigado por me blindar com toda sua genialidade e expertise em pesquisa. Alex, obrigado por me ajudar a reencontrar o rumo da pesquisa e da vida, que em algum momento estiveram perdidos.

Agradeço enormemente à ‘queridinha’ Iná, minha orientadora, por ter me acolhido no seu grupo, GEOPPOL, por tanto saber compartilhado, pela paciência e pelos merecidos puxões de orelha.

Também, eu expresso aqui a minha gratidão à professora Luisa Veronis, minha supervisora de estágio sanduíche na Universidade de Ottawa, Canadá, obrigado por toda cumplicidade e gentilezas.

Às lindas colegas do doutorado e amigas Thalita Xavier e Taiana Ciscotto eu quero deixar registrada a minha gratidão, toda a minha admiração e afeto. Obrigado por todo apoio e por ter feito da minha estadia no Rio de Janeiro uma experiência ‘maravilhosa’.

Ao grupo Geonorio e a minha família baiana adotiva no Rio eu quero expressar toda a minha admiração e o meu agradecimento. Obrigado, vocês encheram de alegria e vida o apartamento 601 do Bairro de Fátima.

Aos meus familiares e amigos, especialmente para a minha mãe, meu pai e irmãs, eu ofereço infinitos agradecimentos.

Agradeço a todos os entrevistados. Obrigado pela confiança e pela atenção.

Muito obrigado ao professor Angelo Serpa pelas suas contribuições, e que por motivo de força maior não pode abrilhantar a defesa.

À banca de qualificação do projeto e de avaliação final da tese eu quero expressar a minha estima e gratidão.

Para todos aqueles que me consolaram nos momentos de angústia, especialmente para Filipe, eu deixo aqui um obrigado tão grande quanto os seus corações.

RESUMO

BORGES, Sérgio. “Espaços políticos e a democracia: as ruas das jornadas de junho de 2013 e seus impactos político-institucionais”, 2020. 188f. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

O início do século XXI foi marcado por uma onda de mobilizações políticas em todo o mundo (e.g., “Revolução” da Islândia, 2008; Primavera Árabe, 2011; Los Indignados, 2012). Esses protestos criaram vários graus de impacto político. No Brasil, a segunda maior mobilização popular da história do país e algumas das maiores manifestações de rua desde a queda da ditadura militar ocorreram em 2013. Conhecidos como “Jornadas de Junho” de 2013 (JJ-2013), esse movimento de protesto foi, inicialmente, uma reação ao aumento das tarifas de transporte público, à baixa qualidade dos serviços públicos (por exemplo: transporte, saúde e educação) e aos gastos do governo federal em “megaeventos” (a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de Verão de 2016). Inspirado na suposição de Castro (2018a), que argumenta que a rua é convertida em espaço político pelos manifestantes, apresenta-se no trabalho evidências empíricas para apoiar a ideia da autora analisando o impacto político dos protestos sobre a agenda legislativa e executiva do governo brasileiro a nível local e nacional. Nessa direção, um dos principais objetivos do trabalho foi analisar os principais desdobramentos institucionais das ruas, no contexto das Jornadas de Junho de 2013 no Congresso e na dinâmica eleitoral do país. Pesquisas anteriores sobre protestos e movimentos sociais tendiam a se concentrar nas implicações culturais do protesto, prestando mais atenção a questões como: identidade coletiva, emoções, produção de significado para organizadores, ativistas, antagonistas, participantes e observadores (ver Jasper, 2016; Melina, 2014; Mellucci, 1996). A análise aqui apresentada muda o foco para os resultados políticos dos protestos. Mais especificamente, este trabalho explora se, como e em que grau os manifestantes influenciaram os governos através da transformação da rua em um espaço de significado político - um espaço político. O argumento geral é que as ruas urbanas do Brasil se tornaram em espaço político aberto diretamente vinculado a espaços políticos de decisão governamental (prefeitura, câmaras municipais, governos estaduais, congresso nacional e presidência). As evidências empíricas usadas nesta pesquisa incluem fontes primárias e secundárias, como uma revisão sistemática da literatura acadêmica, uma análise da cobertura da mídia de massa, projetos de lei, anúncios presidenciais, legislação bem-sucedida e mal sucedida, bem como entrevistas com organizadores dos protestos e políticos. Assim, por meio de protestos, as ruas foram transformadas em espaços políticos abertos, gerando uma potência política com implicações no processo de mudança de políticas, legislação e agendas dos governos. A análise mostra que os impactos institucionais das Jornadas de Junho de 2013 foram bem-sucedidos em desafiar autoridades e mudar o curso das ações dos governos, muito embora as JJ-2013 não tenha produzido as mudanças estruturais desejadas pelos manifestantes, como ampla reforma política ou ‘tarifa zero’.

Palavras-chave: Espaço político, Rua, Democracia, Jornadas de Junho de 2013, Impacto político.

ABSTRACT

BORGES, Sérgio. “Espaços políticos e a democracia: as ruas das jornadas de junho de 2013 e seus impactos político-institucionais”, 2020. 188f. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The early 21st century has been marked by a wave of political mobilizations around the globe (e.g., “Iceland's Revolution”, 2008; Arab Spring, 2011; Los Indignados, 2012). These protests have created varying degrees of political impact. In Brazil, the second biggest grassroots mobilization in the country's history and some of the largest street demonstrations since the fall of the military dictatorship took place in 2013. These protests, known as Jornadas de Junho de 2013, were in the beginning a response to increasing public transportation fares, the poor quality of public services (e.g., transport, health care, and education), and the federal government's spending on “mega-events” (i.e., the 2014 World Cup and the 2016 Summer Olympic Games). This dissertation builds the body of evidence supporting Castro's (2018) argument that the street is converted into a political space through protest action by examining the effect of the Jornadas de Junho de 2013 protests on the legislative and executive agenda at the local and national level. In this direction, one of the main objectives of the work was to analyze the main institutional unfoldments of streets, in the context of the June 2013 Days in Congress and in the country's electoral dynamics. Previous research on social movements have tended to focus on the cultural implications of protest, paying more attention to issues such as: collective identity, emotions, production of meaning for activist organizers, antagonists, participants, and observers (see Jasper, 2016; Melina, 2014; Mellucci, 1996). The analysis presented here shifts the focus towards the political outcomes of protests. More specifically, this work explores if, how and to what degree protestors influenced governments through the transformation of the street into a space of political significance – a political space. The overarching argument advanced is that urban streets of Brazil became an open political space directly linked to political spaces of governmental decision (city council, city hall, state governments, the national congress, and the presidency). The empirical evidence used in this research includes both primary and secondary sources, such as a systematic review of the academic literature, an analysis of mass media coverage, draft laws, presidential announcements, successful and unsuccessful legislation, as well as interviews with movement organizers and politicians. Thus, through protest, streets were turned into open political spaces generating an effective potency to the change policy-making process, legislation, and governments' agendas. The analysis shows that the institutional impacts of Jornadas de Junho de 2013 were successful in challenging authorities and changing the course of governments' actions, although it did not produce structural changes desired by the protesters, such as broad political reform or ‘fare free’.

Keywords: Political space, Street, Democracy, Jornadas de Junho de 2013, Political outcome.

LISTA DE INFOGRÁFICOS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Protestos no mundo entre 2010 e 2015	p. 15
Figura 2:	Protestos no mundo entre 2008 e 2019	p. 19
Figura 3:	Procedimentos da pesquisa	p. 28
Figura 4:	Manifestação por passe livre	p. 44
Figura 5:	Ato Grito da Liberdade, Rio de Janeiro, 2013	p. 45
Figura 6:	A polissemia das vozes das ruas	p. 48
Figura 7:	Composição do parlamento da Espanha, 2019 e 2016	p. 63
Figura 8:	O manifestante tenta se comunicar com o prefeito, 2013	p. 84
Figura 9:	Gregos protestam contra lei de austeridade em frente ao Parlamento, em Atenas, 2011.	p. 88
Figura 10:	Modelo analítico de impactos em contexto de mobilizações políticas	p. 98
Figura 11:	Manifestantes demandam reforma política, 2013	p. 143
Figura 12:	Índice de renovação da Câmara em 2018	p. 147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Valor e local do reajuste da tarifa do transporte público, 2013	p. 41
Tabela 2:	Perfil dos manifestantes	p. 41
Tabela 3:	Protestos no mundo 2008-2019: causas e resultados	p. 90
Tabela 4:	Protestos na Islândia 2008-2012 e os impactos políticos da ‘Revolução dos Painéis’	p. 100
Tabela 5:	Protestos estudantis no Chile em 2011 e os seus impactos políticos	p. 101
Tabela 6:	Protestos no Chile em 2019 e os seus impactos políticos	p. 102
Tabela 7:	Capitais que reduziram as tarifas do transporte, 2013	p. 114
Tabela 8:	Desdobramentos dos protestos de 2013 em São Paulo	p. 114
Tabela 9:	Desdobramentos dos protestos de 2013 no Rio de Janeiro	p. 115
Tabela 10:	Agenda e ações da presidência durante as manifestações em 2013	p. 116
Tabela 11:	Manifestações de 2013 e a repercussão no Congresso Nacional	p. 127
Tabela 12:	O parlamento e as ruas	p. 130
Tabela 13:	Repercussão das “Jornadas de Junho” no Congresso, 2013	p. 132
Tabela 14:	Repercussão das “Jornadas de Junho” no posicionamento e ou comportamento dos parlamentares	p. 133
Tabela 15:	“As vozes das ruas”, I	p. 136
Tabela 16:	“As vozes das ruas”, II	p. 139
Tabela 17:	“As vozes das ruas”, III	p. 141
Tabela 18:	Implicações dos protestos de junho nas eleições de 2016 e 2018	p. 145
Tabela 19:	Comparativo das candidaturas nos pleitos municipais 2012 e 2016	p. 146
Tabela 20:	Eleições municipais, votos brancos e nulos e abstenções 2012-2016	p. 147

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Tabela de critérios de inclusão e exclusão da revisão sistemática	p. 68
Quadro 2:	Tipos de consequências de movimentos e da atividade de protesto	p. 95
Quadro 3:	Tipos de impactos políticos relacionados a protestos e movimentos sociais	p. 96
Quadro 4:	Tipos de respostas dadas por governos às ações de movimentos sociais e movimentos de protestos	p. 97
Quadro 5:	Cinco pactos em favor do Brasil	p. 119

LISTA DE ABREVIATURAS E OU SIGLAS

AR: Assembleia da República
BCE: Banco Central Europeu
CAE: Comissão de Assuntos Económicas do Senado
CCJ: Comissão de Constituição e Justiça
CIDE: Contribuições de Intervenção no Domínio Económico
CM: Conselho Municipal
CMT: Conselhos Municipais de Transportes
COFINS: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COMTU: Conselho Municipal de Transportes Urbano
CNTP: Conselho Nacional de Transporte Público
CPI: Comissão parlamentar de inquérito
CWHP: Carriageworks and Westmoreland House plan
DOU: Diário Oficial da União
EPA: Espaço político aberto
EPC: Espaço político competitivo
EPPA: Espaço político pró-ativo
EPR: Espaço político reativo
FIFA: Federação Internacional de Futebol
FMI: Fundo Monetário Internacional
IAC: Auditoria Cidadã
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPCA: Índice de Preços para o Consumidor Amplo
IPEA: Instituto de Pesquisa Económica Aplicada
IPK: Índice de Passageiros por Quilómetro
ISS: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MBL: Movimento Brasil Livre
MPL: Movimento Passe Livre
MPF: Ministério Público Federal
MPV: Medida Provisória
MS&CP: Movimentos Sociais e Confronto Político

PEC: Proposta de Emenda Constitucional

PIS: Programa de Integração Social

PL: Projeto de Lei

PLP: Projeto de Lei Complementar

PLS: Projeto de Lei do Senado

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

POF: Pesquisa de Orçamentos Familiares

PP: Partido do Povo

PRSC: República Popular de Stokes Croft

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PSOE: Partido Socialista Espanhol

PSOL: Partido Socialismo e Liberdade

PT: Partido dos Trabalhadores

REITUP: Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros

SIPS: Sistema de Indicadores de Percepção Social

SUS: Sistema Único de Saúde

TPU: Transporte Público Urbano

UBS: Unidade Básica de Saúde

UPA: Unidade de Pronto Atendimento

VLT: Veículo Leve sobre Trilhos

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	5
AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	7
ABSTRACT.....	8
LISTA DE INFOGRÁFICOS.....	9
LISTA DE ABREVIATURAS E OU SIGLAS.....	10
INTRODUÇÃO	13
Referencial teórico-conceitual.....	21
Procedimentos metodológicos.....	27
Estrutura da tese.....	34
CAPÍTULO I	38
1. AS RUAS E A DEMOCRACIA.....	38
1.1. As Jornadas de Junho de 2013.....	40
1.2. Mobilizações políticas e a democracia no mundo contemporâneo	48
1.3. Das ruas para a arena eleitoral: movimentos de protestos e os sistemas político-partidários	59
CAPÍTULO II.....	66
2. ESPAÇO POLÍTICO: A RUA COMO UM RECURSO DEMOCRÁTICO E SEUS IMPACTOS POLÍTICOS INSTITUCIONAIS	66
2.1 Localizando e definindo espaços políticos	67
2.2. Ruas e praças como espaços políticos abertos: dimensões político-espaciais.....	79
2.3. Impactos políticos institucionais	94
CAPÍTULO III.....	103
3. A PRAÇA E O PALÁCIO	103
3.1. Entre as ruas e os gabinetes	108
3.2. ‘Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar’, ‘A cidade parou e a tarifa baixou’	113
3.3. O Palácio ouve as vozes da multidão na Praça.....	116
CAPÍTULO IV.....	123
4. VINTE CENTAVOS E MUITO MAIS: IMPACTOS POLÍTICOS DAS JORNADAS DE JUNHO.....	123
4.1. A casa do povo de olho na rua.....	126
4.2. Vozes das ruas e ecos nos espaços políticos.....	131
4.3. Pós-Jornadas de Junho: as eleições de 2016 e 2018.....	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
APÊNDICES.....	154
REFERÊNCIAS.....	174

INTRODUÇÃO

Nos anos finais da primeira década do século XXI e ao longo do seu segundo decênio, dezenas de países foram surpreendidos por mobilizações políticas e por movimentos de protestos, que agitaram ruas e praças em todas as partes do mundo e, por sua vez, o cenário político internacional. Para se ter uma ideia, apenas em um período de cinco anos, 2010-2015, centenas e milhares de cidadãos indignados tomaram ruas e praças, em mais de sessenta países (Figura 1), para reclamar direitos e exigir mudanças sociais e políticas.

De acordo com Thomas Carothers & Richard Youngs (2015), dados das últimas décadas apontam para uma tendência crescente na frequência da atividade de protestos em todo o mundo. Protestos nacionais, por exemplo, se multiplicaram na segunda metade da década de 1980 e no início da década de 1990, o que coincide com a “terceira onda de democratização”¹.

Apesar de o número de protestos ter diminuído de modo significativo ao longo da década de 1990 e na primeira metade da década de 2000, a cifra de demonstrações públicas começou a se acelerar novamente na segunda metade da década de 2000, até atingir um novo pico na última década (CAROTHER & YOUNGS, 2015, n.p).

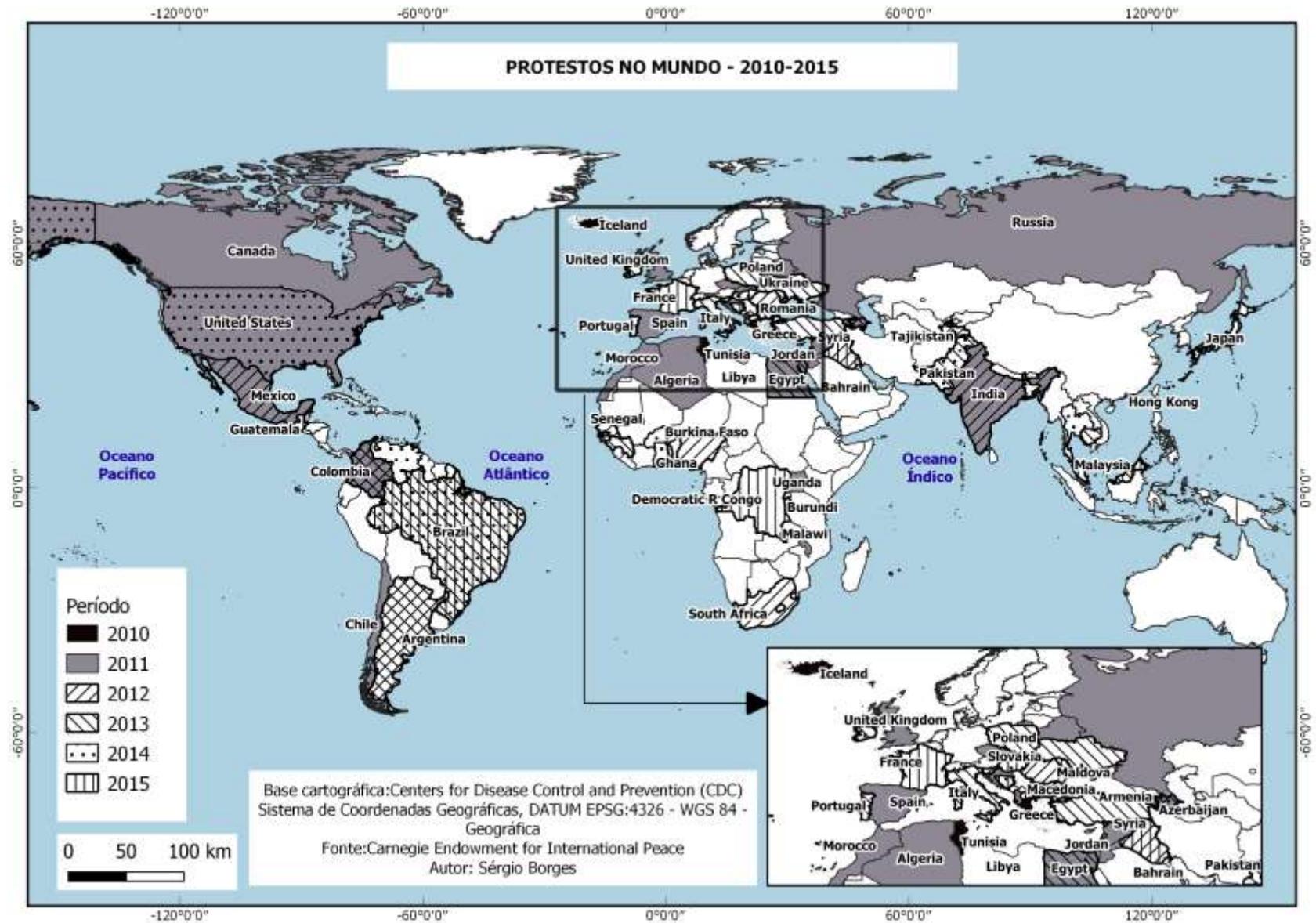
Em 2008, em meio ao colapso financeiro mundial e às políticas de austeridades, milhares de islandeses saíram às ruas em demonstrações semanais, realizadas em frente ao Parlamento, em Reykjavik, em oposição às medidas anunciadas pelo governo para superar a crise financeira no país. Já a partir de 2010, uma onda de mobilizações políticas e de movimentos populares irrompeu-se no mundo árabe. No ano seguinte, milhares de indivíduos, cidadãos indignados, dirigiram-se às ruas e ocuparam praças públicas em protestos contra políticas de austeridades e por maior soberania popular sobre decisões governamentais.

Paolo Gerbaudo (2017a) refere-se a esses movimentos de protestos realizados no período 2011-2016 como ‘*Movements of the Squares*’ (“Movimento das Praças”), um novo ciclo de confronto político que abrange os movimentos dos Indignados, na Espanha, e protestos na Grécia, Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, além dos protestos realizados na Turquia e no Brasil, ambos em 2013.

¹ Para maiores informações sobre a “terceira onda democratização consultar o livro de autoria de Samuel P Huntington: *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. O livro de Huntington aborda o processo de transição democrática pelo qual vários países do leste europeu e da América latina passaram a partir da segunda metade do século XX.

A despeito da diversidade de: fatores geradores, contexto político, causas, demandas e bandeiras de luta, é possível perceber a existência de elementos em comum entre os diversos episódios de confronto político ocorridos em todo o mundo nos últimos anos. Entre eles: a primazia da figura do “cidadão indignado”, das ideias de ‘real democracia’ e de maior ‘soberania popular’ sobre decisões governamentais e *accountability*. Essas ideias foram a tônica de diversos movimentos: *Real Democracy Now!*, na Grécia, e *Democracia Real YA!*, na Espanha.

Figura 1: Protestos no mundo entre 2010 e 2015.



Como pode ser observado na Figura 1, no período 2010-2015 houve mobilizações políticas em diversos países, em todas as regiões do mundo, onde milhares de indignados saíram às ruas e ocuparam praças para exigir mudanças sociais e reformas políticas, bem como para questionar o aumento das desigualdades sociais e econômicas e contestar privilégios sociais, desafiando governos tiranos, oligárquicos e corruptos.

Com base na análise de alguns estudiosos do assunto (Johnston & Seferiades, 2012; Rosanvallon, 2019; Karampampas, 2019), permite-se afirmar que essa onda recente de protestos é o resultado da conjugação de fatores conjunturais e estruturais, a exemplo da difusão da cultura política do protesto, da crise de representação política e da crise econômica de 2008.

No Brasil, o reajuste da tarifa do transporte público coletivo, em diversos municípios e em alguns estados da federação, aliado à má qualidade dos serviços públicos – saúde, educação e segurança pública – e os vultosos montantes de recursos públicos comprometidos pelo governo em projetos do tipo megaeventos² são apontados como catalisadores de uma profunda insatisfação social, que foi traduzida em grandes manifestações de rua.

Corrupção e má gestão do tesouro nacional também foram alvo daquela que foi, após a redemocratização (1988), a segunda maior³ mobilização política ocorrida no país e a maior mobilização sem líder da história. Protestos anticorrupção e por escolas e hospitais ‘padrão FIFA’ foram realizados, em um único dia, em mais de 100 cidades⁴.

Da *Iceland's Revolution* – massivos protestos realizados em 2008 na Islândia, à Primavera dos Estudantes, mobilização ocorrida no Chile, 2011, passando pelo Movimento de *los Indignados*, na Espanha, também em 2011, chegando à Europa oriental com a *Maidan* Revolução, na Ucrânia, em 2013, em seguida à *'Tree revolution'* na Turquia, em 2013, e aos massivos protestos no Brasil, também em 2013, permite-se afirmar que houve um verdadeiro movimento global de conversão de ruas e praças em espaços políticos.

Todos esses exemplos, listados acima, contribuíram para reacender o debate sobre a democracia representativa, especificamente sobre o diagnóstico de crise e degeneração da democracia, como também sobre a relação entre os representantes eleitos, o governo e a

² Preparativos da Copa das Confederações, realizada em 2013, Copa do Mundo de Futebol, ocorrida em 2014, e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de verão, ambos realizados no ano 2016.

³ A primeira foi o movimento Caras Pintadas, ocorrido em 1992, pelo *impeachment* de Fernando Collor, na época, presidente do país.

⁴ Segundo o portal de notícias Uol, em 21 de junho, foram realizadas manifestações em 388 cidades do país. Fonte: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2013/06/21/manifestacoes-foram-realizadas-em-388-cidades.htm?cmpid=copiaecola>>.

sociedade civil organizada. Esse conjunto de demonstrações públicas, sem precedentes na história do mundo pós-terceira onda democrática, levantou novamente questões sobre o papel dos cidadãos no processo de formulação de políticas, assim como se os eleitores devem ter algum controle sobre decisões políticas; se sim, como e qual é a boa medida para isso.

Também, o “Movimento das Praças” pôs em debate quão bem o mecanismo tradicional de representação política da democracia moderna representa o interesse do cidadão comum. Além disso, esse ciclo de política contenciosa suscitou a discussão em torno da necessidade de outros mecanismos de representação, bem como de expandir ou criar maneiras mais eficazes de participação cidadã e *accountability*, que teriam a função de melhorar e aprofundar a democracia, tornando o poder mais permeável aos anseios dos cidadãos.

Há até aqueles que se perguntam sobre a legitimidade de formas disruptivas de ação coletiva (marchas, protestos massivos, ocupações...) em um contexto de oportunidades crescentes de participação política institucionalizada. No entanto, a recente onda de insatisfação parece mostrar que esses mecanismos de participação não estão funcionando bem ou, pelo menos, não como deveriam funcionar.

Afinal, como argumenta David Meyer (2007), “as pessoas vão às ruas quando acreditam que não podem conseguir o que querem de outra maneira, e o número de pessoas que podem tomar as ruas a serviço de uma causa aumentou tremendamente”⁵ nas últimas décadas (MEYER, 2007, p.1).

Nesse contexto, essas reviravoltas democráticas globais revelam o significado das ruas, sugerindo que, quando transformadas em espaços de protestos – de ação política –, as ruas se constituem, em essência, em espaços políticos abertos; em outros termos, diz-se que ruas e praças, espaços de sociabilidade e do cotidiano social, são convertidas em lugares de engajamento cívico ou da cidadania ativa (CASTRO, 2018a).

Se isso procede, como será demonstrado ao longo do texto, esses espaços fugazes da política constituem um componente valioso do sistema político democrático. Nessa direção, essa onda de protestos, que movimentou o mundo político nos últimos anos, dá indícios para conceber os espaços políticos abertos ou efêmeros como recursos democráticos e elementos constituintes dos sistemas políticos e, portanto, um componente da engenharia governamental.

⁵ No original: “People take to the streets when they don’t think they can get what they want any other way, and the number of people who might take the streets in the service of a cause has increased tremendously”(MEYER, 2007, p.1).

Mas afinal, a rua é um espaço político?⁶ Se sim, como funciona e qual seu papel? Se espaço político, tem força instituinte? Se sim, quais são os impactos políticos? Se político, é um componente do sistema democrático representacional capaz de compelir ações legislativas?

Tendo como premissa que a rua, quando convertida em espaço de demanda política e social, transforma-se em um espaço político aberto (CASTRO, 2016;2018a;2018b), buscou-se, ao longo desse trabalho, apresentar evidências empíricas que fossem ao encontro desse suposto, bem como respostas às indagações do parágrafo anterior.

Ao assumir esse pressuposto como verdadeiro e tendo como ponto de partida que a rua – espaço político efêmero – tem uma potência instituinte, a questão de pesquisa que orientou essa tese é: **enquanto espaços políticos, as ruas das Jornadas de Junho de 2013 tiveram força instituinte com impactos político-institucionais?** Os principais objetivos do trabalho foi analisar se houve e quais foram os principais desdobramentos institucionais das ruas, no contexto das Jornadas de Junho de 2013, no Congresso e nas ações legislativas, como também as ressonâncias dos protestos na dinâmica eleitoral.

Após analisar algumas mobilizações políticas – movimentos de protestos – ocorridas no mundo desde o início da crise econômica de 2008, com ênfase nos fatores desencadeadores e nos desdobramentos, esse estudo teve como principal objetivo analisar os impactos políticos institucionais das ruas de junho de 2013 na vida política-institucional nacional, e, nessa direção, enriquecer o debate e por em evidencia a relação entre o instituinte e o instituído.

Nessa direção, procurou-se avaliar em que medida as vozes das ruas ecoaram nos espaços políticos exclusivos local e nacional, compelindo ações de agentes públicos e influenciando agendas e decisões políticas e governamentais dos poderes executivos e legislativos local, estadual e federal.

Como também, esteve-se interessado em verificar a relação e o nível de conexão entre eventos políticos posteriores às Jornadas de Junho de 2013 ('JJ-2013'), cujos resultados têm sido apresentados como consequências indiretas e diretas dos protestos de 2013, a exemplo dos processos eleitorais e dos resultados dos pleitos municipais, em 2016, e federal, em 2018.

Trata-se aqui de um estudo teórico-conceitual e empírico, composto por uma ampla revisão sistemática e por um estudo empírico aplicado, o qual teve como objeto de análise o

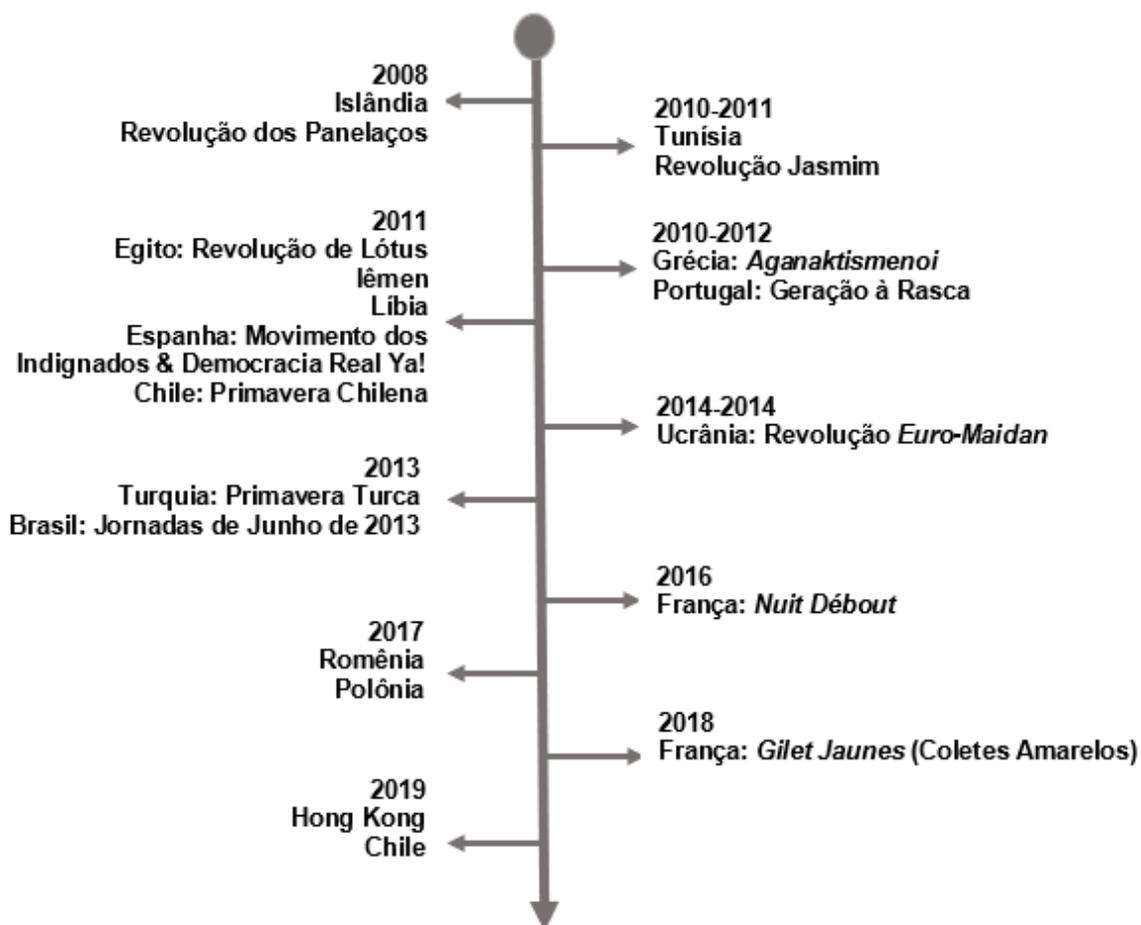
⁶ Indagação originalmente feita por Iná Elias de Castro (CASTRO, 2018a) no texto Espaços públicos como espaços políticos: o que isso quer dizer?

poder instituinte das ruas das ‘JJ-2013’ realizadas no Brasil, como também o interesse de contribuir com o debate já existente sobre o espaço político e com a agenda de pesquisa da Geografia.

Porém, antes de ir a fundo na análise dos impactos políticos institucionais das ruas das ‘JJ-2013’, empreendeu-se uma pesquisa cujo objetivo foi verificar os desdobramentos de alguns dos episódios de confrontos políticos e identificar elementos que pudessem servir como embasamento empírico e também fundamentar a tese aqui defendida.

Nesse sentido, buscou-se analisar e averiguar o encadeamento entre uma série de fatos ocorridos durante e após os protestos realizados em diversas cidades, em todas as partes do mundo, entre 2008 e 2019 (Figura 2). Os resultados obtidos são apresentados no capítulo II. Na Figura 2, é apresentada uma linha do tempo com a ocorrência dessas mobilizações políticas, realizadas no período 2008-2019. Buscou-se assim destacar apenas uma parcela dos protestos mais noticiados pela mídia nacional e internacional nos últimos anos.

Figura 2: Protestos no mundo entre 2008 e 2019



Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

Fonte: Material jornalístico diverso. Consultar o Apêndice B.

Apresenta-se, no capítulo II, uma síntese com informações gerais sobre essas mobilizações, como causas, local e data, além de sumarizar as principais consequências relacionadas aos episódios de confrontos político na forma de impactos políticos, relacionados às reivindicações dos manifestantes.

Todavia, por conta das limitações dos dados atingidos é impossível fazer reivindicações abrangentes sobre esses movimentos de protestos; porém, como poderá ser sustentado ao longo do texto, acredita-se, segundo o suposto estabelecido por Castro (2018a), que a rua é um recurso político capaz de tensionar o sistema político e a sociedade como um todo, de modo a ser possível observar o encadeamento entre as ações dos manifestantes e as reações dos agentes do Estado e dos atores políticos.

Assim, inspirado nas associações, similaridades e conexões estabelecidas por diversos autores entre as mobilizações políticas ocorridas a partir de 2008 (Borges, 2018; Castells, 2013; Carothers & Youngs, 2015; Gerbaudo, 2017a,2017b; Gohn, 2015; Harvey, 2013; López & San Juan, [2014] 2019), notou-se vínculos entre os diversos acontecimentos que se sucederam após os protestos.

Como poderá ser observado ao longo do texto, em especial nos capítulos III e IV, há evidências empíricas que revelam um nexos entre a estrutura de oportunidades políticas do contexto histórico-geográfico dos protestos e os fatos ocorridos durante e após os episódios de protestos. Nesse sentido, buscou-se correlacionar conjuntura política e social, causas, reivindicações, reações e medidas de agentes do Estado, do sistema político e de atores políticos.

Após essa breve apresentação da problemática e do contexto em que está inserido o objeto da pesquisa, e da exposição de motivos, suspeitas e de alguns indícios que sustentam a tese aqui defendida – a rua como espaço político (suposto original de Castro, 2016), são introduzidos, na próxima seção (Referencial teórico-conceitual), a base teórico-conceitual do trabalho e os procedimentos metodológicos seguidos para que fosse possível obter elementos sólidos que confirmassem a tese aqui defendida.

Referencial teórico-conceitual

Espaço político é, no trabalho ora apresentado, a ferramenta analítica mobilizada para estudar as Jornadas de Junho de 2013 (JJ-2013), com ênfase na dimensão político-espacial desse fenômeno. A partir desse eixo de análise, investigou-se a potência do espaço político das ruas, no referido contexto e recorte de tempo, de modo que se buscou avaliar os desdobramentos políticos – impactos políticos institucionais – das ruas na ação legislativa e executiva nos três níveis governo, com destaque para os ecos das vozes das ruas no Congresso Nacional.

Nessa direção, espaço político é o conceito central desse estudo⁷ sendo aqui definido, de modo preliminar, como o espaço que surge quando ambientes de sociabilidade e de convivência fugaz, ou de atividades cotidianas, de encontro, festejo e celebração são convertidos em uma arena de ação política, onde indivíduos, com objetivos convergentes, enfrentam um desafio individual e coletivo para expressar publicamente reivindicações, desejos e vontade coletiva por mudanças sociais (e códigos culturais), as quais são direcionadas a governantes, elites, autoridades ou à própria sociedade.

Assim, o ponto de partida da pesquisa é assunção de que a rua é um espaço político aberto (CASTRO, 2018a) e que, enquanto tal, esse espaço constitui-se em um importante espaço político instituinte, o que significa que há uma potência política que pode ser traduzida em impactos políticos institucionais. Desse modo, seja em democracias industriais avançadas seja em democracias disjuntivas, como a brasileira, ou em ambientes autoritários, o espaço político aberto é um recurso político para a instituição de mudanças (sociais, culturais e políticas).

Logo, argumenta-se aqui que o espaço político – rua – é um componente essencial do sistema político democrático e que, portanto, sua potência representa oportunidades políticas para a obtenção de resultados políticos – impactos políticos institucionais. Nessa direção, argumentar-se-á que a rua é um elemento essencial para prover maior legitimidade aos processos políticos e à democracia representativa, pois é o espaço de ação do “povo-veto” e do “povo-juiz”⁸.

⁷ É importante salientar a originalidade do debate do espaço público como não sendo essencialmente político a Iná Elias de Castro (2016,2018a) e também destacar os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território – GEOPPOL, que tem como suposto a rua como espaço de sociabilidade passível de ser convertido em espaço político (Borges, 2018; Machado Filho, 2017; Machado Filho & Borges, 2017; Perdomo, 2019).

⁸ As ideias em torno dessas expressões serão apresentadas e discutidas na próxima subseção.

Desse modo, buscou-se contribuir com o debate sobre o espaço político operacionalizando-o, na presente pesquisa, como uma categoria analítica e como um conceito com uma intrínseca dimensão política-espacial, que possui uma ampla possibilidade de contribuir com a agenda de pesquisa da Geografia, especialmente a partir da interação dessa com a Ciência Política. Enquanto palavra-chave dessa pesquisa, o sentido que lhe é atribuído tem como referência filosófica, teórica e conceitual⁹:

- a ontologia do espaço, proposta por Milton Santos, cuja base é a filosofia de Sartre, onde aparência é essência e, logo, protestos e manifestações expressam em ruas anseios da sociedade;
- a assunção de Henri Lefebvre de que o espaço é político, que concebe a política com uma dimensão com determinado grau de autonomia na organização do espaço e na criação de dimensões político-espaciais;
- o conceito **Espaço político** e a tipologia criada por Iná Elias de Castro (2016; 2018a; 2018b), além de trabalhos desenvolvidos no âmbito do GEOPPOL – Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território do departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ver: Machado, 2017);
- a teoria *Social Movement Society*, conforme discutidas por David S. Meyer e Sidney Tarrow (2009);
- as **Figuras de legitimidade democrática**, teoria desenvolvida pelo historiador francês Pierre Rosanvallon (2011,2008);
- **Contentious Politics, oportunidades e restrições políticas**, formulada por Charles Tilly (2017) e ampliada por Sidney Tarrow (1998) e Doug McAdam (1996);
- **Impactos políticos**, trabalhados por Marco Giugni (1999), cientista político e teórico dos movimentos sociais.
- o *link* entre **Geografia, movimentos sociais e políticas públicas**, a partir dos trabalhos de Paul Routledge (2017, 2015), Byron Miller (2000) e Javier Auyero (2006).

A articulação desses aportes teórico-conceituais e das pistas metodológicas oferecidas pelos autores supracitados, de diferentes campos disciplinares, se constitui na principal estratégia desenvolvida para entender o objeto de estudo da presente pesquisa. À luz dessas ideias, debatidas ao longo do trabalho, as Jornadas de Junho de 2013 são vistas como um fenômeno político-espacial geograficamente estruturado e geograficamente estruturante. Isso porque:

- Espaço/Lugar são objetos, condições e condicionantes da Política, nesse sentido, mobilizações políticas são condicionadas pelo contexto geográfico local (Routledge, 2017, 2015)

⁹ Essas ideias, teorias e postulados serão aprofundados nas próximas seções.

- ações coletivas são o resultado da combinação de oportunidades e restrições políticas particulares de determinados contextos socio-espaciais
- os repertórios e estratégias de ação dos protestos são condicionados pelo ambiente material (Routledge, 2017, 2015)
- movimentos sociais, majoritariamente, representam grupos em desvantagens sociais, econômicas e políticas (Weldon, 2011), mas não se limitam a esses grupos
- manifestantes buscam compelir representantes políticos a tomar decisões que afetam recortes espaciais e grupos sociais
- manifestantes agem para influir no processo de tomada de decisões – políticas públicas – que afetam um ou todo grupo social
- manifestantes tomam medidas para ter acesso a bens e serviços públicos
- manifestantes constroem governantes para conquistar, preservar, ampliar seus espaços de vida e de ação política.

A ideia de impacto político assim como a noção de poder político dos espaços da política contenciosa são discutidas tendo como base estudos teóricos e empíricos existentes na literatura acadêmica sobre movimentos sociais (MS) e protestos, particularmente discussões que apontam para conexões entre movimentos de protestos e decisões governamentais, ação coletiva e políticas públicas, grupos de interesse e representatividade política.

É importante salientar que há diversos trabalhos dedicados à análise de como espaço e protesto se constituem mutuamente, de diversas formas. Riphagen & Woltering (2018), por exemplo, ao analisarem os Dias de Fúria¹⁰ no Cairo, Egito, em 2011, grifam o sentido político atribuído à Praça Tahrir, operacionalizando a tríade conceitual do espaço formulada por Henri Lefebvre.

Outro importante embasamento teórico-conceitual e metodológico é aquele da teoria do Confronto Político (*Contentious Politics*), postulados por Charles Tilly e aprofundada por Tarrow (2009) e McAdam (1996), e, principalmente, a noção de estrutura de oportunidades políticas e de restrições.

O aporte legado pelos teóricos da política contenciosa se mostra extremamente adequado à abordagem da política confrontacional – interação sustentada entre protestos e autoridades – e dos movimentos sociais. Além disso, com base nessa teoria, foi possível criar uma tipologia de espaços políticos abertos, que será apresentada no capítulo II.

¹⁰ Protestos realizados no Cairo, também conhecidos como Revolução de Lótus.

A ideia de poder político de protestos é tomada emprestada de Daniel Gillion (2013), já as noções de impacto político e consequências de movimentos sociais são articuladas à luz do pensamento de Marco Giugni (1999) e Herbert Kitschelt (1986) sobre a importância dos movimentos sociais e da atividade de protesto.

Ainda com base nos trabalhos de Giugni e Kitschelt (*op. cit.*), foi possível estabelecer uma classificação para os tipos de resultados conquistados na política contenciosa. Tendo como referência essa classificação tipológica e a delimitação do conceito de impacto político, buscou-se avaliar se a rua, objeto de estudo dessa pesquisa, obteve êxitos e, assim, sustentar a ideia defendida de que a rua é um espaço político¹¹.

Para isso, concentrou-se os esforços no sentido de identificar as consequências relacionadas ao plano político e, por sua vez, aos efeitos institucionais das Jornadas de Junho de 2013 tanto na ação legislativa quanto executiva, além de estender a análise para os rebatimentos nas eleições de 2016 e 2018.

Antes de apresentar e discutir os resultados empíricos da pesquisa, se faz necessário introduzir dois dos principais referenciais teóricos que embasam o trabalho – a teoria ‘*Social Movement Societies*’ e a ideia da ‘*Contre-Démocratie*’.

‘*Social Movement Societies*’ e a ‘*Contre-Démocratie*’

Nas duas últimas décadas, estudiosos dos movimentos sociais anunciaram uma teoria política de grande fôlego – Sociedade Movimento Social (SMS). Instigados pela ideia do significado do protesto nas democracias industriais avançadas, no final do século XX, David S. Meyer e Sidney Tarrow (1997)¹² argumentam que, ao longo da segunda metade do século passado, as atividades de protestos passaram por um processo de institucionalização, tornando-se parte do repertório de participação política (política convencional).

Enquanto a participação dos cidadãos nas urnas tem declinado, em vários países, inclusive em algumas democracias estabelecidas, a exemplo França, Suíça e Reino Unido¹³,

¹¹ Partindo do suposto original de Castro (2016;2018a), buscou-se apresentar evidências empíricas sobre a conversão de ruas em espaços políticos, mas, principalmente, apontar a potência política (impactos) desse espaço concreto.

¹² Importantes defensores da ideia de Movement Society – ‘Sociedade Movimento’.

¹³ Segundo The Washington Post (2017), desde 2005 a participação de cidadãos no processo eleitoral caiu em vários países, incluindo Bangladesh, Chipre, Grécia, Guiné e Estados Unidos. https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2017/11/15/is-democracy-in-a-worldwide-decline-we-measured-it-heres-what-we-found/?noredirect=on&utm_term=.e92e4659c287

protestos têm se tornado quase que um procedimento operacional padrão no processo político.

Segundo Giugni & Grasso (2019, p, 2-3), “apesar dos fluxos e refluxos, o número de manifestações, bem como o número de pessoas participando delas, aumentaram consideravelmente nas últimas décadas”¹⁴. Isso porque, segundo Carothers & Youngs (2015), ao analisarem os movimentos de protestos recentes, argumentam que o crescimento das organizações da sociedade civil, ao longo das últimas décadas, criou um ambiente global propício para a atividade de protestos.

Ainda de acordo com os autores citados anteriormente, “é difícil não perceber a partir desses eventos que algo importante está acontecendo na política global. Parece que uma nova era de fluxo político está surgindo à medida que os cidadãos exigem mais de seus governos e se mobilizam em busca de seus interesses”¹⁵ (CAROTHERS & YOUNGS, 2015, n.p).

Com base na proliferação de protestos em democracias industriais avançadas e na reação dos governos e seus agentes, o que cobre a aceitação dessa atividade e a legitimidade dos protestos no processo político, estudos apontam para uma tendência de mútua negociação entre manifestantes e autoridades.

Ainda segundo Giugni & Grasso, a “crescente importância dos protestos pacíficos foi acompanhada por uma maior legitimidade concedida a essas ações tanto por cidadãos quanto pelo Estado, o que tem contribuído para uma normalização do comportamento dos manifestantes”¹⁶ (2018, p. 3)

De acordo com Meyer (2007), por exemplo, o número de grupos de interesses estabelecidos em Washington, D.C. (Distrito de Columbia), capital dos Estados Unidos, aumentou ao longo das três últimas décadas (1977-2007), de tal modo que qualquer indivíduo com qualquer causa poderá encontrar uma organização tentando pressionar representantes políticos através dos canais institucionais.

Se os protestos e os movimentos sociais têm se tornado componentes essenciais das sociedades contemporâneas, desempenhando um importante papel na representação política,

¹⁴ Os autores destacam que o protesto é, depois da eleição, a forma de participação mais comum e mais difundida.

¹⁵ No original: It is hard not to have the sense from these events that something major is afoot in global politics. It appears that a new era of political flux is emerging as citizens demand more from their governments and mobilize in pursuit of their demands.

¹⁶ No original: “This growing importance of peaceful protests was paralleled by increased legitimacy accorded to such actions by both citizens and the state, which has led to a normalization of protest behavior” (GIUGNI & GRASSO, 2018, p. 3).

essas atividades têm ocupado lugar de destaque em um movimento denominado por Pierre Rosanvallon como uma ‘revolução de legitimidade democrática’.

O historiador francês Rosanvallon (2008) tem ofertado frutíferas contribuições à teoria democrática contemporânea. Para o pesquisador, paralelamente à erosão da credibilidade democrática, ao desgaste da legitimidade eleitoral e à crescente desconfiança dos cidadãos nos representantes eleitos, há um movimento de emergência de novas figuras da legitimidade democrática.

Em face de uma crise de representação, simbolizada por um fosso entre eleitores e eleitos, potenciais corretivos operam como contrapesos da democracia eleitoral-representativa. Pierre Rosavallon cita, como exemplo, o fortalecimento de figuras da legitimidade democrática, aquilo que ele batizou como “*contre-démocratie*”.

Rosanvallon lembra que, do outro lado, do “povo-eleitor”, estão situados o “povo-vigilante”, o “povo-veto” e o “povo-juiz”, os quais criam e agem em espaços políticos para corrigir as insuficiências da legitimidade eleitoral, que está baseada apenas nas urnas¹⁷.

Assim, as figuras de legitimidade apontadas por Rosanvallon funcionam como um imperativo cívico responsável por conferir maior legitimidade e confiança às instituições democráticas; funcionam, assim, como um antídoto contra as distorções ou imperfeições democráticas (sufrágio universal e regra da maioria).

Entre elas, situa-se a legitimidade de proximidade, nela:

Os cidadãos não se contentam mais com a cédula de voto. Eles se inscrevem em um processo permanente de expressão e reação. Sob o modo contra democrático’ da vigilância, do veto e do julgamento, que constituem, a seu modo, formas de participação. Mas também ao demandar informações, ao constranger o poder a se explicar e a justificar sua ação, ao pô-lo à prova, ao desempenhar o papel de uma testemunha atenta e meticulosa, ao ser levado a validar ou contestar as decisões tomadas¹⁸ (ROSANVALLON, 2011, p.208-209)¹⁹.

Nesse contexto, Rosanvallon (*op. cit.*) chama atenção para a atuação de movimentos sociais, associações representativas da sociedade civil, ativistas e cidadãos comuns que decidem tomar parte no ato de governar e de ser governado para além do processo eleitoral.

¹⁷ É importante salientar que apesar das críticas do autor às imperfeições e limitações da democracia eleitoral, Rosanvallon é um defensor da democracia representativa e aposta no seu melhor funcionamento a partir do complemento dessa pelas figuras de legitimidade.

¹⁸ No original: “Citizens are no longer content merely to cast their votes. They take part in a permanent process of expression and reaction, in which they adopt the “counterdemocratic” participatory modes of surveillance, veto, and judgment. They also seek information by attempting to force government to explain and justify its actions. They challenge its claims and keep a wary eye on its every move” (ROSANVALLON, 2011, p.208-209).

Esse tipo de interação presente nas democracias modernas tem, ao longo dos últimos anos e de modo particular em democracias industriais avançadas, representado um avanço na ideia de representação política, confirmando a teoria de estarmos vivendo em uma *Movement Society*.

Teorias como essas bem como os conceitos e ideias discutidas até aqui constituem o esteio teórico-conceitual da pesquisa. Esses fundamentos integram os primeiros achados do trabalho, pois foram concebidos tendo em vista os primeiros passos metodológicos – estudo da literatura acadêmica especializada e a articulação dessa com os conceitos e ideias apresentados na pesquisa.

Desse modo, enquanto referencial teórico-conceitual, as ideias apresentadas aqui constituem o sustentáculo da pesquisa, pois orientou o desenvolvimento metodológico e operacional do trabalho, o qual será detalhado na próxima subseção. Os argumentos favoráveis e contrários que gravitam em torno desse debate serão detalhados ao longo do texto, bem como a aplicabilidade dessas ideias ao contexto político e social brasileiro.

Procedimentos metodológicos

A busca por respostas para o problema de pesquisa estabelecido no presente estudo e para as questões norteadoras dessa pesquisa, isto é, de evidências empíricas sólidas, para a construção do alicerce do trabalho, se constituiu em um duplo desafio. O primeiro desafio foi pensar em como abordar o fenômeno político, aqui estudado, dada sua complexidade e dinâmica, e transformar dados e informações complexas em resultados válidos, não fortuitos.

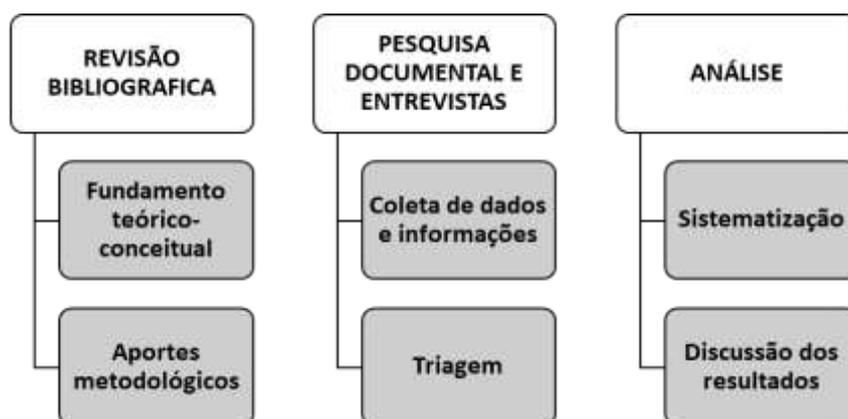
O segundo desafio está relacionado, de modo direto, ao primeiro e envolveu a dificuldade de encontrar referências com discussões metodológicas com abordagens qualitativas e quantitativas capazes de orientar o trabalho de análise, sistematização e discussão dos dados e informações obtidos, de modo a sustentar conclusões com argumentações fidedignas e não arbitrárias.

Esse duplo desafio foi enfrentado tendo como munição um amplo e exaustivo estudo da literatura acadêmica especializada sobre o tema da pesquisa, composta por trabalhos de diversos cientistas sociais de campos disciplinares variados (Ciência Política, História e Sociologia Política), como também por estudos da Geografia e de manuais e livros de metodologia científica.

Assim, tendo como ponto de partida essa pesquisa bibliográfica sobre a temática em voga foi possível criar um quadro analítico, que se constitui em um referencial procedimental

para o levantamento de dados, informações e, principalmente, para a articulação de conceitos, teorias e para a análise e discussão dos resultados empíricos. De modo genérico, esses procedimentos metodológico-operacionais da pesquisa podem ser resumidos em três grandes frentes de trabalho (Figura 3).

Figura 3: Procedimentos da pesquisa



Em paralelo à pesquisa na literatura acadêmica de trabalhos que são referências importantes para o debate das questões tratadas na tese e à revisão sistemática sobre a ideia de Espaço Político (Capítulo II), realizou-se uma pesquisa documental e uma investigação sistemática de informações, dados e matérias jornalísticas em portais de notícias e website on-line de jornais sobre o objeto de estudo da pesquisa, o que viabilizou a criação de uma metodologia própria, que será detalhada e explicitada ao longo do trabalho.

A pesquisa bibliográfica subdivide-se em duas frentes²⁰. Na primeira, o objetivo maior foi analisar como o objeto de estudo empírico dessa pesquisa foi abordado pela literatura especializada em diferentes campos disciplinares: Ciência Política, História, Sociologia Política e Geografia.

De modo simultâneo, fez-se uma revisão sistemática sobre o conceito-chave dessa pesquisa – espaço político. Primeiramente, empreendeu-se uma pesquisa sistemática considerando três serviços de indexação de artigos acadêmicos, com base em assinaturas on-line. Já na segunda frente, empreendeu-se uma pesquisa nos principais dicionários de Geografia Humana e Ciências Sociais, publicados em língua inglesa, portuguesa e francesa ao longo dos últimos 40 anos (Apêndice C).

²⁰ Em ambas as fases, buscou-se identificar possíveis enquadramentos teórico-conceituais, grades de análises, aportes metodológicos, resultados, lacunas e *insights*.

A pesquisa documental baseou-se em: documentos do Congresso e da presidência da república e em matérias jornalísticas. Primeiramente, procurou-se obter ou averiguar dados sobre os diferentes episódios de confronto políticos realizados no contexto das Jornadas de Junho de 2013: os locais dos eventos (manifestações), a duração, os objetivos (reivindicações), o número de participantes, composição socioeconômica dos participantes, as reações do poder político constituído, se houve violência e repressão policial e resultados de enquetes relativos à avaliação da população sobre os protestos.

Em seguida, deu-se início a um exame exaustivo de um conjunto de Propostas Legislativas apresentadas e tramitadas no Congresso (Câmara dos Deputados e no Senado) durante o período Junho-Dezembro de 2013. Esse recorte de tempo marca o auge e o declínio das manifestações.

Esse levantamento foi realizado no website do Congresso Nacional, onde avaliou-se todos os Projetos de leis, Propostas de Emenda à Constituição, Medidas Provisórias e Projetos de Lei Complementar introduzidos, debatidos e ou voltados no Congresso durante o recorte de tempo da pesquisa. Buscou-se identificar propostas legislativas relacionadas às principais demandas e temas presentes no movimento de protestos, a saber: mobilidade urbana, saúde, educação, reforma política e corrupção, como também o uso das manifestações na ação parlamentar de deputados e senadores.

A escolha dessas proposições se deu por conta da importância que cada uma delas tem na condição de instrumentos legais de força institucional e normativa, em razão da sua escala de abrangência nacional, visto que algumas delas podem regular ou modificar dispositivos constitucionais importantes, além de abarcarem diversos temas e tipos de políticas de amplo interesse político e social²¹.

Além de identificar essas propostas legislativas, foi feita uma análise exaustiva da transcrição do debate em torno dos projetos em análise, da discussão do mérito, posicionamentos dos congressistas e votação. Nessa análise, o interesse foi avaliar a apropriação discursiva ou não dos protestos pelos parlamentares para justificar seus posicionamentos.

Também, buscou-se avaliar a repercussão dos protestos (demandas) na Câmara dos Deputados e no Senado, em termos do debate político, bem como o posicionamento de

²¹ Após a análise, identificou-se: quatro Propostas de Emenda à Constituição (PEC), três Projetos de Lei do Senado (PLS), quatro Projetos de Lei (PL), uma Medida Provisória (MPV) e um Projeto de Lei Complementar (PLP).

parlamentares, e os resultados sobre a decisão parlamentar em relação a importantes matérias em voga na época.

A análise dos documentos, mencionados anteriormente, se deu tendo-se como respaldo os objetivos estabelecidos da pesquisa, e empregou-se o método denominado *Coding qualitative data*, o qual é esboçado, de modo sucinto, na seguinte subseção.

Coding

Coding (codificação) “é um processo de identificação e organização de temas tendo como base dados qualitativos”. Esse processo tem se tornado em uma poderosa ferramenta no processo de avaliação, organização e atribuição de sentidos aos mais variados tipos de dados, obtidos por meio das mais diversas técnicas e instrumentais de pesquisa qualitativa.

Earl Babbie & Luca Benaquisto (2014) definem o *process of coding* como um:

[...] procedimento chave usado pelos pesquisadores na organização e no processamento de dados qualitativos; codificação refere-se à aplicação de rótulos em faixas de dados que ilustram ideias e conceitos e ao processo contínuo de identificação, modificação e refinamento de conceitos e categorias que sustentam temas e padrões emergentes²²(394).

De acordo com Maghan Cope (2010), o principal objetivo do *coding process* é diminuir o volume do material qualitativo (*data reduction*), condensando-o em temas-chave, o que possibilitara ao pesquisador a organização e a criação de instrumentos de auxílios de pesquisa e a análise do material obtido no processo de pesquisa empírica ou documental.

Dada a quantidade massiva de dados empíricos produzidos em pesquisas qualitativas, a redução facilita a familiarização, a compreensão e a interpretação dos dados. Assim, o *coding* pode ser utilizado para criar teorias considerando dados empíricos ou para suportar teorias ou hipóteses considerando o conteúdo do material qualitativo.

No presente estudo, utilizou-se desse processo para apoiar um dos argumentos centrais do estudo, que diz respeito à potência e ao papel dos espaços políticos efêmeros. Desse modo, respaldado na análise do material documental levantado, foi possível identificar

²² No original: “[...] key procedure used by researchers in organizing and processing qualitative data; coding refers to applying labels to strips of data that illustrate ideas and concepts and to the continuing process of identifying, modifying, and refining concepts and categories that sustain emerging themes and patterns” (EARL BABBIE & LUCA BENAQUISTO, 2014, p.394).

e estabelecer os *codes*, categorias e temas a ser utilizados no processo de avaliação e organização dos resultados.

Os *codes* criados (Apêndice D) com base no material documental estão associados às categorias e subcategorias e essas, por sua vez, se relacionam com temas elaborados a partir dos objetivos da pesquisa. É importante salientar que esse é um processo aberto às “conexões novas e inesperadas, que podem, às vezes, gerar os *insights* mais importantes” da pesquisa (COPE, 2010, p.283). A força recursiva da codificação reside em estar aberta às conexões novas e inesperadas, que podem, às vezes, gerar os *insights* mais importantes da pesquisa.

Deve-se mencionar que o *process of coding* é uma parte integral de análise dos dados. Ou seja, a análise não começa quando a codificação termina. Na verdade:

“codificação é, de várias formas, um ato de malabarismo recursivo, começando com os códigos iniciais que vêm das perguntas de pesquisa, literatura de fundo e categorias inerentes ao projeto e progredindo através de códigos que são mais interpretativos à medida que surgem padrões, relacionamentos e diferenças”²³ (COPE, 2010, p.285)²⁴.

Após a realização do processo *coding*, utilizou-se o *software* assistido por computador NVivo, um útil e poderoso recurso na análise de documento eletrônicos, possibilitando categorizar e qualificar dados em palavras, frases e parágrafo-chaves.

Segundo Cavalcanti *et al.*(2017), o NVivo “foi desenvolvido pela Universidade de *La Trobe*, na Austrália, tendo este software como princípios a codificação e o armazenamento do texto em categorias”. O software utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de análise do conteúdo documental. Assim, “a ferramenta auxilia na análise qualitativa de dados disponíveis em texto (Word, PDF²⁵ ou bloco de notas), imagem, áudio e vídeo, tendo como princípios a codificação e o armazenamento do texto em categorias”.

Em relação à investigação da conexão entre os espaços políticos abertos e os espaços políticos exclusivo²⁶ – Câmara municipal e Prefeitura o foco da análise foram as decisões relativas o aumento da tarifa do transporte público nas respectivas capitais dos municípios.

Na esfera estadual os desdobramentos das demandas relacionadas às gestões dos governos dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, uma vez que o governo estadual

²³ No original: “[...] coding is in many ways a recursive juggling act of starting with initial codes that come from the research questions, background literature, and categories inherent in the project and progressing through codes that are more interpretive as patterns, relationships, and differences arise” (COPE, 2010, p.285).

²⁴ Além disso, esse processo de análise abre a possibilidade para a flexibilidade e para uma autoavaliação crítica do processo de pesquisa.

²⁵ Formato Portátil de Documento.

²⁶ Iná Elias de Castro, em debates no GEOPPOL, argumenta que o uso do termo ‘exclusivo’ é preferível à palavra ‘decisão’ porque poder executivo também toma decisões e não é necessariamente um espaço político porque a estrutura do poder executivo é verticalizada.

foram alvo de demandas particulares. Assim, foram examinados os atos – decisões administrativas e políticas – no diário oficial do estado fluminense e decisões anunciadas pelo governo do estado de São Paulo.

Antes de discorrer sobre os procedimentos seguintes, deve-se fundamentar a escolha dos dois estados supramencionados. Em relação ao estado de São Paulo, houve reajuste não apenas do valor das tarifas de ônibus, mas também dos trens metropolitanos e metrô, ambos administrados pelo governo do Estado.

Já em relação ao Estado do Rio de Janeiro, o reajuste não apenas ocorreu na escala do município sobre os ônibus municipais, administrados pela prefeitura da capital fluminense, mas também incidiu sobre as tarifas de trem, metrô e barcas do estado, ou seja, na escala intermunicipal, cuja gestão é responsabilidade do governo do Rio de Janeiro.

Vale lembrar que o estopim desses protestos foi a elevação dos preços de bilhetes de transportes. Este acréscimo foi autorizado em doze capitais na esfera municipal, mas 50 municípios reduziram o valor das passagens, entre eles três capitais de estados que sequer haviam reajustado os valores das tarifas.

Assim, nesse cenário, dadas a exiguidade de tempo e de recursos e a impossibilidade de analisar todas as facetas do movimento, parte substancial dos esforços foi concentrada na análise da interação entre espaços políticos abertos e o poder constituído na escala nacional. Desse modo, além de investigar as Propostas Legislativas, como mencionado acima, foram avaliados a conexão entre os espaços políticos efêmeros e o poder executivo nacional.

Além das declarações da Presidência da República sobre os protestos e demandas, foram pesquisados todos os atos administrativos e decisões do poder executivo entre junho e dezembro de 2013. A definição desse recorte de tempo se deu pelo fato de ele abranger o ápice e o declínio do movimento de protesto em todo o país.

Essas informações foram encontradas no website de diversos veículos de comunicação nacionais, no diário oficial da união (DOU), bem como através da análise do material fornecido pelo portal de acesso à informação da Presidência da República.

Entrevistas com atores político-chave constitui o terceiro percurso operacional desta pesquisa. Foram entrevistados prefeitos e ou ex-prefeitos de municípios onde houve aumento das tarifas e ou revogação do reajuste. É importante destacar que essas entrevistas serviram para averiguar informações noticiadas pela grande mídia, entre outros propósitos. Assim, contou-se com a colaboração de:

1. Eduardo Paes, Rio de Janeiro
2. Curitiba, Gustavo Fruet (PDT)

3. Porto Alegre, José Fortunati (PDT)
4. Belo Horizonte, Márcio Lacerda, do PSB (Prefeito)²⁷

O critério estabelecido para a definição dos entrevistados foi simples. Após um levantamento dos municípios em que houve reajuste no preço do transporte e revogação do aumento, criou-se uma lista com os nomes dos prefeitos; em seguida, entrou-se em contato diretamente com os ex-prefeitos municipais através do *Facebook*, de *e-mails* enviados à assessoria de comunicação pessoal ou à assessoria de comunicação dos respectivos partidos políticos.

Buscou-se, por meio das entrevistas, obter elementos que coadunassem e suportassem o esforço central do trabalho, mostrar a potência dos espaços políticos efêmeros no contexto das Jornadas de Junho de 2013, analisando o impacto político substantivo na escala municipal, estadual e nacional.

Todas as entrevistas foram feitas no ano de 2019 por chamadas de voz do *WhatsApp* ou do *Skype*. Foi seguido um roteiro padrão de perguntas com questões semiestruturadas, algumas delas adaptadas ao entrevistado, também considerando o contexto local do fenômeno investigado.

Embora o tipo de dados e informações obtidos por meio dessa técnica sejam difíceis de ser mensurados e quantificados, seu emprego oferece maior liberdade tanto ao entrevistador quanto ao entrevistado, evitando o questionamento sobre perguntas tendenciosas que possam orientar respostas do entrevistado.

Nessa direção, foram elaboradas perguntas que fossem, ao mesmo tempo, amplas e específicas, e buscou-se obter respostas contextualizadas, não apenas confirmações das hipóteses levantadas. Assim, é essencial reforçar que os procedimentos investigativos e os instrumentos mobilizados na pesquisa são o resultado da combinação dos objetivos estabelecidos e do referencial teórico-conceitual alicerces do trabalho.

²⁷ Outros prefeitos e ou ex-prefeitos foram contactados, a exemplo do ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT) e de Arthur Virgílio Neto (PSDB), atual prefeito de Manaus, Amazonas. Em 2013, Arthur era prefeito de Manaus. No entanto, muitos das solicitações de entrevistas não foram atendidas.

Estrutura da tese

Apresenta-se aqui uma sucinta síntese dos capítulos e seções do trabalho, que foi organizado de modo a responder às indagações, pressupostos e objetivos da pesquisa. No capítulo introdutório, são apresentados a matéria, o objeto e os objetivos da pesquisa. Buscou-se introduzir os fundamentos que embasam teórica e conceitualmente todo o trabalho, bem como também apresentar um panorama dos procedimentos operacionais e técnicas de pesquisa empregadas na tese.

Assim, ainda na parte introdutória, procurou-se redigir duas pequenas seções para discorrer especificamente sobre duas teorias, cujos alguns princípios oferecem suporte à tese defendida, e para explicar os fundamentos de uma das técnicas de análise de dados utilizada na pesquisa.

CAPÍTULO I

No capítulo I é feita uma breve discussão sobre a relação entre as “Praças dos Indignados” e o debate contemporâneo sobre a democracia, com destaque para o papel das ruas e dos movimentos de protestos no processo político de instituição de mudanças políticas e sociais.

Enquanto na primeira seção (1.1) buscou-se apresentar o movimento de protestos nominado como Jornadas de Junho de 2013, contexto histórico-geográfico do objeto dessa pesquisa, na seção seguinte (2.1) resgatou-se o debate sobre o estado da democracia no mundo contemporâneo para sublinhar o papel das mobilizações políticas em um contexto marcado por diversos diagnósticos de crise de legitimidade dos mecanismos tradicionais de representação política, assim como, também, buscou-se argumentar que a rua é um recurso democrático e, portanto, um componente essencial do sistema político, sendo esse recurso dotado por uma potência política instituinte.

Tendo como referências três significativos movimentos de protestos ocorridos na Europa nos últimos anos, buscou-se, na terceira e última seção (3.1), ressaltar a conexão entre protestos e o sistema político-partidário, destacando as principais implicações dos protestos realizados na Grécia, Espanha e Itália em resultados eleitorais, o que corrobora com o suposto segundo o qual o espaço político da rua é capaz de afetar a dinâmica eleitoral, desde a formação de novas siglas políticas até o resultado final do processo.

CAPÍTULO II

No capítulo II, buscou-se fazer uma revisão sistemática sobre o vocábulo e o conceito espaço político. Ademais, por meio de uma pesquisa metódica em três bases de dados de

artigos científicos, assim como em dicionários acadêmicos de ciências humanas e da própria Geografia, foi possível constatar que espaço político não era, até a publicação recente dos trabalhos originais de Castro (2016;2018a;2018b), um conceito ou uma categoria de pesquisa nem na Geografia nem nas ciências humanas e sociais, sendo uma expressão empregada sem definição, ainda que de maneira corriqueira e vulgar.

Na primeira seção (2.1) descreve-se os procedimentos investigativos empregados na pesquisa sistemática sobre o vocábulo e o conceito espaço político, e apresenta-se e discute-se as principais noções associadas ao vocábulo espaço político, além de avaliar-se se e como espaço político tem sido operacionalizado nos trabalhos acadêmicos onde foi possível identificar o uso do termo.

Na segunda seção (2.1) abordou-se os espaços de protestos e da ação política, ruas e praças, lugares do confronto político, como espaços políticos abertos; espaço esse que tem um nexos com os espaços políticos exclusivos, dos poderes constituídos, e, como tal, é um recurso democrático e um componente essencial do sistema político, com potencial para influenciar decisões políticas que afetam o conjunto da sociedade.

Nessa direção, buscou-se apresentar uma série de evidências empíricas encontradas em diversos episódios de confronto político recentes para substanciar os argumentos até então apresentados no trabalho, e validar a ideia de que a rua é um espaço político e que há um poder instituinte nesses que se traduz em impactos políticos.

Já na terceira e última seção (3.1), introduz-se o debate sobre consequências e resultados relacionadas à atividade de protestos e aos movimentos sociais. Tipos de impactos e uma tipologia de impactos políticos é também apresentada, para no final da seção trazer alguns exemplos empíricos sobre os tipos de impactos políticos institucionais produzidos pela mobilização política, que vai além dos efeitos no processo eleitoral.

CAPÍTULO III

Em A Praça e o Palácio, utilizou-se da rica metáfora formulada por Norberto Bobbio sobre o fundamento da democracia bem como a ideia de legitimidade democrática, discussão baseada em Pierre Rosanvallon, para abordar o nexos existente entre a rua e o parlamento. Assim, tendo como ponto de partida a conexão Praça(rua)-Palácio, buscou-se fazer um balanço entre ações e resultados das manifestações, objeto dessa pesquisa, e apresentar evidências dessa amálgama no contexto das Jornadas de Junho de 2013.

Nessa direção, procurou-se reconstituir a trajetória das ações governamentais no que tange àquela que foi a principal demanda das ruas – a revogação dos aumentos das tarifas de transporte público urbano. Por meio de entrevistas com agentes públicos e com um

integrante-representante do Movimento Passe-Livre, buscou-se averiguar o que contribuiu para as decisões políticas que foram tomadas diante das demandas por melhorias na qualidade do serviço de transporte público e tarifas justas e acessíveis, bem como por transporte gratuito.

Na primeira seção, A praça dos indignados: o “povo-veto” e o “povo-juiz”, argumenta-se que a praça dos indignados é o espaço de ação do ‘povo-veto e do ‘povo juiz’, que, segundo Rosanvallon, agem em complemento à figura do ‘povo-eleitor’ para dar legitimidade à democracia representativa.

Nessa direção, a seção seguinte (3.2) é dedicada à operacionalização desses postulados na análise da interação entre gestores e representantes políticos e manifestantes, no contexto das Jornadas de Junho. Por meio dessa análise foi possível substanciar a ideia de potência política das ruas e, portanto, evidenciar a conexão entre os espaços políticos abertos e os espaços políticos exclusivos.

Nas duas últimas seções que compõem esse capítulo, buscou-se sistematizar dados e informações que reforçam as ideias discutidas anteriormente, mas, principalmente, apresentar algumas das repercussões dos protestos e das demandas dos manifestantes nas agendas de trabalho de gestores nas três esferas de governo, nos níveis executivos e legislativos.

Com isso, procurou-se não apenas sustentar a ideia segundo a qual a rua é um espaço político, isto é, um recurso político criado pela intencionalidade política da ação, mas apresentar evidências empíricas para o principal argumento da pesquisa – a rua produzir impactos políticos institucionais, compelindo agentes do Estado (ações legislativas e executivas) através de medidas, decisões e projetos, que se traduzem em políticas públicas, agenda política e ações governamentais, e influenciando o processo político-eleitoral e os resultados dos pleitos.

Como poderá ser verificado, as ruas de junho pautaram o debate público e a agenda de trabalho de gestores e legisladores, uma vez que a pauta sobre a questão da mobilidade urbana mobilizou discursos, performances e ações em respostas ao clamor das ruas. Segundo alguns entrevistados, a “pressão das ruas” foi o principal vetor das respostas institucionais da presidência da república no que se refere-se à revogação dos reajustes das tarifas do transporte público.

CAPÍTULO IV

No quarto e último capítulo, deu-se continuidade à exposição e à análise de evidências que revelam o lugar dos espaços políticos abertos no processo político. Assim, considerando

o conceito de impacto político institucional, buscou-se mostrar a potência das ruas no Congresso Nacional, através de uma série de ações legislativas.

Para isso, empreendeu-se em uma ampla pesquisa sistemática sobre a agenda dos poderes executivo e legislativo federal, durante o período de início dos atos até o final do ano de 2013, onde procurou-se apontar a repercussão das reivindicações dos manifestantes tanto na Câmara quanto no Senado.

Por meio da análise de proposições legislativas apresentadas e debatidas no Congresso, constatou-se que as vozes das ruas tiveram ressonância: i) na agenda de trabalho das Casas, ii) no discurso e no posicionamento de parlamentares, iii) em votações e iv) nas justificativas para projetos e requerimentos protocolados durante os protestos.

Além disso, buscou-se avaliar a conexão de eventos políticos posteriores às JJ-2013, cujos resultados têm sido apresentados como resultados indiretos dos protestos de 2013, a exemplo do comportamento eleitoral e dos resultados dos pleitos eleitorais ocorridos em 2016 e 2018.

CAPÍTULO I

1. AS RUAS E A DEMOCRACIA

Occupy! Vem pra rua! *Reclaim the Streets!* Forjadas por manifestantes e movimentos de protesto, essas e tantas outras expressões, ao fazerem alusão à rua e à presença de cidadão ativos nos espaços abertos das cidades, indicam a compreensão da rua como um espaço de ação política.

Dotadas de grande força imperativa, essas frases e palavras de ordem têm aparecido com frequência como *slogans* em diversos episódios de confronto político e movimentos de protestos, como também em campanhas políticas nas redes sociais digitais.

“Manifestantes tomaram as **ruas...**”, “Nas **ruas**, milhares protestaram...”, “Centenas de pessoas saíram às **ruas** para protestar...”, “*people take to streets to protest...*(pessoas vão às ruas para protestar)”, “*Million Protesters Out on the Streets...*(“Milhões de manifestantes nas ruas...”).

Ao longo dos últimos anos, frases como essas adquiriram destaque nos noticiários e se tornaram nas principais manchetes de jornais e revistas, nacionais e internacionais, como destaque noticiário para diversos episódios de protestos ocorridos em diversos países a partir de 2008.

Por sua vez, manchetes como essas têm contribuído para reforçar a ideia de que a atividade protestos tem se tornado cada vez mais comum, em todo o mundo, e para realçar a intencionalidade política da ação do cidadão indignado, manifestantes, ativistas e ações organizadas de grupos de interesses que fazem dos espaços abertos das cidades espaços políticos de demanda.

Frases como essas também chamam atenção para a rua quando espaço de ação política e para o potencial poder instituinte da rua. A Praça é do povo, já dizia o poeta. Assim, as demonstrações de rua revelam que uma multidão está indignada com o Palácio; e é nessa posição de tensão permanente entre a rua (e a Praça) e as instituições dos poderes constituídos (Palácio) que a política democrática se constitui.

Esse nexos existente entre ruas e arenas institucionais revela que a rua é, em certos momentos e sob determinadas condições, convertida em espaço político aberto de participação política ativa, sendo assim transformada em um campo para a pressão popular, para a expressão de insatisfações e reivindicações e para demonstrações da vontade coletiva (de um grupo) por mudanças.

Nessa direção, o conjunto de mobilizações políticas ocorridas nos últimos anos, assim como o permanente rogo pela manifestação nas ruas e pela ocupação dos espaços abertos das

idades – *Toma La Calle! Toma la piazza! Vem pra Rua! Take Back the Streets!* – endossam a compreensão da rua e da praça como espaços da democracia.

Nessa direção, neste capítulo, discute-se o papel das ruas na democracia e no processo político de instituição de mudanças políticas e sociais, bem como procura-se discutir a condição da democracia no mundo contemporâneo e sua relação com os movimentos sociais e a atividade de protesto em um contexto de difusão da cultura de protestos e de institucionalização dos movimentos sociais.

Mas antes, é importante anunciar e sublinhar, de modo sucinto, a conexão entre essas mobilizações políticas e o estado da democracia nesse contexto político. Intérprete dos recentes episódios de confronto político, Paolo Gerbaudo (2017a, 2019) destaca que esses protestos são reações ao aumento do poder oligárquico, representado pelos lobbies, políticos de carreira e pelo mercado financeiro, sobre a política democrática.

Nessa mesma direção, muito tem se falado sobre crise de legitimidade da democracia representativa comprometida por déficits democráticos em determinados governos e ou pelas imperfeições da democracia representativa, ou ainda pelo monopólio da coisa pública por interesses não republicanos.

Para Della Porta (2012), as mobilizações políticas iniciadas na Europa e nos Estados Unidos, em 2011, são a face mais visível de uma insatisfação generalizada com a qualidade e o declínio dos regimes democráticos e, portanto, são sintomas de uma generalizada crise de legitimidade política que reconfigurou os sistemas partidários da Europa do sul (Della Porta & Porto, 2016).

Ainda nessa linha argumentativa questiona-se: é democrático que os cidadãos comuns utilizem as ruas para constranger, persuadir e obter influência sobre as decisões, processo de formulação de políticas, legislação e agendas do governo? Quanta influência os cidadãos comuns, ativistas e manifestantes devem ter sobre a política do governo? É legítimo que um governo eleito democraticamente ignore a opinião pública?

Esses são alguns dos dilemas políticos não resolvidos constituintes da base normativa da democracia representativa, suscitado pela onda recente de protestos realizados em diversas partes no mundo, e que serão retomados na segunda seção dessa capítulo, porém, antes, se faz necessário introduzir o contexto político do objeto de análise dessa pesquisas – o movimento as Jornadas de Junho de 2013, para nos capítulos IV e V apresentar-se os ecos das ruas na política institucional brasileira.

1.1. As Jornadas de Junho de 2013

Após mais de duas décadas sem que grandes manifestações políticas fossem realizadas no país, reajustes na tarifa do transporte público coletivo municipal e estadual, realizados em 2013, em diversos municípios brasileiros, motivaram diversas manifestações pela revogação do aumento tarifário.

O reajuste tarifário e a insatisfação com a má qualidade do serviço público de transporte foram, de início, os principais fatores para que dezenas de estudantes e simpatizantes saíssem às ruas, em todo o país, rompendo com a quietude política que há tempos anestesava grandes mobilizações políticas no país.

Apelidadas como Jornadas de Junho de 2013 ('JJ-2013'), essa onda de protestos agitou o cenário político nacional e surpreendeu a sociedade como um todo, bem como seus intérpretes, de modo que jornalistas, intelectuais, líderes políticos e de movimentos sociais tradicionais foram pegos de surpresa com a magnitude dos protestos.

Nesse contexto, dezenas de episódios de confronto político não apenas em oposição aos valores das tarifas do transporte, mas também em objeção à qualidade do transporte público urbano e por melhorias no sistema de mobilidade e acessibilidade urbana transformaram o cotidiano social das principais capitais do país.

Assim como o Movimento dos Caras-pintadas, grande mobilização nacional realizada duas décadas antes (1992) das 'JJ-2013' pelo *impeachment* de Fernando Collor de Mello²⁸, primeiro presidente eleito pós-regime militar, as Jornadas de Junho de 2013 entraram para a história política recente do Brasil, impactando o curso da história do país.

Em 2013, as manifestações contra o aumento tarifário emergiram, primeiramente, em Porto Alegre, no final do mês de março. Em um curto período, a Revolta Tarifária contagiaria o país, alcançando seu ápice em junho do mesmo ano nas capitais dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro.

Motivados também pelo combate ao aumento do preço do bilhete do transporte municipal e pelas deficiências do sistema de prestação do serviço, manifestantes de doze capitais (Tabela 1) tomaram as ruas de suas cidades em oposição à decisão governamental sobre a elevação do custo da mobilidade urbana.

²⁸ Collor de Melo na época foi considerado incompetente e corrupto (Saad-Filho, 2013).

Tabela 1: Valor e local do reajuste da tarifa do transporte público, 2013

Capital	Data	Valor R\$	Reajuste R\$	Percentual %
Vitória	Janeiro	2,35	2,45	4,25
Recife	Janeiro	1,40 a 3,25	1,50 a 3,45	5,45
João Pessoa	Janeiro	2,20	2,30	4,55
Fortaleza	Fevereiro	2,00	2,20	10,00
Porto Alegre	Março	2,85	3,05	7,02
Manaus	Março	2,75	3,00	9,09
Curitiba	Março	2,60	2,85	9,62
Aracaju	Maio	2,25	2,45	8,89
Goiânia	Maio	2,70	3,00	11,11
Natal	Maio	2,20	2,40	9,09
Rio de Janeiro	Maio	2,75	2,95	7,27
São Paulo	Maio	3,00	3,20	10,00
Média	Período	2,61	2,82	8,11

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações jornalísticas. Consultar Apêndice E.

Nota-se, portanto, que o aumento das tarifas nas principais capitais do país foi, no geral, acima do valor da inflação em 2012, 5,84%. Apenas em 03 municípios os reajustes foram abaixo do índice de inflação: Vitória, João Pessoa e Recife. Os reajustes das tarifas acima do índice anual de inflação também contribuíram para o amplo descontentamento social com a medida.

Inicialmente, essas manifestações foram classificadas pela mídia internacional como um movimento de protesto tarifário (*Bus-Fare Protests*)²⁹, uma mobilização composta majoritariamente por estudantes de classe média, média-baixa (ver Tabela 2 com o perfil socioeconômico dos manifestantes) e, segundo Saad-Filho (2013), por jovens ativistas de esquerda, organizada e liderada pelo Movimento Passe Livre.

Tabela 2: Perfil dos manifestantes

94% não eram filiados a partidos políticos
84% não tinham preferência por qualquer partido político
71% participaram pela primeira vez num protesto
53% tinham menos de 25 anos
52 % eram estudantes
43% tinham ensino superior
49% tinham renda familiar superior a cinco salários mínimos - R\$ 3,390
81% souberam da manifestação pela rede social
94% acreditavam que suas reivindicações seriam atendidas

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

Fonte: CNT/IBOPE & DataFolha, 18/06/2013

²⁹ Romero, ([2013] 2018).

É possível observar na Tabela 2 o desprezo com as instituições políticas tradicionais, a exemplo da rejeição dos partidos políticos tradicionais, como também um índice mínimo de preferências ou posições ideológicas específicas, e que quase metade dos manifestantes não pertenciam às classes sociais populares, embora fossem usuários do transporte público coletivo.

De acordo com Saad-Filho (2013), outra característica desses protestos é que “o movimento também incluiu certas categorias de trabalhadores com demandas específicas (econômicas) e mobilizações de bairros buscando melhorias nos serviços locais”, e que “os protestos também foram profundamente influenciados pelo amplo uso de ferramentas da internet para sua organização e para a expressão de demandas”³⁰ (SAAD-FILHO, 2013, p. 658).

Essa onda de protestos pela revogação dos ajustes representou, segundo Pedro Arantes ([2013] 2019), a emergência de um novo ciclo de lutas nas cidades, que, de acordo com MPL, faz parte de um processo histórico de lutas nas grandes cidades brasileiras, iniciado no século XIX.

A gente entende que em 2013 o que aconteceu não foi exatamente um alinhamento dos planetas ou algo cósmico que, por acaso, explodiu em enormes manifestações. A gente entende que é o resultado tanto desse processo histórico de lutas por transporte que vem há muitos anos, quanto de uma construção, que daí sim é muito responsabilidade do Movimento Passe Livre, que foi uma construção lenta, desde o começo do movimento, em 2004, de ações nas escolas, de reuniões em associações de moradores de bairro, então, toda uma série de atividades de formação, de debate, de parcerias estabelecidas com outros movimentos – de moradia e com organizações de trabalhadores do transporte – então, a gente acredita que tudo isso, toda essa construção lenta e cotidiana foi o que possibilitou que em 2013, como mais um aumento de tarifa, [...], que aconteceu em diversas cidades do país, foi o que fez com que a gente conseguisse nessa ocasião barrar esse aumento” (Entrevista: Movimento Passe Livre, 2019, arquivo pessoal).

Na passagem acima, o MPL chama atenção não apenas para o processo de construção do movimento e da luta por mobilidade urbana, bem como para o início das ações do movimento. Nesse sentido, Dowbor & Szwako (2013) argumentam que a Revolta do Buzu, realizada em 2003, em Salvador, e a Revolta da Catraca, ocorrida em Florianópolis, em 2004, foram dois marcos na constituição do MPL.

Na carta de princípios do MPL, o movimento também recorda que as mobilizações em torno do transporte coletivo fazem parte da história das metrópoles brasileiras, desde sua

³⁰ No original: “[...] the movement also included certain categories of workers with specific (economic) demands, and neighbourhood mobilizations seeking local service improvements. [...] The protests were also deeply influenced by the widespread use of internet tools for their organization and the expression of demands” (SAAD-FILHO, 2013, p. 658).

formação, bem como da história dos movimentos populares no país, a exemplo do movimento Revolta do Vintém (1880), ocorrida no final do Brasil Império.

Na Revolta do Vintém (1880), dezenas de bondes foram virados no Rio de Janeiro pelos manifestantes como forma de protesto contra a “cobrança da taxa de um vintém, ou vinte réis, sobre o valor das passagens dos bondes que circulavam na cidade do Rio de Janeiro”. “O “imposto do vintém” foi instituído pelo ministro da Fazenda como medida de contenção do déficit orçamentário da coroa” (JESUS, 2006, p.73).

Já em 2013, a mobilização cujo estopim foi o aumento das tarifas do transporte público se converteu em um movimento nacional por melhorias no sistema de mobilidade urbana; de Porto Alegre a São Paulo e Rio de Janeiro, de São Paulo e Rio de Janeiro para todo o país; em duas semanas esses protestos locais se tornaram na maior manifestação de rua realizada no Brasil em vinte anos³¹.

Para o historiador Sean Purdy, as Jornadas de Junho de 2013 foram “as lutas políticas mais importantes do país desde as grandes mobilizações populares e da classe trabalhadora do final dos anos 70 e início dos anos 80, que acabaram com a ditadura militar em 1985”³² (PURDY, 2019, p.2).

Mais de cem cidades aderiram ao movimento. A pauta inicial, a revogação do reajuste tarifário, se transformou em tarifa zero, transporte público gratuito para toda a população, como pode ser observado na imagem abaixo (Figura 4).

³¹ No dia de maior mobilização, 20 de junho de 2013, mais de 1,25 milhões de pessoas saíram às ruas para protestar.

³² No original: “The June Days were the most important political struggles in the country since the great working class and popular mobilizations of the late 1970s and early 1980s that eventually ousted the military dictatorship in 1985” (PURDY, 2017, p.2).

Figura 4: Manifestação por passe livre



Foto: Alf Ribeiro_folhapress

Fonte: <https://piaui.folha.uol.com.br/rolo-compressor/>

Essa imagem representa uma das dezenas de manifestações, organizadas pelo Movimento Passe livre, pela suspensão dos aumentos das tarifas, mas também pela instituição do transporte público gratuito.

Nesse momento, esse movimento foi enquadrado como manifestações políticas por direito à cidade³³ – mobilidade urbana e ‘*mobility justice*’.³⁴ Nota-se, portanto, demandas específicas e particulares ao contexto municipal, cujo principal alvo foi o poder constituído local – as prefeituras.

Contudo, autores como Caldeira (2015), Holston (2014), Nogueira (2013), Purdy (2019) e Saad-Filho (2013) ressaltam que a força repressiva e a violência policial praticadas contra manifestantes e jornalistas foram elementos amplificadores e propulsores da intensidade e da dimensão dos protestos.

Segundo Caldeira (2015), Holston (2014) e Saad-Filho (2013), manifestantes que ainda não havia participado dos protestos se juntaram às manifestações pela revogação dos

³³ É importante destacar que o “direito à cidade” de Henri Lefebvre não é redutível apenas ao acesso de cidadãos a recursos urbanos, como habitação, espaços públicos, serviços, equipamentos sociais etc.

³⁴ Ver Alves da Silva & Paula Ziviani (2018), Holton (2014), Conde & Jazeel (2013), Caldeira ([2013]2018).

reajustes, mas também pelo fim da violenta repressão policial e pela garantia da liberdade de expressão e do direito de protestar. Além disso, diversos ativistas e manifestantes foram presos acusados de participarem de atos violentos e de destruição do patrimônio público.

Os excessos cometidos pelo braço armado do Estado incitaram a realização de um protesto pacífico em frente ao Fórum do Rio de Janeiro, no centro da cidade, chamado de Grito da Liberdade (Figura 5), em defesa da liberdade de expressão, do direito da sociedade de se manifestar e por garantias de proteção ao cidadão manifestantes.

Figura 5: Ato Grito da Liberdade, Rio de Janeiro, 2013



Fonte: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/galeria/2013-10-31/ato-em-defesa-das-manifestacoes-reune-ativistas-em-frente-ao-forum-do-rio>.
Acessado em: 22/04/2019

Além disso, em meados de junho a cobertura da grande mídia que até então era negativa, assim como o discurso da polícia e de alguns políticos, que tentaram de depreciar e deslegitimar os atos, como também criminalizar os manifestantes, passou a apoiar o movimento. Levantamento apresentados por Bucci (2016) Muller & Fossá (2015) e Ortellado *at al.* (2013) sobre a representação dos atos contenciosos de 2013 pela mídia jornalística relevam que houve uma inflexão no tom do discurso e na narrativa sobre os manifestantes.

Segundo Saad-Filho (2013), com a mudança de posicionamento da grande mídia:

Os manifestantes eram agora retratados como expressando a energia da juventude e a rejeição popular do sistema político disfuncional do país. Depois de mudar de lado, a grande imprensa imediatamente se envolveu em uma tentativa em larga

escala de liderar as mobilizações, oferecendo cobertura geral, mesmo à custa de algumas novelas amadas (novelas)³⁵.

O autor supracitado advoga que essa mudança na cobertura dos atos patrocinou a multiplicação e a des-radicalização das demandas dos movimentos; assim, “a cobertura da imprensa impulsionou as mobilizações em rápido crescimento a uma cacofonia vagamente centrada em questões cívicas e, principalmente, ineficiência e corrupção do Estado, a fim de abafar a esquerda e deslegitimar o governo federal”³⁶ (SAAD-FILHO, 2013, p. 659).

Mais adiante, nota-se que o motor propulsor da agitação política havia se tornado outro – direito a uma nação. Milhares de manifestantes, cidadãos indignados, empunharam bandeiras por melhoria das condições de mobilidade, mas outros tantos ergueram faixas clamando por ‘ordem e progresso’ e por um Estado de direito democrático, não oligárquico e livre de práticas de corrupção.

Desse modo, observa-se uma polissemia nas vozes das ruas com a emergência de temas e demandas que extrapolam a escala municipal ou estadual. As manifestações passaram a ter como alvo não mais apenas os governos locais e estaduais, mas, principalmente, o governo federal.

‘Basta!’ ‘Um Brasil para todos’, ‘Queremos cura para a fome’, ‘Tem tanta coisa errada que não cabe em um cartaz’, ‘O gigante acordou’, ‘Estão roubando o doce das nossas crianças’, ‘Mais pão, menos circo’, ‘Quando injustiças se tornam rotina, revolução se torna dever’, ‘Sim às reformas: política, tributária, código penal’³⁷.

Ausência de clareza nas reivindicações e abrangência das pautas foram duas das principais interpretações sobre as Jornadas de Junho de 2013. No entanto, para Scherer-Warren (2014), essa mobilização objetivou mudanças sistêmicas, e, embora os reajustes tarifários tenham sido catalisadores e orientado a estratégia política, o movimento se referiu amplamente aos direitos do cidadão.

Nessa mesma direção, Marco Nogueira (2013) diz que:

A polissêmica e vibrante voz das ruas, que então atingiu alto e bom som, expressa a emergência de um novo modo de vida e o esgotamento de um formato de política.

³⁵ No original: “The protesters were now portrayed as expressing the energy of youth and popular rejection of the country’s dysfunctional political system. Having switched sides, the mainstream press immediately engaged in a full-scale attempt to lead the mobilizations, offering blanket coverage, even at the expense of some beloved telenovelas” (SAAD-FILHO, 2013, p.658).

³⁶ No original: “Press coverage pushed the rapidly growing mobilizations towards a cacophony loosely centred on civic issues and, especially, state inefficiency and corruption, in order both to drown out the left and to delegitimize the federal government” (SAAD-FILHO, 2013, p. 659).

³⁷ G1, (2019). Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes.platb/>>. Acessado em 06 de janeiro de 2020.

Associa-se a uma percepção social de que a sociedade está excluída da arena pública, quer nela ser reconhecida e dela participar (NOGUEIRA, 2013, p. 70).

Nogueira (2013) argumenta que, embora polissêmica, as vozes das ruas das ‘JJ-2013’ emitiram uma importante mensagem de descontentamento, desencantamento e indignação contra a conjuntura ético-política dos dirigentes e representantes políticos do país; além disso, deram maior visibilidade à corrupção sistêmica e sobre os efeitos das políticas econômicas erráticas na sociedade.

Apesar da presença de pautas e demandas amplas, como pode ser observado nas imagens abaixo (Figura 6), no entanto, observar-se-á nos capítulos III e IV que reivindicações precisas a respeito da aprovação ou rejeição de determinados projetos em tramitação no Congresso.

Alguns dos *slogans* citados anteriormente resumizam o clamor cidadão por dignidade, bem como por um país sem mazelas sociais, com equidade e justiça social, por uma nação capaz de ofertar serviços públicos de qualidade a todos os seus cidadãos, por um Estado eficiente na garantia da vontade da maioria, mas, também, respeitoso para com as minorias.

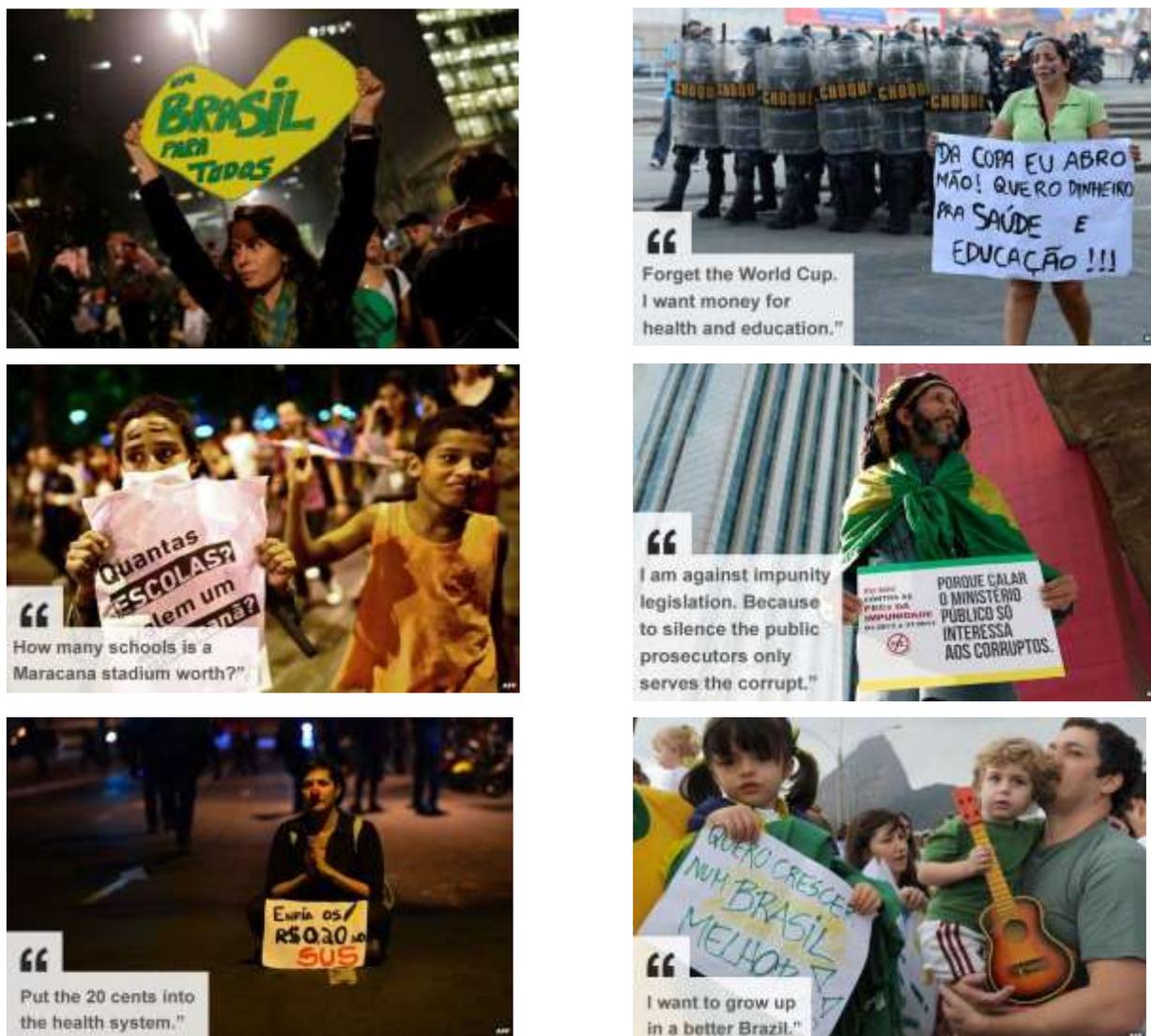
Milhares de manifestantes condenaram os gastos orçamentários alocados para os preparativos para a Copa das Confederações, em 2013, a Copa do Mundo de Futebol em 2014, e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de verão, em 2016, e passaram a exigir responsabilidade econômica e fiscal.

Também clamaram por um Estado-nação comprometido com a erradicação da pobreza e com a garantia de condições efetivas para a promoção de mobilidade social por meio da superação da miséria e das desigualdades e da segregação socioespacial que atingem milhares de pessoas em todo o país

Mas as vozes das ruas ecoaram? Quais foram os impactos políticos institucionais promovidos pelas ruas das ‘JJ-2013’ no sistema político nacional? Respostas para essas indagações serão apresentadas nos próximos capítulos III e IV.

Mas antes, na seção a seguir, buscou-se retomar o debate em torno da democracia e das atividades de confronto político no mundo contemporâneo e na conjuntura de emergência das mobilizações políticas ocorridas nos últimos anos. Essa discussão será essencial para a compreensão da rua como um espaço político, um recurso democrático, e para o entendimento do conceito de impacto político institucional introduzido no capítulo II.

Figura 6: A polissemia das vozes das ruas



Fonte: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-23108688>;
<https://www.americasquarterly.org/content/revisiting-brazils-2013-protests-what-did-they-really-mean>. Acessados em: 29/02/2019

1.2. Mobilizações políticas e a democracia no mundo contemporâneo

No contexto da crise financeira global de 2008, diversos países da Europa tentaram e ou implementaram políticas de austeridades, suscitando protestos e mobilizações políticas contrárias às decisões e medidas adotadas pelos governos frente aos efeitos da crise global. Fominaya (2017) e Rovisco, Veneti & Poulakidakos (2017) argumentam que essas manifestações antiausteridade buscaram contestar as narrativas hegemônicas que definem a

crise financeira como algo inevitável e as políticas de austeridade como resultado inevitável desse mesmo processo.

Nessa linha de raciocínio, López & San Juan (2014) enquadram o movimento de '*los Indignados*', iniciado em 2011 Espanha, como um movimento de oposição direta àquilo que Charles Tilly intitulou de processo de 'de-democratisation' (des-democratização). O pensamento de Tilly sobre o regime democrático se afasta das concepções minimalistas e elitistas de democracia, e o autor argumenta que o regime democrático é ameaçado pela desigualdade social.

Para Della Porta & Porto (2020)³⁸ e Gerbaudo (2017a), as mobilizações antiausteridade na Europa são sintomáticas da crise de democracia liberal e do aumento das desigualdades econômicas no continente. Nesse contexto, Della Porta (2012) argumenta que a confiança do cidadão nas instituições representativas está diminuindo, enquanto a desconfiança tem crescido.

Ainda nessa linha argumentativa, Edward Carr (2019) defende que o poder de influência de corporações financeiras sobre os governos tem se intensificado nas duas últimas décadas nos Estados Unidos e no oeste da Europa, o que tem contribuído para o declínio da qualidade da democracia nesses países, bem como para a insatisfação dos eleitores com a classe governante e para o aumento do sentimento de que os políticos eleitos têm representados os próprios interesses.

Citando a situação da França durante o auge do movimento Coletes Amarelos, Carr (2019) revela que cerca de 70% da população acredita que os políticos franceses são corruptos e apenas 32% confia no governo, enquanto a média global é 47%. No entanto, 83% dos franceses acreditam que o regime democrático é, ainda, a melhor forma de governo.

Porém, a sensação de desconexão entre cidadãos eleitores e políticos eleitos também tem crescido nos últimos anos, assim como a crença de que a classe política tem sido incompetente e tem fracassado na garantia do bem estar geral da sociedade. Não foi à toa que em maio de 2011 teve início na Grécia o movimento de desobediência civil '*We won't pay*' (Nós não vamos pagar), contra medidas delineadas pela Troika³⁹ como condição para o resgate econômico do país.

³⁸ Os autores apresentam uma série de dados sobre o aumento das desigualdades sociais em países da Europa.

³⁹ Termo utilizado para se referir ao conjunto formado por três instituições: Comissão Europeia (CE), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Central Europeu (BCE).

Ainda segundo Carr (2019), tem crescido o cinismo popular sobre os representantes eleitos nos Estados Unidos. Em 2019, apenas 17% dos norte-americanos disseram confiar nos governantes, enquanto no ano de 2000 o percentual daqueles que confiavam nos políticos eleitos era 40% (CARR, 2019). Mosca (2014) também argumenta que “a corrupção política e os escândalos expostos pela mídia aumentaram o cinismo e o desapego das pessoas em relação à política”⁴⁰ (MOSCA, 2014, p. 36).

Nesse contexto e seguindo o pressuposto de Charles Tilly (2003), quando se “enfraquece as proteções para a maior parte dos cidadãos e aumenta-se as oportunidades dos ricos e poderosos para intervir seletivamente nas políticas públicas em seu próprio nome”⁴¹ instala-se a possibilidade de ocorrência do fenômeno de des-democratização do regime democrático (TILLY, 2003, p.40).

Assim como Tilly, Pierre Rosanvallon (2019) estabelece um vínculo inexorável entre desigualdade e democracia. Segundo Rosanvallon, o aumento de desigualdades sociais promove uma erosão da legitimidade democrática, atizando debates em torno do diagnóstico de crise da democracia representativa.

De acordo com o historiador francês, “entre a Primeira Guerra Mundial e a primeira crise do petróleo, nos anos 1970, na Europa e nos Estados Unidos, houve uma redução espetacular das desigualdades” sociais, de modo que “podemos dizer que, para a Europa, o século XX foi o século da redução das desigualdades. Agora estamos no século da multiplicação das desigualdades” (ROSANVALLON, [2012] 2019, n.p).

Ainda segundo o autor supracitado, embora tenha ocorrido o avanço da democracia política e dos direitos, ao longo das últimas tem havido o “paulatino desaparecimento do laço social que cria e alimenta as sociedades democráticas” (ROSANVALLON, [2012] 2019, n.p).

Simon Tormey (2016), no entanto, chama atenção para o fato de que “nunca houve um período na evolução da democracia representativa em que alguém em algum lugar não declarou que a democracia estivesse em crise”⁴². Contudo, na conjuntura atual, é alto o grau de consenso subjacente a essa ideia (TORMEY, 2016, n.p).

⁴⁰ No original: “Political corruption and scandals exposed by the media have increased people’s cynicism and detachment from politics” (MOSCA, 2014, p. 36).

⁴¹ No original: “weakens protections for the bulk of the citizenry, and increases the opportunities of the rich and powerful to intervene selectively in public politics on their own behalf” (TILLY, 2003, p.40).

⁴² No original: “[...] there has never been a period in the evolution of representative democracy when someone somewhere has not declared democracy to be in crisis” (TORMEY, 2016, n.p).

Ao analisar-se várias medidas usadas por cientistas políticos para medir a saúde e o bem-estar da democracia representativa, conclui-se que esses indicadores – participação e abstenção de eleitores, participação em partidos, confiança em políticos e interesse em política – estão em tendência de queda.

Por outro lado, embora a confiança política, a satisfação e a participação dos eleitores estejam em queda, a onda recente de confronto político em diversos países, em todas as partes do mundo, revela três importantes coisas: i) os cidadãos não estão apáticos, tão pouco alienados da vida política e do rumo dos governos, ii) apesar da desconfiança e do cinismo sobre os representantes eleitos, os cidadãos acreditam que a democracia ainda é o melhor sistema de governos, iii) diferente dos movimentos anarquistas e autonomistas do século XX cujo horizonte político era a rejeição das instituições do Estado, as mobilizações políticas recentes reclamaram por maior participação popular na tomada de decisões e maior soberania frente a influência do poder econômico sobre as políticas, além de constituírem reações contrárias à corrupção. É o que defende Paolo Gerbaudo (2017a).

Para Gerbaudo (2017b), os movimentos antiausteridades no sul da Europa – *Democracia Real Ya!* e *los indignados* na Espanha, e o *Real Democracy Now*, na Grécia –, por exemplo, ao invés de pedirem o fim do Estado e da instituição democrática, buscaram apontar imperfeições no sistema democrático e alertar para um movimento de declínio da qualidade da democracia, associado ao aumento da desigualdade social e da interferência das elites econômicas e políticas no processo político. Na opinião do autor, esses foram movimentos pró-democracia, antioligárquicos e pela recuperação da cidadania, ao contrário do que os adeptos da corrente anarquista e ou neo-anarquista tendem a afirmar.

Ademais, embora menos pessoas estão votando ou ingressando em partidos políticos, e o interesse pela política parlamentar está diminuindo rapidamente, segundo Tormey (2015) os partidos de oposição e radicais, que deveriam se beneficiar do desencanto público com a política, também estão sendo afetados.

Todavia, Gerbaudo (2017a, 2017b) argumenta que um dos desdobramentos das mobilizações foi exatamente a criação de partidos políticos para a participar da política eleitoral e não negação da democracia representativa, mas sim a reivindicação de maior controle sobre e participação sobre as decisões governamentais, especialmente em um contexto de ameaça a direitos sociais e de crescente desigualdades sociais.

No Brasil, alguns dos seus mais célebres talentos como José Álvaro Moisés e Renato Janine também interpretam as Jornadas de Junho de 2013 como uma manifestação sintomática de problemas na democracia brasileira. Segundo Moisés (apud Maciel

[2013]2020, n.p), o plano de fundo das ‘JJ-2013’ é “um profundo mal-estar com a democracia existente no Brasil”. Para Moisés, “tivemos avanços extraordinários em termos de reconhecimento de direitos nas últimas décadas, mas, visivelmente, tem áreas em que ela [a democracia] funciona mal, e provavelmente o maior déficit é o da representação” (MOISÉS apud MACIEL, [2013]2020, n.p).

De acordo com Nogueira, as vozes das ruas das ‘JJ-2013’ deram visibilidade à crise da política, cujo âmago era o colapso da representação política e o divórcio entre o Estado e a sociedade (SOARES apud NOGUEIRA, 2013, p. 32). Ainda nessa direção, Nogueira (2013) argumenta que a indignação social contra a classe política e o sistema político tomou corpo e visibilidade. Segundo o autor, as massas que foram às ruas em junho de 2013 questionaram o modo como a representação política está estruturada no país e, assim, contestaram o “arranjo político protagonizado por pessoas, grupos e classes, interesses econômicos e organizações que, por vias ora dissimuladas ora explícitas, têm-se associado para governar o país” (NOGUEIRA, 2013, p. 20).

Também, os massivos protestos realizados no mundo e no Brasil, ao longo de 2013, galvanizaram o debate que gravita em torno da efetividade dos espaços qualificados como ‘participativos’, e revelam a necessidade de se avançar rumo a um modelo democrático mais inclusivo e participativo, no qual a participação social seja um recurso capaz de promover maior soberania popular e, portanto, um elemento fundamental para conferir maior legitimidade à representação política tradicional.

Nessa perspectiva, Ribeiro (apud Maciel [2013]2020, n.p) argumentou que “as pessoas estão insatisfeitas pela forma como são representadas”. Ainda segundo Ribeiro,

“de tempos em tempos, a política precisa ser irrigada por uma injeção forte de vida, mesmo que essa vida não saiba como se expressa, mas para mostrar que política é um meio, e não um fim. Quando se fala em necessidade de participação política, não é aquela feita em moldes tradicionais” (RIBEIRO apud MACIEL, [2013]2020, n.p).

Alfredo Bosi, por sua vez, chama atenção para o problema da participação política no processo decisório no país. Para o historiador, a manifestações (JJ-2013) levantou o debate sobre “como tornar viável uma democracia participativa, que me parece o ideal, e pela qual os grande[s] problemas da cidade possam ser tratados com alguma racionalidade” (BOSI apud MACIEL, [2013] 2020).

Já o renomado cientista político brasileiro Leonardo Avritzer sinaliza a ocorrência de uma “degradação da democracia por dentro das instituições políticas”, e que cada vez menos indivíduos têm confiança nessas instituições (AVRITZER apud FOLHA DE S. PAULO, 2019, n.p).

Nessa direção, argumenta-se aqui em diversas partes do mundo o cidadão indignado e o eleitor converteram ruas em espaços políticos, arenas de demandas (CASTRO, 2018a), para enviar uma mensagem muito clara aos governantes eleitos – “vocês não estão representando os meus/nossos interesses, os interesses da sua base de apoiadores ou o interesse público”.

Nesse debate, compreende-se que as concepções de “real democracia” e maior “soberania popular” gravitam em torno das imperfeições da democracia eleitoral e da urgente necessidade de viabilizar formas de participação social no processo político de tomada de decisão sobre políticas públicas e reformas políticas, econômicas, administrativas e sociais. Uma alternativa e ou opção é a utilização da internet e a realização de consultas, como a realizada na Islândia, em 2013, onde cidadãos se engajaram para contribuir, via redes sociais virtuais, na elaboração de uma “Constituição colaborativa”.

Assim, o manifestante, cidadão-eleitor, tem feito da rua um recurso democrático para questionar a sobreposição dos interesses de elites políticas e econômicas sobre o interesse geral, “bem comum”. No entanto, como já mencionado anteriormente, a desconfiança do eleitor não está criando apatia política. O número de cidadãos indignados que ocuparam as ruas nos últimos anos é uma prova disso.

Além disso, diante do estado técnico e tecnológico do mundo contemporâneo e das redes sociais digitais o eleitor tem se comportado e agido como “povo-vigilante”, “povo-veto” e “povo-juiz” (termos tomados emprestados de Pierre Rosanvallon). Ou seja, cada vez mais a sociedade toma conhecimento do atos e acompanham os passos da elite dirigente, e se posiciona quando julga que a posição e o comportamento do representante eleito vão na mão contrária daquilo que o eleitor, cidadão e a sociedade julga como sendo o adequado e compatível com as obrigações assumidas pelo representante – em jamais colocar interesses particulares acima dos interesses coletivos.

Pierre Rosanvallon (2011,2008) tem ofertado frutíferas contribuições para a compreensão do estado atual da democracia e, por sua vez, das mobilizações políticas recentes. De acordo com o historiador, a história da democracia sempre envolveu tensão e conflito em torno de dois de seus atributos políticos – legitimidade e confiança.

Enquanto legitimidade é um “fato estritamente processual”, jurídico e resultado do voto, confiança é algo muito mais complexo, é um tipo de “instituição invisível”. Ainda segundo Rosanvallon (2008b), a confiança “representa uma expansão da legitimidade, na medida em que acrescenta a um mero atributo processual uma dimensão moral (integridade

no sentido mais amplo) e uma dimensão substantiva (preocupação com o bem comum)”⁴³ (ROSANVALLON, 2008, p.3).

No momento em que diversos teóricos políticos têm emitidos diagnósticos precisos sobre o estado de crise da democracia, cujo um dos principais sintomas é a redução da confiança no modelo representativo e nas instituições políticas, Rosanvallon (*op.cit*) argumenta que sempre existiu uma lacuna ou fosso entre legitimidade e confiança. Para o autor, o objetivo da desconfiança democrática é “garantir que as autoridades eleitas cumpram suas promessas e encontrar maneiras de manter a pressão sobre o governo para servir ao bem comum”⁴⁴ (ROSANVALLON, 2008b, p.8).

Sobre os diversos episódios de confronto político ocorridos pós-início da crise financeira de 2008, embora diversos intérpretes⁴⁵ apontem para um clímax de desconfiança democrática, os mesmos analistas têm destacados como resultado dessas mobilizações uma mudança na composição do sistema político, que é expressão do desejo e da necessidade de oxigenação da democracia representativa-eleitoral para a expansão da legitimidade, nos termos propostos por Rosanvallon (2008). Nessa direção, Pierre Rosanvallon (*op.cit.*) argumenta que diferentes formas assumidas pela desconfiança democrática podem reforçar a democracia eleitoral, operando dentro da democracia como “contra-poderes”.

Três dos contra-poderes tratados por Rosanvallon são: poderes de supervisão, formas de prevenção e teste de julgamentos, denominados pelo autor como “contra-democracia”. Para evitar qualquer mal-entendido sobre a expressão contra-democracia ou contra-poder, é importante destacar que por “contra-democracia” Pierre Rosanvallon não quer dizer o oposto da democracia, mas sim uma forma de democracia que “reforça a democracia eleitoral habitual como uma espécie de contraforte, uma democracia de poderes indiretos disseminados por toda a sociedade - em outras palavras, uma democracia duradoura de desconfiança, que complementa a democracia episódica do sistema representativo eleitoral usual”⁴⁶ (ROSANVALLON, 2008, p.8).

⁴³ No original: “[...] it represents an expansion of legitimacy, in that it adds to a mere procedural attribute both a moral dimension (integrity in the broadest sense) and a substantive dimension (concern for the common good)” (ROSANVALLON, 2008b, p.3).

⁴⁴ No original: “(Its purpose is) to make sure that elected officials keep their promises and to find ways of maintaining pressure on the government to serve the common good” (ROSANVALLON, 2008b, p.8).

⁴⁵ Ver trabalhos de Della Porta *et al.* (2017)

⁴⁶ No original: “[...] a form of democracy that reinforces the usual electoral democracy as a kind of buttress, a democracy of indirect powers disseminated throughout society – in other words, a durable democracy of distrust, which complements the episodic democracy of the usual electoral-representative system” (ROSANVALLON, 2008, p.8).

Ainda segundo o autor supracitado, “a contra-democracia faz parte de um sistema maior que também inclui instituições democráticas legais” (ROSANVALLON, 2008b, p.8). Nessa direção, convencido do potencial democrático da desconfiança delineado por Rosanvallon, o qual é endossado pela notável cientista política e social Donatella della Porta, argumenta-se aqui que a atividade de protesto e os movimentos sociais desempenham um importante papel no processo democrático (Della Porta, 2012)) e que, portanto, as ‘ruas’ – espaços políticos abertos – constituem recursos democráticos integrantes do sistema democrático, tendo poder instituinte e potencial de produzir impactos no sistema político.

Admite-se aqui que mobilizações políticas e movimentos sociais podem desempenhar funções democráticas e, à vista disso, que as ruas enquanto espaços políticos de demandas (CASTRO, 2018a) são recursos democráticos complementares à legitimidade processual advinda das urnas, que, como revela os cidadãos indignados em todo o mundo, tem sido desvirtuada e corrompida.

Nesse direção, as ruas podem contribuir para a melhoria da qualidade da democracia eleitoral de diversas formas, seja como canal de comunicação direta entre cidadãos e representantes eleitos e de pressão para que os membros dos poderes constituídos representem os interesses e anseios dos representados, como também constringendo as instituições democrática (órgãos de controles suprapartidários e ideológicos) a zelarem pelo bem comum fiscalizando as ações e punindo os desvios de condutas dos eleitos.

Diversos autoridades no assunto como Doug McAdam (2014), Sidney Tarrow (2011), Donatella Della Porta (2016), Marco Giugni (1999), Alberto Melucci, Mark Traugott,(1995) David Mayer (2007), James Jasper (2016) entre outros, reconhecem movimentos sociais e episódios de confronto políticos como vetores de mudança política – nos processos de transição e ou expansão do regime democrático.

Nessa direção, Sirje Laurel Weldon (2011) argumenta que os movimentos sociais representam interesses, no processo político, de grupos em desvantagem (social, econômica e política), influenciando a formatação de políticas públicas. Ao examinar uma variedade de políticas públicas em democracias estabelecidas, a autora mostra que os movimentos sociais são importantes mecanismos para a representação política e, por conseguinte, é um canal crítico para a influência em políticas para mulheres, trabalhadores, mulheres negras e grupos LGBT.

Essa ideia se coaduna com a tese de David Mayer e Sidney Tarrow sobre a formação de uma *Social Movement Societies*⁴⁷ e sobre a emergência de figuras de legitimidade democráticas, teoria delineada pelo historiador francês Pierre Rosanvallon, ambas utilizadas como fontes do embasamento teórico e conceitual da tese.

McAdam (1999) e Daniel Q. Gillion (2013) também destacam o papel do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos na luta pela liberdade dos afro-americanos no anos 1960, e a importância das ações desse movimento para a expansão dos direitos cidadãos naquele país e, por consequentemente, na consolidação de um regime democrático mais inclusivo.

Della Porta (2016) também têm oferecido valorosas contribuições sobre a relação entre ciclos de protestos e processos de transição e consolidação da democracia. No entanto, a maioria dos estudiosos do confronto político não têm contribuído para o debate sobre perigos dos movimentos sociais e de mobilizações políticas para a democracia.

Assim, respondida algumas das questões lançadas no início desse capítulo a respeito da rua ser ou não ser um recurso democrático, pergunta-se, a partir do debate pouco profundo sobre os perigos do protesto para a democracia, se e quando as ruas podem ser transformadas em um instrumento contra a democracia, como também se determinados movimentos de protestos são legítimos e democráticos ou não.

A maneira mais objetiva para se conversar com essas indagações é pensar nos valores e ideias intrínsecas à democracia: liberdade, inclusão, garantia e preservação dos direitos humanos, justiça, igualdade e equidade, defesa das instituições democráticas, responsabilidade dos eleitos diante dos eleitores, bem comum, além de respeito a vontade de maioria e proteção dos direitos das minorias.

Norberto Bobbio argumenta que a democracia “se propõe a tarefa de conciliar duas coisas contrastante, que são a liberdade e o poder”. Para o politólogo, liberdade e poder formam uma “tensão dramática entre a vocação do homem para a liberdade e a necessidade absoluta em que se encontra, se quer sobreviver” (BOBBIO, [1959]2014, p.35).

Assumindo essa definição como verdadeira e reconhecendo que a liberdade é o sentido da política (Arendt, 1993) e que a política “pode ser definida como um conjunto de métodos e práticas que contribuem para evitar que os conflitos internos de uma sociedade

⁴⁷ Protest and Politics: The Promise of Social Movement Societies.

sejam transformados em guerra civil”⁴⁸ (Lévy, 2002, n.p) ajudará a responder a indagação se a rua pode ser transformada em um recurso antidemocrático.

Ora, se a liberdade está no fundamento da democracia e da política permite-se argumentar que a rua pode ser convertida em um recurso antidemocrático, por exemplo, por grupos supremacistas como o Ku Klux Klan⁴⁹, nos Estados Unidos (EUA), entre outros grupos nazistas ou neonazistas, segregacionistas e fascistas.

Alguns podem fazer a seguinte réplica: mas se a democracia tem como fundamento a liberdade, integrantes desses grupos não estariam exercitando a liberdade individual de crença, associação ideológica e de agir livremente nos espaços abertos das cidades, ocupando-os e transformando-os em espaços para expressar e dar visibilidade às suas visões de mundo?

No entanto, quando ações como essas atentam contra os princípios democráticos e negam a política, pois pregam a subjugação de determinados grupos (negros, gays, lésbicas, judeus...), e assim a negação de direitos cidadãos a indivíduos membros desses grupos, um dos resultados passíveis de acontecer é a geração de conflitos e, por conseguinte, esses conflitos podem descambar para a guerra civil e a violência, como alerta Lévy (*op. cit.*).

Ou seja, enquanto os movimentos dos direitos civis afro-americanos nos Estados Unidos buscaram inclusão cidadão, igualdade política, liberdade e, portanto, adesão à sociedade americana como sujeitos de direitos, os movimentos supremacistas utilizam um discurso identitário separatista, negacionista e opressor pela negação da cidadania a membros da sociedade.

Nessa direção, reafirma-se aqui que o sentido da política é a liberdade e que a violência é a negação da política. Logo, a liberdade de expressão e política termina quando recorrer ao princípio da liberdade irrestrita para disseminar princípios contrários à democracia na tentativa de instituir o seu reverso, ou seja: o reino da tirania e da institucionalização da discriminação, da exclusão e da segregação socioespacial, do privilégio e da violência.

Ainda na seara desse debate, Norberto Bobbio ([1959]2014) destaca que no regime democrático a concessão do poder à classe dirigente ocorre a título *concessio imperii*, ou seja,

⁴⁸ No original: “Le politique peut être défini comme un ensemble de méthodes et de pratiques concourant à éviter la transformation en guerre civile des conflits internes d’une Société” (LÉVY, 2002, n.p).

⁴⁹ Grupo racista e supremacista criado em 1885 por oficiais do antigo Exército Confederado do sul dos Estados Unidos, após a Guerra Civil Americana (1861-1865) iniciada pelos estados do sul do país, que era contra o fim da escravidão.

de maneira temporária e sempre revogável em caso de inadimplência e de ineficiência por parte do governo.

No entanto, os protestos recentes no Chile, em 2019, e na França, em 2018, têm animado o debate em torno de dilemas que constituem a base normativa da democracia representativa – se, como e qual é o limite da influência que os cidadãos devem e podem exercer sobre as decisões dos representantes eleitos?

Esse é um debate insolúvel, porém, sendo fiel aos postulados de Pierre Rosanvallon (2008) quando esse afirma que a eleição não confere legitimidade automática e irrestrita aos governantes eleitos, acredita-se que passados um ano e cinco meses entre o início do governo e o início dos protestos no Chile, e um ano e seis meses entre o início do governo e o início dos protestos na França, seja natural e democrático que cidadãos saiam as ruas para cobrar, questionar ou rejeitar decisões que joguem ser contrárias ao interesse público e da maioria.

Vale lembrar que assim como no Brasil, quando as manifestações realizadas em todo o país, em 2013, receberam um significativo índice de aprovação pela população, os movimentos de protestos realizados no Chile, em 2019, e na França, em 2018, conquistaram elevados índices de aprovação popular. No Chile, 85,8% dos chilenos disseram que apoiavam os protestos e 83,9% desejavam mudar a Constituição do país⁵⁰, enquanto na França dois em cada três franceses (64%) apoiavam o Movimento dos Coletes Amarelos⁵¹.

Em todos os casos citados aqui (Brasil, Chile e França), as mobilizações políticas não exigiram a renúncia dos presidentes e novas eleições, embora uma minoria dos manifestantes tivesse reivindicado isso. Nos três casos, os cidadãos indignados queriam ser ouvidos pelos governantes e buscaram enviar uma mensagem aos representantes eleitos, “representem os nossos interesses, os nossos anseios”.

Contudo, tendo como esteio a proposta metodológica desenvolvida para a análise de resultados, impactos e desdobramentos de mobilizações políticas (capítulo II, seção 2.1), reconhece-se que diversos fatores (o papel desempenhado pela e por: opinião pública, mídia, líder político, repertório de ação, tática, discurso, o programa de governo aprovado nas urnas, percentual de aprovação, oportunidade e restrição política etc.) concorrem para uma avaliação mais precisa, caso a caso, se as manifestações são legítimas ou não.

⁵⁰ Fonte: <https://outline.com/LvNwrc>

⁵¹ Fonte: <https://outline.com/a36ArZ>. Ainda segundo outra pesquisa de opinião realizada pelo instituto Elabe e divulgada em fevereiro de 2019, 75% dos entrevistados disseram que aprovavam os “Coletes amarelos”, e outros 70% se posicionaram a favor que o governo francês reverta os aumentos nos preços dos combustíveis (Fonte: <https://outline.com/8MD2bD>).

Antes de passar para a próxima seção desse capítulo cujo objetivo é destacar o papel de movimentos de protestos na oxigenação do sistema político-partidário, é necessário, diante da discussão feita até aqui, concordar com Iná Elias de Castro (2016) e John Short (1993) quando esses afirmam que o espaço é fonte de conflitos pois sua ocupação é, por definição, conflituosa, logo, por sua vez, nele e por ele interesses diferenciados engendram processos políticos, práticas sociais e confronto político que envolve grupos de diversos estratos sociais, com alto ou baixo capital econômico, e com posicionamentos políticos e ideológicos diversos.

Assim, embora a maioria dos estudiosos do movimentos sociais, como Sirje Laurel Weldon, tendem a destacar que os MS representam, no processo político, o interesse de grupos em desvantagem (social, econômica e política), sub-representados e marginalizados, algo essencial nos regimes democráticos, é necessário pontuar que indivíduos com alto poder aquisitivo, moradores de áreas nobres das cidades, também se organizam e mobilizam esforços em prol de uma causa coletiva, e que isso faz parte da democracia.

Isso posto, na seção seguinte buscou-se sublinhar o poder instituinte dos espaços políticos abertos nos sistemas políticos da Grécia, da Espanha e da Itália, como resultados das mobilizações e protestos contrários à implementação de medidas de medidas e pró-democracia ocorridos nesses países no curso da crise financeira de 2008. Será observado que esses países europeus experimentaram mudanças em seu sistema partidário, com o surgimento de partidos políticos *anti-establishment* e que obtiveram significativos êxitos na arena eleitoral.

1.3. Das ruas para a arena eleitoral: movimentos de protestos e os sistemas político-partidários

Della Porta *et al.* (2017) em estudo sobre a onda recente de protestos ocorridas em países da Europa, em reação contrária as tentativas de implementação de políticas de austeridades e contra os partidos do *establishment*, revelam que novos partidos políticos surgiram na Grécia, Espanha e Itália, e que esses novos partidos, denominados de “partidos de movimentos”, obtiveram sucesso eleitoral.

Outros autores como Chironi e Fittipaldi (2017) também têm chamado atenção para a relação causal entre essas mobilizações e protestos antiausteridades e pró-“real democracia” e a ascensão de novos partidos na Europa. Segundo Dunphy (2017), desde o início da crise

financeira europeia, em 2008, essa onda movimentos de protesto e de ativismo social desafiou a política partidária estabelecida e impactou o sistema político partidário.

De acordo com Lorenzo Mosca, “a crise econômica duradoura, as medidas de austeridade e os escândalos de corrupção criaram um ambiente favorável ao advento de novos atores políticos em toda a Europa”⁵² (MOSCA, 2014, p. 36). Nessa esteira, diferentes atores emergiram dessas mobilizações e influenciaram a arena eleitoral.

Pirro (2019) lembra que relação entre movimentos sociais e movimentos de protestos e a reestruturação dos sistemas partidários não é nova. Um exemplo disso é a emergência de partidos na América Latina e na Europa cuja bases foram os movimentos trabalhista, de esquerda libertária e verde (ambientalistas).

Nota-se, no entanto, que embora influenciados por princípios (neo)anarquista, há uma grande diferença entre essas mobilizações e os movimentos dos anos 1990, a exemplo do *Reclaim the Streets*, de cunho anárquico, e do emblemático movimento antiglobalização ocorrido em Seattle (Batalha de Seattle), nos Estados Unidos, em 1999. As manifestações recentes não rejeitam as instituições democráticas, embora tenham feito duras críticas a essas, mas sobretudo, buscaram reestruturar o sistema político participando dele.

Karyotis & Rüdig (2018) sinalizam que os movimentos antiausteridades surgiram em muitos países europeus desde 2010, porém, apresentando grandes diferenças na experiência de cada país em termos de força, estilo e impacto na política partidária e nos resultados eleitorais, e eles coincidem com grandes protestos em outras partes do mundo, incluindo a ‘Primavera Árabe’ e o movimento *Occupy* nos EUA.

Segundo Gerbaudo (2017a), a crise financeira de 2008 e a recessão que se seguiu afetaram seriamente as condições de vida de dezenas de milhões na Europa e na América do Norte, sendo as classes baixa e média sendo atingidas por desemprego, queda nos salários, insegurança no trabalho, endividamento, aumento de impostos e encolhimento de serviços públicos, erodindo o estado de bem-estar social-democrático.

“No sul da Europa, Espanha e Grécia experimentaram graves dificuldades econômicas”. Na Grécia, “a economia encolheu cerca de um quarto desde o início da crise. O desemprego disparou, atingindo um pico de 24,2% em 2012, com a taxa de desemprego entre os jovens em 55,3%, no mesmo ano”⁵³ (GERBAUDO, 2017a, p. 45).

⁵² No original: “The enduring economic crisis, austerity measures and corruption scandals have created a favourable environment for the advent of new political actors all over Europe” (MOSCA, 2014, p. 36).

⁵³ No original: “In southern Europe, Spain and Greece experienced severe economic distress. [...] economy shrinking by about one quarter since the beginning of the crisis. Unemployment has skyrocketed, reaching a

Em fevereiro de 2011, “a eurocrise está a todo vapor na Espanha. O desemprego atinge 22%, e 47% entre os jovens. [...] sob pressão da Alemanha e do FMI, o governo socialista, revertendo sua promessa eleitoral de 2008, promove cortes orçamentários cada vez mais profundos” (CASTELLS, 2013, p. 90).

Em 15 de maio de 2011, um pequeno grupo de pessoas decidiu acampar na Puerta del Sol, em Madri, Espanha, com o *slogan* “Democracia Real Ya! Ocupe as ruas. Não somos mercadorias nas mãos de políticos e banqueiros!”, dando início as acampadas (acampamentos).

Álvares-Benavides (2018) narra o nascimento do 15M, movimento de *los indignados*. De acordo com o autor,

[...] quase um mês de acampamento, manifestações em mais de 60 Cidades espanholas, mais de um milhão de pessoas nas ruas, mais de 500 assembleias em todo o mundo e uma série de mobilizações paralelas e irmãs, como os diferentes movimentos de ocupação. A política tradicional não atendeu às aspirações, necessidades e demandas de uma parte importante do público em geral e, assim, nasceu a 15M, conhecida internacionalmente como Movimento dos Indignados (movimento antiausteridade)⁵⁴ (ÁLVAREZ-BENAVIDES, 2018, n.p).

Castells (2013) retrata os indignados como um movimento político contra o sistema político, cujo objetivo maior foi a transformação do sistema político democrático, de modo que reforma da lei eleitoral, para torná-la proporcional e viabilizar uma representação adequada das minorias, e referendos obrigatórios foram alguns dos temas mais populares.

O 15M foi uma movimento político apartidário, sem filiação ou simpatia partidária, composto em sua maioria por jovens com visões ideológicas e políticas plurais, que, segundo López & San Juan ([2014] 2019, p.4), obteve “muito sucesso, embora ainda não tenha cumprido muitos de seus objetivos mais explícitos”⁵⁵.

Após quatro anos de insatisfação social e do movimento dos Indignados nasceria o Podemos, partido político liderado por Pablo Iglesias para representar os integrantes e simpatizantes do 15M que não se sentiam representados pelos partidos tradicionais. Segundo Álvares-Benevides (2018), o Podemos nasceu como uma coalizão com outras novas formações e “[...] conseguiu obter acesso ao governo em várias cidades espanholas, além de

peak of 24.2% in 2012, with the youth unemployment rate at a staggering 55.3% the same year” (GERBAUDO, 2017a, p. 45).

⁵⁴ No original: “[...] almost a month of camping, demonstrations in more than 60 Spanish cities, more than a million people in the streets, more than 500 assemblies around the world and a series of parallel and sister mobilizations, such as the different occupy movements. Traditional policy did not fulfil the aspirations, needs and demands of an important part of the general public and thus 15M was born, internationally known as the Indignados Movement (anti-austerity movement) (ÁLVAREZ-BENAVIDES, 2018, n.p).

⁵⁵ No original: “(15M has been a) very successful movement although it has not fulfilled yet many of its most explicit goals”.

adquirir uma notável relevância e representação política em quase todas as regiões da Espanha e em nível estadual” (ÁLVAREZ-BENAVIDES, 2018, n.p).

“Não, não, não eles não nos representam!” (“*Que no, que no, que no nos representan!*”) foi entoado em maio de 2014 durante as comemorações do resultado eleitoral obtido pelo Podemos nas eleições Europeia. O novo partido conseguiu 8 por cento do voto popular e conquistou cinco cadeiras, 1,2 milhão de votos, nas eleições europeias da Espanha, apenas três meses após o partido ter sido criado.

Para Gerbaudo (2017a), a virada eleitoral provocada pelo Podemos demonstra como “as críticas vocais do movimento aos representantes políticos acabaram por levar não a uma rejeição anarquista das políticas representativas, mas a um impulso populista de construir novas formas de representação que pudessem canalizar as demandas populares para o Estado”⁵⁶ (GERBAUDO, 2017a, p.223).

Em 2015 e 2016, durante as eleições legislativas o Podemos conquistou um total de 67 cadeiras no parlamento espanhol, ocupando a terceira posição dos partidos em número de assentos, estando atrás apenas do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e do Partido Popular (PP), respectivamente com a primeira e a segunda maior bancada (Figura 7).

Em 2019, embora o partido tenha deixado a terceira posição e passado à quarta com 42 assentos, o desempenho do Podemos, um partido novo, é considerado pela literatura especializada como sendo um sucesso, impactando o sistema eleitoral e a representação política.

⁵⁶ No original: “[...] demonstrates the way in which the movement's vocal criticism of political representatives has ultimately led not to an anarchistic wholesale rejection of representative politics, but rather to a populist drive to construct new forms of representation that could channel popular demands into the state” (GERBAUDO, 2017a, p.223).

Figura 7: Composição do parlamento da Espanha, 2019 e 2016



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/04/eleicao-na-espanha-registra-forte-comparecimento-as-urnas.shtml>

Nota-se, na Figura 7, que os três maiores vencedores das eleições legislativas de 2016, PSOE, PP e Podemos, perderam um número considerável de assentos no parlamento em 2019. É possível observar que o Cidadão (*Ciudadanos*) partido nacionalista e de centro-direita, e o Vox, partido de extrema-direita, obtiveram conquistas importantes.

Na Grécia, a oposição generalizada às medidas de austeridades gerou, entre 2010 e 2015, três ondas de protesto contra a implementação de medidas estabelecidas pela Troika como condição para o resgate econômico do país, que sofria com a combinação dos efeitos decorrentes da crise financeira de 2008 e má gestão pública.

Similar ao que houve na Espanha em 2014, onde a intensa mobilização política teve como resultado um “movimento partido” – o Podemos, na Grécia, após tanto os governos de centro-direita e de centro-esquerda impondo austeridade no período de 2008-2012, os tradicionais partidos políticos enfrentaram uma severa punição eleitoral.

No trecho a seguir, Karyotis & Rüdig resumem uma série de mobilizações antiausteridade na Grécia que culminariam na emergência de uma Coalizão da Esquerda Radical (SYRIZA):

“A primeira onda consiste no protesto em massa antiausteridade que surgiu em 2010 e se intensificou após o acordo de resgate em maio [...] A segunda onda de protestos ocorreu em 2011 e viu não apenas um maior aumento na participação

(Diani e Kousis, 2014), mas também uma expansão de suas atividades, notadamente com a ocupação de praças centrais por um novo movimento de inspiração indignada chamado *Αγανακτισμένοι* [Aganaktismeni] [...] Uma terceira onda de mobilização, a partir de meados de 2012, coincidiu com uma mudança parcial de foco das ruas para a arena eleitoral, com um partido anteriormente marginal, a Coalizão da Esquerda Radical (SYRIZA), estabelecendo-se como o principal partido do movimento”⁵⁷ (KARYOTIS & RÜDIG, 2018, p. 159).

Assim como o Podemos na Espanha, a Coalizão da Esquerda Radical (SYRIZA) impactou o sistema político eleitoral grego. O Aganaktismeni teve implicações para o aumento fenomenal do apoio aos partidos de esquerda, particularmente ao Syriza, nas duplas eleições de 2012, e o sucesso eleitoral do partido é, parcialmente, atribuído a sua capacidade de atrair oponentes da política de austeridade que não são necessariamente radicalizados em termos de ideologia (Rüdig & Karyotis, 2014).

Na Itália, segundo Mosca (2014) a conjugação dos efeitos da crise financeira de 2008 com diversos escândalos de corrupção “abriu oportunidades para pessoas de fora na arena política, que foram aproveitadas por um empresário político incomum: o comediante Beppe Grillo e seu movimento *Cinque Stelle* (Movimento Cinco Estrelas, FSM)”⁵⁸ (MOSCA, 2014, p. 39).

Fundado em outubro de 2008, o FSM participou inicialmente de eleições locais, e, em 2010, nas eleições regionais, obtendo um resultado positivo nas regiões norte do país, embora ainda fosse fraco na áreas centro-sul da Itália. No entanto, o “boom eleitoral e a institucionalização” do FSM aconteceria em 2012, relata Mosca (2014):

“O verdadeiro ponto de virada nos resultados eleitorais do movimento ocorreu nas eleições locais de maio de 2012, quando ele elegeu quatro prefeitos (um na cidade de Parma) e obteve mais de 10% dos votos em muitas áreas do norte. Após esse 'boom eleitoral', a ascensão do movimento pareceu imparável: tornou-se o partido mais votado nas eleições regionais da Sicília em novembro de 2012 e o primeiro partido (excluindo os votos dos italianos residentes no exterior) na câmara baixa do parlamento em geral eleições de fevereiro de 2013”(MOSCA, 2014, p.43-44).

Conclui-se que as mobilizações políticas ocorridas na Espanha, Grécia e Itália perturbou o sistema político. Nas ruas, membros-participantes desses movimentos de

⁵⁷ No original: The first wave consists of the anti-austerity mass protest that emerged during 2010 and intensified after the bailout agreement in May [...] The second wave of protest occurred in 2011 and saw not only a further increase in participation [...] but also an expansion of its activities, notably with the occupation of central squares by an Indignados-inspired new movement called the *Αγανακτισμένοι* [Aganaktismeni] [...] A third wave of mobilisation, from mid-2012 onwards, coincided with a partial shift of focus from the streets to the electoral arena, with a previously marginal party, the Coalition of the Radical Left (SYRIZA), establishing itself as the main party of the movement” (KARYOTIS & RÜDIG, 2018, p. 159).

⁵⁸ No original: “[...] opened up opportunities for outsiders in the political arena, and these were grasped by an unusual political entrepreneur: the comedian Beppe Grillo and his Movimento Cinque Stelle (Five Star Movement, FSM)” (MOSCA, 2014, p. 39).

protestos conquistaram visibilidade e projeção política, se tornando em líderes de partidos nascidos a partir das mobilizações contra a imposição de medidas de austeridades, ocupando, assim, partes da brecha que havia sido ignorada ou gradualmente abandonadas pelos partidos políticos tradicionais (MOSCA, 2014).

CAPÍTULO II

2. ESPAÇO POLÍTICO: A RUA COMO UM RECURSO DEMOCRÁTICO E SEUS IMPACTOS POLÍTICOS INSTITUCIONAIS

Nas seções anteriores, o espaço político foi anunciado como um dos conceito-chaves da presente pesquisa. Partindo-se do suposto segundo o qual as ruas e as praças, em contextos de mobilização política, são convertidas em espaços de demanda e ação política pelo cidadão indignado, argumentou-se que esses espaços são recursos democráticos e que, enquanto tal, possuem o potencial de produzir impactos políticos institucionais.

E também, conforme foi exposto nas seções anteriores, essas ideias estão alicerçadas no debate contemporâneo e nas interpretações fornecidas por um conjunto de teóricos, cientistas políticos e sociais, sobre o estado da democracia em um contexto de intensa mobilização política, assim como também sobre o papel do protesto e do cidadão indignado na política institucional.

Nessa direção, as ideias até aqui introduzidas têm como esteio teórico-conceitual e apoiam-se em evidências empíricas sobre: i) a difusão da cultura política de protesto em todo o mundo (Johnston & Seferiades, 2012), ii) a institucionalização de formas modulares de confronto político a partir do século XIX (Tarrow, 2011) e a institucionalização dos MS nos últimos anos (Meyer & Tarrow, 1998), iii) e sobre a existência de um mal-estar democrático marcado por uma crise da legitimidade democrática, baseada no sufrágio eleitoral (Rosanvallon, 2011; 2008).

Tendo isso posto, buscou-se, nesse capítulo, introduzir e debater a ideia de impacto político institucional. Assim, por meio de uma ampla pesquisa na literatura especializada sobre consequências, resultados e desdobramentos das atividades de confronto político, bem como sobre o papel de MS no processo político de representação, criou-se uma metodologia para a análise de impactos políticos de movimentos de protestos, e, além disso, estabeleceu-se um tipologia de impactos, que será utilizada na análise e discussão do material empírico.

Por meio de uma busca no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), obteve-se mais de três centenas de trabalho, entre artigos e livros, onde o termo espaço político é empregado. Observou-se que espaço político é um vocábulo utilizado por muitos acadêmicos, e que tal termo evoca muitos significados e abrange uma variedade de objetos e fenômenos, nos mais diversos campos disciplinares.

No âmbito do campo disciplinar da Geografia, o conceito de espaço político e o fundamento político que lhe é atribuído ainda não são bem aceitos. Tal conceito é preterido e ofuscado pelo conceito de espaço público e por uma concepção sociológica desse, que atribui

uma essência política imanente ao conceito, sem fazer distinção entre micropolítica cotidiana e fenômenos políticos.

Desse modo, buscou-se apresentar na próxima seção o resultado de uma revisão sistemática realizada sobre os usos e os sentidos atribuídos ao espaço político, para depois defini-lo e argumentar sobre a compreensão que se tem sobre o mesmo; depois, na seção seguinte (2.2), apresentar indícios e evidência empíricas que suportam e embasam a compreensão da rua como um espaço político aberto e, portanto, como um importante recurso democrático e um componente essencial do sistema político e com potencial para compensar certas imperfeições da democracia representativa.

Na terceira e última seção que compõe esse capítulo buscou-se explicitar a conexão entre as ruas e os espaços políticos dos poderes constituídos, por meio do conceito de impacto político institucional e, assim, destacar a potência política das ruas na capacidade de influenciar decisões políticas que afetam o conjunto da sociedade.

2.1 Localizando e definindo espaços políticos

Mas afinal, o que esse vocábulo – espaço político – evoca e como é utilizado na literatura acadêmica? Há definições e conceitos? O que eles representam? Como eles são operacionalizados? E o que ele releva sobre a dinâmica social do mundo contemporâneo? O que o diferencia do espaço público?

Compelido a prover respostas que fossem ao encontro das questões acima aludidas, foi feita uma extensiva análise sistemática em artigos acadêmicos dos mais diversos campos das ciências humanas, disponíveis em três dos mais importantes bancos de dados com acesso a periódicos internacionais (Apêndice F).

Tendo como referência os critérios preestabelecidos, dispostos no Quadro 1, foi feita uma busca na base de dados multidisciplinar de três dos principais serviços de indexação de trabalhos acadêmicos: *Web of Science*, *Geobase* e *ProQuest*. Foram levantados 3.788 artigos acadêmicos publicados ao longo dos últimos 20 anos⁵⁹, cujo vocábulo espaço político aparece no título, resumo ou como palavra-chave.

⁵⁹ Para a definição do recorte de tempo de vinte anos, levou-se em consideração a necessidade de limitar a análise a um montante de trabalhos que fosse viável, dado o prazo para a conclusão da pesquisa.

Quadro 1: Critérios de inclusão e exclusão da revisão sistemática

Critério	Inclusão	Exclusão
Tipo de artigo	Pesquisa primária.	Resumos / trabalhos / pôsteres da conferência Comunicados de imprensa Editoriais / comentários Dissertações Revisões literárias Manuscritos não publicados e relatórios
Termos chave		espaço político; espaços políticos; espaço da política, espaços da política, política espacial
Local	Todos os países	Todos os outros países
Língua	Inglês, Português, Espanhol e Francês	Todos os outros idiomas
Datas de publicação	2000 até o presente	Antes de 2000 Trabalhos não publicados
Contexto	Movimentos de protestos, mobilização política, confronto político	Rural
Design do estudo	Estudos transversais Método qualitativo ou misto	Intervenções teóricas Estudos de intervenção Estudos de validação

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

Buscou-se identificar artigos acadêmicos que fazem uso do vocábulo como palavra-chave, ou seja, potenciais trabalhos com possíveis definições, concepções, discussões e embasamentos teóricos ou operacionalização do conceito espaço político. Desse modo, após a eliminação dos trabalhos duplicados, chegou-se ao número de 3.063 artigos acadêmicos. O processo de seleção dos estudos e os valores obtidos são apresentados no Apêndice G.

Os 3.063 trabalhos encontrados passaram por uma análise prévia⁶⁰ em que se procurou identificar usos, como o termo é apreendido pela literatura acadêmica, definições e se e como esse termo é operacionalizado em pesquisas empíricas ou utilizado como uma categoria analítica.

Em seguida, chegou-se a 53 estudos em que espaço político é utilizado pelo autor repetidamente como uma palavra-chave ou uma ideia estruturante do trabalho. Esses estudos foram avaliados e buscou-se encontrar concepções, definições e conceituações para a

⁶⁰ Para isso, utilizou-se das estratégias de leitura *skimming* e *scanning*. Ambas as técnicas ajudam a encontrar informações de modo rápido e com precisão, por meio da busca de termos-chaves, correlatos e sinônimos.

expressão. Após essa avaliação, foram obtidos 13 artigos acadêmicos. Nestes artigos, os autores discutem e apresentam elementos mais precisos sobre a palavra-chave espaço político⁶¹.

Para Abdala e Nunes (2018), o conceito abrange espaços em ambientes político-institucionais com estruturas participativas. Nessa direção, os autores sugerem que espaços potencialmente articuladores de atores da sociedade civil e estatais, em processos de tomada de decisões e cuja abrangência afeta o convívio social constituem-se em espaços políticos.

Abdala e Nunes (2018) buscam suporte teórico e empírico em Kraushaar (2004), que, por sua vez, apresenta alguns elementos os quais segundo a percepção desse autor, constituem um espaço político. Mas, na verdade, o autor discorre sobre a dinâmica de construção de um “espaço político tensionado”, em um contexto de descentralização supra regional na região de Los Lagos, no Chile.

Kraushaar (2004), citados por Abdala e Nunes (2018), utiliza as expressões “espaços políticos regionais” e “espaço político local” para discutir o papel de diferentes atores políticos e elementos (variáveis) – elite política, partidos políticos, identidade regional, cultura política e desenvolvimento regional – na construção desses espaços. Assim, para o autor, o espaço político é entendido como “articuladores de atores e entidades de desenvolvimento e tomada de decisão”⁶², sendo o espaço de deliberação de “decisão política regional”; é, também, o “espaço de influência no processo decisório a nível regional”.

De modo similar, Boudreau (2007) utiliza o conceito de espaço político para analisar a formação de um espaço regional na região metropolitana de Toronto (Greater Toronto Area), Canadá, resultado da ação (ou mobilização) de diferentes atores (estatais e não estatais) interessados em criar uma cidade-região global competitiva.

Na concepção da autora, o imaginário espacial regional tem sido politizado por uma coalizão formada por ‘líderes cívicos’ que atuam na região, bem como pela ação conjunta dos governos federal, provincial e municipais. O espaço de ação desses atores constitui, para Boudreau (2007), um espaço político regional.

Desse modo, citando os trabalhos de Magnusson (1996) e o conceito de oportunidades políticas e restrições, conforme propostos por McAdam (1996), Miller (2000) e Tarrow (2009), Boudreau (2007) observa a formação de novos espaços políticos, um espaço político regional, como resultados da interação entre Estado e atores da sociedade civil.

⁶¹ O passo a passo dessa revisão sistemática é apresentado no Apêndice H.

⁶² No original: “[...] articuladores de actores y entidades de desarrollo y concertación decisional” (KRAUSHAAR, 2004, p. 10).

Os argumentos apresentados pela autora soam como uma tentativa de superar uma definição de espaço político associada à ideia de território político ou espaço onde ação estatal se desdobra. Para isso, Boudreau lança a ideia de espaço político como sendo um fluido, visto não como unidades autossuficientes ou soberanas.

Essa definição sofre forte influência do conceito de *Discursive opportunitites* (Oportunidade discursiva) proposto por McAdam (1996), quando ele diz que a estrutura de oportunidades políticas e de restrições tem um forte componente cultural. Tal componente é mobilizado por diferentes atores e constitui a base para a criação de novos espaços políticos, para além da estrita ação estatal.

Essa é a mesma linha argumentativa defendida pelo teórico político Warren Magnusson, referenciado por Boudreau (2007). O autor tem fornecido instigantes reflexões sobre o lugar da política no mundo globalizado. Em *The Search for Political Space*, Magnusson (1996) faz uma crítica ao pensamento político contemporâneo centrado no Estado e ao discurso dominante de soberania.

Para Magnusson (1996), o espaço político é o resultado do encontro entre localidade, municípios e movimentos sociais. Assim, apropriando-se do conceito de direito à cidade o teórico político afirma que é no local, nos municípios, onde se encontram as possibilidades efetivas de ação política e de existência de espaços políticos para a governança.

De acordo com Magnusson (1996), o espaço político é o município “[...] porque há muito tempo [o município] é oferecido às pessoas comuns como o local onde [os cidadãos] podem participar dos negócios do estado”⁶³. É a partir do *link* entre movimentos sociais e a vida política local, na escala do município, com o governo municipal, que surgem potenciais para a inovação na ação política e para a implementação de políticas urbanas progressistas, argumenta o autor.

Nessa linha de raciocínio, pode-se depreender-se que tanto para Magnusson (1996) quanto Boudreau (2007) a ideia de espaço político se associa à de governança territorial. Outro trabalho citado por Abdala e Nunes (2018) que aborda a ideia em torno do vocábulo e do conceito aqui em voga é o artigo de Castro (2018a).

Tendo como respaldo a revisão de algumas obras, importantes referências no campo da Geografia Política, Castro (2018b) apresenta o espaço político como um dos conceitos

⁶³ No original: “[...] because it has so long been offered to ordinary people as place where they can participate in the business of the state” (MAGNUSSON, 1996, p.8).

fundamentais da Geografia, mas destaca que o vocábulo vinha sendo utilizado na disciplina não como um conceito, mas, sim, com uma expressão com o objetivo de salientar:

- a interação entre o espacial e o político
- a espacialidade da política
- a ideia Henri Lefebvre segundo a qual o espaço é essencialmente político
- o quanto espaço e política estão interligados

Segundo a autora, o primeiro passo para a compreensão do espaço político como um conceito foi dado por Martin Ira Glassner, em 1967, ao sublinhar a importância de trabalhos em microescala segundo o enfoque e a abordagem de conflitos de interesses em escalas subnacionais.

No entanto, a compreensão do vocábulo espaço político como uma categoria de análise na disciplina e como um conceito capaz de distinguir objetos com qualidade particulares tem avançado ao longo dos últimos anos, mas demorou algumas décadas até despertar o interesse para uma construção teórico-conceitual, afirma Castro (2018b). Todavia, como conceito, espaço político foi utilizado pioneiramente na Ciência Política, em 1957, por Antony Downs, como um espaço abstrato da competição eleitoral. É também usado por Roberto D'alimonte com o mesmo sentido (apud CASTRO, 2018b).

É a partir dos anos de 1970, com as críticas dispensadas por geógrafos americanos como Edward William Soja, sobre a concepção metafórica de espaço da Ciência Política, sem materialidade, que se deu a incorporação dos fundamentos territoriais, da estrutura espacial e da expressão locacional do sistema político às análises sobre competição eleitoral e conflitos de interesses (CASTRO, 2018b).

Embora esse movimento tenha representado uma renovação da Geografia Política, pela ampliação da agenda de pesquisa da disciplina na compreensão de fenômenos políticos, isso não significou uma preocupação teórico-conceitual na direção de precisar o conceito espaço político. Nesse contexto, qualquer espaço tratado pela Geografia Política era considerado um espaço político.

Mesmo durante e após as décadas de 1960-1970, com a emergência de movimentos por direitos cidadãos e de fenômenos políticos como movimento ambiental, e durante os anos de 1990, tendo em vista a crescente incorporação da teoria política e dos movimentos sociais à disciplina, o conceito espaço político permaneceu sendo utilizado de modo vulgar ou como um conceito dado, sendo também ofuscado pelo conceito espaço público ou esfera pública (CASTRO, 2018b).

Todavia, em texto escrito por Andrew Kirby (1989), há trinta anos, para tratar aquilo que ele chama de renascimento da Geografia Política, à luz da teoria de formação do Estado nacional moderno, que cunhada pelo historiador Charles Tilly, Kirby (1989) utiliza a expressão “espaços políticos subnacionais” (“*espacios políticos subnacionales*”) como sinônimo de unidades político-administrativas.

Ao mesmo tempo, o autor define espaço político como o lugar do fenômeno político, portanto, objeto da Geografia Política. O espaço político é o lugar onde ocorrem conflitos; é “[...] manifestação de ação coletiva em um território particular, um relacionamento que reflete a criação e recreação de pessoas com um projeto comum - um senso comum, por assim dizer”⁶⁴(KIRBY, 1989, p.83).

Após uma consulta em alguns dos principais verbetes de Geografia Humana, publicados em inglês, francês e português, entre 1981 e 2013, constatou-se uma total ausência do conceito entre os termos que compõem os dicionários. Embora haja uma definição para a expressão em um dos principais dicionários de Ciência Política⁶⁵, não foi possível encontrar o conceito nos principais dicionários ou verbetes das ciências humanas e sociais.

Na décima primeira edição do dicionário de política, volume 1, Roberto D'Alimonte define espaço político como “a área de conflito que constitui a base da relação entre eleitores e partidos, num dado sistema político e num certo momento histórico” (D'ALIMONTE, 2003, p. 392). Como se pode notar, o conceito é tratado como sinônimo de sistema político, formado pela competição eleitoral e pela relação entre eleitores e partidos políticos. Nesse ambiente, o cidadão é tratado apenas como um eleitor.

No entanto, Mendoza & Camino (2000) questionam essa definição e concebem o espaço político como uma totalidade contraditória, resultado da interação entre:

- sociedade política
- sociedade civil
- esfera política
- esfera cultural-ideológica
- esfera econômica
- subjetividades e representações da política formal
- participação cidadã individual e coletiva

⁶⁴ No original: “[...] una manifestación de acción colectiva en un territorio particular, una relación que refleje la creación y la recreación de gentes con un proyecto común-, un sentido común, por así decirlo” (KIRBY, 1989, p.83).

⁶⁵ Dicionário de política, de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino.

- eleitores
- partidos políticos

Os autores supracitados quando tentam ampliar o conceito para além da ideia de arena eleitoral, acabam enriquecendo o debate, mas, por outro lado, não ofertam nenhum esboço conceitual preciso ou operacional. Assim, a ideia de espaço político em Mendoza & Camino (2000) permanece abrangente e vaga.

Já no campo disciplinar da Geografia, segundo Castro (2018b), ao longo dos últimos anos, com o crescente debate que gravita em torno da democracia participativa e do interesse de geógrafos por temas como mobilizações por direitos cidadãos, governança e ativismos, alguns estudiosos atentos à dimensão político-espacial do fenômeno político têm ofertado importantes contribuições para inserir o espaço político na lista dos conceitos e categorias-chave em Geografia.

A autora oferece um entendimento básico para a compreensão desse conceito. Primeiro, a política como sendo um atributo essencial e, portanto, capaz de qualificar certos espaços. Segundo, o espaço compreendido como parte constitutiva da política, qualificada pelos atributos espaciais. Terceiro, a política diferencia o espaço ao lhe atribuir uma dinâmica própria, cujo resultado é um conteúdo com dimensões político-espaciais particulares.

Assim, baseada na concepção de política de Hannah Arendt, Castro (2018b, p. 123) define espaços políticos como sendo aqueles “escolhidos pela sociedade para dar voz e visibilidade às suas demandas” – Parlamento, espaços de protestos e espaços potencialmente participativos.

Compreensão similar é apresentada pela antropóloga política Andrea Cornwall. Citada por Abdala e Nunes (2018), Castro (2018b), Borges (2018) e Machado Filho (2018), o trabalho de Cornwall (2002) tem sido uma importante fonte de inspiração para se pensar no design do espaço político com respaldo no debate em torno da democracia participativa.

Em outro trabalho, publicado em coautoria com Vera Schattan P. Coelho, Cornwall & Coelho (2007) abordam a difusão de novos espaços para o engajamento cidadão, apelidados como “novas arenas democráticas”, que têm emergido em complemento aos modelos tradicionais de participação política.

As autoras observam os novos mecanismos e as novas práticas políticas advindas após reformas constitucionais e de governança, especialmente no Brasil, como sendo espaços políticos. Em outro trabalho, Cornwall (2004) classifica esses novos espaços políticos em dois conjuntos:

“Invited spaces”: “muitas instituições intermediárias, como fornecidas pelo governo, seja em resposta à demanda popular, pressão dos doadores ou mudanças nas políticas”⁶⁶; e “Popular spaces”: “arenas nas quais as pessoas se reúnem por sua própria iniciativa, seja para protestar contra as políticas governamentais ou as intervenções de potências estrangeiras, para produzir seus próprios serviços ou para solidariedade e ajuda mútua”⁶⁷(p.2).

Seja qual for a classe, esses espaços têm diferentes tipos de interação com as instituições políticas. Além disso, Cornwall (2004) chama atenção para o potencial que têm esses espaços na extensão da prática democrática para além do uso esporádico da urna eleitoral.

Há, assim, uma compreensão comum entre os trabalhos de Cornwall (2002, 2004), Abdala e Nunes (2018), Castro (2018), Machado Filho (2018), Borges (2018) e Azevedo (2018a;2018b). Para esses autores, os espaços políticos constituem:

- recursos democráticos
- espaço para engajamento cidadão nos processos políticos de tomada de decisão sobre políticas públicas
- espaços de demanda
- espaços de interação entre Estado e sociedade civil organizada
- espaços que reúnem grupos de interesses para a representação de demandas às autoridades
- espaços de decisão – Câmara, Parlamento, Gabinete
- espaços de reunião, organização e expressão de dissenso – espaços de protestos
- ambientes de consultas públicas (*Public Hearings e Community Consultation*)

Citando Cornwall (2002), Castro (2016) e sendo influenciado teoria do confronto político, bem como por Borges (2018) e por Castro (2018a), observa-se a rua como um “espaço político aberto”, “lugar qualificado pela política ou por fenômenos políticos, fundado pelo agir intencional, ou seja, pelo fito de instituir uma mudança legítima e abrangente a um público” (BORGES, 2018, p. 164).

Em outros termos, quando nas ruas irrompem mobilizações políticas democráticas, tem-se a formação de um espaço em que cidadãos comuns, ativistas e militantes buscam

⁶⁶ No original: “[...] many intermediary institutions as government-provided, whether in response to popular demand, donor pressure or shifts in policy” Cornwall (2004).

⁶⁷ No original: “[...] arenas in which people come together at their own instigation – whether to protest against government policies or the interventions of foreign powers, to produce their own services or for solidarity and mutual aid” Cornwall (2004).

comunicar, contestar e obter efeitos políticos abrangentes. Nessa direção, o espaço político, para Borges (2018) pode ser:

- o espaço da ação política contenciosa
- lugar onde a ação coletiva mais e melhor se explicita
- uma arena de lutas aberta à participação ou ação política ativa de grupos de indivíduos unidos por um desejo em comum – comunicar, contestar e obter efeitos políticos
- lugar de pressão popular, expressão de insatisfações e manifestação da vontade coletiva por mudanças

Ainda segundo o autor, esses espaços “assumem, pela própria diversidade do social, dos repertórios do confronto e da materialidade, diferentes formas categorizáveis em espaço político competitivo (EPC), espaço político reativo (EPR) e espaço político proativo (EPPA)” (BORGES, 2018, p. 164-165).

Na Geografia, talvez a primeira contribuição teórico-empírica, não intencional, para a conceituação da rua (praça) como um espaço político, tenha sido realizada por Nelson K. Lee, em 2009. Lee surgiu com a expressão “espaço público político” para discutir como uma praça – Tiannemen Square (Praça da Paz Celestial) – foi convertida em um espaço político pelo *May Fourth Movement*⁶⁸, ocorrido em Beijing, na China, em 1919.

Para Lee (2009), a ação política coletiva performada pelos manifestantes do Movimento de Maio, em Beijin, converteu “o espaço vazio em frente ao Portão Tianan em um espaço público de significado político”⁶⁹ (LEE, 2009, p. 32). A expressão “espaço público político” também é empregada por John Parkinson para discutir espaços politicamente significativos.

No entanto, anterior ao trabalho de Lee (2009) é o artigo de Castro (2004) que cinco anos já apontava para os limites do conceito espaço público e a ideia de um espaço público político, e chama atenção para a necessidade de diferenciar a micropolítica do cotidiano social da política.

⁶⁸ “No dia 4 de maio de 1919, universitários chineses protestaram contra o Tratado de Versalhes, que concedia antigos territórios alemães na região aos japoneses” (BÄRTHLEIN, 2019, n.p). “Naquele dia, em 1919, ocorreu em Pequim um protesto estudantil que desencadeou o que ficou conhecido como Movimento do Quarto de Maio. Logo, marchas semelhantes foram realizadas em outras cidades chinesas, acompanhadas por membros de outros grupos. A revolta atingiu seu apogeu com uma greve geral em junho que paralisou Xangai, o principal centro industrial da China e o sexto porto mais movimentado do mundo - também parcialmente sob controle estrangeiro”(WASSERSTROM, 2019, n.p).

⁶⁹ No original: “[...] the empty space in front of Tianan Gate into a public space of political significance” (LEE, 2009, p.32).

Outra concepção encontrada para o conceito é apresentada por Marielle Gleiss. Tendo como bases o conceito de oportunidades políticas e a teoria do confronto político Gleiss (2017) oferece duas compreensões para o conceito espaço político. Primeiro, “onde a ação ocorre de baixo para cima”⁷⁰. Segundo, como “oportunidades e restrições para lutas pela cidadania”⁷¹.

Contudo, Gleiss (2017) aborda o conceito como o resultado da interação entre os aspectos do contexto particular do movimento social e da atividade de protesto (GLEISS, 2017, p. 233). No entanto, é importante salientar que a ideia de oportunidades políticas e restrições de McAdam (1996), citada pela autora, não compreende todas as condições e circunstâncias que formam o contexto para a ação coletiva. Trata-se, na verdade, das dimensões relevantes da “estrutura de oportunidades políticas” de um determinado sistema político.

Gleiss (2017) também utiliza como referência os trabalhos de MirafTAB & Wills (2005) e se refere aos espaços da “cidadania ativa” ou de “movimentos insurgentes” como espaços políticos – espaços da “ação de baixo para cima” (“*bottom-up action*”). Por sua vez, MirafTAB & Wills (2005) utilizam essas expressões para abordar uma campanha contra a remoção à força de moradores de uma área em Cape Town, África do Sul, em 2000.

MirafTAB & Wills (2005) citam James Holston e Andrea Cornwall para descrever as formas de “cidadania insurgente”, geradoras de “novos espaços da cidadania”. Assim, apesar de não empregar o conceito espaço político, os autores articulam os conceitos de cidadania, participação e engajamento como geradores de espaços, cuja essência é a ação política. Nesses espaços, cidadãos ativos tomam parte na construção da cidadania inclusiva de baixo para cima (MIRAFTAB & WILLS, 2005).

Tanja Müller (2018) define espaço político como “uma arena criada para equilibrar atos entre obrigações de cidadania impostas pelo Estado e contrastantes aspirações pessoais dos cidadãos”⁷² (MÜLLER, 2018, p. 968) Assim como Beswick (2010), Müller (2018) se utiliza de categorias do trabalho de David Harvey para qualificar espaço político com adjetivo relacional.

Por sua vez, Beswick (2010) utiliza o conceito como sinônimo de espaço nacional, definido como o resultado de tensões entre atores estatais e não estatais, empregado para

⁷⁰ No original: “[...] where bottom-up action takes place” (GLEISS, 2017).

⁷¹ No original: “[...] opportunities for and restrictions on citizenship struggles” (GLEISS, 2017).

⁷² No original: “[...] an arena created in balancing acts between state-enforced citizenship obligations and contrasting personal aspirations of citizens”.

descrever como cidadãos em Ruanda, África, percebem esse espaço nacional pós-genocídio e se engajam criticamente no debate sobre políticas e práticas do governo.

Müller (2018) também define o conceito em termos de espaço nacional do Estado da Eritreia, África, pós-independência, e o concebe como um fluido. Tal compreensão do espaço político como fluido implica:

[...] que as maneiras pelas quais cidadãos, grupos populacionais ou organizações percebem o espaço político e internalizam seus limites não apenas interagem com as políticas do estado, mas também moldam a ação civil (ou política) que aqueles contestam⁷³(MÜLLER, 2018, p. 969).

Ambas as definições se aproximam da concepção oferecida por Gleiss (2017), que compreende o espaço político em termos de oportunidades políticas e restrições em um dado contexto. Porém, Van de Walle (2002) utiliza o termo para tratar de mudanças políticas ocorridas na África subsaariana a partir da primeira metade dos anos 1990. O autor cita como exemplo a emergência de condições para competição eleitoral e participação – partidos da oposição, liberdade de imprensa e eleições competitivas.

Espaço político para van de Walle (2002) e Beswick (2010) é o equivalente ao ambiente político-social da competição eleitoral, da possibilidade de livre participação na vida política a partir do sufrágio universal. Nesses estudos, o conceito é, de modo natural, amalgamado à ideia de democracia. Isso significa que o espaço político é visto quase como um sinônimo de governos democráticos estáveis. Azevedo (2018a, 2018b) também considera o regime democrático como *conditio sine qua non* para a formação de espaços políticos.

Beswick (2008) recorre ao trabalho de Hayman (2008) para analisar como ações governamentais afetam o espaço político nacional em Ruanda, África. Hayman (2008) utiliza o conceito espaço político como sinônimo de espaço nacional, porém sem apresentar qualquer definição para ele.

Todavia, Beswick (2010) recorre a David Harvey (2006) e considera espaço político como um espaço relacional. A autora sublinha as ações governamentais como um importante elemento definidor de como o espaço político é percebido e internalizado por indivíduos. Percepções essas responsáveis por orientar ações individuais e coletivas.

Nessa direção, para Beswick (2010), a concepção de espaço político pode ser resumida como a estrutura de oportunidade e restrições políticas de Ruanda (espaço

⁷³No original: “(An understanding of political space as fluid) implies that the ways in which individual citizens, population groups or organisations perceive political space and internalise its boundaries not only interact with state policies but also shape civil (or political) action that contest those” (MÜLLER, 2018, p. 969).

nacional). Condições essas percebidas e mobilizadas de múltiplas maneiras por múltiplos atores.

Já para Thomas Carothers (2002), o espaço político aparece como resultado de lutas e resistências de atores não estatais dentro de um determinado sistema político. O autor utiliza os termos “*real political space*” e “*limited political space*” para categorizar países em diferentes estágios de transição democrática. Assim, enquanto o espaço político limitado se assemelha ao regime ditatorial, o espaço político real é o espaço composto pela liberdade política, livre competição eleitoral, oposição, contestação política por atores da sociedade civil e *accountability*.

Além de não oferecer uma definição para o conceito, Carothers (2002) apresenta uma concepção minimalista de democracia sem levar em consideração os resultados sociais produzidos pelos mecanismos democráticos.

Tendo como base essa análise sistemática, é possível inferir que o conceito espaço político é utilizado com três sentidos básicos:

- sistema político ou estrutura de oportunidades e restrições que estruturam as oportunidades para a ação coletiva
- recursos institucionais da democracia participativa
- espaços de demanda onde podem ocorrer ações “de baixo para cima”

Seja no campo disciplinar geográfico ou das demais disciplinas das ciências humanas e sociais, notam-se ausência de precisão e consistência conceitual mesmo naqueles trabalhos que utilizam espaço político como palavra-chave.

Observa-se também que o termo ainda hoje não figura como um conceito fundamental para a maioria das pesquisas em Geografia do mundo anglófono e francófono. Considerando a investigação empreendida nos principais dicionários de Geografia, constatou-se total ausência da expressão espaço político no rol dos vocábulos chaves da disciplina.

Nessa direção, longe de querer cobrir a falta de precisão conceitual encontrada em parte considerável dos trabalhos analisados, busca-se aqui ofertar uma modesta contribuição teórica, conceitual e operacional para o conceito em voga e, por sua vez, para uma compreensão mais apurada de fenômenos políticos que trazem implicações políticas substanciais e que, portanto, constituem o motor da transformação social.

Nessa direção, na seção seguinte (2.3) buscou-se retomar o espaços político como conceito a partir da ideia de política e de espaço, sublinhando dimensões-político-espaciais do conceito; em seguida, buscou-se oferecer evidência empíricas que sustentassem o suposto segundo o qual a rua é um espaço político efêmero e, por sua vez, é um recurso democrático e

um componente do sistema político com poder instituinte, logo, capaz de promover impactos na ação executiva e legislativa.

2.2. Ruas e praças como espaços políticos abertos: dimensões político-espaciais

Ruas e praças como espaços políticos; mas afinal, quando isso ocorre, como ocorre, sob que circunstâncias e em que grau? Quais as dimensões constitutivas da configuração do espaço político? Quando, onde e de que forma a ação do público sobre esses espaços abertos de convivência pode ser definida como ação política?⁷⁴

A resposta para essas questões está no sentido atribuído ao fenômeno político e à ação política, assim como envolve uma compreensão alternativa à ideia de que há um caráter político imanente nos espaços de sociabilidade, como parques públicos, praias, praças e ruas, como também a compreensão da ideia de intencionalidade política e o reconhecimento dessa como elemento distintivo e qualitativo das práticas socioespaciais.

Intencionalidade política subjaz a ação política ou o agir político. Contudo, embora razão e vontade estejam na base dessa ação e fundamentem o agir político, como argumenta Serpa (2011), há de se pontuar que ações cotidianas – atravessar um praça para alcançar a estação de metrô – têm como razões e vontades outras – chegar ao local de trabalho – daquelas do manifestante que ocupa certa praça em um ato político.

Nessa direção, argumenta que a política contenciosa e as atividades de protestos têm razões e vontades políticas. Logo, demonstrações públicas é a manifestação do agir coletivo com vistas ao interesse de um grupo (intencionalidade política). Tal prática envolve a comunhão de três componentes basilares da ideia de ação política: agir intencional, impacto político e interesse comum (de um grupo).

A intencionalidade da ação está no ser que age movido pelo fito de instituir mudanças sociais, culturais e políticas a uma coletividade que podem ter interesses compartilhados. Tal compreensão abarca aqueles que se engajam em seu nome e no nome de outros para atingir um objetivo compartilhado, seja por grupos de pressão, seja por ação direta.

Assim, agem voluntariamente compelidos e com objetivos específicos e definidos para influenciar legislaturas, agendas governamentais e a opinião pública ou um público.

⁷⁴ Interpelações realizadas durante o Seminário Internacional Espaço Público, realizado em 2017 no departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O evento foi organizado pelo grupo de pesquisa Território e Cidadania.

Nesse sentido, o agir intencional constitui o tomar parte em comum da comunidade política (no fato de governar e ser governado) e projetar no mundo ideologias, interesses, visões de mundo.

Ações como essas integram aquilo que pode ser chamado de cidadania ativa, que, por sua vez, é uma prática social e, como tal, requer a materialidade do espaço para existir. Logo, a ação política só existe no e com o espaço onde ela se desenvolve. Mas qual o lugar dessa ação? E quais os atributos que ruas e praças dispõem e que são acionados pela ação política?

Onde há a possibilidade para a ação política irromper, haverá, nesse lugar, possibilidade política para sua conversão em um espaço político. Assim, a rua e os espaços de sociabilidade constituem-se como um dos principais espaços potentes para a ação política, o que envolve uma transformação da natureza desses espaços – sociabilidade – em espaços políticos abertos – agir político.

A rua e a praça congregam uma série de elementos essenciais à prática da cidadania ativa, sendo, portanto, ambientes máximos para a constituição de um espaço político aberto. É ‘aberto’ porque é acessível a todos que são capazes de transpor suas barreiras físicas e permite a publicidade de ver e ser visto às ações performadas por cidadãos, ativistas e militantes políticos.

Seu tamanho também vai possibilitar mostrar quantos compartilham da questão que está sendo posta em cena, ou, por exemplo, qual é a dimensão do problema, quem são e qual é o universo dos apoiadores, bem como por que demandam o que demandam e como desejam ser atendidos⁷⁵.

Nessa direção, Leitner, Sheppard & Sziarto (2008) argumentam que múltiplas espacialidades – escala, lugar, redes, posicionalidade e mobilidade – estão implicadas e moldam a política contenciosa e, por sua vez, afetam a possibilidade da emergência do confronto político, portanto, do surgimento de espaços políticos abertos.

Logo, entende-se que protesto e política, na condição de práticas sociais, ocorrem no e com o espaço, pois são intencionalidades em ação, constituídas pelo contexto local, agenciadas pelo lugar de ação e, a um só tempo, criadoras de conteúdos e de práticas com rebatimentos socioespaciais.

Segundo Routledge,

Os movimentos agem do espaço, mobilizando-se politicamente a partir das condições materiais de seus espaços (locais); os movimentos atuam no espaço apropriando-o com uma identidade de grupo; movimentos agem no espaço, como ir

⁷⁵ Uma passeata com 10 mil integrantes não tem a mesma dimensão de uma passeata com 100 mil.

às ruas para protestos ou ocupar terras; e movimentos abrem espaço: criando condições para expandir o envolvimento político público, por exemplo, pela criação de alianças solidárias⁷⁶ (ROUTLEDGE, 2015, n.p).

Nos espaços políticos abertos está também a alteridade, pois embora aqueles que se dirigem para uma praça para encenar uma performance política – protestar – partilhem algo em comum – causa em voga – há uma diversidade de identidades, recursos e de compromissos; além disso, não há unanimidade de entendimento do problema, nem sobre as táticas, passos seguintes e resultados, por exemplo.

Assim, é importante salientar que o espaço político aberto congrega, ao contrário da ideia de homogeneidade social que indica o uso dos termos ‘massa’ e ‘multidão’, uma diversidade de atores com perfis distintos e reivindicações diversas, bem como múltiplas bandeiras e palavras de ordem (vide as Jornadas de Junho de 2013).

Essas condições – visibilidade, publicidade, alteridade, extensão – são constituintes da ação política e das estratégias e táticas de performances políticas, pois permitem a comunicação e a exposição de mensagens (causa ou questão pública, por exemplo) e a criação de imagens tanto para os espectadores e apoiadores quanto para os opositores.

Nesse sentido, aceita-se a ideia de que a organização espacial – a trama das localizações – participa na construção e manifestação de um fenômeno. Em outros termos, diz-se que o jogo de posições ou a situação espacial influencia naquilo que o observador vê, como vê e como é dado objeto representado (GOMES, 2013), ou seja, a composição de uma imagem (por exemplo, fotográfica) envolve posição, um lugar determinado e ocupado, entre outros aspectos.

A ordem espacial é, nesse sentido, tanto um constituinte da posição (ponto de vista) quanto da composição e da exposição das coisas. Assim, o fenômeno da visibilidade abarca lugares de exposição de grande e legítima visibilidade (GOMES, 2013). Dessa maneira, o arranjo espacial de ruas e praças participa das estratégias de comunicação e projeção de imagens por aqueles que protestam; por exemplo, referentes espaciais são utilizados para tornar um problema mais atrativo, visível e legível para um público (MACHADO-FLIHO, 2017).

Sob essa perspectiva, os espaços políticos abertos funcionam como espaços de exposição, dada a disposição de certos elementos espaciais (local, localização, acessibilidade,

⁷⁶ No original: Movements act from space, politically mobilizing from the material conditions of their (local) spaces; movements act on space appropriating it with a group identity; movements act in space, such as taking to the streets for protests, or occupying land; and movements make space: creating conditions to expand public political involvement, for example through the creation of solidaristic alliances (ROUTLEDGE, 2015, n.p).

extensão, visibilidade...), essenciais para a publicização de ações e performances políticas; no entanto, além de o conjunto desses componentes agenciar e constituir determinadas ações, o sentido do lugar, isso é, o valor simbólico, também é parte determinante em certas performances.

As palavras utilizadas pelo Movimento Passe Livre, em entrevista concedida, reforçam essa ideia. Assim, quando questionado sobre as escolhas e as estratégias do movimento durante as Jornadas de Junho o MPL afirmou que:

O trajeto são escolhas políticas, que envolve espaços simbólicos – a prefeitura e a secretaria de transportes. No começo desse ano (2019), por exemplo, quando houve aumento de tarifa, a gente passou no SPUrbanuss⁷⁷, que é o sindicato patronal das empresas de transportes. A gente foi até lá para mostrar quem são aqueles agentes envolvidos e que lucram bilhões com os reajustes de tarifas. Então, tem esse sentido simbólico de a gente evidenciar quem são os agentes que estão no outro lado; e tem sentidos estratégicos também, porque a gente que faz manifestação se coloca em risco, dada toda a repressão que o Estado faz sobre a gente, então a gente, considerando que há interesse de criminalizar e de reprimir, enfim, muitas vezes até de torturar manifestantes (Entrevista: Movimento Passe Livre, 2019, arquivo pessoal).

Desse modo, esses componentes espaciais, combinados a práticas de sociabilidades, têm os parques e jardins públicos, praias e praças públicas como resultados desse arranjo entre forma e conteúdo. Já o espaço político aberto é o resultado da intencionalidade política daqueles que se reúnem para publicizar uma questão social, com o intuito, por exemplo, de contestar determinado sistema dominante de crenças, valores e ideias que legitimam dado *status quo* e o substituí-lo por valores e visões de mundo alternativas ou marginais.

Assim, enquanto o espaço público é o espaço do cotidiano social, sendo também considerado o espaço da civilidade, cortesia, urbanidade, polidez, assim como também é o espaço de lazer e diversão (ou ainda o local de exposição da pobreza e da degradação humana), o espaço político aberto é o lugar da performance política, portanto, o local da cidadania ativa, de demanda e de comunicação direta com os espaços dos poderes instituídos.

É prudente ainda destacar que, na condição de espaços do cotidiano social, ruas e praças são locais da experiência ordinária do indivíduo urbano e da micropolítica cidadina, onde cidadãos exercem seus direitos espaciais de ir e vir, por exemplo, e deveres escritos em leis, como afirma Fran Tonkiss (2005), ao mesmo tempo em que negociam sua presença com outros indivíduos e agentes do Estado.

A autora supracitada ainda contribui para a compreensão dos espaços de sociabilidade como locais de encontros informais e de interação e troca social, que são mediadas por regras

⁷⁷ O Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo.

tácitas ou formalmente instituídas e por códigos sociais de condutas, que podem coibir, restringir ou condenar moralmente certas práticas – modos de uso e formas de ocupação; logo, estão submetidos à regulação e ao controle, sendo disciplinado e normatizado por leis.

No entanto, a despeito dessa micropolítica que organiza e orienta os corpos nos espaços abertos das cidades, é o fato político, constituído pela intencionalidade política da ação daquele que busca instituir algo ou que se subleva que faz da rua e da praça, espaços de protestos, um espaço político aberto.

Faz-se aqui uma distinção entre a micropolítica cotidiana e o político. Enquanto a prática espacial do cidadão ordinário (pedestre ou *flâneur*, por exemplo) está subordinada às normas sociais de conduta e de comportamentos e constrangimentos morais, a performance do manifestante e do ativista é capaz de pôr em suspensão certas regras básicas de convivência e uso do espaço do cotidiano social⁷⁸.

Nesse sentido, com o conceito espaço político aberto sublinha-se comportamentos sociais constituídos por um evidente componente político, que, por sua vez, têm o potencial de trazer implicações políticas substantivas à sociedade, bem como para a transformação do social, por isso, constituem-se como propulsores da mudança social, política e cultural.

Argumenta-se, portanto, que a qualidade do adjetivo político, utilizado para qualificar determinados espaços abertos da cidade, é conferido à rua por práticas e ações que extrapolam a micropolítica do dia a dia cidadão. Desse modo, o espaço político não existe *per se*, mas, sim, como uma forma-conteúdo constituído por práticas e ações distintas.

Longe de querer negar os conflitos decorrentes do convívio público, que se manifestam nos espaços abertos das cidades, e de minimizar o papel da micropolítica, responsável por disciplinar e regular os comportamentos nos espaços de sociabilidade, emprega-se o conceito espaço político aberto como forma de precisar o fato político.

Assim, destaca-se que ambos os espaços têm a política como fundamento. É o que possibilita que a diversidade da pluralidade humana, representada pelas diferenças individuais (sociais, econômicas, políticas e culturais) e que os conflitos decorrentes do uso comum desses espaços não descambem para a violência, embora isso seja passível de acontecer e aconteça.

⁷⁸ A prática do nudismo ou a nudez em lugar público, ou aberto ou exposto ao público, por exemplo, é punido, pelo artigo 233 do código penal, como atentado violento contra o pudor. De modo que, ao cidadão brasileiro, é proibido sair à rua sem roupas. Por exemplo, mulheres são moralmente recriminadas por exporem os seus seios em ambiente público, no entanto, esse ato é tolerado quando se trata de um ato político em uma demonstração de rua.

Entende-se, portanto, que a micropolítica organiza a vida social e as disputas inerentes ao uso compartilhado desses ambientes em ambos os espaços. Contudo, conforme dito em parágrafos anteriores, é a intencionalidade da ação política que se sobressai nos espaços políticos abertos.

Nesse sentido, quando um problema da vida pública emerge, adquire destaque, ele é debatido, problematizado e convertido em demonstrações públicas, pois mobilizou uma ação coletiva, cuja intenção é expressar, influenciar ou constituir uma opinião capaz de confrontar contendor com o potencial de obter efeitos políticos abrangentes, tem-se aí a manifestação da potência política da rua, que transborda aquela de cunho interacional ou a micropolítica ordinária.

Quando determinada tensão entre reclamantes e adversários se torna explícita, assumindo a forma de confronto político, ocorre a conversão de lugares abertos compartilhados – praças e vias públicas – em espaços políticos e revela-se a interação entre o instituído e a força, que busca instituir certa mudança política e social.

E quando espaços públicos são ocupados e utilizados para a realização de ações políticas, pondo em segundo plano rotinas realizadas cotidianamente em ruas, praças e praias, por exemplo, tem-se a emergência de um espaço político aberto. Dessa transformação, aparecem três elementos distintivos: (i.) comunicar – indivíduos movem-se com o objetivo direto de informar, emitir uma opinião (Figura 8); (ii.) contestar e pressionar – sugerir o debate político; e (iii.) obter um efeito político abrangente – influenciar a agenda governamental ou interferir nas decisões políticas.

A imagem abaixo (Figura 8) representa um manifestante, cidadão indignado e, possivelmente, um eleitor descontente, que faz da rua o seu espaço político de ação em uma tentativa de comunicação com o representante eleito, pois a rua é, como argumenta Castro (2016), um espaço político de demanda.

O espaço político é, nesses termos, “um lugar onde o homem age coletivamente com uma intenção [– instituir uma mudança política]” (CASTRO, 2016, n.p, grifo nosso). É, desse modo, entendido como o lugar de manifestação do político e de performances, que tem como base a interpretação do fenômeno político tendo em vista metáforas dramáticas da sociologia teatral de Robert D. Benford, Scott A. Hunt e Ron Eyerman (1992), onde o manifestante performa, na praça, suas razões e desejos para público que assiste e julga.

Figura 8: O manifestante tenta se comunicar com o prefeito, 2013



Fonte: <https://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/05/alvos-de-protestos-de-junho-de-2013-conseguem-vitoria-nas-eleicoes.htm>

Nessa perspectiva, Eyerman considera as atividades de movimentos sociais como “[...] uma forma de atuação em público, uma performance política que envolve forma dramática de representação, à medida que os movimentos envolvem emoções dentro e fora de seus limites, tentando comunicar sua mensagem⁷⁹” (EYERMAN, 2006, 194).

O autor sugere que demonstrações públicas e outras formas de ação coletiva, a exemplo do protesto, sejam estudadas como performance, pois, segundo Eyerman, “[...] Performance envolve necessariamente um *mise-en-scène*, uma visão, um cenário e um ambiente físico, que pode ter um significado simbólico, influenciando tanto o desempenho como a recepção⁸⁰” (EYERMAN, 2006, 199).

Ainda nessa linha de raciocínio, Benford e Hunt (1992, p.36) argumentam que os movimentos sociais constituem “dramas rotineiramente preocupados com desafios ou interpretações ou sustentadoras de relações de poder⁸¹” e defendem que os resultados de suas

⁷⁹ No original: “[...] a form of acting in public, a political performance which involves representation in dramatic form, as movements engage emotions inside and outside their bounds attempting to communicate their message”.

⁸⁰ No original: “Performance necessarily involves a *mise-en-scène*, a vision, a setting, and a physical environment, which may itself be laden with symbolic meaning, thus influencing both performance and reception”.

⁸¹ No original: “[...] dramas routinely concerned with challenging or sustaining interpretations of power relations”.

ações dependem, em parte, de como os ativistas empregam estratégias (técnicas) dramáticas e dramaturgicas e lidam (gerenciam) com as várias contingências e tensões emergentes.

O espaço político aberto vai assim assumir, pela própria diversidade do social e da performance política, bem como dos repertórios de confronto político e da sua materialidade, diferentes formas categorizáveis, que derivam dos tipos de espaços políticos reconhecidos por Castro (2018a): Espaço político exclusivo, Espaço político limitado, Espaço político aberto (ou efêmero).

Por espaço político exclusivo compreende-se os espaços de decisão, aqueles do poder constituído: Parlamentos e Câmaras Legislativas. Espaço político limitado corresponde aos espaços da democracia participativa ou da possibilidade de colaboração semidireta em processo de formatação de políticas por meio da interação entre cidadãos e atores governamentais: Conselhos Municipais, Orçamentos Participativos e Colegiados Territoriais, por exemplo (CASTRO, 2018a).

O espaço político aberto é um recurso democrático e parte integrante dos sistemas políticos e governamentais. No mundo contemporâneo e em sociedades com regimes democráticos estabelecidos os EPAs ocupam cada vez mais um lugar de destaque no processo político, revela a Teoria Sociedade Movimento. Portanto, considera-se o espaço político efêmero um mecanismo vital do sistema democrático e um componente fundamental para o aprimoramento da democracia.

Esse é essencial, pois, junto com a urna eleitoral e os espaços políticos limitados, o EPA integrar o conjunto de oportunidades políticas que cidadãos e eleitores podem acionar para afetar agendas de governos, decisões governamentais e influenciar políticas públicas que afetam a população de uma rua, bairro, município, Estado ou país.

Os EPAs são ruas e praças quando nelas irrompem mobilizações políticas. À luz da teoria democrática, esses espaços da política funcionam como uma engrenagem complementar dos mecanismos formais de autorização e prestação de contas da democracia representativa (referendo, plebiscito, eleição).

No entanto, o EPA tem a particularidade de ser uma resposta rápida e direta de grupos sociais (desaprovação, objeção, reclamação, adequação...) ou de grupos sub-representados ou minorias. Neste caso, o EPA tem uma capacidade de ação e reação à política institucional que os outros mecanismos legais (referendo, plebiscito e eleição) não têm, pois é um espaço de comunicação direta e imediata dos representados para os representantes eleitos.

Além disso, o EPA funciona de baixo para cima, de modo que os cidadãos não são convidados para referendar decisões previamente aprovadas por governantes. Nesses espaços,

cidadãos e ativistas políticos agem, sobretudo, para obter efeitos políticos, cuja urgência não está, necessariamente, em sincronia com o tempo do processo eleitoral.

Nessa perspectiva, o espaço político aberto é aquele lugar qualificado pela política ou por fenômenos políticos, fundado pelo agir intencional, ou seja, pelo fito de instituir uma mudança legítima e abrangente a um público. São ruas e praças transformadas em arenas políticas de demandas (CASTRO, 2016), espaços efêmeros de movimentos (CORNWALL, 2002).

Conforme já mencionado, os EPAs podem assumir um caráter competitivo – EPC: ocorre quando repertórios e performances visam revelar a existência de rivalidades dentro de um sistema constituído; reativo – EPR: formado por ações voltadas para a defesa de direitos ameaçados; proativo – EPP: a principal característica é a reivindicação de direitos ainda não conquistados.

Tendo como base exemplos extraídos de diversas partes do mundo, será apresentado a seguir um exemplo para cada um dos três espaços políticos efêmeros mencionados no parágrafo anterior, o que contribuirá para uma melhor compreensão de como os espaços de sociabilidades são convertidos em espaços políticos e a pensar como diferentes tipos de mobilizações (ambientalistas, protestos estudantis, minorias e direitos civis, pro-democracia...), seus objetivos, estratégias e táticas empregadas bem como suas performances criam tipos de espaços políticos abertos.

A Praça Mohamed, em Sidi Bouzid, na Tunísia, berço da Primavera Árabe, representa bem o primeiro tipo, Espaço Político Competitivo (EPC). Em 2010, as ruas e praças de Túnis e outras cidades do país foram transformadas por milhares de manifestantes contrários ao regime autoritário personificado por Zine El Abidine Ben Ali, que ficou no poder durante 23 anos. O espaço político competitivo foi acionado por performances contenciosas iniciadas por indivíduos indignados, transformando ruas e praças em uma grande arena política competitiva para a manifestação de uma oposição e rivalidade coletiva ao sistema de governo instituído e às suas implicações práticas na vida dos tunisianos.

Outros países da Primavera Árabe, Egito, Iêmen e Líbia, também são exemplos de protestos populares que fomentaram a deposição de ditadores em revoluções iniciadas pelo povo. Espaços políticos abertos competitivos rivalizaram com os sistemas dominantes e competiram para implodir o *status quo* instaurado nesses países.

A partir de 2008 e no auge da crise financeira, diversas demonstrações públicas ocorreram na Europa, especificamente a partir de 2010. A Praça Syntagma, em Atenas (Figura 9), Grécia, metamorfoseou-se em um Espaço político reativo (EPR), onde os gregos

se manifestaram contra medidas de austeridades apontadas pela Troika⁸² para impedir o default do país, que enfrentava uma grave crise financeira.

Figura 9: Gregos protestam contra lei de austeridade em frente ao Parlamento, em Atenas, 2011.



Fonte:<https://www.nytimes.com/2011/10/20/world/europe/greek-workers-start-two-day-anti-austerity-strike.html?auth=linked-google1tap>

Assim como na Grécia, desde 2016, ruas e praças francesas foram convertidas em Espaços políticos reativos. Os franceses reagiram contra o programa de reforma trabalhista proposto pelo ex-presidente François Hollande, levada adiante pelo seu sucessor, Emmanuel Macron. A insatisfação social foi grande, uma vez que os franceses temiam a perda de direitos trabalhistas já conquistados.

Na Austrália, em 2017, milhares de manifestantes transformaram ruas de Sidney em Espaço Político Proativo (EPPA) para reivindicar a igualdade de direitos e a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Em 2013, na França, as ruas de Paris, a Praça Denfert Rochereau e a Praça da Bastilha também manifestaram sua potência política quando milhares de pessoas pediram a aprovação do casamento gay e a permissão para a adoção de crianças por homossexuais.

Assim, ao avaliar-se uma série de movimentos de protestos ocorridos no mundo entre 2008 e 2019 (Tabela 3), observou-se que essas mobilizações tiveram desdobramentos

⁸² Jargão econômico utilizado para se referir a três instituições financeiras internacionais: omissão Europeia (CE), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Central Europeu (BCE).

institucionais, o que reforça o pressuposto de Castro (2018a) segundo o qual ruas e praças, quando espaços de demanda, convertem-se em espaços político abertos.

Na Tabela 3, apresenta-se informações gerais sobre essas mobilizações e uma síntese da análise realizada sobre as implicações institucionais de 18 episódios de confronto políticos, resumindo, na última coluna (resultados) os desdobramentos dessas mobilizações políticas relacionados aos objetivos dos manifestantes.

Para a composição da Tabela 3 utilizou-se como referência: i.) uma lista com os principais eventos do ‘Movimento das Praças’, ocorridos no período 2011-2016, sistematizados por Gerbaudo (2017a); ii.) uma lista com os protestos corridos entre 2010-2015, fornecida por Thomas Carothers & Richard Youngs (2015); e iii.) a escolha de dois dos episódios de confronto político mais noticiados em 2019 – protestos no Chile e protestos em Hong Kong.

As informações dispostas na Tabela 03 foram obtidas pela combinação de uma ampla e refinada pesquisa realizada através do serviço de busca na internet *Google*. Tendo como ponto de partida termos-chaves, Apêndice A, chegou-se a *websites* e páginas *on-line* da grande mídia, nacional e internacional, tendo sido possível acessar e confirmar dados e informações sobre os protestos.

Na referida tabela, é possível observar uma série de medidas e reações de atores políticos às reivindicações dos cidadãos indignados que saíram às ruas exatamente com o objetivo de compelir os políticos e conseguir ações, atos e medidas em respostas às suas reivindicações.

Tabela 3: Protestos no mundo 2008-2019: causas e resultados

Período	Local	Evento	O que?	Causa	Resultado
2008	Islândia		<ul style="list-style-type: none"> • Revolução dos Painelaços 	<ul style="list-style-type: none"> • Colapso financeiro e medidas de austeridade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Renúncia do ministro de Assuntos Econômicos e do primeiro ministro conservador Geir H. Haarde e do governo em bloco, 2009.
2010 - 2011	Tunísia		<ul style="list-style-type: none"> • Revolução Jasmim 	<ul style="list-style-type: none"> • Revolta popular contra o autoritarismo do regime político, repressão, conflitos religiosos e crise econômica 	<ul style="list-style-type: none"> • Fim do regime autoritário de Zine El Abidine Ben Ali, após 23 anos no poder.
2011	Egito	Primavera Árabe, Oriente Médio e norte da África	<ul style="list-style-type: none"> • Revolução Egípcia • Dias de Fúria • Revolução de Lótus • Revolução do Nilo 	<ul style="list-style-type: none"> • Grande mobilização contra a ditadura e em favor da democracia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Renúncia de Hosni Mubarak, presidente que estava no poder há 30 anos.
2011	Líbia.			<ul style="list-style-type: none"> • Protestos contra o regime de Muammar Kadhafi 	<ul style="list-style-type: none"> Deposição do presidente
2011	Iêmen			<ul style="list-style-type: none"> • Reformas políticas e o fim do governo do presidente Ali Abdullah Saleh 	<ul style="list-style-type: none"> • Deposição do presidente
2010 - 2012	Grécia		<ul style="list-style-type: none"> • Aganaktismenoi 	<ul style="list-style-type: none"> • Inúmeras manifestações contrárias às medidas de austeridades anunciadas pelo governo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Referendo em 2015 e rejeição ao acordo proposto pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu (BCE) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).
2011	Espanha		<ul style="list-style-type: none"> • Movimento dos Indignados • Democracia Real Ya! 	<ul style="list-style-type: none"> • Manifestações anticapitalistas, contra os resultados da crise econômica de 2008 (desemprego) e contra a corrupção, pela ética e crítica às instituições do establishment. 	<ul style="list-style-type: none"> • Novas opções políticas: Partidos X e Podemos

2010 - 2012	Portugal		<ul style="list-style-type: none"> • Geração à Rasca 	<ul style="list-style-type: none"> • Movimento Geração à Rasca e M12M – Indignação contra as medidas de austeridade, pela transparência nas decisões políticas e pela democratização da democracia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativa por uma Auditoria Cidadã (IAC)• AR aprovou uma Resolução pela Auditoria cidadã à dívida pública nacional.
2011	Chile	Primavera Chilena	<ul style="list-style-type: none"> • Movimento estudantil 	<ul style="list-style-type: none"> • Primavera Educacional – Protestos por melhorias na qualidade do ensino e acesso às universidades públicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampla reforma ministerial, em 2011. • A Confederação de Estudantes do Chile (Confech) conseguiu, em 2013, ano de eleição presidencial, inserir o tema da reforma universitária nos programas de governo. • Em 2016, o governo previu a gratuidade, ainda que restrita, a alunos provenientes de 5% (cinco por cento) das famílias mais pobres do país. A promessa é estender o ensino superior gratuito para todos os estudantes até o ano de 2020.
2013	Turquia	Primavera Turca	<ul style="list-style-type: none"> • Reações contrárias às políticas do primeiro ministro turco Recep Tayyip Erdogan. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manifestação contra a destruição da área verde e a construção de um shopping center no lugar do Parque Gezi. 	<ul style="list-style-type: none"> • O governo turco desistiu de construir o centro comercial.
2013-2014	Ucraniana		<ul style="list-style-type: none"> • Revolução Ucraniana 	<ul style="list-style-type: none"> • Recusa do governo em assinar um acordo de cooperação com a União Europeia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeito de Kiev e Conselho de Segurança perderam cargos após repressão violenta às manifestações (2013). • Destituição do presidente e realização de eleições antecipadas.
2013	Brasil	Jornadas de Junho	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização Passe Livre 	<ul style="list-style-type: none"> • Reajuste nas tarifas dos transportes público urbanos • Mobilização por serviços públicos de qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Revogação do aumento + Agenda positiva.

2016	França	"Nuit Debout"	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização contra a Lei El-Khomri 	<ul style="list-style-type: none"> • Reformas trabalhistas 	<ul style="list-style-type: none"> • Petição "Lei do Trabalho: não, obrigado" ("Loi Travail, non, merci") recebeu mais de um milhão de assinaturas em menos de 48 horas.
2017	Romênia		<ul style="list-style-type: none"> • Manifestações pela preservação de leis de combate à corrupção 	Manifestação contra a aprovação (31/01) de um projeto de lei que prevê a descriminalização de certos crimes de corrupção - "abuso de poder e corrupção se o prejuízo causado ao Estado for menor que 44 mil euros".	<ul style="list-style-type: none"> • Renúncia do ministro do comércio. • Parlamento aprovou a realização de um referendo sobre o decreto. <ul style="list-style-type: none"> • Revogação do decreto. • Renúncia do ministro da justiça.
2017	Polônia			Contra leis controversas que promoveriam uma reforma da Suprema Corte do país e do Conselho Nacional de Magistratura.	<ul style="list-style-type: none"> • Após protestos, presidente da Polônia rejeitou o projeto de reforma judiciária aprovado pelo parlamento.
2018	França		<ul style="list-style-type: none"> • Gilets Jaunes (Coletes Amarelos) 	Contra a criação de um novo imposto sobre os combustíveis.	<ul style="list-style-type: none"> • O governo voltou atrás e suspendeu a criação do imposto.
2019	Hong Kong		Pró-democracia	Contra projeto de lei que permitiria extradições de Hong Kong para a China.	<ul style="list-style-type: none"> • A chefe executiva de Hong Kong, Carrie Lam, suspendeu a tramitação projeto de lei.
2019	Chile		Protestos contra o aumento no custo de vida	Aumento no preço dos bilhetes de metrô, aumentos de salários e pensões.	<ul style="list-style-type: none"> • Revogação do aumento + Pacote de reformas.

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.
Fonte: Material jornalístico diverso. Consultar o Apêndice B.

Por exemplo, a realização de um referendo na Grécia, no ano de 2015, e a consequente rejeição de um acordo proposto pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu (BCE) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para a recuperação econômica do país são aqui entendidas como consequências direta e indireta das mobilizações políticas ocorridas na Grécia (Movimento *Aganaktismenoi*), no período 2010-2011, contrárias às medidas de austeridade anunciadas pelo governo.

Outro exemplo apresentado na Tabela 3 é o Movimento Geração à Rasca, em Portugal, com ações realizadas entre 2010-2012 por maior transparência e democracia no governo, que culminou em uma Iniciativa por uma Auditoria Cidadã (IAC) com aprovação pela Assembleia da República (AR) de um Resolução pela Auditoria cidadã da dívida pública do país.

Sobre '*los Indignados*', na Espanha, Castells (2013), Gohn (2015) e López & San Juan ([2014] 2019) também observam a criação do Partido X como resultado ou desdobramento da mobilização política ocorrida em 2011 e uma tentativa de romper com a polarização entre os dois grandes partidos do país: PP, Partido do Povo, e PSOE, Partido Socialista Espanhol.

Diante da falta de espaço para discorrer um a um os 18 casos listados Tabela 3, é apresentado a seguir mais um exemplo para reforçar a tese aqui defendida. Em 2013, sucessivos protestos contra a destruição do Parque Gezi, na Turquia, e a construção de um shopping center no local levaram o governo a voltar atrás sobre a substituição do Parque Gezi por um centro comercial.

Ao analisar outros casos apresentados na Tabela 3, será possível constatar algo em comum entre esses diversos casos de mobilização política – a demonstração do anseio por governos democráticos, maior transparência e *accountability* e maior soberania popular sobre as decisões políticas (agendas de governos, políticas públicas, leis etc.); ou ainda, segundo López & San Juan ([2014] 2019), os eventos políticos aqui tratados representam um movimento de reação direta a um processo 'des-democratização'⁸³.

Ainda nessa direção, na próxima seção, buscou-se verificar a repercussão e os impactos produzidos por três episódios de confronto político que ocorreram na Islândia entre 2008-2011 após o início da 'Revolução dos Painéis', os protestos estudantis no Chile em 2011 e as mobilizações em 2019, também no Chile. Antes buscou-se discutir as ideias em

⁸³ Ideia original formulada por Charles Tilly (2003). Segundo o autor, processos de aprofundamento de desigualdades sociais implicam em 'des-democratização', recuo da democracia, ou impedem a democratização.

torno de impacto político e apresentar a metodologia criada para a análise do objeto de estudo dessa pesquisa – os ecos das ruas das Jornadas de Junho nos espaços políticos exclusivos e na vida política do país.

2.3. Impactos políticos institucionais

Embora a literatura especializada sobre consequências de movimentos sociais e impactos obtidos por atividades de protesto esteja se tornando abundante no mundo anglófono, especialmente após a publicação do livro *How social movements matter*, em 1999, por Marco Giugni, Doug McAdam e Charles Tilly, há ainda poucos trabalhos de cunho metodológico dedicados à análise de impactos produzidos por movimentos de protestos.

Também, ainda que diversos estudiosos (Aleman, 2015; Amenta et al.2012; Giugni, 2008; Doug McAdam & Yang Su, 2002) reconheçam que movimentos sociais (MS) e a política contenciosa resultem em consequências políticas, observa-se uma negligência com a definição dos diferentes tipos de resultados relacionados aos MS e a movimentos de protestos.

Desse modo, essa seção tem quatro objetivos: i) introduzir os tipos de consequências e conceituar impacto político e os seus tipos, ii) apresentar um esquema metodológico para a investigação dos resultados de mobilizações políticas, iii) discutir os tipos de respostas institucionais a movimentos de protestos e iv) exemplificar os tipos de impactos políticos.

A literatura especializada define três tipos de resultados de MS e da atividade de protestos, que, por sua vez, estão relacionados à escala, à métrica e à substância dos espaços políticos. Assim, estudiosos têm destacado três tipos amplos de resultados. Primeiro, estudiosos têm dado ênfase as consequências pessoais e biográficas dos movimentos sociais, com foco nos “efeitos sobre o curso da vida de indivíduos que participaram de atividades de movimento, efeitos que são pelo menos em parte devidos ao envolvimento nessas atividades”⁸⁴ (GIUGNI, 2008, p.1589).

O segundo tipo de consequências e impactos envolve “as mudanças culturais ou mudanças nas normas e comportamentos sociais nos quais os atores políticos operam” (Bosi, Giugni, Uba, 2016, p.4) e capacidade do MS em promover mudanças no seu ambiente

⁸⁴ No original: “[...] effects on the life-course of individuals who have participated in movement activities, effects that are at least in part due to involvement in those activities” (GIUGNI, 2008, p.1589).

cultural (Giugni, 2008). Para Giugni (2008), esse é o tipo de impacto mais profundo e duradouro. Já o terceiro tipo diz respeito a mudanças políticas ou aos efeitos da atividade de protesto que alteram de alguma forma o ambiente político dos movimentos, e envolve: a aceitação dos MS e dos manifestantes pelas autoridades políticas como atores legítimos e a conquistas de direitos e ou novos ganhos para o movimento ou o grupo em nome do qual o MS se mobiliza.

A categoria impacto político pode ser subdividida em subtipos: impactos processuais (aceitação), substantivos (novas vantagens) e estruturais (alteração das condições estruturais em que os movimentos agem, por exemplo, provocando a queda de um governo) (Giugni, 2008; Kitschelt, 1986).

A seguir, no Quadro 2, apresenta-se uma síntese com os três tipos de resultados relacionados à atividade de protestos e a MS, com possíveis consequências – internas: para os manifestantes e integrantes de movimentos sociais e externas: desdobramentos sociais e políticos da mobilização.

Quadro 2: Tipos de consequências de movimentos e da atividade de protesto

	Interno	Externo
Político	Relações de poder dentro de um movimento ou organização de movimento social.	Mudança substancial (política), processual, institucional.
Cultural	Mudança de valor dentro de um movimento, organização de movimento social ou setor do movimento.	Opinião pública e atitudes.
Biográfico	Padrões de curso de vida dos participantes do movimento.	Padrões ao longo da vida de alvos de movimento.

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.
Baseado em: Kitschelt (1986) & Giugni (1999).

Nota-se no quadro anterior que o resultado externo do impacto político abarca mudanças políticas e institucionais. Assim, ainda com base nos trabalhos de Kitschelt (1986) & Giugni (1999) foi possível criar uma tipologia (Quadro 3) de impactos relacionados às mudanças políticas decorrentes das ações de MS e das atividades de protesto.

Quadro 3: Tipos de impactos políticos relacionados a protestos e movimentos sociais

Tipos	Características	Mudanças políticas
Processual	Altera a relação de poder entre desafiantes e autoridades.	Abre novos canais de participação para manifestantes e reconhece sua participação como legítima.
Substantivo	Mudanças de política em resposta ao protesto.	Mudanças na legislação, proposta legislativa e política.
Estrutural	Fornecer alterações sistêmicas mais profundas, mais amplas e, geralmente, mais duráveis.	A transformação da própria estrutura de oportunidades políticas.

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.
Baseado em: Kitschelt (1986) & Giugni (1999).

Tendo como referência essa classificação tipológica e a delimitação do conceito de impacto político e do material empírico obtido e analisado, argumenta-se que a rua é um espaço político⁸⁵ com poder instituinte, ou seja, foi possível identificar uma série de consequências relacionadas ao plano político e, por sua vez, impactos substantivos das ruas nos espaços políticos exclusivos.

Este tipo de impacto diz respeito às mudanças de políticas em resposta aos protestos, o que abrange leis, propostas legislativas, agendas de governos e políticas públicas. É exatamente essa conexão entre cidadãos, processo político e políticas (Distributivas, Redistributivas, Regulatórias, Constitutivas, Constitucionais ou Estruturadoras) que convida os diferentes campos disciplinares a participar do debate e oferecer contribuições sobre o lugar dos espaços políticos dentro do sistema político e de governo.

Baseada em uma terceira tipologia, Quadro 4, elaborado considerando os trabalhos de Burstein, Einwohner, Hollander (2005) e Giugni (2004), será possível avaliar os tipos de respostas dadas pelos poderes constituídos às demandas dos espaços políticos das Jornadas de Junho de 2013.

⁸⁵ Partindo do suposto original de Castro (2016;2018a), buscou-se apresentar evidências empíricas sobre a conversão de ruas em espaços políticos, mas, principalmente, apontar a potência política (impactos) desse espaço concreto.

Quadro 4: Tipos de respostas dadas por governos às ações de movimentos sociais e movimentos de protestos

Tipos	Característica	Exemplos
Acesso	A “permeabilidade” do sistema político e das autoridades estatais em relação aos movimentos sociais e sua reivindicação	Os participantes do movimento testemunham na audiência do congresso; enviam petições...
Agenda	A inclusão de uma questão nas agendas governamentais ou públicas	Projeto de lei desejado introduzido no Senado ou na Câmara.
Política pública	A adoção da legislação desejada	Legislação desejada adotada.
Resultado	Aplicação e implementação da legislação desejada.	Aplicação da legislação conforme a reivindicação do movimento e de manifestantes.
Impacto	Melhoria substancial da situação existente.	A legislação tem consequências.
Estrutural	Transformação dos arranjos sociais ou políticos.	Mudanças no sistema para aumentar as oportunidades de influência do movimento.

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

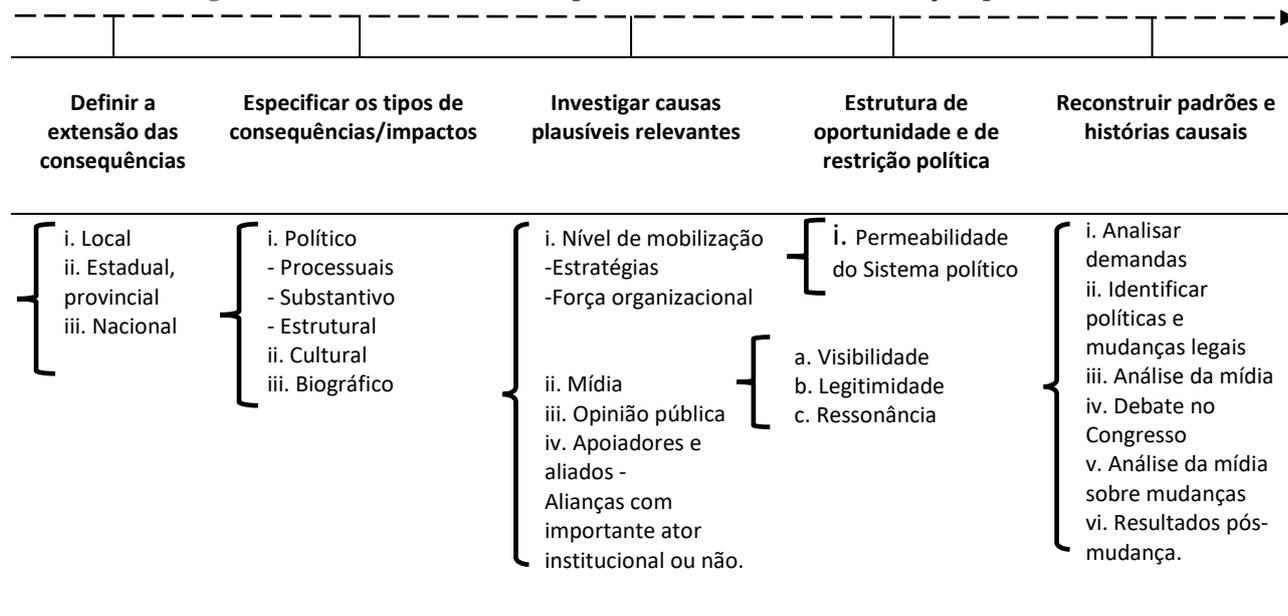
Baseado em: Burstein, Einwohner, Hollander (2005) & Giugni (2004).

Após a aceitação dos MS e manifestantes pelas autoridades políticas como atores legítimos, o que envolve a reconhecimento de suas demandas como legítimas, observa-se no quadro acima (Quadro 4) que as respostas dadas pelos governos e os representantes eleitos representam diferentes tipos de impactos políticos institucionais.

Nos capítulos III e IV, esse conjunto de tipologias e classificações serão utilizados para analisar a ressonância das ruas no Congresso Nacional, em ações do poder legislativo federal, e no poder executivo, em ações da presidência, assim como também em ações dos poderes locais e outros desdobramentos das JJ-2013 na vida política nacional.

Porém antes, com base no conjunto da literatura acadêmica sobre consequências relacionadas a mobilizações políticas e a movimentos sociais foi possível desenvolver um referencial metodológico e analítico (Figura 10) para a investigação de impactos e desdobramentos de ações como protestos.

Figura 10: Modelo analítico de impactos em contexto de mobilizações políticas



Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

Como pode ser observado na Figura 9, o primeiro passo para a investigação de possíveis resultados relacionados à atividade de protestos envolve a definição da escala de ação e do alcance das consequências, ou seja, o recorte e a escala do impacto político. No presente estudo, analisa-se a potência dos espaços políticos abertos no âmbito nacional e local, em um contexto de mobilizações política nacionais, mas com demandas locais e nacionais.

O segundo passo é estabelecer as consequências e os principais impactos, o que dada a diversidade de tipos de impactos (Biográfico, Cultura e Político), os tipos de respostas políticas dadas por autoridades competentes, e os tipos de impactos políticos (Estrutural, Substantivo e Processual) requer definir os procedimentos e os dados a ser levantados, analisados e sistematizados.

Em seguida, tendo como base os principais elementos e componentes apresentados por teóricos dos movimentos sociais e do confronto político, deve-se pensar no processo de organização das ações, no repertório e nas táticas dos manifestantes, o papel da mídia, a dimensão dos atos e a sua periodicidade, o tipo de avaliação feita pela opinião pública e pela sociedade civil, bem como o papel de lideranças e atores políticos institucionais nas mobilizações.

A concepção de estrutura de oportunidades políticas e restrições apresentada por McAdam (1996) e Giugni (2009) é essencial para entender o contexto da mobilização política

e pensar no grau de abertura do Estado e do governo às manifestações de ruas e à aceitação das demandas de manifestantes e integrantes de movimentos sociais.

Também, é de suma importância estabelecer correlações entre as ações dos manifestantes e as reações dos poderes constituídos, e avaliar as causas da mobilização, demandas e os desdobramentos dessas reivindicações; isso pode ser feito por meio da análise da mídia e de documentos oficiais.

Nessa direção, os fatores e elementos introduzidos na Figura 10, assim como os conceitos e categorias do âmbito da política contenciosa que até aqui não foram aprofundados, serão discutidos nas próximas seções e articulados aos resultados empíricos da pesquisa.

Após ter estabelecido que os movimentos sociais e protestos podem mudar seu ambiente de três maneiras: elevando o *status* dos desafiantes em relação a terceiros e autoridades, catalisando mudanças na política e causando transformações na sociedade, no sistema político e / ou nas crenças predominantes (Aleman, 2015; Giugni, 1999; Kitschelt, 1986), buscou-se concluir essa seção, dedicada a introduzir e a discutir os impactos relacionados à atividade de protesto e a como mensurá-los, com três exemplos empíricos para explicitar alguns dos tipos de resultados institucionais decorrentes de movimentos de protestos ocorridos ao longo dos últimos anos.

Esses três exemplos aparecem na Tabela 3 e foram escolhidos, também, por conta da grande projeção midiática que eles tiveram na mídia nacional e internacional. Assim, buscou-se verificar a repercussão desses episódios de confronto político nos espaços políticos exclusivos e enquadrá-los tendo como referência os tipos e os subtipos de impactos políticos destacados nos quadros 2, 3 e 4.

O primeiro exemplo é a ‘Revolução dos Panelaços’ e os protestos realizados na Islândia entre 2008-2011 (Tabela 4). Essa mobilização política não foi escolhida de modo aleatório, mas, sim, por ter sido o primeiro movimento de protesto realizado na Europa a revelar sintomas do problema da representação política no mundo contemporâneo. Observa-se na Tabela 4, na última coluna (resultados), que desde o início dos protestos contra as medidas de austeridade anunciadas pelo governo, em face da crise do sistema financeiro que atingia o país e, também, por maior soberania popular sobre as decisões políticas tomadas pela elite dirigente, a ocorrência de uma série de ações: renúncia de ministros de Estado, realização de referendo e prisão de políticos.

Tabela 4: Protestos na Islândia 2008-2012 e os impactos políticos da ‘Revolução dos Panelaços’

Contexto	2008: Crise financeira global e colapso do sistema bancário. Protestos contra o acordo do pagamento da dívida dos bancos pelos contribuintes	
O que?	Demandas	Impactos
2008-2009: Revolução das panelas: Manifestações diárias em frente ao parlamento em Reykjavik.	Não implementação de medidas de austeridade. Renúncia do primeiro ministro	2009: renúncia do ministro de Assuntos Econômicos e do primeiro ministro conservador Geir H. Haarde e do governo em bloco.
2009-2011: Atos públicos contrários a medidas anunciadas pelo governo	Não ao resgate financeiro aos bancos. Contra a decisão do governo sobre a nacionalização de três bancos, cujos clientes eram principalmente britânicos, americanos e norte-americanos.	2010: governo convocou a realização de um referendo, 93% dos eleitores votaram contra o projeto que previa o uso de dinheiro público para indenizar bancos. 2011: 60% dos eleitores rejeitam o segundo referendo sobre ajuda financeira aos bancos. 2011: iniciou-se a elaboração de uma Constituição colaborativa com a participação de cidadãos através do Facebook e Twitter. 2012: Geir Haarde, ex-primeiro ministro, foi condenado por negligência sobre a crise financeira. Indiciamento de 45 pessoas: banqueiros e políticos. 29 banqueiros foram presos e outros deixaram o país.

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

Fonte: Materiais jornalísticos diversos. Consultar Apêndice B.

Além disso, deu-se início à elaboração de uma Constituição participativa que contou com o envolvimento e com a colaboração de cidadãos através das redes sociais – Facebook e Twitter. Nas ruas, os cidadãos assumiram o papel do ‘povo vigilante’ e do ‘povo veto’ (Rosanvallon, 2008) para dar visibilidade a problemas com a representação política no país, bem como para condenar e impedir que decisões contrárias aos anseios populares fossem tomadas.

Os resultados alcançados pelos cidadãos indignados na Islândia servem, também, para corroborar com o suposto de Castro (2018a), defendido aqui, a respeito das ruas, quando espaços de protestos legítimos, ser convertidas em espaços político efêmeros, e que, enquanto tal, esses espaços são recursos democráticos e componentes do sistema político com poder instituinte para mudanças políticas.

Também, interessado em analisar os impactos políticos dos protestos estudantis ocorridos no Chile, em 2011, e de protestos realizados no mesmo país, no ano de 2019, realizou-se um levantamento sobre as consequências desses protestos. Os resultados dessas verificações foram organizados e apresentados nas Tabelas 5 e 6.

Tabela 5: Protestos estudantis no Chile em 2011 e os seus impactos políticos

Contexto	Sebastián Piñera (Partido conservador Renovación Nacional, 2010-2014) sucede a Michelle Bachelet (Partido Socialista do Chile, 2006-2010)	
O que?	Demandas	Impactos
Protestos estudantis, greves e manifestações populares contra o governo do presidente Sebastián Piñera.	Melhoria na qualidade do ensino e mudanças para facilitar o acesso às universidades públicas.	Ampla reforma ministerial em 2011. A Confederação de Estudantes do Chile (Confech) conseguiu, em 2013, ano de eleição presidencial, inserir o tema da reforma universitária nos programas de governos dos presidentes. Bachelet prometeu "gratuidade a nível universitário em seis anos e acabar com o lucro de colégios privados que recebem subsídios do governo, onde estudam a maior parte dos chilenos". O governo de Piñera mudou o ministro da Educação e propôs uma reforma da educação em um plano com 21 itens. Em 2016, o governo previu a gratuidade, ainda que restrita, a alunos provenientes de 5% (cinco por cento) das famílias mais pobres do país. A promessa é de estender o ensino superior gratuito para todos os estudantes até o ano de 2020.
Trabalhadores da estatal Codelco (Corporação Nacional do Cobre) fizeram a primeira greve em quase duas décadas.	Mudanças no plano de modernização da companhia, que, na visão dos trabalhadores, poderia iniciar um processo de privatização da Codelco.	

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

Fonte: Materiais jornalísticos diversos. Consultar Apêndice B.

Nota-se que tensionado pelas mobilizações estudantis de 2011, o governo anunciou uma ampla reforma ministerial. Além disso, demandas em torno da pauta dessas mobilizações, reforma universitária, principalmente, adquiriram destaque no processo eleitoral de 2013, repercutindo tanto nos discursos e promessas dos presidentes quanto nos planos de governo.

Nesse contexto, Michelle Bachelet venceu as eleições e voltou a ocupar a presidência do Chile. Bachelet havia prometido promover uma ampla reforma educacional, avançar na gratuidade da educação com um sistema educacional gratuito e de qualidade e diminuir o lucro excessivo das instituições privadas no sistema de ensino do país (coluna Impactos, Tabela 5).

Em 2019, uma nova leva de mobilizações políticas agitou Santiago, capital do Chile. Segundo a grande mídia, os protestos foram motivados pelo aumento na tarifa do sistema de metrô na capital. Em face da magnitude dos episódios de confronto e do rastro de implosão causado pelo confronto entre manifestantes e a polícia, o governo revogou a majoração da tarifa do sistema de metrô – Tabela 6.

Tabela 6: Protestos no Chile em 2019 e os seus impactos políticos

O que?	Demandas	Impactos
Manifestações, barricadas incendiárias, saques, destruição de estações de trens metropolitanos e queimas de ônibus, supermercados e outros edifícios na capital.	Atos contra o aumento na tarifa do sistema de metrô na capital. Contra a violência policial empregada para reprimir os manifestantes. Contra o estado de emergência, o toque de recolher e o uso do exército convocado pelo presidente para acabar com as manifestações. Reformas sociais	O governo anunciou a revogação do reajuste. Após 7 dias, a Defesa Nacional do Chile publicou decreto em que informa o fim do toque de recolher na Região Metropolitana Após uma semana de intensos protestos, o presidente do Chile, Sebastian Piñera, solicitou que os ministros colocassem seus cargos à disposição. Anúncio presidencial de uma agenda social de unidade nacional. Pronunciamento em rede nacional (22/10) e pedido de perdão aos chilenos pela falta de visão de problemas históricos** e anúncio medidas sociais: "aumento imediato das pensões e elevações adicionais dentro de dois anos, assim como melhorias nas aposentadorias da classe média, das mulheres e de idosos deficientes", além de propor o aumento de 16 por cento no salário mínimo e de medidas para conter o aumento das tarifas de energia elétrica***; redução do preço dos remédios . O governo aprovou a realização de um plebiscito sobre a elaboração de uma nova Constituição, que deverá substituir a Carta em vigor desde o período militar.

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

Fonte: Materiais jornalísticos diversos. Consultar Apêndice B.

Nos três casos é possível observar uma série de medidas e ações institucionais decorrentes das ações dos manifestantes. Nota-se, portanto, a combinação de impactos políticos externos, estruturais e substantivos, a exemplo de mudanças nos governos ou de políticas em resposta ao protesto.

CAPÍTULO III

3. A PRAÇA E O PALÁCIO

Vista do palácio, a praça é o lugar da liberdade silenciosa; visto da praça, o palácio é o lugar do poder arbitrário. Se cai a praça, o palácio também é destinado a cair⁸⁶ (BOBBIO, 1986, p.78).

A metáfora cunhada por Norberto Bobbio para se referir à relação existente entre governantes e governados revela o que constitui o âmago da democracia – o nexos entre os espaços da política e a conexão entre governo e sociedade civil –, que não pode, de modo algum, ser negligenciada ou relegada a segundo plano pelas ciências humanas e por estudiosos da política confrontacional.

Para Romano, “a praça reúne muitos indivíduos, e sua forma aberta permite livres discussões. Quem para ela se dirige tem alvo comum: reivindicar direitos, ouvir líderes”. Nesse sentido, “manifestações de rua significam uma multidão de pessoas indignadas com os palácios” (ROMANO, 2013, n.p).

Assim, a praça, no mundo moderno, *locus* da intencionalidade política, é a versão moderna da ágora grega (GERBAUDO, 2017a). Todavia, ao contrário de espaço privilegiado para o debate público e discussões políticas que organizam e regulam a vida social, a praça moderna não é uma arena de encontro para a discussão de assuntos públicos e tomada de decisões.

De acordo com Bobbio (1986), “a “praça” não é um fórum de discussão, onde você vai para debater um problema e decidir em conformidade. Nela, os cidadãos se reúnem porque já têm um propósito comum, de alguma forma já predeterminado”. Assim, a Praça contemporânea é um espaço político, porém, ao contrário do que afirma Gerbaudo, não é por excelência um espaço de encontro e de discussão de questões políticas.

Como afirma Bobbio, a Praça moderna é o espaço político de demonstração e expressão de anseios e posições. É o espaço para performances políticas e, portanto, para a exposição de demandas e para a publicização de conflitos de interesses. Nessa perspectiva, manifestantes se juntam para mostrar aprovação ou rejeição a decisões já tomadas ou a futuras decisões, como também para reclamar direitos.

⁸⁶ No original: Vista dal palazzo la piazza è il luogo della libertà licenziosa; visto dalla piazza è il luogo dell'arbitrio del potere. Se cade l'uno è destinato a cadere anche l'altro (BOBBIO, 1986, p.78).

Assim, ao contrário da ágora clássica, “a “praça”, tanto em regimes autocráticos como em regimes de democracia indireta ou representativa, não é o lugar onde você toma decisões”. Para o politólogo italiano Noberto Bobbio, “decisões que contam já estão tomadas pelos próprios manifestantes (que se manifestam porque querem tomar uma determinada ação ou contestar uma decisão já tomada), ou pelo ditador (e a multidão fala em monossílabos: “sim”, “não”, “para nós”)” (BOBBIO, 1986⁸⁷, p.2 apud MACHADO FILHO, 2017).

Innerarity (2017) também lembra que essa tensão entre as instituições democráticas modernas e a praça é uma idiossincrasia própria da democracia moderna. Desse modo, a praça dos indignados é, no mundo contemporâneo, o espaço do ‘povo-veto’ e do ‘povo-juiz’, atores políticos que compõem as figuras de legitimidade democrática de que trata Pierre Rosanvallon (2011) em *Democratic Legitimacy*.

As formas de legitimidade democrática, discutidas Rosanvallon, constituem formas não eleitorais de *accountability*. Assim, seja em democracias industriais avançadas ou em democracias disjuntivas, como a brasileira, a praça é o espaço do poder contrademocrático, ou seja, é o local onde se manifesta “a ‘soberania do impedimento’, que permite ao povo vetar (ou expressar seu veto a) decisões ou ações dos governantes” (SCHRAMM, 2016, p. 119).

Em consonância com as ideias de Rosanvallon e Bobbio, concorda-se com Castro (2018a), para quem a praça e a rua, quando acionadas pela intencionalidade política, tornam-se em um fenômeno político e funcionam como espaços políticos abertos, cuja natureza máxima é a força instituinte, aqui concebida em termos de impacto político⁸⁸.

Em regimes autoritários, em todo o mundo, a praça (e a rua) é o espaço daqueles que se mobilizam e se engajam em mobilizações para instituir mudanças. A praça dos indignados, espaços políticos abertos, tem sua potência política reconhecida tanto por aqueles que ocupam os Palácios quanto por aqueles que ocupam e fazem da Praça, nos termos bobbianos, um fenômeno político.

Assim, a transfiguração de ruas e praças em espaço político aberto torna-se explícita quando forças repressivas, dos poderes despóticos antidemocráticos, agem para dispersar a

⁸⁷ Texto original em italiano – *Palazzo e la piazza* – cedido pelo professor Roberto Romano e traduzido integralmente para o português pelo amigo William Morais Antunes de Souza.

⁸⁸ Outras evidências empíricas serão apresentadas, nas próximas seções, para substancializar a ideia original de Castro (2018a).

multidão pró-democracia, que se insurge e faz da Praça seu espaço de ação para instituir mudanças políticas.

Em Hong Kong, por exemplo, protestos pró-democracia e por reformas políticas, iniciados no final de março de 2019, têm sido classificados como ilegais pela autoridade local e, de acordo com manifestantes e com a mídia internacional, os integrantes dos atos têm sido reprimidos de forma violenta pela polícia, que tenta impedir a concentração de insurgentes no Parque Victoria.

Foi assim durante o reinado do último czar russo, Nicolau II, iniciado em 1894, quando 200 manifestantes foram mortos e 800 ficaram feridos em frente ao Palácio de Inverno de São Petersburgo em 1905, no episódio que ficou conhecido como Domingo Sangrento. O palácio imperial era o local onde o czar morava e reinava.

Outro exemplo envolve as ações policiais durante o encontro da Organização Mundial do Comércio, realizado em Seattle nos Estados Unidos em 1999. Na ocasião, massivos atos de protestos contra a organização desafiaram, segundo Steve Herbert (2007), a capacidade do Estado de exercer o controle territorial.

Assim, em nome da ordem e da segurança pública, o Estado instituiu um zoneamento com “zona sem protesto”, “zonas de acesso restrito” e “zonas de expressão livre” em Seattle como estratégia para controlar a performance do dissenso nos espaços abertos de Seattle.

Herbert (2007) discute essa ação em termos de regulação espacial. Para o autor,

Esses regulamentos espaciais são mobilizados em larga escala em eventos importantes como convenções nacionais, encontros de organizações internacionais e aparições de grandes figuras políticas. Mas eles também podem limitar os protestos em locais mundanos, como prisões, correios, parques nacionais, escolas e locais de votação. Em alguns casos recentes, essas restrições espaciais foram mantidas pelos tribunais que citaram o exemplo de Seattle como um a ser evitado (por exemplo *Bl(a)ck Tea Soc'y v. City of Boston, 2004*)⁸⁹ (HERBERT, 2007, p. 603).

Herbert grifa três ações empreendidas pelo Estado em um contexto democrático e de mobilizações políticas, como os protestos realizados em Seattle em 1999, que se somam aos elementos apresentados por Bobbio e endossados por Romano, que, juntos, reforçam a ideia da praça como um espaço político aberto. De acordo com Herbert, o Estado age:

⁸⁹ No original: “These spatial regulations are mobilized on a large scale at such prominent events as national conventions, gatherings of international organizations, and appearances by major political figures. But they can also limit protest at such mundane locales as jails, post offices, national parks, schools, and polling locations. In some recent cases, these spatial restrictions were upheld by courts who cited the Seattle example as one to avoid (e.g., *Bl(a)ck Tea Soc'y v. City of Boston, 2004*)” (HERBERT, 2007, p. 603).

i) como possuidor de força coercitiva legítima para exercer o controle do território em disputa com os manifestantes, pois os manifestantes desafiam a autoridade territorial da polícia (braço armado do Estado) e sua capacidade de controle do espaço, bem como de ditar o fluxo de ação no espaço contestado.

ii) como administrador e responsável por garantir e impor ordem pública, segurança e respeitar os direitos de todos e, portanto, como instituição pública com uma imagem a zelar

iii) responsável pela preservação das liberdades civis, o que implica a manutenção, preservação e extensão de espaços literais e figurativos para que os cidadãos possam desenvolver e articularem suas visões políticas.

Tendo como referência o estudo dos episódios de confronto político ocorridos em Seattle, nomeados por Herbert como “Batalha de Seattle⁹⁰”, o autor mostra que a rua e a praça, quando nelas irrompem fenômenos políticos, convertem-se em espaços políticos, que são alvo de disputa e, portanto, de conflito entre o Palácio e a multidão.

No Brasil, no dia 13 de junho de 2013, uma semana após o início dos protestos, foi apresentado no Congresso um anteprojeto de lei⁹¹ que tipifica o crime de terrorismo. A proposta foi criticada pelos movimentos sociais, uma vez que o anteprojeto tratava e categorizava determinadas práticas relativas à atividade de protestos como crime de terrorismo.

No entanto, segundo o proponente do anteprojeto, na época e atual senador Romero Jucá, as manifestações que estavam sendo realizadas no país não tinham relação com o terrorismo.

É importante registrar que essa tipificação do crime de terrorismo nada tem a ver com movimentos sociais, com movimentos reivindicatórios, com os protestos no País. Todas essas ações estão ressalvadas no meu relatório e não têm qualquer relação com o crime de terrorismo (MACEDO, [2013] 2019, n.p).

Ainda assim, diante das críticas e da repercussão negativa do dispositivo, que, segundo o ex-deputado Miro Teixeira, poderia ser utilizado para criminalizar movimentos sociais, o senador Romero Jucá retirou o referido dispositivo do texto do anteprojeto, sendo aprovado, em 27 de novembro de 2013, por uma comissão mista do Congresso, composta por deputados e senadores (SOUZA, [2013]2019b, n.p).

⁹⁰ No original: “Battle of Seattle”.

⁹¹ No dia 10 de julho de 2013, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou o substituto do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2006, cujo tema era a definição de organização criminosa. No dia seguinte, 11 de julho, o plenário aprovou projeto substituto (PLS 499/2013) e no dia 06 de agosto, a lei foi sancionada pela presidência da república.

Contudo, dois meses após o início das manifestações de 2013, a presidência sancionou a Lei de Organização Criminosa (Lei 12.850). “O texto sancionado prevê pena de três a oito anos de reclusão para quem promover, constituir, financiar ou integrar organização criminosa, pessoalmente ou por pessoa interposta” (IZAGUIRRE, [2013] 2019, n.p).

Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

A Lei de Organização Criminosa foi alvo de críticas de movimentos sociais por ser considerada uma tentativa de intimidação e uma arma a serviço da criminalização dos movimentos sociais, uma vez que o Estado goza do poder de mando e obediência e, como bem demonstra Herbert (2007), o Estado aciona esse poder em nome da lei e da ordem e contra as atividades da política contenciosa que desafiam o poder estatal.

Seja em nome da lei e da ordem ou para proteger o *status quo*, o Estado lança mão de todos os recursos disponíveis (leis ordinárias e extraordinárias, além do braço armado) para escudar o Palácio e o poder constituído, separando-os da multidão que se insurge na Praça e faz dela seu espaço político de ação.

Em 2014, por exemplo, após dois meses de intensos protestos em Kiev, Ucrânia, pró-União Europeia e contra o governo, partidários do presidente Viktor Yanukovich sancionaram um conjunto de leis (leis antimanifestações) com o objetivo de proibir e impedir a continuidade dos atos contenciosos no país. As leis representaram um conjunto de medidas repressivas e de dispositivos que:

- Tipificava como crime e multa a instalação não autorizada de tendas, palcos ou amplificadores em locais públicos com multa de \$ 640,00 e 15 dias de prisão.
- Proibia o uso de máscaras e capacetes, utilizados por manifestantes durante os protestos entre 2013 e 2014; a punição para esse crime era de 15 dias de prisão.

Em outubro de 2019, o governo de Hong Kong também promulgou uma espécie de Lei Antimáscaras, além de ter classificado sistematicamente as manifestações, iniciadas em março de 2019, como ilegais, o que serve como instrumento para justificar as ações policiais na tentativa de impedir a concentração de manifestantes na Praça e dispersar a multidão em suas demonstrações públicas.

Sob essa perspectiva, interessado em verificar o potencial das ruas e praças, “espaços públicos do cotidiano social que se metamorfoseiam em arenas de demandas, conflitos e ação, o que os investe de evidente caráter político” como espaços políticos abertos

(CASTRO, 2016, p.11), e em analisar e evidenciar o nexos existente entre as ruas e as instituições políticas, é apresentado, nas seções a seguir e no capítulo seguinte, o resultado de um levantamento sistemático sobre as ações da Presidência da República e do Congresso Nacional sobre os temas relativos às Jornadas de Junho de 2013.

Tendo como alicerce a análise sistemática da agenda presidencial e os pronunciamentos oficiais da presidência e da equipe ministerial, constatou-se que as JJ-2013 entraram na pauta do poder executivo, assim como ocorreu nos outros níveis de governo (ver seções 3.2 e 3.3). Observou-se que as manifestações afetaram a agenda presidencial, assim como a agenda do governo, pois, como poderá ser notado, algumas medidas foram anunciadas pelo Palácio do Planalto em resposta às vozes das ruas.

3.1. Entre as ruas e os gabinetes

As concepções de democracia representativa de Norberto Bobbio e Pierre Rosanvallon se opõem e se afastam das concepções minimalistas da democracia eleitoral e, por sua vez, à redução da participação política apenas ao sufrágio eleitoral. Para o pensador francês Pierre Rosanvallon, a política democrática é muito mais complexa e vai muito além do sistema eleitoral. A representação democrática exige, portanto, formas de legitimação política que extrapolem a ideia de maioria e de referendo das urnas.

Nesse sentido, não há lugar para a ideia de ‘cheque em branco’ nos sistemas representativos, tampouco para o império do privilégio da força da maioria sobre a decisão e a supressão da minoria. Desse modo, o escrutínio popular não garante aos governantes poderes irrestritos para a tomada de decisões em nome do ‘povo’.

Como advoga S. Laurel Weldon, “a democracia envolve necessariamente mais do que meras instituições estatais. De fato, uma sociedade civil vibrante é fundamental para a democracia⁹²” (WELDON, 2011, p. 28). Segundo a autora, ativistas, consultas públicas, protestos e movimentos sociais complementam e qualificam o processo de representação advindo das urnas.

Nessa linha de raciocínio, Iris Marion Young (2000) também argumenta que “a legitimidade normativa de uma decisão democrática depende do grau em que os afetados por

⁹² No original: “Democracy necessarily involves more than mere state institutions. Indeed, a vibrant civil society is critical to democracy”.

ela foram incluídos nos processos de tomada de decisão e tiveram a oportunidades de influenciar os resultados”⁹³ (YOUNG, 2000, p. 5-6).

Agendas políticas, ainda que tenham sido republicanamente chanceladas pelas urnas, estão passíveis de ser contrariadas e contestadas nas ruas, pois nenhum programa de governo é unânime, mesmo entre aqueles que o aprovaram no processo eleitoral. Assim, há na democracia representativa espaço para o conserto e a adequação do projeto político vencedor o mais próximo possível do desejável pelo eleitor apoiador.

Ainda nessa linha de raciocínio, do mesmo modo que os eleitores da agenda vencida nas urnas mobilizam recursos e esforços para inserir seus desejos e anseios no projeto vencedor, eles também agem para dificultar a implementação de pontos da agenda que lhes desagradam e, assim, buscam proteger seus interesses.

As contribuições de Pierre Rosanvallon para a complementação da representação formal e a promoção da legitimidade democrática, baseada em *accountability*, envolvem a ampliação da possibilidade participação social nos processos de tomada de decisão política e, portanto, a maximização da soberania popular, combinada à atuação das figuras de imparcialidades.

Não foi por acaso que o “Movimento das Praças” teve como tônica o antagonismo entre soberania popular e poder oligárquico (GERBAUDO, 2017a). Para Gerbaudo (2017a), tratou-se de um movimento popular democrático por real democracia, ao invés de uma democracia considerada ilusória, controlada por lobbies, políticos de carreira e pelo mercado financeiro.

Nas palavras de Jacques Rancière e Steve Corcoran, eles também representam uma reação contra “o monopólio da coisa pública por uma sólida aliança da oligarquia estatal e da oligarquia econômica”⁹⁴(RANCIÈRE & CORCORAN, 2014, p.72-73), mas, acima de tudo, representam movimentos pró-democracia e uma política de vigilância.

Ainda segundo Gerbaudo, durante esse Movimento, assistiu-se ao nascimento do *citizenism* como uma ideologia de expansão da cidadania, “entendida como uma condição de igualdade política e uma cultura de participação ativa na política”⁹⁵ (p.9), em que o cidadão é

⁹³ No original: “The normative legitimacy of a democratic decision depends on the degree to which those affected by it have been included in the decision-making processes and have had the opportunity to influence the outcomes” (YOUNG, 2000, p.5-6).

⁹⁴ No original: “[...] the monopolising of la chose publique by a solid alliance of state oligarchy and economic oligarch”.

⁹⁵ No original: “[...] understood as a condition of political equality and a culture of active participation in the polity”.

reconhecido como membro ativo da comunidade política, portanto, com uma voz importante nas decisões políticas.

Vale lembrar que o autor supracitado traz a ideia de cidadanismo como complemento da política institucional, não como sua negação. Assim, Gerbaudo (2017b) aponta a criação de partidos políticos e candidaturas de lideranças dos movimentos como formas de maximizar a representação política dos seus interesses.

Não é só em contexto de ampla rejeição social a medidas impopulares, projetos, decisões políticas e de amplo absolutismo governante que a *contre-démocratie* age para conferir legitimidade política à democracia representativa, ou em momentos de forte e generalizado descontentamento democrático e de descrença na representação política.

As figuras de legitimidade democrática – “legitimidade de imparcialidade”, “legitimidade de reflexividade” e a “legitimidade de proximidade” ou o vigiar, o impedir e o julgar – “exercem um contrapoder para limitar o “absolutismo dos governantes”, que foram legitimados pela sagração das eleições” (SCHRAMM, 2016, p. 118). Assim, esses instrumentos se tornam essenciais tanto para a superação da democracia disjuntiva quanto para o combate das suas degenerações.

À vista disso, em um contexto de liberdades e direitos civis, ruas e praças são os espaços políticos de emergência do *citizenism* de que trata Gerbaudo (2017a), portanto, de ação do cidadão indignado. É, por consequência, o espaço político de veiculação de mensagens e de pressão política. É também o espaço em que o cidadão age para limitar, constranger e compelir arbítrios ou para suggestionar debates, agendas e projetos, cuja urgência não pode aguardar o tempo do rito eleitoral ou os mecanismos de consultas – referendo e plebiscito.

Nesse sentido, quando o debate público é pautado por questões como “é democrático protestar?” ou “são legítimos os protestos contra o reajuste da tarifa do transporte público e por melhorias na qualidade do serviço?”, a resposta que se impõe a essas interpelações vem, também, sob a forma de uma pergunta.

Qual o espaço legítimo para o cidadão apresentar suas aspirações políticas e sociais, para fazer escolhas sobre o destino da sua comunidade política, para fazer reivindicações e lutar por direitos, bem como manifestar desaprovação à agenda e decisões governamentais e criticar a qualidade da democracia representativa: a urna de voto, a rua ou ambos?

Não há consenso nas respostas dadas a essa pergunta. No entanto, pensadores, estudiosos e representantes políticos alinhados com os princípios republicanos e com uma

concepção democrática não minimalista, certamente, diriam ‘ambos’. Para esses pensadores, a praça e a rua são espaços políticos da democracia.

Nas Jornadas de Junho de 2013, a democracia esteve nas ruas. Milhares de manifestantes apresentaram publicamente anseios não representados por aqueles se elegeram com a promessa de torná-los realidade. Assim, a rua e a praça foram os locais de encontro e de ação do “povo-eleitor”, do “povo-vigilante”, do “povo-veto” e do “povo-juiz”.

Sob essa perspectiva, o espaço político aberto é o local imediato de envolvimento político cidadão na vida pública e, portanto, o espaço a que a sociedade civil tem acesso e condições imediatas para referendar importantes decisões políticas sobre matérias de amplo interesse da sociedade e conferir maior legitimidade democrática às deliberações.

Pela análise de uma ampla gama de documentos oficiais, reportagens sobre as manifestações e de entrevistas realizadas com agentes políticas, foi possível identificar elementos que endossam a tese de Castro (2018a), segundo, a qual, a rua é um espaço político aberto que tem forte vínculo com os espaços políticos exclusivos.

Assim, com base nos dados e informações analisados e correlacionados, permite-se afirmar que as vozes das ruas, que surgiram no contexto das Jornadas de Junho e após as mobilizações de 2013, ecoaram e colocaram em evidência a conexão entre a Praça e o Palácio. Como será possível verificar a seguir, as pautas e as demandas dos manifestantes não se desfizeram no ar após cada protesto.

As manifestações e as reivindicações compeliram agentes políticos a agir. Assim, as vozes das ruas atravessaram os corredores dos Palácios e ecoaram no gabinete de prefeitos, vereadores, presidente, governadores e congressistas, assim como de partidos políticos, que souberam aproveitar o capital político de lideranças para lançá-los na disputa eleitoral.

Em meio aos sucessivos, numerosos e massivos atos, responsáveis pela transfiguração de centenas de espaços de sociabilidade em espaço políticos efêmeros, prefeitos e seus conselheiros tiveram suas agendas de trabalho afetadas. Além de diversas declarações à imprensa, dezenas de reuniões foram realizadas, algumas delas com lideranças do movimento de protestos.

Reuniões extraordinárias foram realizadas não apenas entre prefeitos e lideranças, como também entre agentes da equipe de gestão municipal, a exemplo do encontro entre a prefeitura e o Conselho da Cidade de São Paulo, realizado em 18 de junho de 2013. Na reunião, o Conselho, criado durante a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2013, sugeriu que o aumento da tarifa fosse revisto.

Embora se concorde com a ideia de Francisco de Oliveira sobre a dinâmica política, quando ele diz que “impor uma agenda não significa necessariamente ter êxito, ganhar a disputa; antes, significa ganhar um campo específico dentro do qual o adversário é obrigado a se mover”(OLIVEIRA, 2007, p.15), observa-se que há um nexo entre o movimento de junho e a agenda política de governos, que foram compelidos a reconhecer a legitimidade dos espaços políticos abertos, das pautas por eles veiculadas e, assim, passaram a dialogar com os líderes manifestantes.

Desse modo, os encontros entre lideranças e gestores, as declarações de prefeitos, governadores e da presidente e as medidas anunciadas, em respostas às reivindicações, revelam a potência e a importância dos espaços políticos abertos – rua e praça – e a conexão entre os espaços políticos abertos e os espaços políticos exclusivos.

Em entrevistas, cinco ex-prefeitos de capitais onde houve concessão da redução da tarifa do transporte público reconhecem a força política das ‘ruas’ sobre as decisões governamentais, o que confirma a ideia segundo a qual a política não é feita apenas nos gabinetes ou no parlamento.

Sob pressão para reduzir as tarifas dos transportes municipais, uma comitiva de prefeitos das capitais, liderada por José Fortunati (PDT), ex-presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), se reuniu com membro da Comissão de Assuntos Econômicas do Senado (CAE), em 19 de junho de 2013, em Brasília.

Na época, a CAE analisaria o projeto de regime especial de incentivos para o transporte urbano⁹⁶, um pleito da FNP. Na semana seguinte, no dia 25 de junho de 2013, a Comissão aprovou o projeto de desoneração do transporte público, pela criação de um regime tributário diferenciado para o setor.

O projeto de lei estabelece desoneração do transporte público urbano, pela redução a zero do PIS.Pasep, por parte do governo federal na aquisição de insumos relativos à operação dos serviços de transporte, como óleo diesel, energia elétrica (utilizada por metrô, trens e estações). Os governos dos Estados e dos municípios têm contrapartidas relacionadas ao ICMS e ao ISS incidente sobre o transporte público.

De responsabilidade dos governos estaduais e municipais, o projeto de lei prevê a redução da alíquota ou a isenção total do transporte público do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre óleo diesel, chassis, carrocerias, veículos,

⁹⁶ Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup).

pneus e câmaras de ar para veículos utilizados no transporte público (SOUZA, [2013] 2019a, n.p).

Embora o REITUP tenha sido apresentado à Câmara dos deputados em 2009, um projeto similar havia sido discutido em 2003 (PL 1927/2003). No entanto, de acordo com Fábio Zambeli ([2013]2019), devido ao clamor das manifestações, o governo decidiu acelerar a proposta em discussão no Senado.

3.2. ‘Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar’, ‘A cidade parou e a tarifa baixou’

No ápice dos protestos, 60 municípios haviam anunciado a redução ou a suspensão dos valores cobrados pelos serviços de transporte. Entre eles, prefeitos de 14 das principais capitais do país. Além das capitais, quatro Estados suspenderam o aumento dos preços.

Após quase duas semanas de intensos protestos com o número de participantes oscilando, Fernando Haddad, na época prefeito do município de São Paulo, e Geraldo Alckimin, governador do Estado, publicitaram, em conjunto, a anulação dos reajustes tarifários dos transportes.

Na Tabela 7, pode-se observar que São Paulo não foi o único município a revogar o aumento. No total, 14 prefeituras suspenderam o aumento ou reduziram o valor das tarifas. Nota-se assim impactos políticos substantivos na política institucional, que ocorre quando autoridades, diante do confronto político com manifestantes, reconsideram determinada decisão.

Tabela 7: Capitais que reduziram as tarifas do transporte, 2013

Capital	Data	Valor	Valor pós-redução	Valor da redução	Porcentagem
Goiânia	13 de junho	3.00	2.70	0.30	10.00%
Rio de Janeiro	21 de junho	2.95	2.75	0.20	6.80%
Recife	20 de junho	1,50 a 3,45	1,40 a 3,35	0.10	6,7% a 2,7%
São Paulo	24 de junho	3.20	3.00	0.20	6.30%
Curitiba	1º de julho	2.85	2.70	0.15	5.20%
João Pessoa	1º de julho	2.30	2.20	0.10	4.40%
Natal	23 de junho	2.30	2.20	0.10	4.30%
Aracaju	Indefinido	2.45	2.35	0.10	4.10%
Campo Grande	1º de julho	2.85	2.75	0.10	3.50%
Cuiabá	19 de junho	2.95	2.85	0.10	3.40%
Manaus	10 de junho	3.00	2.90	0.10	3.30%
Vitória	08 de junho	2.45	2.40	0.05	2.00%
Porto Alegre	Indefinido	2.85	2.80	0.05	1.80%
Belo Horizonte	Indefinido	2.80	2.75	0.05	1.80%

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

Fonte: Materiais jornalísticos diversos. Consultar Apêndice E.

Além disso, é possível também observar um encadeamento entre acontecimentos que se desenrolaram durante e após o auge dos protestos em São Paulo e no Rio de Janeiro (Tabela 8 e 9).

Tabela 8: Desdobramentos dos protestos de 2013 em São Paulo

Data	Medidas
14 de junho	Prefeito convida o MPL para discutir o reajuste
17 de junho	Integrantes do MPL se reúnem com o secretário de governo
19 de junho	Revogação do reajuste
27 de junho	CPI do transporte público coletivo urbano

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

Fonte: Materiais jornalísticos diversos. Consultar Apêndice E.

No ápice e antes do declínio das manifestações no Rio de Janeiro, o governo do Estado também voltou atrás nas medidas que não tinham relação com a pauta inicial sobre o transporte público e as gratuidades. O conjunto dessas ações dos poderes executivos e legislativos nos estados e municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo constituem exemplos de impactos políticos institucionais engendrados pela força das ruas das ‘JJ-2013’.

Tabela 9: Desdobramentos dos protestos de 2013 no Rio de Janeiro

Data	Medidas
19 de junho	Aumento da tarifa de ônibus é revogado
29 de julho	Demolição do Júlio Delamare é cancelada
02 de agosto	Estádio Célio de Barros é mantido
05 de agosto	Antigo Museu do Índio é mantido
05 de agosto	Demolição da Escola Friedenreich é descartada
05 de agosto	Decreto regulamenta uso de helicópteros
06 de agosto	Cancelada a venda do QG da Polícia Militar, no Centro
09 de agosto	CPI dos Ônibus

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

Fonte: Materiais jornalísticos diversos. Consultar Apêndice E.

Nota-se, na Tabela 9, que a energia política que se irrompeu nas ruas e praças contra o reajuste da tarifa do transporte público coletivo no município e no estado foi canalizada também para outras demandas relacionadas à gestão do na época governador Sérgio Cabral, a exemplo da manutenção do Museu do Índio.

Com a atenção voltada para a conexão entre as ruas e os espaços políticos exclusivos, é importante ressaltar que as manifestantes afetaram não apenas as decisões, mas também a agenda de trabalho dos gestores, que tiveram que abrir as portas do Palácio a líderes do Movimento Passe Livre.

Isso ocorreu não apenas no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas também em outros municípios, a exemplo de Porto Alegre e Belo Horizonte, em 2013, segundo depoimentos concedidos pelos ex-prefeitos entrevistados (Márcio Lacerda e Eduardo Paes).

Além disso, as vozes das ruas de Junho de 2013, ao inserirem o transporte público no debate público e político local, exigiram que os gestores performassem ações e falas endereçadas ao cidadãos eleitores que, em casa, assistiam à conversão dos espaços de sociabilidade em campos de batalha entre manifestantes e agentes repressores do Estado – a polícia.

Ainda rastreando os acontecimentos que se sucederam na escala do município, nota-se que tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo foi instalada Comissão Parlamentar de Inquéritos (CPI), cujo objetivo era investigar o sistema de concessão e a prestação do serviço de transporte público coletivo.

Os fatos aqui apresentados e narrados substancializam a tese de que as vozes das ruas engendram impactos políticos substantivos (KIRSTCHELT, 1986; GIUGNI, 1999) tanto na agenda de trabalho de governantes quanto na agenda política, assim como mudanças em legislação e a incitação à apresentação de propostas legislativas e o resultado de votações de projetos no Congresso.

Na seção seguinte, analisa-se se como a pressão das ruas mobilizou ações da presidência da república. Buscou-se avaliar qual foi a reação do governo federal frente ao contínuo processo de conversão das ruas das cidades em todo o país em espaços políticos para a demonstração da indignação cidadão.

3.3. O Palácio ouve as vozes da multidão na Praça

Não apenas a agenda de trabalho de prefeitos e governadores foi afetada pelas “Jornadas de Junho”. No auge das manifestações, a agenda da presidência também se adaptou ao rumo dos protestos que se intensificavam em todo o país. Na Tabela 10, ilustra-se o lugar ocupado pelas vozes das ruas na agenda presidencial.

O Palácio do Planalto, pela força dos atos, foi compelido a emitir declarações sobre os protestos. Primeiro, através da ministra da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Helena Chagas, a presidente na época, Dilma Rousseff, afirmou que as manifestações eram “legítimas e próprias da democracia”.

Tabela 10: Agenda e ações da presidência durante as manifestações em 2013

Data	Ações
17 de junho	Reunião com o ministro da justiça.
18 de junho	Primeira declaração pública sobre as manifestações.
20 de junho	Reunião ministerial.
21 de junho	Presidente Dilma Rousseff faz pronunciamento em rede nacional Presidente Dilma Rousseff se reuniu com líderes do Movimento Passe
24 de junho	Livre (MPL). Presidente Dilma Rousseff fez uma reunião com governadores e prefeitos para discutir pactos e propõe plebiscito sobre Reforma Política.
24 de junho	Anúncio dos cinco pactos em favor do Brasil.
08 de julho	Governo Federal lançou Programa Mais Médicos, que prevê a contratação de médicos estrangeiros.
17 de julho	Dilma convoca reunião com gestores públicos de todo o país e profissionais da área de transportes para discutir planilha de cálculo das tarifas de transporte público

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

Fonte: Materiais jornalísticos diversos. Consultar Apêndice E.

De acordo com a na época ministra, “a presidente considera que as manifestações pacíficas são legítimas e próprias da democracia e que é próprio dos jovens se manifestar” (MENDES, [2013]2019, n.p).

Ainda no mesmo dia, 17 de junho de 2013, o ministro da Secretaria Geral, Gilberto Carvalho, disse que “as manifestações em todo o país, fossem contra o aumento de tarifas de ônibus, contra os gastos para organização da Copa do Mundo ou as vaias para Dilma, fazem parte do processo democrático”. Gilberto Carvalho ainda defendeu o diálogo com os movimentos sociais e disse que, “assim como já afirmou a presidente, o problema é “o silêncio das tumbas e da repressão”” (DAMÉ, [2013] 2019, n.p).

Também, no dia 17 de junho, Dilma Rousseff se reuniu com José Eduardo Cardozo, na época ministro da Justiça, para discutir o assunto, e o então vice-presidente Michel Temer se posicionou sobre as manifestações com a afirmação de que o governo federal deveria “dialogar com os manifestantes para averiguar quais são as queixas principais e depois terá que encontrar soluções; devemos incentivar o diálogo, saindo do pressuposto de que o direito à manifestação é um direito democrático, estipulado em nossa Constituição” (FLINT, [2013]2019, n.p).

No dia seguinte, em discurso durante cerimônia de lançamento do marco regulatório da mineração, Dilma Rousseff aproveitou a oportunidade para se pronunciar publicamente, pela primeira vez, sobre as manifestações.

O Brasil hoje acordou mais forte. A grandeza das manifestações de ontem comprova a energia da nossa democracia. A força da voz da rua e o civismo da nossa população. É bom ver tantos jovens e adultos – o neto, o pai, o avô – juntos com a bandeira do Brasil, cantando o hino nacional e dizendo com orgulho ‘eu sou brasileiro’ e defendendo um país melhor.

No seu discurso, Dilma Rousseff defendeu o caráter pacífico dos protestos e a ação dispensada pelas forças de segurança pública aos manifestantes. Mais adiante, disse que:

Essas vozes das ruas precisam ser ouvidas. Elas ultrapassam, e ficou visível isso, os mecanismos tradicionais das instituições, dos partidos políticos, das entidades de classe e da própria mídia. Os que foram ontem às ruas deram uma mensagem direta ao conjunto da sociedade, sobretudo aos governantes de todas as instâncias. Essa mensagem direta das ruas é por mais cidadania, por melhores escolas, melhores hospitais, postos de saúde, pelo direito à participação. Essa mensagem direta das ruas mostra a exigência de transporte público de qualidade e a preço justo. **Essa mensagem direta das ruas é pelo direito de influir nas decisões de todos os governos, do Legislativo e do Judiciário.** Essa mensagem direta das ruas é de repúdio à corrupção e ao uso indevido do dinheiro público. Essa mensagem direta das ruas comprova o valor intrínseco da democracia, da participação dos cidadãos em busca de seus direitos (Grifos nosso).

A manifestação pública de chefes de estados sobre assuntos e temas de comoção ou interesse nacional, como o da ex-presidente, a respeito dos protestos e das reivindicações, é o mínimo esperado de qualquer estadista republicano com apreço à democracia.

Por isso, é de se estranhar que o Palácio tenha demorado duas semanas, desde o início dos protestos, e uma semana, desde os grandes atos, para se dirigir àqueles que ocupavam as Praças. No entanto, ao fazê-lo, a ex-presidente disse está atenta às vozes das ruas:

Eu quero dizer que o meu governo está ouvindo essas vozes pela mudança. [...] Quem foi ontem às ruas quer mais. As vozes das ruas querem mais cidadania, mais saúde, mais educação, mais transporte, mais oportunidades. Eu quero aqui garantir a vocês que o meu governo também quer mais, e que nós vamos conseguir mais para o nosso país e para o nosso povo.

Após essa declaração, na mesma semana Dilma Rousseff convocou uma reunião com alguns dos ministros do seu governo, entre eles José Eduardo Cardozo, da Justiça, para avaliar e tratar das manifestações realizadas em todo o país. Segundo a Agência Brasil, essa reunião foi convocada no dia 20 de junho após a presidência ter cancelado viagens ao Japão e a Salvador⁹⁷ (MACEDO & PEDUZZI, [2013] 2019).

Os atos até aqui narrados substanciam a ideia segundo a qual há uma potência política nas ruas – espaços de protestos, capaz de influenciar tanto a agenda de trabalho quanto a agenda política e as ações de governos.

Desse modo, no auge dos protestos, que na época contavam com a avaliação positiva da sociedade, Dilma Rousseff convidou líderes do Movimento Passe Livre de São Paulo e de Brasília para uma reunião. O encontro ocorreu no dia 24 de junho de 2013, em Brasília, e contou com a participação ministros das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, a secretária Nacional da Juventude, Severine Macedo, e o secretário-executivo da Secretaria-Geral, Diogo de Sant’ana.

No entanto, o encontro não teve uma avaliação positiva por parte do MPL. Em entrevista concedida ao jornal O Globo, Marcelo Hotimsky, um dos líderes do MLP, declarou:

“A gente viu a Presidência completamente despreparada. Eles não mostraram nenhuma pauta completa para modificar a situação do transporte no país, que é de fato muito precária. Eles mostraram uma incapacidade muito grande de entender a pauta do momento, falaram que vão estudar e abriram este canal de diálogo” (SOUZA; PEREIRA & DAMÉ, [2013] 2019, n.p).

A avaliação feita por um dos líderes do MPL sobre o encontro corrobora a ideia de dramatização e performance política, em que representantes eleitos acenam para o público como forma de demonstrar atenção; fazem isso através de declarações públicas, por exemplo, através de atos sobretudo simbólicos, desprovidos de substância ativa para a resolução do conflito em cena.

⁹⁷ De acordo com o portal IG Último Segundo e o jornal Valor Econômico⁹⁷, o cancelamento se deu após avaliar que o momento não era o ideal para se ausentar do país.

Antes de classificar a ação da presidência ao convidar líderes de movimentos para uma reunião ou de julgar o conteúdo e o resultado do encontro, narra-se esse episódio como intuito de grifar tanto a ideia levantada por Oliveira quanto as ideias de Robert Benford & Scott Hunt (1992) sobre a dramatização e a encenação política, em que políticos performam para agradar o público descontente.

No mesmo dia, após o encontro com o MPL, a presidência se reuniu com governadores e prefeitos das capitais para discutir as manifestações com o objetivo de estabelecer uma linha de ação conjunta em atenção às reivindicações.

Na abertura da reunião, Dilma Rousseff declarou: “Mais do que um debate, estamos aqui para procurar e evidenciar e apontar soluções. Buscamos respostas, todas elas republicanas e participativas, aos problemas que inquietam e mobilizam o povo brasileiro” (DAMÉ & ALENCASTRO, [2013]2019, n.p).

Ainda no mesmo dia, em pronunciamento nacional na TV, a presidência anunciou medidas batizadas como “pactos em favor do Brasil” (Quadro 05). Das cinco providências divulgadas, uma foi alvo de fortes críticas e rejeição, sendo classificada como um “fenômeno de retórica” por Luís Roberto Barroso, antes de tomar posse como ministro do Supremo Tribunal Federal (BRÍGIDO. [2013]2019, n.p).

Quadro 5: Cinco pactos em favor do Brasil

Responsabilidade Fiscal

Investimento em saúde e Programa Mais Médicos

Mais recursos para a educação.

Plebiscito popular para a realização de uma reforma política e combater a corrupção

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

Fonte: Materiais jornalísticos diversos. Consultar Apêndice E.

Além disso, a primeira medida – Pacto pela responsabilidade fiscal – foi, também, criticada, uma vez que se tratou de uma proposta genérica, sem qualquer ação concreta, como pode ser observado no discurso da então presidente: “o pacto que quero propor é pela responsabilidade fiscal para garantir a estabilidade da economia. É muito importante nesse momento, quando a prolongada crise mundial ainda castiga” (LIMA & BORGES, [2013] 2019, n.p).

No anúncio do referido pacto, Dilma Rousseff buscou endereçar sua fala às principais demandas dos manifestantes, porém, como se pode notar na passagem acima, Dilma não anunciou qualquer meta. Na época, os efeitos da crise econômica mundial já começavam a se manifestar no

Brasil com toda a sua intensidade. Associada a isso, a ausência de controle e planejamento sobre o tesouro nacional, em um contexto de recessão, preocupava os manifestantes.

Apenas três medidas específicas e efetivas foram anunciadas pela presidência, uma relacionada à demanda por mais investimentos e melhoria da qualidade dos serviços de saúde, outra sobre os serviços de educação e um plano para permitir a redução das tarifas de transporte público e a melhoria do serviço.

Com relação à saúde, uma das principais queixas dos manifestantes, a presidência prometeu acelerar a implementação de investimentos para a melhoria de hospitais, UPAs (Unidades de Pronto Atendimento 24h) e Unidades Básicas de Saúde (UBS). Além disso, anunciou a contratação de médicos estrangeiros para atuar no Sistema Único de Saúde (SUS). Com essa medida, o governo pretendeu amenizar a carência de médicos em periferias de grandes cidades e localidades do interior do país.

Outra importante reivindicação se referiu à necessidade de maiores investimentos e à melhoria da qualidade dos serviços de educação. Assim, Dilma Rousseff cobrou do Congresso a aprovação da MPV 592/2012, que destina 100% dos *royalties* de petróleo para a educação e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a área.

Na realidade, nós ampliamos bastante os gastos com saúde e educação, e vamos ampliar cada vez mais. Confio que o Congresso Nacional aprovará o projeto que apresentei para que todos os *royalties* do petróleo sejam gastos exclusivamente com a educação (CALGARO & MOTOMURA, [2013]2019, n.p).

Embora a proposta original da presidência fosse a destinação de 100% dos *royalties* para a educação, a Câmara dos deputados aprovou um projeto de lei substituo, PL 5.500/2013, que destina 75% dos *royalties* do petróleo para a educação e 25% para a saúde. No entanto, a aprovação do PL foi considerada uma conquista da pressão popular⁹⁸.

Sobre a questão da mobilidade urbana, o Plano nacional para melhoria do transporte público incluiu “um pacto pela menor tarifa” com R\$ 3 bilhões em desonerações relacionadas a impostos como PIS, Cofins, ICMS e ISS, o que permitiu que Estados e municípios revogassem ou reduzissem as tarifas de transportes coletivos. Além disso, a presidência anunciou R\$ 50 bilhões para obras de mobilidade urbana e R\$ 50 bilhões para obras de infraestrutura.

Todavia, a promessa de criação do Conselho Nacional de Transporte Público (CNTP), segundo a presidência para conferir maior transparência e dar mais controle social no cálculo da

⁹⁸ Ver reportagem de Danilo Mekari ([2013] 2019)

tarifa do transporte público coletivo. Tal Conselho contaria com a participação de movimentos sociais ligados à causa, contudo, o CNTP não saiu do papel, ou melhor, ficou apenas no discurso.

Além disso, em seu discurso, a então presidente ressaltou a importância da criação de órgãos semelhantes – Conselhos Municipais de Transportes (CMT) – em municípios onde não houvesse. Para a presidência, participação social seria capaz de tornar a tarifa do transporte público mais justa e acessível, não apenas para estudantes, mas também para toda a população com baixo poder aquisitivo.

Contudo, quando questionado sobre a participação do Conselho Municipal de Transportes Urbano (COMTU) na tomada de decisão a respeito do reajuste tarifário em Porto Alegre, o ex-prefeito José Fortunati afirmou ter ratificado uma decisão do próprio COMTU, tendo votado pela aprovação do reajuste.

José Fortunati, em entrevista, fez questão de sublinhar que, na época, o Conselho Municipal de Transportes Urbano de Porto Alegre era composto, majoritariamente, pela sociedade civil. O entrevistado ainda salienta que todos os dados utilizados para o cálculo sobre o percentual do reajuste foram disponibilizados de forma integral ao Conselho.

É interessante observar que os massivos protestos, ao longo de 2013, trouxeram à tona a questão da participação social e galvanizaram o debate que gravita em torno da efetividade dos espaços qualificados como ‘participativos’ na consolidação da democracia no país.

Em estudos empíricos sobre a institucionalização da participação social e sobre a atuação de Conselhos Municipais em Salvador, Sérgio Borges (2019;2015) revela que embora a institucionalização da participação social, através de CM, tenha avançado no Brasil, as boas experiências participativas se limitam a temas como Assistência social, Saúde, Cultura, Igualdade Racial e a Conselhos de políticas setoriais. Contudo, na área de transportes, mobilidade e infraestrutura urbana a participação social é limitada.

Apesar da proliferação de Conselhos municipais, a participação social em políticas setoriais como transporte público e desenvolvimento urbano ainda se dá de forma meramente consultiva, por meio de uma política administrativa centralizadora, tecnocrática e discricionária. É o que revela Borges (2015) sobre a questão da participação em Salvador.

Há, portanto, uma ingenuidade no discurso da ex-presidente ou uma transferência de responsabilidade e atribuições sobre a questão da mobilidade urbana para os municípios, uma vez que prefeitos se dizem incapazes de conter o aumento dos preços das tarifas e investir na melhoria da qualidade dos serviços apenas com recursos próprios.

As políticas públicas de mobilidade urbana exigem a cooperação entre os três níveis de governo. A simples criação de Conselhos municipais de transporte, que, na maioria dos casos, têm

poder apenas consultivo, não é suficiente para tornar a mobilidade urbana nos municípios brasileiros socialmente justa e viável.

Conclui-se, portanto, que dois anos após os protestos, em junho de 2015, transporte urbano e reforma política foram promessas que ficam pelo caminho. Promessas do plano de melhoria da mobilidade urbana, principal cerne das manifestações, que previa a criação e ampliação da rede de metrô, de veículos leves sobre trilhos (VLTs) e corredores exclusivos para ônibus com 215 empreendimentos, apenas um entrou em operação e 24 estavam em obras antes do *impeachment* da presidente (DAMÉ & ALENCASTRO, [2015] 2019).

CAPÍTULO IV

4. VINTE CENTAVOS E MUITO MAIS: IMPACTOS POLÍTICOS DAS JORNADAS DE JUNHO

Autoridades com notáveis trabalhos sobre movimentos sociais, regime democrático e política contenciosa como Della Porta (2017), Giugni (2008,1999), Giugni & Grasso (2019) Innerarity (2017), Jasper (2016), Rossanvallon (2011), Tarrow (2009) e Weldon (2011), entre outros já citados nesse trabalho, argumentam sobre o papel dos movimentos sociais e o confronto político (MS&CP) no processo democrático e, por sua vez, argumentam que as ruas são recursos políticos fundamentais para as sociedades democráticas e não democráticas contemporâneas instituírem mudanças políticas, culturais e sociais.

Nessa direção, busca-se aqui chamar atenção para uma gama de impactos atribuídos à política contenciosa, à movimentos de protestos e a mobilizações políticas. Assim, buscou-se retomar aqui nesse capítulo a ideia de impacto político e ilustrar os principais resultados relacionados às Jornadas de Junho de 2013, sempre tendo como base o posicionamento de alguns teóricos a respeito do papel e da importância dos movimentos sociais.

No que lhe concerne, Donatella della Porta (1999) ao abordar as consequências e os impactos dos movimentos sociais, acrescenta que “um dos principais efeitos dos movimentos sociais é sua capacidade de concentrar a atenção das elites e da opinião pública na questão dos direitos de protesto”⁹⁹ (DELLA PORTA, 1999, p. 66).

Já Amenta *et al.* (2010) afirmam que MS&CP exercem influência tanto na política institucional, impactando decisões, quanto na configuração da agenda de trabalho e política, sugestionando prioridades e a formatação final de políticas públicas, seja pela atuação para a expansão de direitos democráticos e cidadãos ou para influenciar o processo eleitoral, decisões legais, partidos políticos e a burocracia estatal.

Doug McAdam & Yang Su (2002), também, ao relacionarem protestos antiguerra e votações no congresso norte-americano, entre 1965 e 1973, concluíram que os protestos tiveram efeitos em ambas as câmaras legislativas, no Senado e na Câmara dos Representantes, em votações sobre medidas sobre a guerra no Vietnã, por exemplo.

Daniel Q. Gillion (2013), por sua vez, ao analisar o comportamento do Congresso, da presidência e do Supremo Tribunal norte-americanos durante os protestos por direitos civis,

⁹⁹ No original: A main effect of social movements is their ability to focus the attention of the elites and public opinion on the issue of protest rights.

realizados na década de 1960 destaca o *Civil Rights Act*, de 1964, e o *Voting Rights Act*, de 1965, também como resultados da influência exercida pelos protestos em todos os níveis do governo federal.

Ainda segundo Gillion (2013), massivos tumultos ocorridos nos Estados Unidos entre 1964 e 1968 levaram o presidente da época, Lyndon Baines Johnson, a estabelecer uma ‘comissão de distúrbios’ para lidar com as reivindicações e mostrar compromisso com o fim da pobreza e da discriminação racial no país.

Fatos como esses levam alguns teóricos a sustentarem o argumento de que manifestantes e ativistas não são estranhos facilmente ignorados pelas elites políticas. McAdam & Su (2002, p. 697) também afirmam que alguns MS&CP não são pequenos e insignificantes, tampouco concebidos como “*outside of mainstream institutions*”, mas fazem parte da política institucional.

Ainda nessa direção, McAdam (1998) argumenta que movimentos sociais influenciam nos processos políticos, que ocorrem pelas relações complexas entre atividades de protesto, opinião pública e resultados de políticas. Desse modo, o autor reafirma que MS&CP são vetores importantes para mudanças políticas e sociais.

No entanto, apesar da ampla literatura dedicada à análise de MS&CP e de possíveis resultados relacionados à atividade de protesto, não há um consenso se a ação coletiva ocupa um papel de destaque no processo político. Nota-se também a existência de poucos estudos sistemáticos sobre o comportamento da agenda de trabalho, o programa político e as decisões governamentais durante episódios de mobilização política.

Gillion (2013), todavia, lembra que mesmo as leituras mais cétricas reconhecem que os protestos e episódios de política contenciosa têm, na menor das hipóteses, efeitos indiretos na opinião pública e, por conseguinte, na agenda de trabalho de governos e no comportamento do Congresso.

Com base nessa abordagem, apresenta-se, no presente capítulo, os impactos políticos relacionados às “Jornadas de Junho de 2013”. Com base na análise sistemática de iniciativas legislativas¹⁰⁰ apresentadas e discutidas no Congresso Nacional durante todo o período de ocorrência das manifestações em 2013, ilustra-se a repercussão dos protestos na Câmara dos Deputados e no Senado.

¹⁰⁰ Analisou-se: Propostas de Emenda à Constituição (PEC), Projetos de Lei do Senado (PLS), Projetos de Lei (PL), Medidas Provisória (MPV) e Projetos de Lei Complementar (PLP).

A escolha das iniciativas se deu por conta da importância que cada uma delas tem como instrumento legal de força institucional e normativa e pela escala de abrangência nacional, visto que algumas delas podem regular ou modificar dispositivos constitucionais importantes, além abarcarem diversos temas e tipos de políticas de amplo interesse político e social.

Nessa direção, teve-se acesso, no site do Congresso Nacional, a projetos de leis e a outras medidas apresentadas e discutidas nas Casas, além de outros documentos oficiais, no período compreendido entre os meses de junho (início das manifestações) e dezembro de 2013. A justificativa utilizada pelos parlamentares em projetos também foi avaliada com o objetivo de encontrar algum tipo de menção explícita às manifestações e às demandas dos manifestantes.

Constatou-se que iniciativas legislativas cujo teor estava ligado às reivindicações dos manifestantes foram apresentadas em ambas as Casas. Por meio da análise dessas propostas, verificou-se que tantos os protestos em si quanto as suas demandas foram utilizados como justificativas pelos parlamentares.

Além disso, o Congresso Nacional instituiu aquilo que, de acordo com o discurso oficial, foi batizado de “agenda positiva”, em atenção às demandas dos manifestantes, ao colocar em pauta na agenda das Casas projetos, já em tramitação, que contemplavam reivindicações que emergiram nas ruas.

Após a análise da discussão de um desses projetos, percebeu-se também que os congressistas incorporaram as manifestações a seus discursos como justificativa dos seus posicionamentos e do voto sobre as matérias.

Com base na análise do resultado das votações foi possível identificar as proposições que foram aprovadas ou recusadas, o que permite dizer que os resultados se deram em decorrência da pressão política que emergiu das ruas em todo o país.

Deve-se salientar que no jogo da política “impor uma agenda não significa necessariamente ter êxito, ganhar a disputa; antes, significa ganhar um campo específico dentro do qual o adversário é obrigado a se mover” (OLIVEIRA, 2007, p.15), de modo é imperativo investigar os desdobramentos desses eventos, fazer um balanço entre causas e resultados, como também verificar se houve conquistas duradouras ou não.

4.1. A casa do povo de olho na rua

A teoria da representação democrática desenhada por Paul Burstein (1999) declara que autoridades eleitas, após vencerem eleições, têm três objetivos principais. A primeira prioridade é com a reeleição, “que, para a maioria dos legisladores, tem precedência sobre todos os outros objetivos¹⁰¹”. Em segundo lugar, representantes eleitos também desejam exercer influência entre seus colegas e, em terceiro lugar, mas não menos importante, “promover o que eles acreditam ser uma boa política pública”¹⁰² (BURSTEIN, 1999, p.5).

Embora esses postulados possam ser aplicados a qualquer contexto democrático, a sequência em que esses objetivos aparecem na lista de prioridade dos eleitos pode variar. Mesmo assim, ao aceitar a validade dessa suposição se é levado também a pensar nas prioridades estabelecidas pelas autoridades eleitas para alcançar os objetivos apresentados por Burstein (1999).

Tendo como referência a análise das falas proferidas pelos congressistas durante as sessões deliberativas de matérias legislativas colocadas em votação na Câmara dos Deputados, bem como por meio da análise das justificativas dos parlamentares para as iniciativas legislativas apresentadas em ambas as Casas, entre junho e dezembro de 2013, conclui-se que estar atento às ruas é uma estratégia cada vez mais adotada pelas autoridades, seja para preservar suas carreiras políticas ou para implementar suas agendas políticas.

Nesse sentido, com base no levantamento das propostas legislativas apresentadas no Congresso Nacional durante o período das manifestações, que podem ser verificadas na Tabela 11, nota-se que mais de uma dezena de parlamentares protocolou projetos sobre algumas das pautas das manifestações, assim como utilizou os protestos como justificativas.

Como pode ser observado na coluna ‘Justificativa’, houve o uso de expressões ou citações diretas em referência às manifestações, bem como o emprego da palavra rua, a exemplo da utilização da expressão “demanda que vem das ruas”, o que demonstra o entendimento implícito das ruas como espaço político efêmero, por alguns de parlamentares. Constatou-se também que esses parlamentares estavam atentos aos protestos e, de algum modo, atribuíram importância às ruas e às demonstrações.

¹⁰¹ No original: “[...] which for most legislators takes precedence over all other goal”.

¹⁰² No original: “[...] to promote what they believe to be good public policy”.

Tabela 11: Manifestações de 2013 e a repercussão no Congresso Nacional

Tema	Proposta Legislativa	Data	Teor	Proponente	Justificativa
Corrupção	PEC 362/2013	4/12/2013	Criar o Conselho Nacional de Combate à Corrupção.	Beto Albuquerque - PSB/RS	Atos contra a corrupção no país e defesa de uma representação política ética e moral
Reforma política	PEC 356/2013	27/11/2013	Tornar facultativo o voto e o alistamento eleitoral.	João Campos - PSDB/GO	Manifestações populares de junho último, que levaram milhões de insatisfeitos às ruas e deram visibilidade à crise de representação.
Reforma política	PEC 334/2013	23/10/2013	Tornar facultativos o alistamento eleitoral e o voto.	Sandro Alex - PPN.PR	As manifestações de rua ocorridas no Brasil nos meses de junho e julho de 2013 despertaram a necessidade, entre as tantas reformas necessárias, de alterar o atual paradigma vigente no sistema político eleitoral.
Reforma política	PEC 329/2013	17/10/2013	Altera a forma de composição dos Tribunais de Contas; submete os membros do Ministério Público de Contas ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e os Conselheiros e Ministros dos Tribunais de Contas ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ e dá outras providências.	Francisco Praciano - PT/AM	O grito que veio das ruas, em junho deste ano de 2013, reverbera basicamente os efeitos da péssima governança que marca como regra a administração pública brasileira.
Reforma política	PEC 322/2013	3/10/2013	Instituí o Voto Facultativo.	Mendonça Prado - DEM/SE	Como demonstrado pelas manifestações, hoje nossa luta é para que este direito seja elevado ao nível do sufrágio, possibilitando que o voto no Brasil seja facultativo.
Reforma política	PEC 314/2013	19/09/2013	Instituí o Voto Facultativo	Mendonça Prado - DEM/SE	Como demonstrado pelas manifestações, hoje nossa luta é para que este direito seja elevado ao nível do sufrágio, possibilitando que o voto no Brasil seja facultativo.

Reforma política	PEC 310/2013	10/9/2013	Altera a redação do inciso IV, e parágrafo único do Artigo 158 da Constituição Federal, destinando 75% do recolhimento do ICMS aos municípios. Regulamenta o inciso I do § 3º do art. 37 da Constituição, dispondo sobre a apresentação, o encaminhamento e o processamento de reclamações oriundas de usuários de serviços públicos, bem como sobre a avaliação periódica, interna e externa, da eficiência dos referidos serviços, e dá outras providências.	Rose de Freitas - PMDB/ES	A população sai às ruas aos milhares cobrando dos governantes melhor saúde, transporte e educação.
Reforma política/administrativa	PL 6002/2013	17/07/2013	Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei da Improbidade Administrativa) e dá outras providências.	Rubens Bueno - PPN.PR	A insatisfação dos brasileiros com os serviços públicos que lhe são prestados parece ter vindo à tona de forma abrupta e inesperada, ante a virulência das recentes manifestações populares, mas a verdade é que há muito tempo se registra neste país um completo divórcio entre as expectativas dos usuários de serviços públicos e a qualidade do atendimento a eles dirigido.
Reforma política/administrativa	PL 6097/2013	14/08/2013	Altera os arts. 23, § 1º, incisos I e II; 24; e 81, caput e § 1º, da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997; arts. 31; 38, inciso III; e 39 caput e § 5º, da Lei nº 9.096, de 17 de setembro de 1995, para estabelecer novos limites de contribuição das pessoas físicas a partidos políticos e campanhas eleitorais e vedar as contribuições de pessoas jurídicas.	Bernardo Santana de Vasconcellos - PR/MG	“Com esse sentimento, proponho o presente projeto de lei, que traz medidas que visam a atender a essa demanda que vem das ruas.”
Reforma política/administrativa	PL 6077/2013	9/8/2013		Domingos Dutra - PT/MA	“A proposta de reforma política anunciada pela da Presidenta Dilma em resposta às legítimas manifestações de ruas foi recusada pela maioria das lideranças políticas, que preferiram constituir um grupo de trabalho para apresentar um texto de reforma política, que, se aprovada pelo Congresso, será submetida a referendo no pleito de 2014.”

Reforma política	PL 6314/2013	10/9/2013	Dispõe sobre a destinação dos recursos do Fundo Partidário para o setor jovem dos partidos políticos.	Wilson Filho - PMDB/PB	As manifestações de rua dos últimos meses demonstram a importância do aperfeiçoamento dos canais institucionalizados para a participação política permanente de nossos jovens nas organizações partidárias existentes ou que venham a ser construídas.
------------------	--------------	-----------	---	------------------------	--

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

Fonte: <https://www.camara.leg.br/>

Ainda nessa direção, observou-se que as “Jornadas de Junho de 2013” foram incorporadas ao discurso proferidos nos plenários do Congresso para justificar o posicionamento tomado em relação a determinada matéria. Em algumas das falas, percebe-se também o tom ameaçador com que alguns congressistas reforçam a ideia de que a sociedade está atenta àquilo que se passa na Casa.

Contabilizou-se, por meio da análise dos discursos proferidos pelos parlamentares em, sete sessões plenárias em que foram votadas matérias cujos tema tinha alguma relação com as reivindicações das ruas, 31 menções à ideia de que o Congresso era a casa do povo e que os parlamentares tinham o dever de atender os anseios do povo, que estava nas ruas, bem como o uso do argumento de que o povo estava vigilante (Tabela 12).

Tabela 12: O parlamento e as ruas

Tema	n° de referências
Casa do povo	6
De olho nas ruas	7
Povo vigilante	18

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

Além de revelar que contestações foram utilizadas por alguns parlamentares como justificativa em iniciativas apresentadas à Casa legislativa, nota-se que os temas e os conteúdos das iniciativas se relacionam com as demandas dos manifestantes, que, por sua vez, foram utilizadas como justificativas tanto para a defesa da aprovação de determinados projetos quanto para a rejeição de propostas legislativas.

Também, é possível perceber que o termo ‘rua’ aparece diversas vezes em várias das justificativas, o que reforça a ideia de poder instituinte das ruas, (MACHADO FILHO, 2017; MACHADO FILHO & BORGES, 2017), bem como sustenta a ideia de revolução da legitimidade democrática, defendida por Pierre Rosanvallon (2011, 2008).

4.2. Vozes das ruas e ecos nos espaços políticos

Em 2013, durante as “Jornadas de Junho”, houve um encontro entre as ruas e o parlamento. Os massivos protestos realizados em junho mobilizaram o Congresso Nacional a desengavetar projetos que dialogavam com a agenda de reivindicações de dezena de milhares de manifestantes e apoiadores dos protestos.

De acordo com reportagem da Folha de São Paulo, as presidências da Câmara, na época ocupadas pelo deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e do Senado, na figura do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), encomendaram às assessorias das respectivas casas um levantamento de medidas em tramitação que contemplassem a “pauta das ruas” (SEABRA & GUERREIRO, [2013] 2019).

Tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado anunciaram uma “agenda positiva” (Odilla & Guerreiro, [2013] 2019), baseada na análise de projetos, alguns deles parados há anos, e de matérias polêmicas em tramitação no Congresso. Assim, durante as manifestações, projetos cujos temas estavam associados às reivindicações foram levados ao plenário do parlamento.

Mais do que isso, com base na análise da votação de algumas dessas matérias, constatou-se que as vozes das ruas influenciaram os resultados de votações. Desse modo, são apresentadas na Tabela 13 as proposições relacionadas às manifestações analisadas pela Câmara e pelo Senado durante o período, além de uma síntese da matéria e o resultado da votação.

Constatou-se, também, que 19 requerimentos foram apresentados às mesas do Congresso com pedidos de retirada de assinaturas em apoio a determinados projetos em tramitação e solicitando às presidências da casa a urgência na votação de projetos que contemplavam demandas dos manifestantes (Tabela 13).

Observou-se um comportamento similar nas ações de deputados e senadores, em que por conta da repercussão negativa ou positiva que determinadas proposições adquiriram junto à opinião pública, parlamentares que estavam atentos à pressão das ruas procuraram preservar suas imagens perante o eleitorado de um modo geral.

Por exemplo, nota-se que cinco (05) parlamentares protocolaram, durante os protestos e meio à toda a repercussão negativa em torno da PEC 37/2011, a retira de assinaturas em apoio à proposta (Tabela 14).

Tabela 13: Repercussão das “Jornadas de Junho” no Congresso, 2013

Demandas	Proposta Legislativa	Data	Teor	Resultado
Transparência e luta contra a impunidade do crime de corrupção	PEC37/2011	25 de junho	Limitaria o poder de investigação do MP e da polícia federal.	Rejeitada.
Torna mais duras as punições por práticas corruptas.	PLS 204/2011	26 de junho	Transforma a corrupção em crime hediondo.	Aprovada.
Controle das finanças públicas	MPV 611/13	25 de junho	Teria autorizado o dispêndio de recursos com infraestrutura de telecomunicações durante a Copa do Mundo da FIFA.	Representante do Congresso recuou sobre a concessão de recursos para a infraestrutura de telecomunicações relacionada à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo de 2014.
Mais investimentos e melhoria da educação	PL 323/2007	26 de julho	Destina 100% dos royalties para a educação.	Aprovado: 75% dos recursos para educação e 25% para a saúde
Proibir doações corporativas para partidos políticos	PLS 264/2013	11 de setembro	Estabelece normas para as eleições e proíbe o financiamento de campanhas eleitorais por pessoa jurídica.	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade.
<i>Accountability</i>	PL3546/2012	03 de julho	Transparência no cálculo e nas decisões sobre aumento das tarifas de transporte.	Aprovada.
Endurecer a punição por práticas corruptas	PL39/2013 Iniciativa: Presidência da República	04 de julho	Responsabiliza administrativa e civilmente pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública	Aprovada.
Fim da corrupção	PL5900/2013PLS 204/2011 (Origem: Senado)	05 de julho	Faz da corrupção crime hediondo.	Em progresso.
Corrupção	PLS 282/2013	07 de julho	Criminaliza o dinheiro não oficial nas eleições, com prisão de cinco a dez anos e multa	Arquivada.
Avanço de práticas participativas	PEC 3/2011 Origem: Senado	10 de julho		Aprovado no Senado.
Transparência no processo de tomada de decisão	PEC 349/2001	03 de setembro	Fim de votação secreta para todos os tipos de votação no	Aprovada.

Congresso.					
Fim da corrupção	PEC 362/2013	04 de dezembro	Cria o Conselho Nacional de Combate à Corrupção	Em progresso.	

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges (2020).

Fonte: <https://www.camara.leg.br/>

Tabela 14: Repercussão das “Jornadas de Junho” no posicionamento e ou comportamento dos parlamentares

Proposição	Proposição	Justificativa	Proposição	Proposição	Proposição
PEC 37/2011	PEC 349/2001		PL 5900/2013	PL 3546/2012	PL 323/2007
20/06/2013: Luis Carlos Heinze Requeriu a retirada de assinatura em apoio à PEC 37/2011	11/6/2013: Ruy Carneiro requereu a inclusão na Ordem do Dia do Plenário da PEC 349/2001	-	4/9/2013: Fernando Francischini Requeriu a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 5.900 /2013.	2/7/2013: Líderes Requerimento de urgência para inclusão na Ordem do Dia.	06/06/2013: André Figueiredo Requereu a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater assunto
24/06/2013: Lelo Coimbra Requeriu a retirada de assinatura em apoio à PEC 37/2011	19/08/2013: Raul Henry Requeriu a inclusão na Ordem do Dia do Plenário da PEC nº 349/2001	"A sua inclusão na Ordem do Dia do Plenário atenderá o clamor do povo brasileiro que pede por mais transparência e responsabilidade nas decisões de ambas as Casas do Congresso Nacional."	9/10/2013:Renzo Braz Requeriu a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 5.900 de 2013.	-	11/6/2013: Waldenor Pereira requereu a realização de Audiência Pública com Ministro da Educação para subsidiar o debate relativo à aplicação dos Recursos dos Royalties.
25/06/2013: Jânio Natal Requeriu a retirada de minha assinatura na Proposta de Emenda à Constituição nº 37 de 2011	29/08/2013: Carlos Eduardo Cadoca requeriu a inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 349 de 2001	"A Proposta de Emenda à Constituição nº 349/2001 foi votada em primeiro turno em 2006 e faz parte da pauta de reivindicação de transparência dos atos públicos recentemente apresentada pela sociedade brasileira."	-	-	11/6/2013: Waldenor Pereira Requereu a realização de Audiência Pública com o Secretário de Educação Básica - MEC, Sr. Romeu

			Caputo, para subsidiar o debate relativo à aplicação dos Recursos dos Royalties.
25/06/2013: Jose Stédile Requereu a retirada de assinatura em apoio a PEC 37/2011	3/9/2013: Rubens Bueno Requereu a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 349/2001		11/6/2013: Waldenor Pereira Requereu a realização de Audiência Pública com Secretário de Educação profissional e Tecnológica - MEC, Marco Antônio de Oliveira, para subsidiar o debate relativo à aplicação dos Recursos dos Royalties.
25/06/2013: Eudes Xavier Requereu a retirada de minha assinatura aposta na Proposta de Emenda a Constituição Nº 37/2011	2/9/2013: Beto Albuquerque Requereu inclusão de proposição na pauta da Ordem do Dia	" Os motivos para criação do voto secreto já não coadunam mais com a atual realidade política do País. Hoje, a sociedade aspira por transparência das votações, assim a abertura do voto permitirá que o eleitor acompanhe de perto o posicionamento de seus representantes em todas as votações do legislativo federal"	11/6/2013: Waldenor Pereira Requereu a realização de Seminário em Salvador - Bahia para subsidiar o debate relativo à Lei que dispõe sobre a aplicação dos recursos dos Royalties.
25/06/2013: Perpétua Almeida Requereu a retirada de assinatura em apoio à PEC 37/2011			

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges (2020).

Fonte: <https://www.camara.leg.br/>

Na Tabela 14, pode-se observar que dez matérias legislativas cujos temas contemplavam demandas dos manifestantes, foram analisadas pelo Congresso, com resultados favoráveis aos clamores das ruas.

Corrupção foi uma das principais bandeiras empunhadas pelos manifestantes durante as “Jornadas de Junho”. Pode-se dizer que, em razão da intensidade, do crescimento dos atos e do apoio da sociedade aos protestos¹⁰³ que condenavam, entre muitas ações dos governantes, os crimes de corrupção, o então presidente da Câmara e deputados se aproveitaram da energia política das ruas para pautar o tema na Casa legislativa.

Na época, em 20 de junho de 2013, o presidente da Câmara e uma comitiva de deputados, em viagem à Rússia, anteciparam o retorno a Brasília. A principal justificativa para essa decisão foi as manifestações que estavam sendo realizadas em todo o país (TERRA, [2013] 2019).

Partidos políticos e congressistas enxergaram as manifestações como uma oportunidade para: i) tirar proveito e construir uma boa imagem diante do eleitorado, ii) pôr em pauta projetos de seus interesses e iii) obter resultados favoráveis aos seus interesses e de interesse dos manifestantes.

Assim, no auge dos projetos, uma Proposta de Emenda à Constituição – PEC 37/2011¹⁰⁴ – foi rechaçada por diversos manifestantes, por ativistas e pela mídia (tradicional e alternativa). Em decisão quase unânime, congressistas rejeitaram a “PEC da impunidade”, que pretendia retirar o poder de investigação do Ministério Público Federal (MPF) e restringir a atribuição à Polícia Federal.

Vale pontuar que uma parte considerável dos parlamentares era favorável à aprovação da PEC 37/2011, uma vez que a proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). No entanto, diante dos protestos e da projeção midiática alcançada pela matéria, a proposta foi pautada pelo plenário de Câmara e rejeitada pela maioria dos parlamentares, por 430 votos a 9 contra e 2 abstenções.

¹⁰³ Pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), 89% da população aprovavam as manifestações em setembro de 2013 (Fonte: <https://outline.com/SBAVCB>). Em junho de 2013, segundo pesquisa do instituto Datafolha 55% dos entrevistados eram favoráveis às manifestações (Fonte: <https://outline.com/t44R9h>).

¹⁰⁴ Apresentada em 08/06/2011 pelo deputado Lourival Mendes do Partido Trabalhista do Brasil do Maranhão (PTdoB-MA), atual Avante.

Após a análise da votação da PEC 37/2011, por meio da aplicação do programa NVivo às notas taquigráficas da discussão da matéria pelo plenário, notou-se que parlamentares fizeram menção às manifestações ou termos correlatos durante suas falas ou utilizaram as ‘ruas’ como justificativas para a posição tomada sobre a matéria (Tabela 15).

Tabela 15: “As vozes das ruas”, I

Tema	nº de referências	Code	nº de referências
Vozes das ruas	20	Anseios que ecoaram das ruas	2
		Clamor da sociedade	2
		Clamor das ruas	5
		Manifestações de rua	2
		Mobilizações populares	2
		Povo nas ruas	7

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges (2020).

Fonte: <https://www.camara.leg.br/>

Frases¹⁰⁵ e *codes* utilizadas pelos parlamentares, em referência às manifestações, foram classificadas sob o tema ‘Vozes das ruas’, em que se constatou um total de 20 menções aos protestos durante a votação da Proposta.

Vale também mencionar que tanto o presidente da Casa quanto alguns parlamentares saudaram a presença de manifestantes no plenário, que se manifestavam vez ou outra com a palavra de ordem ‘rejeita’, como forma de pressionar os deputados a votar contra a matéria.

Ainda no dia 25 de junho, o plenário da Câmara votou contra parte da Medida Provisória 611/2013 (MPV), que concedida R\$ 43 milhões ao Ministério das Comunicações para o fornecimento de infraestrutura de telecomunicações durante as Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014.

Ao analisar as notas taquigráficas da discussão dessa matéria pelo plenário, também por meio da aplicação do programa NVivo e do *Coding* processo, identificou-se que parlamentares fizeram menção às manifestações ou termos correlatos durante suas falas ou utilizaram, também, as ‘ruas’ como justificativas para os posicionamentos contrários à abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério das Comunicações e, portanto, à concessão de recursos públicos para a FIFA.

¹⁰⁵ Manifestações de rua, Movimento de rua, Povo nas ruas, Voz das ruas etc.

Assim como na análise da PEC 37/2011, frases e *codes* utilizadas pelos parlamentares em referência às manifestações foram classificadas no tema ‘Vozes das ruas’, em que se constatou um total de nove menções aos protestos durante a votação da MPV.

Em uma das falas mais enfáticas, o deputado André Moura, Partido Social Cristão de Sergipe (PSC-SE), afirmou:

É um absurdo, neste momento em que a população brasileira sai às ruas para se posicionar contra esses recursos todos investidos na Copa do Mundo, que nós ainda aprovemos aqui uma medida provisória em que se transfere do Ministério das Comunicações mais 43 milhões de reais para a FIFA (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013, p. 26175).

Também, no auge dos protestos, no dia 26 de junho o plenário do Senado aprovou a tipificação de corrupção como crime hediondo, o Projeto de Lei do Senado 204/2011 (PLS204/2011), que “inclui delitos contra a administração pública como crimes hediondos, aumentando suas penas e dificultando a concessão de benefícios para os condenados” (LIMA, [2013] 2019).

De acordo com informação do Senado, “a proposta foi votada à tarde, como parte da pauta legislativa prioritária, anunciada pelo presidente Renan Calheiros em resposta às manifestações realizadas no país nas últimas semanas. O projeto segue agora para apreciação da Câmara dos Deputados”¹⁰⁶ (LIMA, [2013] 2019a).

Em meio aos protestos que se estenderam pelo mês de julho, a proposta legislativa apelidada de projeto “cura gay” – Projeto de Decreto Legislativo da Câmara 234 de 2011 (PDC 234/11) – de autoria de João Campos, Partido da Social Democracia Brasileira – Goiás (PSDB-GO) foi retirada de pauta e arquivada pela Câmara. Fato curioso é que o requerimento de retirada de tramitação foi apresentado pelo próprio autor da matéria.

O projeto “cura gay” foi alvo de muitas críticas e manifestações; assim, a rejeição do PDC foi uma das reivindicações de diversos manifestantes. Ainda no mês de início dos protestos, após o rechaço das ruas e da visibilidade midiática alcançada, o PSDB divulgou uma nota contra o polêmico projeto:

O PSDB manifesta publicamente posição contrária de suas bancadas ao Projeto de Decreto Legislativo 234/2011, em tramitação na Câmara dos Deputados, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual (PSDB, [2013] 2019, n.p).

¹⁰⁶ No entanto, após ser remetido à Câmara dos deputados no dia 04 de julho, o Projeto ainda tramita sem um desfecho. No website da casa, o status da matéria é ‘Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)’.

Ainda em nota, o PSDB acrescenta:

O partido entende que a proposta, conhecida como “Cura Gay”, representa grave retrocesso nos avanços ocorridos no país para reconhecimento pleno dos direitos humanos e contraria resoluções do Conselho Federal de Psicologia e da Organização Mundial de Saúde (OMS), que, desde 1999, rejeitam a classificação da homossexualidade como doença ou desordem psíquica (PSDB, [2013] 2019, n.p).

Reportagem do jornal da Folha de São Paulo¹⁰⁷ diz que o Partido buscou desvincular a imagem do PSDB à do Projeto. Nessa linha, acredita-se que o Partido tenha levado em conta a má repercussão do Projeto, possíveis impactos no resultado eleitoral e a perda de apoiadores. Assim, o partido ponderou e decidiu se posicionar contra o PDC 234/11.

Na época, o líder do PSDB na Câmara, Carlos Sampaio, deputado federal pelo Estado de São Paulo, afirmou que: “Graças à pressão das ruas, no entanto, a proposta foi retirada de tramitação por seu autor” (SAMPAIO, [2013] 2019, n.p).

No dia seguinte, 03 de julho, o Projeto de Lei 3546/12 (PL) do deputado Ivan Valente, partido Psol de São Paulo, foi aprovado. O PL determina transparência nas decisões sobre reajustes de tarifas dos serviços de transporte público coletivos. Após ser aprovado na Câmara, o texto seguiu para o Senado onde também foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em 16 de outubro de 2013.

Já no Senado, transformado em Projeto de Lei da Câmara 50/2013 (PLC), o projeto que determina a gestores a divulgação dos dados utilizados para a análise de reajustes, revisões ordinárias ou revisões extraordinárias das tarifas de transporte público, foi arquivado ao final da legislatura.

Ao votarem o Projeto de Lei 3546/12 (PL), 12 parlamentares abordaram o tema das manifestações (JJ-2013) ou justificaram os votos com base em referência às ‘Vozes das ruas (Tabela 16).

¹⁰⁷ Após protestos contra 'cura gay', PSDB divulga nota para se descolar do projeto. Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1302032-apos-protestos-contracura-gay-psdb-divulga-nota-para-se-descolar-do-projeto.shtml>>. Acessado em 24 de agosto de 2019.

Tabela 16: “As vozes das ruas”, II

PL 3546/2012			
Tema	nº de referências	Code	nº de referências
Vozes das ruas	12	Anseios que ecoaram das ruas	4
		Clamor das ruas	5
		Manifestações de rua	3

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

Fonte: <https://www.camara.leg.br/>

Conforme anunciado, a prática delituosa de corrupção foi uma das principais queixas dos manifestantes. Assim, sendo fiel ao que os líderes do Congresso nacional haviam anunciado a respeito da implementação de uma ‘agenda positiva’ que atendesse às reivindicações dos manifestantes, o plenário do Senado aprovou, no dia 03 de julho, a urgência na tramitação da Lei Anticorrupção¹⁰⁸.

No dia seguinte, 04 de julho, o plenário aprovou a proposição, uma iniciativa da Presidência da República, que “dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências” (LIMA, [2013] 2019b).

De acordo com Lima (2019), via Agência Senado,

A nova legislação tem o objetivo de estimular as empresas a adotar boas práticas administrativas. Caso contrário, elas poderão ser punidas de forma rigorosa. Atualmente, apenas os agentes públicos flagrados em casos de corrupção são punidos – não há punições para os corruptores, que agora podem pagar multas de 0,1% a 20% do faturamento bruto anual ou de valores entre R\$ 6 mil e R\$ 60 milhões. O projeto estabelece ainda que a responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito (LIMA, [2013] 2019b, n.p).

Além de analisar propostas legislativas já apresentadas, o Senado discutiu e votou projetos apresentados durante os protestos, a exemplo do PLS 282/2013. Tal projeto, de autoria do ex-senador Jorge Viana, do Partido dos Trabalhadores, tipificaria o crime de “caixa dois” eleitoral com pena de reclusão de cinco a dez anos e multa. No entanto, a proposta foi rejeitada e arquivada ao final da legislatura.

Após o resultado não favorável ao projeto, Jorge Viana, autor do PLS, declarou:

Ao se eximir de aprovar uma reforma política que efetivamente aperfeiçoe os mecanismos de representação popular, o parlamento brasileiro está perdendo a

¹⁰⁸ Projeto de Lei da Câmara PL39/2013.

oportunidade de resgatar sua imagem perante a opinião pública. [...] Não compreendo como o parlamento brasileiro, que perde prestígio e respeito a cada pesquisa, não faz o que lhe cabe como contribuição para que o Brasil fique melhor (CAMPOS, [2015] 2019) n.p).

Conforme mencionado no capítulo anterior, as JJ 2013 galvanizaram o debate que gravitava em torno do paradigma participativo. Nesse bojo, no dia 10 de julho foi aprovada pelo plenário do Senado, em dois turnos e por unanimidade, a PEC 3/2011, que facilita a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular.

Vale destacar que a Proposta foi apresentada pelo senador ex-senador Rodrigo Rollemberg, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) do Distrito Federal, no primeiro ano do seu mandato, em 2011.

Caso tivesse sido aprovada na Câmara, a PEC da Participação (PEC 286/2013¹⁰⁹) reduziria pela metade o número de assinaturas necessárias para o início da tramitação de propostas legislativas de iniciativa popular no Congresso. Atualmente, a legislação exige o apoio de 1% do eleitorado, cerca de 650 mil assinaturas (com base em dados de 2012). No entanto, a proposta não obteve a mesma aceitação na Câmara e, após ter sido remetida à Casa, há seis anos, a PEC ainda está em tramitação.

Escolas e hospitais “padrão FIFA”, uma ironia sobre a qualidade de ambos os serviços, foram importantes demandas apresentadas nos espaços políticos abertos. Na época, a presidência defendeu a aprovação de projeto que destinaria 100% dos recursos dos royalties do petróleo para a educação. No entanto, tanto o Senado quanto a Câmara aprovaram o PL 5.500/2013, que previa a destinação de 75% para a educação e 25% para a saúde.

As vozes das ruas também requisitaram a abolição do voto secreto no âmbito do poder legislativo, portanto, o fim da proteção e da impunidade parlamentar. Assim, atento aos clamores das ruas e ao ‘povo vigilante e juiz’, a Câmara dos deputados aprovou, no dia 03 de setembro, por unanimidade, a PEC do Voto Aberto – a PEC 349/2001, que põe fim ao sigilo em todas as deliberações dos parlamentares.

A presidência da Câmara, na época exercida por Henrique Eduardo Alves, afirmou que “a votação do texto é uma resposta à sociedade” após a manutenção do mandato de Natan Donadon¹¹⁰, congressista que, na época, cumpria pena de 13 anos na penitenciária da Papuda, em

¹⁰⁹ Número na Câmara dos Deputados.

¹¹⁰ Em 28 de agosto 2013, o plenário da Câmara manteve, em votação secreta, o mandato de Natan Donadon (ex-PMDB-RO). Donadon foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por crime de peculato e formação de quadrilha. Com quórum de menos de 410 deputados, 233 foram favoráveis à cassação do mandato, enquanto 131 foram contra e houve 41 abstenções.

Brasília. Donadon teve o mandato mantido por votação secreta do Plenário (PIOVESAN & SIQUEIRA, [2013] 2019).

A medida acaba com o voto secreto em todos os tipos de votações e vale para as deliberações não apenas da Câmara e do Senado, mas também das assembleias legislativas, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e das câmaras de vereadores.

Aprovação da matéria na Câmara notabiliza o vínculo existente entre os espaços da política e os espaços políticos, de modo particular em um contexto de demonstrações de rua, de perda de credibilidade das instituições políticas e de aumento do descontentamento social e da desconfiança da sociedade.

Na Tabela 17, é possível verificar o número total de referências feitas pelos congressistas às mobilizações políticas, quando se pronunciaram sobre a matéria. Onze deputados utilizaram o tema ‘Vozes das ruas’ durante suas falas sobre a PEC 349/2011.

Tabela 17: “As vozes das ruas”, III

PEC 349/2001			
Tema	nº de referências	Code	nº de referências
Vozes das ruas	11	Anseios que ecoaram das ruas	3
		Atos contra a corrupção	1
		Clamor da sociedade	1
		Clamor das ruas	1
		Clamor do povo	1
		Clamor dos movimentos sociais	1
		Manifestações de rua	1
		Mobilizações populares	1
		Povo nas ruas	1

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges (2020).

Fonte: <https://www.camara.leg.br/>

Assim, o esforço coordenado da presidência da Câmara, de líderes partidários e de bancadas e dos congressistas para a aprovação da PEC do Voto Aberto reforça também o papel do ‘povo vigilante’ e do ‘povo juiz’ no processo político, como argumenta Pierre Rosanvallon; logo, revela que enquanto espaço do agir político do cidadão vigilante, a rua é dotada de potência política na criação de impactos políticos institucionais.

A categoria ‘Povo Vigilante’ foi utilizada para analisar a votação da PEC do Voto Aberto, em que foi possível encontrar e classificar seis referências, nas falas dos deputados, à ideia do olhar da sociedade e dos eleitores sobre a conduta dos parlamentares.

Na época da votação sobre a perda de mandato do congressista condenado pelo Supremo Tribunal Federal, o presidente da Casa, contrariado com o resultado e, ponderando a repercussão

negativa, afirmou que “não submeterá a voto nenhum outro processo de perda de mandato com votação secreta”¹¹¹.

Já no Senado, a PEC do Voto Aberto (PEC 43/2013) foi aprovada no dia 13 de novembro de 2013 por 58 votos favoráveis, quatro votos contra e sem nenhuma abstenção. O texto base deferido estabelece que serão abertas as votações apenas de cassações de mandatos parlamentares e de vetos presidenciais, não para todas as deliberações, ao contrário do texto aprovado na Câmara. No mesmo mês a Câmara promulgou a PEC.

A proposta remetida pela Câmara previa também o fim do voto secreto para as indicações de autoridades, bem como para as eleições das mesas diretoras das duas Casas. No entanto, a maioria dos senadores considerou que a medida poderia afetar de modo negativo a independência do poder legislativo em relação ao poder executivo.

Ainda sobre o tema corrupção, a questão do financiamento de campanha eleitoral e a reforma política ganharam destaque durante as manifestações. Na época, o Senado deu andamento à análise do PLS 264/2013¹¹². No entanto, a proposta legislativa que vedaria o financiamento por empresas foi rejeitada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, que classificou o projeto como inconstitucional.

Outra iniciativa legislativa atinente à corrupção é a PEC 362/2013, que prevê a criação do Conselho Nacional de Combate à Corrupção. De acordo com a Câmara dos deputados, “caberá ao novo conselho nacional prevenir, detectar, punir e erradicar as práticas corruptas; receber denúncias de corrupção, e combater a corrupção eleitoral, entre outras atribuições” (OLIVEIRA, [2014] 2019)

Para justificar a criação do referido conselho nacional, o autor do projeto, Beto Albuquerque do Partido Social Brasileiro, do Rio Grande do Sul (PSB-RS), chamou atenção para o índice de percepção da corrupção no país em 2012 e para aquilo que chama de “atos contra a corrupção no país e defesa de uma representação política ética e moral”, tendo acrescentado ainda que “os protestos foram um grito de basta de uma população cansada com tantos escândalos de desvios de recursos da saúde, educação, saneamento básico, entre outros” (ALBUQUERQUE, 2013, n.p).

¹¹¹ No dia 29 de agosto, dois meses após o auge dos protestos, maioria da Câmara decidiu manter o mandato do deputado Natan Donadon, na época preso há dois meses.

¹¹² O projeto de autoria do ex-senador Jorge Viana do Partido dos Trabalhadores pelo Estado do Acre (PT-AC).

Embora a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) tenha aprovado a admissibilidade do projeto, que foi apresentado em dezembro de 2013, após seis anos a matéria ainda está no Congresso para ser votada.

4.3. Pós-Jornadas de Junho: as eleições de 2016 e 2018

“Os protestos alteraram a rotina de cada indivíduo, em níveis sutis da vida pessoal. Criaram uma nova forma de convívio e identificação. Isso não poderia passar incólume nas eleições” (BUCCI, 2016, n.p).

Segundo o jornalista e professor de comunicação Eugênio Bucci, as manifestações de 2013 tiveram impactos nos resultados das eleições de 2016. Por exemplo, candidatos que se disseram “não políticos”, como João Doria em São Paulo, saíram vitoriosos do pleito de 2016.

Críticas ao sistema político e a ojeriza a políticos e partidos ecoaram das ruas em junho de 2013. Além do rechaço à presença de políticos e bandeiras de partidos políticos durante as mobilizações, milhares de faixas tinham como tema reforma e renovação política (Figura 11).

Figura 11: Manifestantes demandam reforma política, 2013.



Fonte: <http://www.canalibase.org.br/reforma-politica-como-e-o-que/>



Fonte: <https://www.ecodebate.com.br/2013/07/12/manifestacoes-e-a-resposta-do-poder-publico-royalties-para-educacao-e-pec-37-entre-os-destaques/>

Assim, concorda com o cientista político Marcos Nobre quando esse observa novidades institucionais e a renovação da vida política pós-junho de 2013, com o surgimento

e a entrada nos Parlamentos de debutantes, a exemplo da eleição de Marielle Franco¹¹³ para a câmara municipal do Rio de Janeiro, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Seria exagero afirmar que houve uma renovação do sistema político brasileiro em 2016 e estabelecer como única causa para isso o poder das ruas como espaços políticos abertos em 2013 e os movimentos que saíram das Jornadas de Junho¹¹⁴, sem citar as forças da operação Lava-Jato e os escândalos de corrupção envolvendo diversos ministros e parlamentares de vários partidos, mas, principalmente, do Partido dos Trabalhadores.

Aqueles que protestaram por reforma eleitoral em 2013 tiveram que se contentar com uma minirreforma, aprovada pelo Congresso em 2015 e aplicada no pleito municipal de 2016. Essa reforma foi vista com apreensão pelo cientista social Araré Carvalho. Para este pesquisador, o resultado da reforma poderia ter sido o contrário daquilo que desejavam milhares de manifestantes.

Segundo Carvalho ([2016], 2019), as restrições financeiras estabelecidas na reforma eleitoral de 2015 “compactaram a campanha, reduziram a propaganda de rua e colocaram nota de corte para a eleição de candidatos. Assim, tudo isso poderia ter contribuído para a produção de um “efeito contrário à tendência de renovação na política, pois lideranças saídas do povo decidiram ocupar cargos eletivos”.

De acordo com Carvalho (*op. cit.*), esses candidatos, alguns deles desconhecidos pelo eleitor, teriam menos tempo e, por sua vez, muito menos chances de ficar conhecidos pelo modo tradicional. No entanto, o pesquisador não considerou o fator redes sociais, que contribuiu para dar visibilidade aos novatos nas disputas eleitorais tanto de 2016 quanto de 2018.

Para o cientista político Marcos Nobre, os sistemas partidários em todo o mundo “veem as novas formas de organização política que surgiram do mais recente ciclo de movimentos de *aggiornamento* do neoliberalismo como competidores a serem abatidos” e que, na maior parte dos casos, “os partidos tradicionais querem engolir os novos movimentos, e os movimentos querem atropelar os partidos” (NOBRE, 2018, p. 30).

Nessa perspectiva, o cientista defende que a reforma política realizada em 2017 teve como objetivo excluir candidaturas “de fora” do sistema, por conta do curto tempo de campanha, do controle do financiamento público pelas cúpulas partidárias, da divisão de

¹¹³ No dia 14 de março de 2018, Marielle Franco é foi assassinada a tiros na Região Central do Rio de Janeiro, vítima de um crime político.

¹¹⁴ Movimento Brasil Livre (MBL), Movimento Vem pra Rua e o Movimento Nas Ruas.

recursos segundo posições institucionais consolidadas de antemão e da prioridade absoluta dada à renovação de mandatos (NOBRE, 2018, p.32).

Apesar desse movimento descrito por Carvalho ([2016] 2019) e Nobre (2018), houve significativa renovação no quadro dos representantes políticos eleitos em 2016 e 2018, pois alguns partidos souberam tirar proveito do capital político de lideranças de movimentos que surgiram durante ou após as Jornadas de Junho (Tabela 18).

Tabela 18: Implicações dos protestos de junho nas eleições de 2016 e 2018

Pleito municipal de 2016		
Movimento Brasil Livre (MBL)	Movimento Vem pra Rua	União Nacional dos Estudantes (UNE)
Candidatura de 43 lideranças	Membros disputaram o pleito de 2016 em oito capitais.	Carina Vitral, líder da UNE, disputou a prefeitura de Santos, SP
38 cidades e 13 Estados	Eleição de Janaina Lima, líder do Movimento, para a Câmara Municipal de São Paulo	-
Elegeu 8	Eleição de Leandro Lyra para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro	Mitã Chalfun, vice-presidente da UNE, candidato a vereador, Rio de Janeiro
Fernando Holiday Vereador São Paulo	Eleição de Mateus Simões para a Câmara Municipal de Belo Horizonte	-
-	Candidatura do fundador e ex-líder do Movimento, Roério Chequer, ao cargo de governador de São Paulo	-
Pleito de 2018		
Movimento Brasil Livre (MBL)	Movimento Nas Ruas	Movimento Passe Livre
Eleição do líder Kim Kataguiri deputado federal	Eleição de Carla Zambelli para a Câmara Federal	Eleição de Sâmia Bomfim, apoiadora do Movimento Passe Livre, para a Câmara Municipal de São Paulo e em 2018 para a Câmara Federal.

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações jornalísticas. Consultar Apêndice E.

Nota-se, na Tabela 18, que pelos menos oito integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL) foram eleitos, com destaque para a eleição de Fernando Holiday, uma das figuras emblemáticas MBL e das manifestações realizadas em São Paulo pelo impeachment de Dilma Rousseff.

Já em 2018, observa-se também (Tabela PP) a eleição de Kim Kataguiri, líder e integrantes do MBL, para o cargo de deputado federal, assim como a vitória de Carla

Zambelli, umas das líderes do Movimento Nas Ruas. Também, Sâmia Bomfim, do MPL, foi eleita tanto no pleito municipal de 2016, em São Paulo, quanto nas eleições de 2018.

Ainda nessa direção, em um contexto de crise institucional e de descrédito com a classe política e com o sistema político, houve um aumento expressivo no número de candidatos na primeira eleição municipal após as manifestações realizadas em 2013 e 2014, que tiveram reforma política uma das principais demandas. Os números podem ser comparados na Tabela 19.

Tabela 19: Comparativo das candidaturas nos pleitos municipais 2012 e 2016

2012	2016
5.565 municípios	5.570 municípios
nº 15.127 candidatos a prefeitos	nº 16.565 candidatos a prefeitos
57.434 cadeiras de vereador	57,958 cadeiras de vereador
450.695 candidatos	463,375 candidatos

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações jornalísticas. Consultar Apêndice E.

Esse aumento se deu em parte em razão das candidaturas de *outsiders*, que se lançaram como alternativa política e opção real para a tão aclamada renovação política, a exemplo da candidatura de líderes de movimentos que surgiram nas ruas em 2013 e se consolidaram no auge da operação Lava-Jato.

Contudo, apesar do aumento de mais de 5 milhões no número de eleitores entre as eleições municipais de 2012 e 2016, nota-se também que houve uma expressiva elevação no número de abstenções, de votos nulos e brancos (Tabela 20). É difícil afirmar que esse comportamento eleitoral esteja associado exclusivamente às mobilizações políticas de 2013 e ao profundo descontentamento social com a classe política.

No entanto, várias análises associam uma série de eventos que se sucederam ao longo dos últimos anos a esse movimento de protestos realizado em 2013. Os aumentos nos percentuais de votos nulos, branco e abstenções das eleições municipais de 2016, mesmo após um aumento no número do eleitorado nacional, são relacionados à descrença dos eleitores na classe política.

Tabela 20: Eleições municipais, votos brancos e nulos e abstenções 2012-2016

	2012	2016
n° de eleitores	138.544.348	144.088.912
n° votos brancos e nulos (%)	1° TURNO	
	10,80%	13,60%
	2° TURNO	
	7,44%	14,30%
n° abstenções (%)	1° TURNO	
	16,41%	17,58%
	2° TURNO	
	19%	21,55%

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações jornalísticas. Consultar Apêndice E.

Já na eleição de 2018, houve a maior renovação da história no Senador Federal. De um total de 54 vagas em disputa, 46 foram conquistadas por novatos, um índice de renovação de 85%. A renovação política na Câmara Federal também foi significativa (Figura 12). Como pôde ser observado na Tabela 18, parte dessa renovação ocorreu pela eleição de líderes de movimentos de protestos.

Figura 12: Índice de renovação da Câmara em 2018

Fonte: Agência Câmara

Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/545896-camara-tem-243-deputados-novos-e-renovacao-de-473/>>. Acessado em: 22 de novembro de 2019.

Tendo como base os dados até aqui apresentados e os fatos encadeados relacionados às vozes das ruas de JJ-20113, é possível afirmar que ruas e praças, quando convertidas em espaços políticos abertos, têm uma potência instituinte, que se traduz em uma variada gama de impactos políticos e repostas de governos e representantes eleitos às ações das ruas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, uma série de mobilizações políticas foram realizadas em diversas cidades, em todo mundo, conferindo visibilidade a graves problemas políticos e sociais vividos no mundo contemporâneo – imperfeições da democracia representativa, o divórcio entre Estado e sociedade civil e a existência de uma sólida aliança oligárquica (*lobbies*, políticos de carreira e mercado financeiro) no controle da coisa pública.

Indignados contra a ausência de espírito republicano na vida política, milhares de cidadãos, em todas as regiões do mundo, saíram às ruas e ocuparam praças, convertendo-as em espaços políticos abertos para desafiar governos oligárquicos e corruptos, questionar desigualdades sociais e econômicas, contestar privilégios sociais, reivindicar reformas políticas e soberania popular sobre decisões políticas de amplo interesse social.

Essa onda de confronto político foi, também, composta por movimentos em reação aos desdobramentos da crise financeira global de 2008 e às políticas de austeridades, bem como protestos contra regimes autoritários e por liberdade, justiça socioespacial, governança urbana democrática e direito à cidade, ou seja, “democracia real”, como argumenta Paolo Gerbaudo.

O vínculo entre as ruas e a democracia esteve, durante essa onda de protestos, mais explícito do que nunca. Ao mesmo tempo, essas mobilizações revelaram que há um mal-estar democrático caracterizado por um processo de ‘des-democratização’ de algumas nações, mas, também, mostraram que a democracia ainda é a pior forma de governo, com exceção de todas as demais, haja vista o grande número de países árabes em que houve revoltas por democracia.

Os protestos contrários às medidas de austeridades ocorreram em diversos países europeus, a exemplo de Grécia e Espanha. Neste último, ‘*los indignados*’ exigiram a realização de um referendo nacional, e um documento assinado por 900 entidades foi enviado ao governo pedindo que os cidadãos fossem consultados sobre as políticas de austeridade que o governo planejava implementar.

Conforme buscou-se explicitar no capítulo I, os movimentos de protestos realizados na Grécia, Espanha e Itália tiveram implicações significativas no processo político-eleitoral, com impactos políticos no resultado das eleições e na composição dos governos locais, regionais e nacionais. No Chile, o movimento estudantil realizado em 2011 afetou a agenda

política do governo nacional, assim como os programas eleitorais de candidatos às eleições ocorridas em 2013, e o resultado do pleito presidencial.

Esses eventos da política contenciosa agitaram também o cotidiano social de cidades demasiadas afetadas por políticas e reformas urbanas erráticas, responsáveis por agravar o histórico quadro de segregação, exclusão e injustiças sociais existentes em grandes cidades e metrópoles em todo o mundo.

No Brasil, por exemplo, as obras físicas e de infraestrutura faraônicas nas cidades-sede da Copa de 2014 e dos jogos olímpicos de 2016 suscitaram críticas ao urbanismo dos megaeventos e a descrença na promessa da presidência de que “os benefícios ficariam para toda a vida”¹¹⁵, endossando o coro das manifestações por serviços de transporte público de qualidade.

Após uma análise geral dos principais episódios de confronto político ocorridos na história recente, permitiu-se, primeiramente, advogar a tese em torno da qual essa pesquisa gravita, ou seja, a rua, quando transformada em espaço político (CASTRO, 2018a), se constitui em um recurso democrático com potencial para promover impactos políticos institucionais.

No capítulo II, argumentou-se que espaço político, conceito-chave dessa pesquisa, embora seja um termo de uso banal, é um conceito que merece ser discutido nas ciências humanas e sociais, dada sua possibilidade de contribuir com a agenda de pesquisa da Geografia e servir como uma alternativa ao uso abusivo do conceito espaço público tanto pela Geografia quanto pelas demais ciências humanas e sociais.

Os estudos de caso ilustrados ao longo do texto revelam múltiplas conexões entre espaço e política e, por sua vez, dimensões político-espaciais do confronto político e da política institucional que, na maioria dos casos, é negligenciada tanto pelos geógrafos quanto pelos cientistas sociais em geral.

Conforme discutido na introdução e nos capítulos IV e V, há diversos indícios que substanciam a teoria da Sociedade Movimento. David Mayer e outros autores revelam que a partir da segunda metade do século XX houve um intenso processo de institucionalização de movimentos sociais e da atividade de protestos em todo o mundo.

Outros autores (Johnston & Seferiades, 2012; Karampampas, 2019) tem chamado atenção para um processo de difusão da cultura de protestos no mundo nos últimos anos.

¹¹⁵ Pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff exibido em cadeia nacional de TV e rádio, realizado dia 10 de junho de 2014, pela realização da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

Assim, nesse contexto de institucionalização dos MS e de protestos, de crise econômica e crescente desigualdades sociais e tentativas de imposição de políticas de austeridades e impopulares, diversas mobilizações por maior soberania popular sacudiram o mundo nos últimos anos.

Nessa mesma direção, Pierre Rosanvallon (2011) reforça as ideias de Paolo Gerbaudo (2017a) a respeito do diagnóstico de mal-estar na democracia eleitoral e crise de representação política, revelando a emergência de formas alternativas de ação contrademocrática e de legitimidade democrática.

A ‘revolução da legitimidade’, defendida por Rosanvallon, suporta a ideia de SMS e, ambas, juntas, confirmam a ideia de que a rua compele as ações agentes do Estado e atores políticos como também influenciam processos políticos, a exemplo do processo eleitoral, com implicações nos resultados dos pleitos.

Deve-se salientar que tanto Rosanvallon quanto Gerbaudo não negam a democracia eleitoral, mas ambos demonstram, como muitos, que ela não esgota a ideia de democracia e que há graves imperfeições na representação política democrática. Buscou-se, assim, destacar que embora esses movimentos de protestos tenham feito duras críticas à subversão de processos democráticos, por políticos corruptos e às elites econômicas, e aos resultados negativos após três décadas de reforma neoliberal, com crescente desigualdade e à crise em curso do capitalismo global e da democracia liberal em todos os lugares. Essas mobilizações foram movimentos contra a erosão da democracia.

Mesmo com as poucas entrevistas realizadas com prefeitos e ou ex-prefeitos de municípios onde houve majoração da tarifa do transporte público coletivo, é sensato dizer que a pressão das ruas compeliu o governo federal, que, por sua vez, constrangeu e incentivou governos municipais a suspender os aumentos repassados aos usuários dos serviços de transporte público.

Em entrevista, o MPL também atribui a revogação dos aumentos das tarifas dos transportes públicos à força das mobilizações de junho, como também a inclusão, em 2015, do transporte público no rol dos direitos sociais constitucionais.

A potência das ruas de junho de 2013 engendrou também ações dos poderes constituídos e recolocou com força no debate público o problema da mobilidade urbana no país, entre outros problemas que adquiriram maior visibilidade e notoriedade nas ruas, como o fosso existente entre a elite dirigente do país e a sociedade.

Além disso, com base nos dados e informações apresentadas a partir da seção 1.1 e ao longo dos capítulos II, III e IV, é possível confirmar a ideia defendida por Gillon (2013)

quando esse argumenta que os protestos ocasionam implicações diretas e indiretas na opinião pública, assim como na agenda de trabalho de governos e no comportamento do Congresso.

Por exemplo, constatou-se que, diante do clamor das ruas por reformas políticas, as presidências da Câmara e do Senado anunciaram “agendas positivas”, cujos objetivos eram dar celeridade à tramitação de propostas legislativas que, de algum modo, contemplassem as demandas dos manifestantes.

Os exemplos citados ao longo do trabalho revelam, em primeiro lugar, um impacto político inquestionável das ruas e praças: a permanente capacidade de desafiar as autoridades e impulsionar ações – reações dos poderes instituídos, seja na forma de declarações à imprensa ou ao movimento ou também no anúncio de medidas em respostas às vozes das ruas.

Percebeu-se ainda que as vozes das ruas ecoaram no Congresso tanto em discursos e falas de parlamentares, que se utilizam dos protestos para cobrar ações por parte dos seus pares, como também na apresentação de projetos de leis e requerimentos de votação de projetos que versassem sobre demandas dos manifestantes.

Constatou-se que proposições políticas que estavam em tramitação na Câmara há anos (“engavetadas”) voltaram a ser analisadas com maior celeridade, e, também, medidas administrativas foram aceleradas em virtude do barulho das ruas e dos seus ecos políticos na opinião pública.

A potência das ruas de junho também foi sentida no resultado de votações de polêmicos projetos, que durante os protestos conquistaram ampla repercussão midiática, a exemplo da PEC 37 cujo índice de rejeição aumentou desde o início das manifestações. Essa Proposta de Emenda à Constituição obteve a maioria dos votos dos deputados contra a aprovação do projeto.

Por meio da análise dos debates e votações de projetos, buscou-se demonstrar ao longo do capítulo IV que diversos parlamentares mencionaram os ‘anseios das ruas’ bem como indicaram estar atentos aos olhares da sociedade civil sobre os atos do Congresso. Assim, parlamentares foram levados a votar contra projetos impopulares na época.

Além disso, constatou-se que congressistas apresentaram requerimentos de votação de medidas populares que iam ao encontro de demandas das ruas, como também solicitaram, via requerimento, a retirada da assinatura e, portanto, do apoio a projetos mal vistos pelos manifestantes e pela opinião pública em geral, no auge dos protestos.

É difícil também não constatar o vínculo entre as novidades institucionais e a renovação da vida política pós-junho de 2013 com o surgimento e a entrada nos Parlamentos de debutantes e *outsiders*.

Por exemplo, Fernando Holiday, um dos líderes do Movimento Brasil Livre (MBL), foi eleito vereador de São Paulo em 2016. Já em 2018, Kim Kataguiri, também líder do MBL, foi eleito deputado federal. Também em 2018, Carla Zambelli, do Movimento nas Ruas, foi eleita para o cargo de deputada federal.

Diversos autores, citados ao longo do trabalho, reconhecem que as consequências dos movimentos sociais vão além das mudanças políticas específicas ou da conquista de resultados objetivos e que, em variados momentos da história, a rua e a praça são espaços privilegiados da política.

A questão dos modelos de financiamento do transporte público, associada à autonomia dos municípios e à questão da responsabilidade do governo federal com os municípios na provisão de recurso para a política de transporte urbano, também ganhou visibilidade nas ruas.

Nessa direção, observou-se a reinserção do tema da mobilidade urbana na agenda de governos e no debate público, o que, por sua vez, reacendeu o debate sobre a necessidade de maior cooperação intergovernamental para a melhoria da qualidade do serviço de transporte prestado à sociedade.

Embora as principais demandas das JJ-2013 não tenham sido atingidas, a exemplo da reforma política e eleitoral, as vozes das ruas ainda ecoam na sociedade e sua potência influencia a política no país até hoje.

APÊNDICES

Apêndice A: Termos de busca no Google

Islândia: 'protestos na Islândia 2008; 'pots and pans revolution; iceland revolution; saucepan revolution

Tunísia: revolução de jasmim; jasmine revolution, tunisian; tunisian uprising; tunisian revolution

Mundo Árabe: primavera árabe; arab spring; arab uprising; arab protests

Egito: revolução egípcia 2011; egypt uprising; egypt revolution

Líbia: protestos Líbia 2011; libya protests; libyan revolution of dignity

Grécia: movimento anti-austeridade grécia; anti-austerity movement in greece

Espanha: movimentos dos indignados na espanha; indignados protest; los indignados in Spain; 15M movement in Spain

Portugal: protestos em portugal; portugal protests; anti-austerity protests in Portugal; geração à rasca 2011

Chile: movimento estudantil no chile 2011; Chile protest 2011; Chile protests 2019

Turquia: protestos em instambul 2013; turkey protest 2013; turkish tree revolution; gezi park protests

Brasil: movimento passe livre 2013; manifestações no Brasil 2013; Brazil 2013 protests

Ucrânia: revolução ucraniana de 2014; euromaidan revolution

França: protestos contra reforma trabalhista na França, 2016; Nuit Debout in France

Polónia: Protestos poloneses; Protest in Poland

França: Nuit Debout in France

România: protestos na romênia em 2017; romanian protests

Hong Kong: protestos em hong kong em 2019; hong kong protests

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.
Fonte: Carother & Youngs (2015); Gerbaudo (2017a).

Apêndice B: Liste de reportagens nacionais e internacionais consultadas

Título	Fonte	Título	Fonte
Icelandic PM becomes world's first leader to step down over banking system crisis	https://www.theguardian.com/world/2009/jan/27/iceland-prime-minister-resignation	O país que prendeu banqueiros e demitiu dois primeiros-ministro	https://www.dn.pt/mundo/o-pais-que-prendeu-banqueiros-e-demituiu-dois-primeiros-ministros-5465024.html
Crisis claims Icelandic cabinet	http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7851415.stm	A ilha-laboratório	https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-ilha-laboratorio/
Thousands Protest In Iceland After Prime Minister Refuses To Step Down	https://www.huffpostbrasil.com/entry/iceland-protests-panama-papers_n_5702a58ee4b0a06d58064555?ri18n=true	Por que os islandeses pedem a renúncia imediata de seu primeiro-ministro	https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/04/internacional/1459775018_207766.html
Iceland's coalition struggles to survive protests	https://www.theguardian.com/world/2009/jan/22/iceland-protests-recession	Islândia usa Facebook para debater nova Constituição	https://oglobo.globo.com/mundo/islandia-usa-facebook-para-debater-nova-constituicao-2874169
Iceland's 'pots and pans revolution': Lessons from a nation that people power helped to emerge from its 2008 crisis all the stronger	https://www.independent.co.uk/news/world/europe/icelands-pots-and-pans-revolution-lessons-from-a-nation-that-people-power-helped-to-emerge-from-its-10351095.html	Constituinte da Islândia testa limites da política pela internet	https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/07/110729_islandia_constituicao_internet_rw
Tunisia's Jasmine revolution: A flower that could be crushed	https://www.theguardian.com/commentisfree/2011/jan/17/tunisia-jasmine-revolution-editorial	Governo islandês renuncia em bloco após rompimento de coalizão	https://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/governo-islandes-renuncia-em-bloco-apos-rompimento-de-coalizao/n1237645884681.html
How a man setting fire to himself sparked an uprising in Tunisia	https://www.theguardian.com/commentisfree/2010/dec/28/tunisia-ben-ali	Ex-primeiro-ministro da islandia será julgado por negligência em crise	https://internacional.estadao.com.br/noticias/europa,ex-primeiro-ministro-da-islandia-sera-julgado-por-negligencia-em-crise,616706
Timeline: Tunisia's uprising	https://www.aljazeera.com/indepth/spotlight/tunisia/2011/01/201114142223827361.html	Revolução de Jasmim	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1801201101.htm
Arab uprising: Country by country - Tunisia	https://www.bbc.com/news/world-12482315	Revolução de Jasmim ganha adeptos no mundo árabe	https://exame.abril.com.br/mundo/revolucao-de-jasmim-ganha-adeptos-no-mundo-arabe/
Egypt crisis: President Hosni Mubarak resigns as leader	https://www.bbc.com/news/world-middle-east-12433045	Após derrubar ditaduras, Tunísia, Egito e Líbia enfrentam dúvidas em relação a novos governo	https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2011/10/30/apos-derrubar-ditaduras-tunisia-egito-e-libia-enfrentam-duvidas-em-relacao-a-novos-governos.htm
Egypt Erupts in Jubilation as Mubarak Steps Down	https://www.nytimes.com/2011/02/12/world/middleeast/12egypt.html	Mubarak renuncia à Presidência do Egito e entrega o poder ao Exército	http://g1.globo.com/crise-no-egito/noticia/2011/02/em-meio-protestos-presidente-do-egito-deixa-o-cairo.html
Hosni Mubarak resigns as president	https://www.aljazeera.com/news/middleeast/2011/02/2011121125158705862.html	Entenda a crise que levou à queda de Hosni Mubarak	http://g1.globo.com/crise-no-egito/noticia/2011/08/entenda-crise-que-levou-queda-de-hosni-mubarak-x.html

Egypt Revolution 2011: A Complete Guide To The Unrest	https://www.huffpostbrasil.com/entry/egypt-revolution-2011_n_816026?ri18n=true	Luta por liberdade revolucionária no norte africano e península arábica	https://www.terra.com.br/noticias/infograficos/protestos-mundo-arabe/libia.htm
Beyond Syria: the Arab Spring's aftermath	https://www.theguardian.com/world/2018/dec/30/arab-spring-aftermath-syria-tunisia-egypt-yemen-libya	Protestos contra o governo chegam à capital da Líbia	https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/02/110220_libia_atualizacao_tripoli_cc
Arab spring' revolutions fail to provide greater press freedom	https://www.theguardian.com/media/greenslade/2011/oct/13/ara-b-and-middle-east-protests-press-freedom	No caos do conflito da Líbia	https://veja.abril.com.br/especiais/no-caos-do-conflito-da-libia/
The Arab spring will only flourish if the young are given cause to hope	https://www.theguardian.com/commentisfree/2011/oct/23/gaddafi-libya-arab-spring	Três ativistas morrem em protestos no Iêmen	https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,tres-ativistas-morrem-em-protestos-no-iyemen,716566
Thousands in Yemen Protest Against the Government	https://www.nytimes.com/2011/01/28/world/middleeast/28yemen.html	Protesto pedindo renúncia de presidente no Iêmen reúne 20 mil	https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/02/110203_iyemenprotestos_is
45 protesters killed in Yemen	https://www.theguardian.com/world/2011/mar/18/yemen-police-massacre-45-protesters	Após 33 anos, ditador do Iêmen renuncia	https://www.estadao.com.br/blogs/jt-radar/apos-33-anos-ditador-do-iyemen-renuncia/
Greece debt crisis: The 'we won't pay' anti-austerity revolt	https://www.theguardian.com/world/2011/jul/31/greece-debt-crisis-anti-austerity	Entenda a crise na Grécia e suas implicações	https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/06/110616_entenda_crisegrega_pai
Greeks Strike to Protest Latest Austerity Measures	https://www.nytimes.com/2015/12/04/world/europe/greece-general-strike.html	Greve geral e protestos paralisam a Grécia	https://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2011/06/28/greve-geral-e-protestos-paralisam-a-grecia.jhtm
Yemen protests see tens of thousands of people take to the streets	https://www.theguardian.com/world/2011/feb/03/yemen-protests-sanaa-saleh	Gregos votam contra exigências de credores por empréstimo	http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/07/gregos-votam-contra-exigencias-de-credores-por-emprestimo.html
How Spain's 15-M movement is redefining politics	https://www.theguardian.com/commentisfree/2011/oct/15/spain-15-m-movement-activism	Grécia não paga dívida ao FMI; e agora?	https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150630_crise_grecia_atualiza_rb
Spain's Indignados protest here to stay	https://www.bbc.com/news/world-europe-18070246	As marcas do 15-M: os indignados espanhóis e os partidos políticos	https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/16/opinion/1463423568_540429.html
Anti-austerity protest in Spain, Portugal	https://www.dw.com/en/anti-austerity-protest-in-spain-portugal/av-16274080	Os 'indignados' da Espanha avaliam seu legado quatro anos depois	https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/15/internacional/1431679318_951340.html
Thousands Protest Austerity Measures in Spain and Portugal	https://www.nytimes.com/2012/09/16/world/europe/large-anti-austerity-protests-in-spain-portugal.html	Movimento Cidadão Partido X é o novo partido espanhol	https://www.jn.pt/seguranca/movimento-cidadao-partido-x-e-o-novo-partido-espanhol-3464338.html
Thousands march in Portugal to protest austerity	https://www.usatoday.com/story/news/world/2013/03/02/thousands-march-portugal-protest/1958865/	'Antipartido' da Espanha lança candidato que não aparece em público	https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140522_herve_falciani_parlamento_europeu_la_lgb

Manifestação da "geração à rasca" promete juntar milhares	https://www.dn.pt/dossiers/politica/crise-politica-no-segundo-governo-de-socrates/noticias/manifestacao-da-geracao-a-rasca-promete-juntar-milhares-1804490.html	Jovens vão às ruas em Portugal para protestar contra condições precárias de trabalho	https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/03/110312_portugal_protestos_jr
Breve crónica da Iniciativa por uma Auditoria Cidadã da dívida pública portuguesa (IAC), na tentativa de contrariar a ausência de memórias colectivas	https://5dias.net/2012/03/14/breve-cronica-da-iniciativa-por-uma-auditoria-cidada-da-divida-publica-portuguesa-iac-na-tentativa-de-contrariar-a-ausencia-de-memorias-colectivas/	Portugueses vão às ruas protestar contra FMI e plano de austeridade	http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/portugueses-vao-ruas-protestar-contr-fmi-e-plano-de-austeridade.html
With Kiss-Ins and Dances, Young Chileans Push for Reform	https://www.nytimes.com/2011/08/05/world/americas/05chile.html	Em Lisboa, milhares de portugueses protestam contra o governo	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/03/em-lisboa-milhares-de-portugueses-protestam-contr-o-governo.html
Chile student protests resume as 100,000 march	https://www.bbc.com/news/world-latin-america-22118682	Em meio a protestos, presidente do Chile anuncia reforma ministerial	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/07/em-meio-a-protestos-presidente-do-chile-anuncia-reforma-ministerial.html
Chile student protests point to deep discontent	https://www.bbc.com/news/world-latin-america-14487555	Bachelet promete educação gratuita se voltar à presidência do Chile	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/04/bachelet-promete-educacao-gratuita-se-voltar-presidencia-do-chile.html
Chile student protests explode into violence	https://www.theguardian.com/world/2011/aug/05/chile-student-protests-violence	Michelle Bachelet promete reformas após vitória no Chile	https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/12/1386196-michelle-bachelet-promete-reformas-apos-vitoria-no-chile.shtml
Turkey protests spread after violence in Istanbul over park demolition	https://www.theguardian.com/world/2013/may/31/istanbul-protesters-violent-clashes-police	O parque que é pivô dos protestos na Turquia	https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130606_turquia_importancia_gezi_taksim_fn
Remembering the Gezi Park protests and the dream of a different Turkey	https://www.dw.com/en/remembering-the-gezi-park-protests-and-the-dream-of-a-different-turkey/a-43952443	Protestos contra o governo se espalham pela Turquia	https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130601_turquia_atualiza_fn
Turkey protests: Istanbul erupts as Gezi Park cleared	https://www.bbc.com/news/world-europe-22924886	Governo da Turquia cede e adia reforma em parque ocupado	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/06/governo-turco-cede-e-adia-reforma-de-parque-ocupado-por-manifestantes.html
'Just a few looters': Turkish PM Erdogan dismisses protests as thousands occupy Istanbul's Taksim Square	https://www.independent.co.uk/news/world/europe/just-a-few-looters-turkish-pm-erdogan-dismisses-protests-as-thousands-occupy-istanbuls-taksim-square-8641336.html	Governo turco considera realizar referendo sobre o Parque Gezi	https://oglobo.globo.com/mundo/governo-turco-considera-realizar-referendo-sobre-parque-gezi-8661203
Turkish PM Erdoğan retires mall project, vows mosque in Taksim	https://www.hurriyetdailynews.com/turkish-pm-erdogan-retires-mall-project-vows-mosque-in-taksim-48035	O que está por trás das manifestações na Ucrânia?	https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/12/131215_ucrania_protestos_geopolitica_mm

Turkish PM steps back from confrontation with protesters	https://www.ft.com/content/1896387c-d4b6-11e2-b4d7-00144feab7de	Cronologia: a crise na Ucrânia	https://internacional.estadao.com.br/blogs/radar-global/cronologia-os-protestos-na-ucrania/
Ukraine's revolution: Making sense of a year of chaos	https://www.bbc.com/news/world-europe-30131108	Protesto da oposição ucraniana reúne 200 mil pessoas em Kiev	https://oglobo.globo.com/mundo/protesto-da-oposicao-ucraniana-reune-200-mil-pessoas-em-kiev-11075137
Ukraine's bloodiest day: dozens dead as Kiev protesters regain territory from police	https://www.theguardian.com/world/2014/feb/20/ukraine-dead-protesters-police	Após três meses de protesto, presidente da Ucrânia sofre impeachment	https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/02/apos-tres-meses-de-protesto-premie-da-ucrania-sofre-bimpeachmentb.html
Ukraine's 2014 revolution	https://edition.cnn.com/2014/02/19/world/gallery/ukraine-protests-0218/index.html	O que é o Nuit Debout, movimento de rua que pretende revolucionar a política na França	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/05/03/O-que-%C3%A9-o-Nuit-Debout-movimento-de-rua-que-pretende-revolucionar-a-pol%C3%ADtica-na-Fran%C3%A7a
Who are the protesters in Ukraine?	https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2014/02/12/who-are-the-protesters-in-ukraine/	Manifestantes voltam a ocupar a praça da república em Paris	https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,manifestantes-voltam-a-ocupar-a-praca-da-republica--em-paris,1854987
Nuit debout protesters occupy French cities in revolutionary call for change	https://www.theguardian.com/world/2016/apr/08/nuit-debout-protesters-occupy-french-cities-in-a-revolutionary-call-for-change	França enfrenta a maior onda de protestos contra a reforma trabalhista	https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/17/internacional/1463438068_797947.html
Nuit debout: Power to the people of France	https://www.euronews.com/2016/06/17/nuit-debout-power-to-the-people-of-france	Lei sobre corrupção é revogada, mas protestos prosseguem na Romênia	https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/05/internacional/1486318942_794702.html
Romanians protest against weakening of anti-corruption powers	https://www.theguardian.com/world/2017/nov/27/romanians-protest-against-weakening-of-anti-corruption-powers	Protestos contra corrupção derrubam ministro da Justiça na Romênia	https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/02/1857203-protestos-contracorrupcao-derrubam-ministro-da-justica-na-romenia.shtml
Romania protests enter 13th day with calls for government of 'thieves' to resign	https://www.theguardian.com/world/2017/feb/13/romania-protests-enter-13th-day-with-calls-for-government-of-thieves-to-resign	Milhares saem às ruas na Polônia para defender autonomia do poder Judiciário	https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/21/album/1500632763_563573.html
Romania protesters not backing down after decree repeal	https://www.bbc.com/news/world-europe-38876134	Senado polonês aprova reforma do Judiciário em meio a protestos	https://valor.globo.com/mundo/noticia/2017/07/22/senado-polones-aprova-reforma-do-judiciario-em-meio-a-protestos.ghtml
Anger and Mistrust Fuel Unabated Protests in Romania	https://www.nytimes.com/2017/02/12/world/europe/romania-bucharest-protests-corruption.html	Presidente da Polônia rejeita polêmica reforma judiciária	https://istoe.com.br/presidente-da-polonia-rejeita-polemica-reforma-judiciaria/
Fresh Poland protests over judiciary reform	https://www.bbc.com/news/world-europe-42116064	Governo da Polônia recua e altera reforma judicial reprovada pela UE	https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/21/internacional/1542813538_502812.html

Poland march: Thousands protest against 'curbs on democracy'	https://www.bbc.com/news/world-europe-39830871	Coletes amarelos: o que é o protesto na França, que reuniu 280 mil pessoas contra alta do diesel	https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46249017
Protests in Poland explained: Why are thousands of people marching in the streets?	https://www.express.co.uk/news/world/832577/Poland-protests-2017-news-european-union-Warsaw-Supreme-Court-Andrzej-Duda-PiS	Após protestos, Macron recua e congela aumento de combustíveis e luz	https://oglobo.globo.com/mundo/apos-protestos-macron-recua-congela-aumento-de-combustiveis-luz-23279195
Why are there protests in Poland? Here are the five things you need to know.	https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2016/12/19/why-are-there-protests-in-poland-here-are-the-five-things-you-need-to-know/	Protestos em Hong Kong: por que manifestações se intensificaram e como a China pode reagir	https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49326093
Poland's President Duda vetoes judicial reforms after protests	https://www.bbc.com/news/world-europe-40703909	Protestos em Hong Kong: o que está acontecendo no território, explicado em 3 minutos	https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50457821
Gilets jaunes mark anniversary of first protest	https://www.theguardian.com/world/2019/nov/17/gilets-jaunes-mark-anniversary-of-first-protest	ovos protestos em Hong Kong desafiam proibição do governo	https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/novos-protestos-em-hong-kong-desafiam-proibicao-do-governo.shtml
Gilets Jaunes: Anger of yellow vests still grips France a year on	https://www.bbc.com/news/world-europe-50424469	Chefe-executiva de Hong Kong diz que projeto de lei de extradição está 'morto'	https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/07/chefe-executiva-de-hong-kong-diz-que-projeto-de-lei-de-extradicao-esta-morto.shtml
Macron makes U-turn on fuel-tax increases in face of 'yellow vest' protests	https://www.reuters.com/article/us-france-protests/macron-makes-u-turn-on-fuel-tax-increases-in-face-of-yellow-vest-protests-idUSKBN1O30MX	4 pontos para entender os protestos no Chile	https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50130830
France's Macron responds to yellow vests with promise of reforms	https://www.bbc.com/news/world-europe-48059063	Protestos no Chile fazem Piñera recuar em ponto-chave de reforma tributária	https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,protestos-no-chile-fazem-pinera-recuar-em-ponto-chave-de-reforma-tributaria,70003073271
Hong Kong Protesters Return to Streets as New Year Begins	https://www.nytimes.com/2020/01/01/world/asia/hong-kong-protest.html		
Hong Kong Protest, Largest in Weeks, Stretches Several Miles	https://www.nytimes.com/2019/12/07/world/asia/hong-kong-protests-us-chamber-commerce.html		
9 questions about the Hong Kong protests you were too embarrassed to ask	https://www.vox.com/world/2019/8/22/20804294/hong-kong-protests-9-questions		
Why are there protests in Hong Kong? All the context you need	https://www.bbc.com/news/world-asia-china-48607723		

Why Hong Kong Is Still Protesting and Where It May Go: QuickTake	https://www.washingtonpost.com/business/why-hong-kong-is-still-protesting-and-where-it-may-go-quicktake/2020/02/10/fd1d016c-4bc2-11ea-967b-e074d302c7d4_story.html
Chile Woke Up': Dictatorship's Legacy of Inequality Triggers Mass Protests	https://www.nytimes.com/2019/11/03/world/americas/chile-protests.html
What links 2019's wave of global protests?	https://www.bbc.co.uk/news/topics/c452lzylemt/chile-protests
Chile protests: One million join peaceful march for reform	https://www.bbc.com/news/world-latin-america-50191746

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

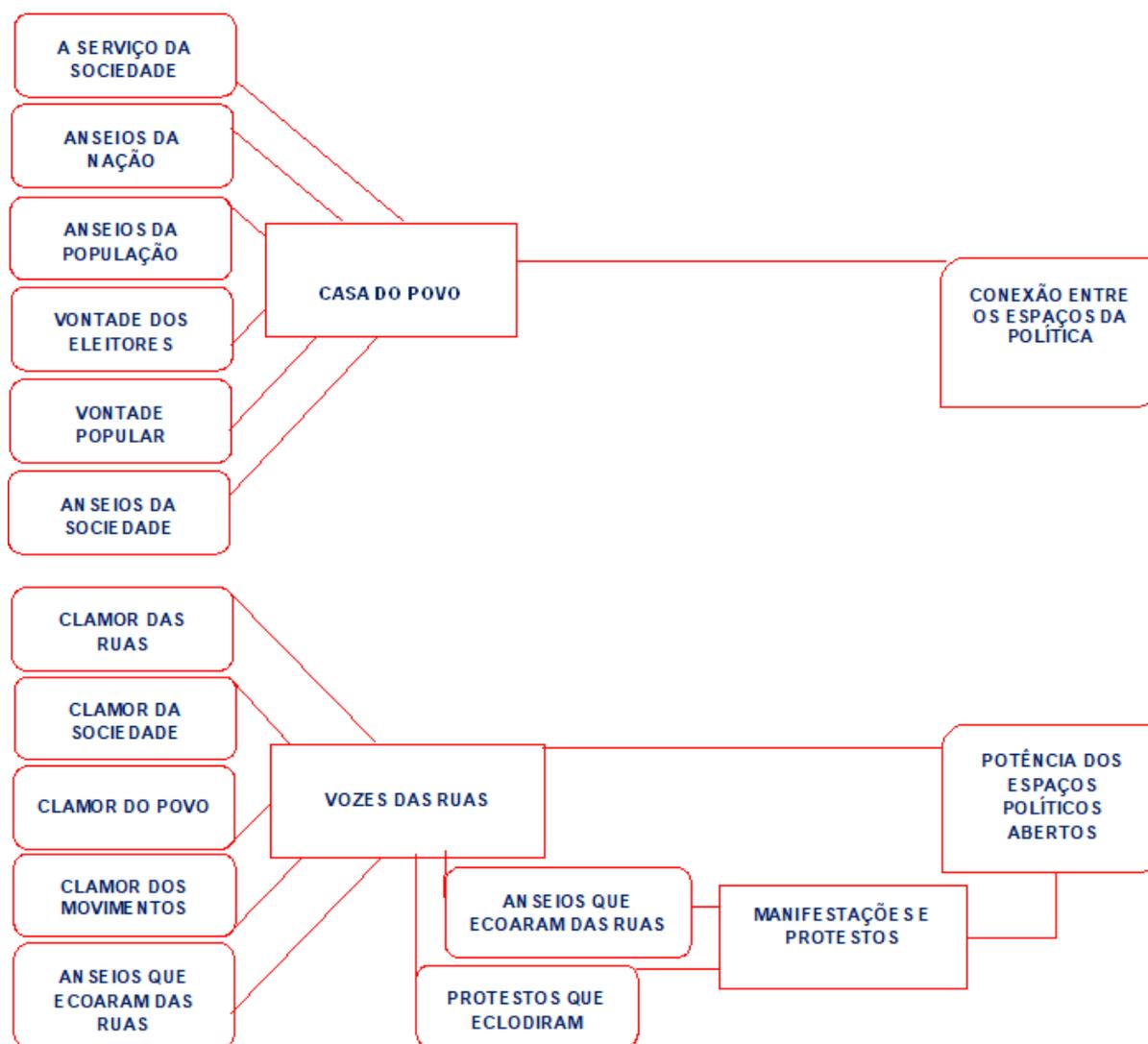
Fonte: Google

Apêndice C: Dicionários consultados para a revisão sistemática

Título	Autor	Edição	Ano
Dictionary of Human Geography	Johnston RJ, Gregory D	Primeira	1981
The Dictionary of Human Geography	Johnston RJ, Gregory D	Secunda	1986
The Dictionary of Human Geography	Johnston RJ, Gregory D	Terceira	1994
The Dictionary of Human Geography	Johnston RJ, Gregory D	Quarta	2000
The Dictionary of Human Geography	Johnston, R. J; Gregory, Derek; Smith, David M	Quinta	2009
A Dictionary of human geography	Castree, Noel; Kitchin, Rob; Rogers, Alisdair	Primeira	2013
Longman dictionary of geography: human and physical	Clark, Audrey N		1985
Dictionary of concepts in human geography	Larkin, Robert P; Peters, Gary L		1983
A dictionary of geography	Mayhew, Susan		2015
The Encyclopedic dictionary of physical geography	Goudie, Andrew		1985
The Penguin dictionary of human geography	Goodall, Brian		1987
Dictionary of the social sciences	Calhoun, Craig J		2002
The Social Science Encyclopedia	Kuper, Adam; Kuper, Jessica	Terceira	2004
Dictionary of Critical Social Sciences			
Dictionnaire de géographie humaine	Young, T. R; Arrigo, Bruce A		1999
Dictionnaire des sciences humaines	Mesure, Sylvie; Savidan, Patrick	Primeira	2006
Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés	Levy, Jacques; Lussault, Michel.		
Dictionnaire des mouvements sociaux	Olivier Filleule, Lilian Mathieu, Cécile Pechu		2009
Social movements: the key concepts	Chesters, Graeme; Welsh, Ian		2011
The social movements reader: cases and concepts	Goodwin, Jeff; Jasper, James M		2003
People power and political change: key issues and concepts	Carter, April		2012
Key concepts in critical social theory	Crossley, Nick		2005
Key concepts in governance	Bevir, Mark		2009
The Routledge dictionary of politics	Robertson, David		2004
Political science dictionary	Plano, Jack C		1973
Dictionary of political science	Dunner, Joseph		1964
The Blackwell dictionary of political science: a user's guide to its terms	Bealey, Frank; Johnson, Allan G		1999
The concise Oxford dictionary of politics	McLean, Iain; McMillan, Alistair		2009
The Routledge dictionary of politics	Robertson, David		2004
The dictionary of world politics: a reference guide to concepts, ideas, and institutions	Evans, Graham; Newnham, Jeffrey		1990
The concise Oxford dictionary of politics	McLean, Iain		1996
Lexique de termes politiques	Debbasch, Charles		1974

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

Apêndice D: Codes e temas



Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

Apêndice E: Reportagens e matérias jornalísticas exclusivas sobre os protestos no Brasil em 2013

Título	Fonte	Data
Polícia é chamada para conter protesto em via na Zona Sul de SP	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/policia-e-chamada-para-conter-protesto-em-na-zona-sul-de-sp.html	03/06/13
Protesto contra aumento de tarifa tem confronto com Tropa de Choque	Último Segundo - iG @ https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-06-06/manifestacao-contr-aumento-das-tarifas-de-onibus-tem-confronto-com-a-pm.html	6/6/2013
Manifestantes reocupam Avenida Paulista após confronto com PM	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/manifestantes-reocupam-avenida-paulista-apos-confronto-com-pm.html	6/6/2013
Protesto contra aumento da tarifa de ônibus gera tumulto no Centro do Rio	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/protesto-contr-aumento-da-tarifa-de-onibus-gera-tumulto-no-centro-do-rio.html	6/6/2013
Preço da passagem de ônibus provoca manifestações pelo país	http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/06/preco-da-passagem-de-onibus-provoca-manifestacoes-pelo-pais.html	7/6/2013
Protesto contra tarifa teve 12 ônibus depredados e 53 pichados em SP	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-contr-tarifa-teve-12-onibus-depredados-e-53-pichados-em-sp.html	7/6/2013
Grupo volta a protestar contra aumento dos transportes em SP	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/grupo-volta-protestar-contr-aumento-dos-transportes-em-sp.html	7/6/2013
Após fechar Marginal Pinheiros, ato contra tarifa volta à Avenida Paulista	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/apos-fechar-marginal-pinheiros-ato-contr-tarifa-volta-avenida-paulista.html	7/6/2013
Para Alckmin, atos de protesto na Paulista foram 'absurdos'	https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,para-alckmin-atos-de-protesto-na-paulista-foram-absurdos,1039955	7/6/2013

Manifestação contra tarifa de ônibus termina em confronto no Rio	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1292953-protesto-contratarifa-deonibus-termina-em-confronto-no-rio.shtml	10/6/2013
Depois de confronto com a polícia, manifestantes são detidos no Rio	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/depois-de-confronto-com-policiamanifestantes-sao-detidos-no-rio.html	10/6/2013
Protesto contra tarifa tem confronto, depredações e presos em SP	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-contratarifa-tem-confronto-depredacoes-e-detidos-em-sp.html	11/6/2013
Manifestante detido em protesto contra tarifa de ônibus no Rio pagou fiança de R\$ 678.	https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/11/manifestante-detido-em-protesto-contratarifa-deonibus-no-rio-pagou-fianca-de-r-678.htm	11/6/2013
Protesto contra tarifa tem confronto, depredações e presos em SP	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-contratarifa-tem-confronto-depredacoes-e-detidos-em-sp.html	11/6/2013
Após 4 horas, manifestação contra aumento da tarifa de ônibus termina	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/apos-4-horas-manifestacao-contraaumento-da-tarifa-deonibus-termina.html	13/6/2013
No Rio, protesto contra aumento da tarifa de ônibus tem confronto	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/no-rio-protesto-contraaumento-datarifa-deonibus-tem-confronto.html	13/6/2013
Cabral diz que protesto tem ar político que não é espontâneo da população	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/cabral-diz-que-protesto-tem-ar-politico-que-nao-e-espontaneo-da-populacao.html	13/6/2013
Junho de 2013: as manifestações nas manchetes do G1	https://g1.globo.com/politica/noticia/junho-de-2013-as-manifestacoes-nas-manchetes-do-g1.ghtml	13/6/2013

Quatro continuam detidos após protesto desta quinta-feira em SP	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/cinco-permanecem-detidos-apos-protesto-de-quinta-em-sp.html	14/6/2013
4º protesto contra tarifa em SP tem novo confronto e mais de 200 detidos	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/4-protesto-contra-tarifa-em-sp-tem-novo-confronto-e-mais-de-150-detidos.html	14/6/2013
PM diz desconhecer total de feridos em confronto durante protesto em SP	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/pm-diz-desconhecer-total-de-pessoas-feridas-em-ato-contra-tarifa-em-sp.html	14/6/2013
Após início pacífico, protesto com 100 mil no Rio têm confrontos e depredação	http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/apos-inicio-pacifico-protesto-com-100-mil-no-rio-tem-confrontos-e-depredacao,cdcfe4e19ce4f310VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html	17/06/13
Sensação de 'mal-estar' social contribui para protestos	https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130617_analise_motivacoes_protestos_lgb	17/06/13
Protesto leva 65 mil às ruas, para Av. Paulista e tem tumulto no Palácio	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-leva-65-mil-ruas-para-av-paulista-e-tem-tumulto-no-palacio.html	18/06/13
Ato no Rio reúne 100 mil, começa em paz, mas minoria provoca confusão	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/ato-reune-100-mil-pessoas-comeca-em-paz-e-termina-em-confusao-no-rio.html	18/06/13
Protestos pelo país reúnem mais de 250 mil pessoas	http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-reunem-mais-de-250-mil-pessoas.html	18/06/2013
Organização de protestos pode indicar 'novidade' política no Brasil	https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130618_brasil_protestos_analise_pai_cq	19/06/13
Reajuste da tarifa é revogado em trens, Metrô e ônibus em SP	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/reajuste-de-tarifa-e-revogado-em-trens-metro-e-onibus-em-sp.html	19/06/13

Alckmin diz que PM deverá agir com rigor contra vandalismo	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/alckmin-diz-que-pm-devera-agir-com-rigor-contra-vandalismo.html	19/06/13
Protestos reúnem mais de 1 milhão nas ruas pelo País; grupo invade e depreda o Itamaraty; em Ribeirão, um morre atropelado	https://outline.com/9E37Zv	20/06/13
Protesto em SP ocupa Av. Paulista, estradas e tem tumulto com militantes	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-em-sp-ocupa-av-paulista-estradas-e-tem-tumulto-com-militantes.html	21/06/13
Ato no Rio reúne 300 mil pessoas e termina em confronto com a PM	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/ato-no-rio-reune-300-mil-pessoas-e-termina-em-confronto-com-pm.html	21/06/13
Veja e leia o pronunciamento na TV da presidente Dilma Rousseff	http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/veja-e-leia-o-pronunciamento-na-tv-da-presidente-dilma-rousseff.html	21/06/13
Protestos em São Paulo	http://g1.globo.com/sao-paulo/protestos-2013/infografico/platb	Sem data, mas após 21/06/13
Manifestações foram realizadas em 388 cidades	https://www.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-foram-realizadas-em-388-cidades,1045216	21/06/13
Atos de vandalismo voltam a ocorrer e grupo protesta na casa de Cabral	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/atos-de-vandalismo-voltam-ocorrer-e-grupo-protesta-na-casa-de-cabral.html	22/06/13
Av. Paulista recebe três protestos diferentes em menos de quatro horas	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/av-paulista-recebe-tres-protestos-diferentes-em-menos-de-quatro-horas.html	22/06/13

Manifestantes acampam próximo à casa de Cabral e via é fechada no Rio	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/manifestantes-acampam-proximo-casa-de-cabral-e-e-fechada-no-rio.html	22/06/13
Protesto reúne 35 mil pessoas no Centro de SP neste sábado	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-reune-35-mil-pessoas-no-centro-de-sp-neste-sabado.html	22/06/13
Protesto em SP contra a PEC 37 reúne cerca de 30 mil pessoas	https://oglobo.globo.com/brasil/protesto-em-sp-contrapec-37-reune-cerca-de-30-mil-pessoas-8784592	22/06/13
Manifestações levam mais de 1 milhão de pessoas às ruas e abrem debate	https://www.estadao.com.br/infograficos/manifestacoes-levam-mais-de-1-milhao-de-pessoas-as-ruas-e-abrem-debate.politica,196181	22/06/13
Brasil tem dia de protestos pacíficos	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/06/brasil-tem-dia-de-protestos-pacificos-1.html	23/06/13
Manifestantes fazem protesto pacífico nesta segunda (24) no Rio de Janeiro	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/manifestantes-fazem-protesto-pacifico-nesta-segunda-24-no-rio-de-janeiro.html	24/06/13
Manifestantes voltam a protestar no Centro do Rio	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/manifestantes-voltam-protestar-no-centro-do-rio.html	24/06/13
Após reunião com MPL, ministro reconhece transporte 'deficiente'	http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/apos-reuniao-com-mpl-ministro-reconhece-transporte-deficiente.html	24/06/13
Moradores das favelas da Rocinha e do Vidigal participam de protesto	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/moradores-das-favelas-da-rocinha-e-do-vidigal-participam-de-protesto.html	25/06/13
Prefeito do Rio apresenta planilha e anuncia auditoria nos transportes	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/prefeito-do-rio-apresenta-pacto-pela-transparencia-nos-transportes.html	25/06/13

Protestos fecham vias nas regiões Sul e Leste de SP nesta terça-feira	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protestos-fecham-vias-nas-regioes-sul-e-leste-de-sp-nesta-terca-feira.html	25/06/13
Câmara derruba PEC que tentava limitar o poder de investigação do MP	http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/camara-derruba-pec-que-tentava-limitar-o-poder-de-investigacao-do-mp.html	25/06/13
Manifestantes fazem beijaço em ato contra Feliciano em SP	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/manifestantes-fazem-beijaco-em-ato-contra-feliciano-em-sp.html	26/06/13
Protesto em Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio, termina pacificamente	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/protesto-em-santa-cruz-na-zona-oeste-do-rio-termina-pacificamente.html	26/06/13
São Paulo tem protestos com diversas pautas nesta quinta (27)	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/sao-paulo-tem-protestos-com-diversas-pautas-nesta-quinta-27.html	27/06/13
Cinco mil fazem protesto em frente à sede das empresas de ônibus do Rio	http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/06/manifestantes-fazem-protesto-ate-sede-das-empresas-de-onibus-do-rio.html	28/06/13
Resultados das manifestações de junho	http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/	28/06/13
'Epidemia' de manifestações tem quase 1 protesto por hora e atinge 353 cidades	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,epidemia-de-manifestacoes-tem-quase-1-protesto-por-hora-e-atinge-353-cidades,1048461	29/06/13
Maracanã tem protestos em dia de final da Copa das Confederações	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/maracana-tem-protestos-em-dia-de-final-da-copa-das-confederacoes.html	30/06/13

Manifestantes protestam contra a Copa e a violência em SP	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/manifestantes-protestam-contr-a-copa-e-violencia-em-sp.html	30/06/13
Manifestação no Rio tem confronto e ao menos 20 detidos; acompanhe os protestos do “Dia Nacional de Lutas” pelo País	https://www.estadao.com.br/blogs/estadao-urgente/acompanhe-os-protestos-do-dia-nacional-de-lutas-pelo-pais-no-rio-manifestantes-entram-em-confronto-com-a-policia/	11/07/13
Protestos no Rio têm confronto no Centro e na sede do governo	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/em-dia-nacional-da-luta-grupo-faz-ato-que-acaba-em-violencia-no-rio.html	11/07/13
Centrais sindicais testam Dilma com paralisação nacional	https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/07/130711_paralisacao_trabalhadores_lgb	11/07/13
RJ: protestos se unem e manifestantes apedrejam prédio da Globo	https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/rj-protestos-se-unem-e-manifestantes-apedrejam-predio-da-globo,497c4f7e95fef310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html	17/07/13
Noite de protestos no Rio de Janeiro pede saída de Cabral	https://revistaforum.com.br/brasil/noite-de-protestos-no-rio-de-janeiro-pede-saida-de-cabral/	18/07/13
PM é acusada de infiltrar policial sem farda em protesto no Rio	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/pm-e-acusada-de-infiltrar-policial-sem-farda-em-protesto-no-rio.html	23/07/13
Cabral diz que não sabia de policiais infiltrados em manifestações no Rio	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/cabral-diz-que-nao-sabia-de-policiais-infiltrados-em-manifestacoes-no-rio.html	25/07/13

Ato no Rio tem diálogo entre PMs e manifestantes e termina sem violência	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/ato-no-rio-tem-dialogo-entre-pms-e-manifestantes-e-termina-sem-violencia.html	26/07/13
Protesto fica de frente ao palco da JMJ em Copacabana	https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/protesto-fica-de-frente-ao-palco-da-jmj-em-copacabana-26072013	26/07/13
Protesto no Rio chega às areias de Copacabana e espanta fiéis da JMJ	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/protesto-no-rio-chega-areias-de-copacabana-e-espanta-fieis-da-jmj.html	27/07/13
Manifestantes protestam contra Cabral no centro do RJ	https://terra.com.br/amp/noticias/brasil/cidades/manifestantes-protestam-contr-a-cabral-no-centro-do-rj,9ae00a20fc890410VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html	19/08/13
Atos no 7 de Setembro têm confronto com PM, presos e feridos em SP	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/09/atos-no-7-de-setembro-tem-confronto-com-pm-presos-e-feridos-em-sp.html	07/09/13
Feriado de 7 de Setembro é marcado por protestos, confrontos e prisões no País	https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-09-07/feriado-de-7-de-setembro-e-marcado-por-protestos-confrontos-e-prisoas-no-pais.html	07/09/13
Manifestante ferida em protesto no Rio recebe atendimento na rua	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/vc-no-g1-rj/noticia/2013/09/manifestante-ferida-em-protesto-no-rio-recebe-atendimento-na-rua.html	07/09/13
Pelo menos 7 detidos durante protestos em SP permanecem presos	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/09/mas-de-40-manifestantes-sao-detidos-em-sp-nos-protestos-deste-sabado.html	08/09/13

Relembre em 7 atos os protestos que pararam SP em junho de 2013

<https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/05/1458969-relembre-em-7-atos-os-protestos-que-pararam-sp-em-junho-de-2013.shtml>

14/05/14

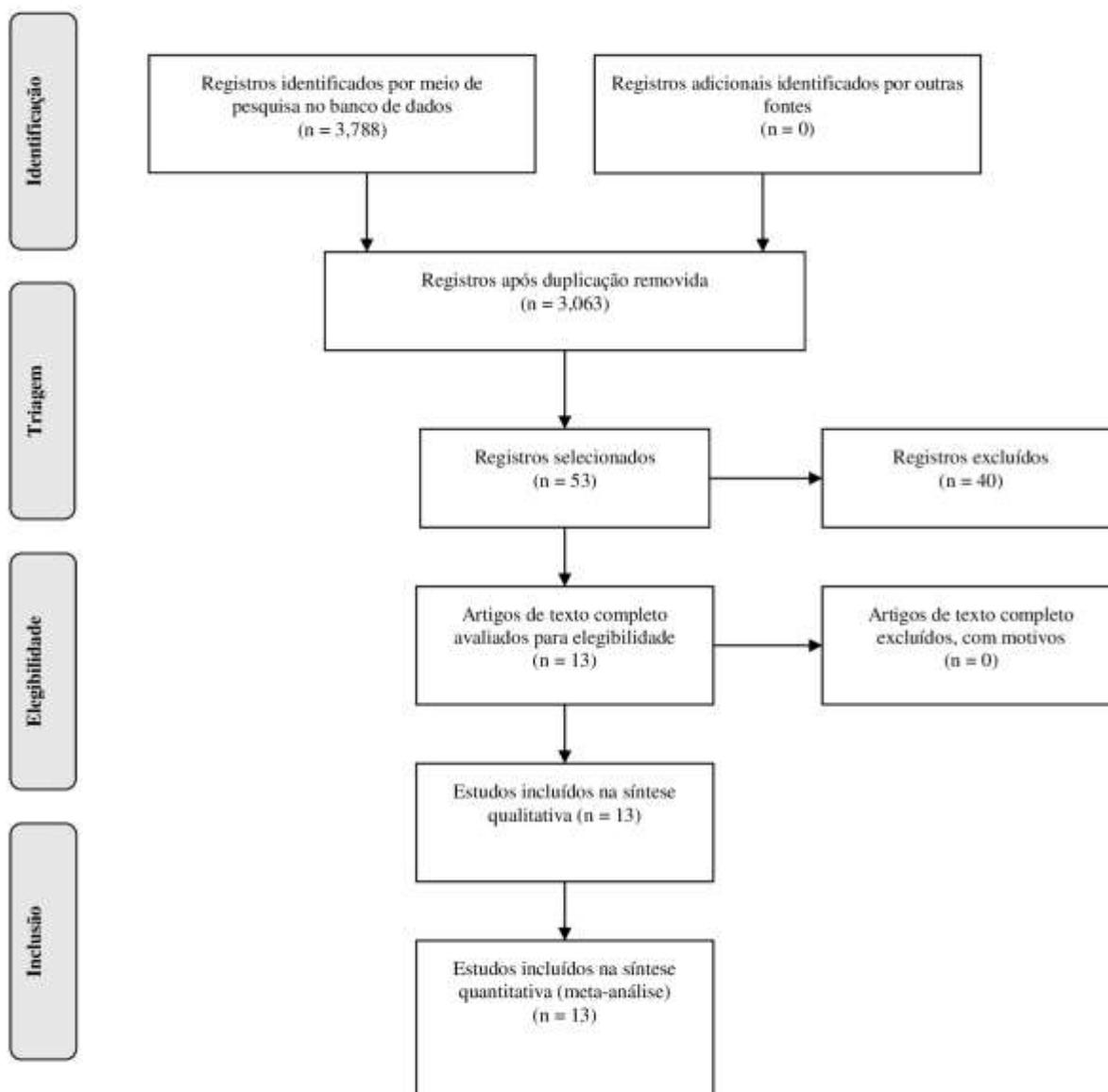
Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges,
Fonte: Google

Apêndice F: Bancos de dados consultados e exemplo de estratégia de pesquisa

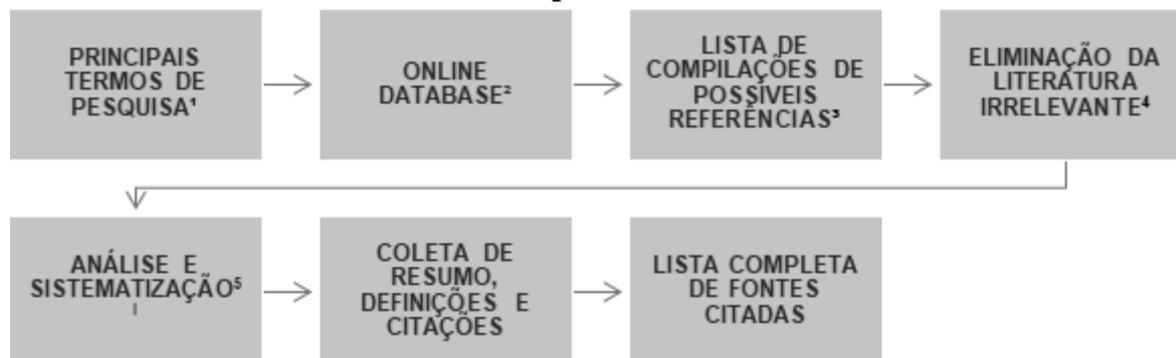
Bancos de dados	<ul style="list-style-type: none">• ProQuest
pesquisados	<ul style="list-style-type: none">• Web of Science• GEOBASE
Palavras-chave	“espaço político” OR “espaços políticos” OR “espaço da política” OR “política espacial” OR “political space” OR “political spaces” OR “space of politics” OR “spatial politics”

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges.

Apêndice G: Meta-análise documental



Apêndice H:



¹. Espaço político; ². Web of Science, ProQuest, Geobase; ³. 3,788; ⁴. 775 duplicações; ⁵. 13 estudos;

Elaboração: O próprio autor – Sérgio Borges (2020)

REFERÊNCIAS

ABDALA, B; NUNES, J. Participação social e governança territorial: os desafios e as contradições de novos espaços políticos a partir da análise do colegiado territorial do vale do Paranã, Goiás. **Geografares**, v. 26, p. 254-279, 2018.

AGNEW, John. **Place and politics. The Geographical Mediation of State and Society**. Boston: Allen Unwin, 1987.

ALBUQUERQUE, B. **PEC 362/2013**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1204306&filenome=PEC+362/2013>. Acessado em: 03 de setembro de 2013.

ÁLVAREZ-BENEVIDES, A. 15M's social and political effects in Spain. **Open Movements**, 2018.

AMENTA E; CAREN N; CHIARELLO, E; SU, Y. The Political Consequences of Social Movements. **Annual Review of Sociology**. 2010; 36:287-307.

ANTÔNIO, B. Democracia e representação democrática. **Análise Social**, vol. XLV (196), 2010, 491-514.

ARANTES, P.F. **Da (Anti)Reforma Urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades**. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cidades/Da-Anti-Reforma-Urbana-brasileira-a-um-novo-ciclo-de-lutas-nas-cidades-/38/29523>>. Acessado em: 13 de outubro de 2019.

ARENTD, H. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

AZEVEDO, D. A. Modelos de democracia e espaços políticos: o caso da democracia participativa. **Geografares**, vol. 26, no. 26, 2018a, pp. 126–146.

_____. Os limites da democracia participativa: uma análise a partir dos conselhos municipais no Rio de Janeiro. **GEoграфия**, vol. 20, n. 43, 2018b: mai./ago. AGNEW, John. **Place and politics. The Geographical Mediation of State and Society**. Boston: Allen Unwin, 1987.

AUYERO, Javier. Spaces and Places as Sites and Objects of Politics. In: Goodin, R., & Tilly, Charles. (n.d.). **The Oxford handbook of contextual political analysis** (Oxford handbooks of political science). Oxford: New York: Oxford University Press, 2006.

BABBIE E; BENAQUISTO L. **Fundamentals of Social Research**. Second Canadian ed. Toronto, Ontario: Nelson Education; 2014.

BARATA, C. **Casamento gay? Non, nós somos franceses, religiosos e de direita**. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2013/02/24/jornal/casamento-gay-non-nos-somos-franceses-religiosos-e-de-direita-26116777>>. Acessado em: 03 de outubro de 2019.

BÄRTHLEIN, T. **1919: Protesto estudantil em Pequim**. DW. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/1919-protesto-estudantil-em-pequim/a-312530>>. Acessado em: 30 de dezembro de 2019.

BENFORD, R. D; HUNT, S. A. Dramaturgy and social movements: the social construction and communication of power. **Sociological Inquiry**, vol. 62, n-o 1, p. 38, 1992.

BESWICK, D. Managing Dissent in a Post-Genocide Environment: **The Challenge of Political Space in Rwanda**. *Development and Change*, vol. 41, no. 2, 2010, pp. 225–251.

BOBBIO, N. **Qual democracia?** São Paulo: Edições Loyola, [1959]2014.

_____. Il Palazzo e la Piazza. In: **L’utopia capovota**. BOBBIO, N. La Stampa, Terza pagina, 1986.

BORGES, S. Conselhos municipais, participação social e democracia: um olhar geográfico. In: Antonio Angelo Martins da Fonseca; Lorena Ferreira de Souza Almeida; Cleonice Moreira da Silva. (Org.). **Território, Metropolização e Justiça Espacial: caminhos na Geografia**. 1ed. Curitiba: Editora CRV, 2019, v. 1, p. 111-138.

_____. Espaço Político e tensão democrática: os protestos recentes e a potência política das ruas. **Geografares**, vol. 26, no. 26, 2018, pp. 162–181.

_____. Espaços políticos participativos: caminhos e descaminhos da participação social nos Conselhos Municipais em Salvador, Bahia. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – **Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

BOSI, L; GIUGNI, M; UBA, K. The Consequences of Social Movements. In: Bosi L, Giugni M, Uba K, eds. **The Consequences of Social Movements**. Cambridge: Cambridge University Press; 2016.

BOUDREAU, Julie-Anne. Making New Political Spaces: Mobilizing Spatial Imaginaries, Instrumentalizing Spatial Practices, and Strategically Using Spatial Tools. **Environment and Planning A**, vol. 39, no. 11, 2007, pp. 2593–2611.

BRÍGIDO, C. **Constituinte específica para reforma política é contestada por ministros do STF e especialistas**. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/constituente-especifica-para-reforma-politica-contestada-por-ministros-do-stf-especialistas-8800461> >. Acessado em: 25 de agosto de 2019.

BRINCO, R. **Tarifação e gratuidade no transporte público urbano**. *Ind. Econ. FEE*, Porto Alegre, v. 45, n. 2 p. 79-96, 2017.

BUCCI, E. **A forma bruta dos protestos**. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

BURSTEIN, P. Social movements and public policy. In: GIUGNI, M; McADAM D; TILLY, C. **How Social Movements Matter**, (eds.). Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

BURSTEIN, Paul; EINWOHNER, Rachel L; HOLLANDER, Jocelyn A. In: Jenkins JC, Klandermans B, Taylor & Francis, MyiLibrary. **The Politics of Social Protest: Comparative Perspectives on States and Social Movements**. London: Taylor & Francis e-Library; 2005.

CACCIA, L.S. Mobilidade urbana: políticas públicas e apropriação do espaço em cidades brasileiras. 2015. 185 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) **Programa de Pós-graduação em Geografia**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CALDEIRA, T. P. R. Social Movements, Cultural Production, and Protests: São Paulo’s Shifting Political Landscape. **Current Anthropology**, n 56,. S11 2015: S126-136. doi:10.1086/681927.

_____. São Paulo: the city and its protest. In: Ren, X. (Ed.), Keil, R. (Ed.). **The Globalizing Cities Reader**. London: Routledge, 2018, <https://doi.org/10.4324/9781315684871>.

CALDEIRA T.P.R; HOLSTON J. Democracy and Violence in Brazil. **Comparative Studies in Society and History**. 1999; 41:691-729.

CALGARO, F; MOTOMURA, M. **Dilma cobra do Congresso aprovação de 100% dos royalties para educação**. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/06/21/dilma-cobra-do-congresso-aprovacao-de-100-dos-royalties-para-educacao.htm> >. Acessado em: 21 de agosto de 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Sessão extraordinária nº 182 - 25/06/2013**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=507965>>. Acessado em: 25 de maio de 2016.

_____. **Proposta de Emenda à Constituição 90/2011**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=925887&filename=PEC+90/2011>. Acessado em: 13 de setembro de 2019a.

_____. **Sessão deliberativa: Proposta de Emenda à Constituição 90/2011**. Disponível em: < <http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=46855>>. Acessado em: 13 de setembro de 2019b.

CAMPOS, C. **Congresso desperdiça oportunidade de resgatar credibilidade**. Disponível em: < <https://ptnosenado.org.br/congresso-desperdica-oportunidade-de-resgatar-credibilidade-lamenta-viana/> >. Acessado em: 28 de agosto de 2019.

CARDOSO, M. Democracia disjuntiva e cidadania insurgente. **Sociedade e Estado** (UnB. Impresso), v. 30, p. 269-273, 2015.

CAROTHERS, T. The End of the Transition Paradigm. **Journal of Democracy**, vol. 13, no. 1, 2002, pp. 5–21.

CAROTHER, T; YOUNGS, T. The Complexities of Global Protests. **Carnegie Endowment for International Peace**, 2015.

CARVALHO, A. **As mudanças nas regras das eleições municipais de 2018: avanços e retrocessos**. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/as-mudancas-nas-regras-das-eleicoes-municipais-de-2016-avancos-e-retrocessos/>>. Acessado em 20 de novembro de 2019.

CAVALCANTI, V. O. de M; MEDEIROS NETA, O. M.; CAVALCANTI, I. S. S.; NASCIMENTO, B. L. Campos do. A análise de conteúdo com a utilização do software NVivo: a aplicação no campos da Educação Profissional. In: **VIII Encontro Ibérico EDICIC**, 2017, Coimbra. A Ciência Aberta o contributo da Ciência da Informação. Coimbra: UC, 2017. p. 1145-1152.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e de esperança: movimentos sociais na era da internet**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, I. E. Espaços públicos como espaços políticos: o que isso quer dizer? **Revista Geografares**, julho-setembro, 2018a.

_____. Espaço político. **Revista GeoGraphia**, v. 20, n. 42, 2018b.

_____. Os espaços da democracia. Uma contribuição da geografia política ao debate e à análise do mundo contemporâneo. Conferência proferida no "**II Simpósio Mineiro de Geografia/IV Seminário de Pós Graduação em Geografia: geografia e contemporaneidades**", 30/11/ 2016, Programa de Pós Graduação em Geografia do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz Fora.

_____. Política Pública e Conflito No Espaço Urbano. Disputas Da Patrimonialização no Rio de Janeiro. **GEOgraphia**, vol. 18, no. 36, June 2016, doi:10.22409/GEOgraphia2016.v18i36.a13741.

_____. Espaços políticos e novos desafios da relação Estado-sociedade no Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SILVA, C.A.; SANT'ANNA, J. L. MELAZZO, E. S. (Orgs). **A diversidade da geografia brasileira**, Rio de Janeiro: Consequência. 2016. p. 95-112.

_____. O espaço político limites e possibilidades do conceito. In: Castro, I. E. Gomes, P. C. C; Correa, L. (Orgs.) **Olhares geográficos**, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand, 2013.

_____. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 299 p.

_____. Espaços públicos: entre a publicidade e a política. **ALCEU**, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p. 141 a 155, 2004.

CATALÃO, I; MAGRINI, M, G. Insurgência, espaço público e direito à cidade. **Revista da ANPEGE**, v. 13, n. 22, 2017.

CHIRONI, D; FITTIPALDI, R. Social movements and new forms of political organization: po-demos as a hybrid party. Partecipazione e conflitto. **The Open Journal of Sociopolitical Studies** 2017;10(1):275-305. doi:10.1285/i20356609v10i1p275

CHRISTIAN, H. **Senado aprova PEC que torna transporte público direito social**. Disponível em:< <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/senado-aprova-pec-que-torna-transporte-publico-direito-social>>. Acessado em: 11 de setembro de 2019.

CLEMENT, M. Rage against the market: Bristol's Tesco riot. **Race & Class**. Institute of Race Relations,2012, 53(3): 81–90.

CONDE, M, JAZEEL, T. **Kicking off in brazil: manifesting democracy**. Journal of latin american cultural studies. 2013;22(4):437-450. doi:10.1080/13569325.2013.840278.

CORNWALL, A. Introduction: New Democratic Spaces? The Politics and Dynamics of Institutionalised Participation. **IDS Bulletin**, vol. 35, no. 2, 2004, pp. 1–10.

_____. Making spaces, changing spaces: situation participation in development. **IDS Working Papers** 170, October, Brighton, 2002.

COPE, M. Coding qualitative data. In: **Qualitative Research Methods in Human Geography**. 223-233, 2010.

CORNWALL, A; COELHO, V. S. Spaces for change? The politics of participation in new democratic arenas. In: CORNWALL, A. e COELHO, V. S. (Edts) **Spaces for Change? London: Zed Books Ltd. 2007. Pp.1-29**

CURITIBA. **Em Brasília, prefeitos defendem fortalecimento dos municípios.** Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/em-brasilia-prefeitos-defendem-fortalecimento-dos-municipios/49106>>. Acessado em: 01 de setembro de 2019.

D'ALIMONTE, Roberto. Espaço político. In: Bobbio, N. *et al.* **Dicionário de Política.** Brasília: Ed. UnB, 2003.

DAMÉ, L. **Dilma classifica como 'legítimas e democráticas' manifestações pelo país.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/dilma-classifica-como-legitimas-democraticas-manifestacoes-pelo-pais-8720449>>. Acessado em 25 de julho de 2019.

DAMÉ, L; ALENCASTRO, C. **Reforma política: Dilma propõe plebiscito para Constituinte exclusiva.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/reforma-politica-dilma-propoe-plebiscito-para-constituente-exclusiva-8798045>>. Acessado em 25 de agosto de 2019.

_____. **Manifestações de 2013: Governo só cumpriu plenamente um dos 5 pactos 'a favor do Brasil'.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/manifestacoes-de-2013-governo-so-cumpriu-plenamente-um-dos-5-pactos-favor-do-brasil-16376997>>. Acessado em 13 de setembro de 2019.

DELLA PORTA, D. *Where Did the Revolution Go?: Contentious Politics and the Quality of Democracy.* New York, NY: Cambridge University Press; 2016.

_____. Protest, protesters, and protest policing: public discourses in Italy and Germany from 1960s to the 1980s. In: GIUGNI, M; McADAM D; TILLY, C. **How Social Movements Matter**, (eds.). Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

DELLA PORTA, D *et al.* **Movement Parties against Austerity.** Cambridge, UK: Polity Press; 2017.

DUNPHY, R. Beyond nationalism? the anti-austerity social movement in Ireland: between domestic constraints and lessons from abroad. **Journal of civil society.** 2017;13(3):267-283. doi:10.1080/17448689.2017.1355031.

EICHENBERG, F. **França aprova casamento gay; 14º país do mundo e o nono europeu.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/franca-aprova-casamento-gay-14-pais-do-mundo-o-nono-europeu-8191057>>. Acessado em: 03 de outubro de 2019.

ÉPOCA NEGÓCIOS. **Haddad defende municipalização de imposto para baratear ônibus.** Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2013/08/haddad-defende-municipalizacao-de-imposto-para-tarifa.html>>. Acessado em: 12 de setembro de 2019.

EYERMAN, R. Performing opposition or, how social movements move. In: ALEXANDER, J. C; GIESEN, B.; MAST, J. L., **Social performance: Symbolic action, cultural pragmatics, and ritual.** Cambridge: Cambridge University Press, 169-193, 2006.

FAINSTINEIN, S. S. The just city. **International journal of urban sciences.** 2014;18(1):1-18.

FLINT, G. **Governo deve dialogar com manifestantes e 'buscar soluções', diz Temer.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130618_israel_visita_temer_protesto_gf_1_gb>. Acessado em: 23 de setembro de 2019.

FNP. **Pacto Federativo deve ser um dos caminhos para a mobilidade urbana.** Disponível em: < <https://www.fnp.org.br/noticias/item/333-pacto-federativo-deve-ser-um-dos-caminhos-para-a-mobilidade-urbana>>. Acessado em: 12 de setembro de 2019.

FOLHA DE S. PAULO. **Ilustríssima. Compromisso do Brasil com democracia é relativo, diz professor.** Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/10/compromisso-do-brasil-com-democracia-e-relativo-diz-professor.shtml> >. Acessado em: 25 de janeiro de 2019.

FONSECA, A.A.M. Descentralização e estratégias institucionais dos municípios para a captação de recursos: um estudo comparativo entre Feira de Santana, Ilhéus e Vitória da Conquista/Bahia - 1997/2003. 2003. 308 f. Tese (Doutorado) - de **Programa de Pós-graduação em Geografia**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

FOSSÁ, M. I. T. **Das Ruas à Mídia: representação das manifestações sociais.** 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. v. 1. 203p.

FRENZEL, F; BEVERUNGEN, A. Value struggles in the creative city: A People`s Republic of Stokes Croft? **Urban Studies**, 2015. Vol. 52 (6), 1020–1036 p.

GERBAUDO, P. **Populism with no leaders: the rise of 'citizenism' and how to understand it.** Disponível em: < <https://www.opendemocracy.net/en/can-europe-make-it/populism-with-noleaders-rise-of-citizenism-a/>>. Acessado em: 29 de março de 2019.

_____. **The mask and the flag: populism, citizenism and global protest.** Oxford University Press, 2017a.

_____. The indignant citizen: anti-austerity movements in southern europe and the anti-oligarchic reclaiming of citizenship. **Social movement studies**. 2017b;16(1):36-50. doi:10.1080/14742837.2016.1194749

GILLION, DANIEL Q. **The Political Power of Protest Minority Activism and Shifts in Public Policy.** Cambridge University Press. 2013.

GIUGNI, M; M. T. GRASSO. **Street Citizens: Protest Politics and Social Movement Activism in the Age of Globalization.** Cambridge University Press, New York, NY; Cambridge, United Kingdom, 2019.

GIUGNI, Marco. Political Opportunities: From Tilly to Tilly. In: **Schweizerische Zeitschrift für Politikwissenschaft**, 2009, vol. 15, nº 2, p. 361-367.

_____. Social Protest and Policy Change: Ecology, Antinuclear, and Peace Movements in Comparative Perspective. Lanham, MD: **Rowman & Littlefield**; 2004.

_____. How social movements matter: past research, present problems, future developments. In: Marco Giugni, Doug McAdam, and Charles Tilly (Ed.). **How social movements matter.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. p. xiii-xxxiii.

GLEISS, M. S. Discourse, Political Space and the Politics of Citizenship. *Norsk Geografisk Tidsskrift - Norwegian Journal of Geography*, vol. 71, no. 4, 2017, pp. 233–242.

GOHN, M. da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.** 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

GOMES, P.C.C. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GONZÁLEZ, S; VIGAR, G. Community Influence and the Contemporary Local State: Potentials and Contradictions in the Neo-Liberal City.” **City** 12, no. 1 (2008): 64–78. <https://doi.org/10.1080/13604810801933545>.

G1. **Cartazes das manifestações**. Disponível em:< <http://g1.globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes/platb/>>. Acessado em: 08 de junho de 2019.

HAVEY, D. **Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution**. Paperback ed.London; New York: Verso; 2013.

HAYMAN, R. The Complexity of Aid: Government Strategies, Donor Agendas and the Coordination of Development Assistance in Rwanda, 1994-2004, 2006, pp. PQDT - **UK & Ireland**.

_____. Rwanda: Milking the Cow. Creating Policy Space in Spite of Aid Dependence. In: L. Whitfield (ed.) **The Politics of Aid: African Strategies for Dealing with Donors**, 2008, pp. 165–84. Oxford: Oxford University Press.

HERBERT, S. The "Battle of Seattle" Revisited: Or, Seven Views of a Protest-Zoning State. **Political Geography**, vol. 26, no. 5, 2007, pp. 601-619.

HOLSTON, J. “Come to the street!”: urban protest, brazil 2013. **Anthropological quarterly**. 2014;87(3):887-900. doi:10.1353/anq.2014.0047.

_____. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

HOLSTON J; APPADURAI A. **Cities and Citizenship**. Public Culture. 1996; 8:187-204.

INNERARITY, D. **A política em tempos de indignação**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017. 304 p.

IPSOS. **Strong International Support (73%) Among Developed Nations for Legal Recognition of Same-Sex Couples**: Majorities in All 16 Countries Support Recognition. Disponível em:< <https://www.ipsos.com/en-us/strong-international-support-73-among-developed-nations-legal-recognition-same-sex-couples> >. Acessado em: 03 de outubro de 2019.

IZAGUIRRE, M. **Dilma sanciona projeto que define organização criminosa**. Disponível em:< <https://valor.globo.com/politica/noticia/2013/08/06/dilma-sanciona-projeto-que-define-organizacao-criminosa.ghtml> >. Acessado em: 04 de novembro de 2019.

JACOBS, T. **The impressive potency of political protests**. Disponível: <<https://psmag.com/news/the-impressive-potency-of-political-protests>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2019.

JASPER, J. M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

JESUS, Ronaldo Pereira de. A Revolta do Vintém e a crise da Monarquia. **História Social** (Campinas), v. 12, p. 73-89, 2006.

JOHNSTON, H.; SEFERIADES, S. 'The Greek December, 2008', In: **Violent Protest, Contentious Politics, and the Neoliberal State**, eds S. Seferiades & H. Johnston, Ashgate, Surrey, pp. 149-156, 2012.

KARAMPAMPAS, SOTIRIOS. **Cycles of Protest and the Rise of the Extremes: Political Violence in Greece in the Era of the Economic Crisis**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/331529112_Cycles_of_Protest_and_the_Rise_of_the_Extremes_Political_Violence_in_Greece_in_the_Era_of_the_Economic_Crisis>. Acessado em: 31 de outubro de 2019.

KARYOTIS, G; RUDIG, W. The three waves of anti-austerity protest in Greece, 2010-2015. **Political studies review**. 2018;16(2):158-169. doi:10.1177/1478929916685728

KIRBY, A. Tiempo, espacio y acción colectiva: espacio político/ geografía política. **Documents d'Análisi Geogràfica**, v.15, p.67-88, 1989.

KITSCHOLT, H. P. Political Opportunity Structures and Political Protest: Anti-Nuclear Movements in Four Democracies. **British Journal of Political Science**. 1986; 16:57-85.

KRAUSHAAR, L. H. La construcción del espacio político local. El caso de los consejeros regionales de la x region de los lagos.2004. Dissertação (mestrado em Antropologia e Desenvolvimento) – **Departamento de Antropología, Facultad de Ciencias-Sociales**, Universidad de Chile, Santiago, 2004.

KUYMULU, M. BARIŞ. Reclaiming the right to the city: reflections on the urban uprisings in turkey. **City**. 2013;17(3):274-278. doi:10.1080/13604813.2013.815450.

LEE, N. How is a political public space made? - The birth of Tiananmen Square and the May Fourth Movement. **Political Geography**, v. 28, n. 1, pp. 32–43, 2009.

LEITNER, H; SHEPPARD, E; SZIARTO, K. M. The Spatialities of Contentious Politics. **Transactions of the Institute of British Geographers** 33, no. 2, 2008: 157–72. <https://doi.org/10.1111/j.1475-5661.2008.00293.x>.

LÉVY, J. **Parle Politique**. Espaces Temps.net. 2002. Disponível em:<<http://www.espacestems.net/document350.html>>. Acessado em: 22 de setembro de 2012.

LILLA, M. **A esquerda gosta de resistir, não de governar, porque tem uma visão teatral da política**. Disponível em:< <https://epoca.globo.com/mark-lilla-esquerda-gosta-de-resistir-nao-de-governar-porque-tem-uma-visao-teatral-da-politica-23272249>>. Acessado em: 02 de dezembro de 2018.

LIMA, P. **Senado aprova classificação de corrupção como crime hediondo**. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/06/26/senado-aprova-classificacao-de-corrupcao-como-crime-hediondo> >. Acessado em: 27 de agosto de 2019a.

_____. **Senado aprova urgência para projeto da Lei Anticorrupção**. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/07/03/senado-aprova-urgencia-para-projeto-da-lei-anticorrupcao> >. Acessado em: 28 de agosto de 2019b.

LIMA, L; BORGES, P. **A governadores e prefeitos, Dilma propõe ‘cinco pactos em favor do Brasil**. Disponível em:< <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-06-24/a->

governadores-e-prefeitos-dilma-propoe-cinco-pactos-em-favor-do-brasil.html >. Acessado em: 27 de setembro de 2019.

LÓPEZ, M.A.M; SAN JUAN, E.D. **Social and political impacts of the 15M Movement in Spain**. Disponível em:<<http://www.miguelangelmartinez.net/?Social-and-political-impacts-of>>. Acessado em 31 de outubro de 2019.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACEDO, D. PEDUZZI, P. **Encerrada reunião entre Dilma e Cardozo**. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-21/encerrada-reuniao-entre-dilma-e-cardozo>>. Acessado em: 27 de agosto de 2019.

MACEDO, I. **Comissão mista deve votar na quinta proposta que tipifica crime de terrorismo**. Disponível em:< <https://www.camara.leg.br/noticias/407613-comissao-mista-deve-votar-na-quinta-proposta-que-tipifica-crime-de-terrorismo/> >. Acessado em: 24 de setembro de 2019.

MACHADO FILHO, G.F. Dos Espaços da sociabilidade aos espaços da ação política: transfiguração de ruas e praças em espaços políticos. **Geografares**, vol. 26, no. 26, 2018, pp. 214–234.

_____. Espaços da política: a relação entre o espaço político das Assembleias e o espaço político das ruas no contexto das manifestações políticas brasileiras contemporâneas. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) **Programa de Pós-graduação em Geografia**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MACHADO FILHO, G.F. BORGES, S. Quando a rua se transforma em espaço político: espaços políticos abertos e suas conexões com os espaços políticos institucionais. In: XII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2017, Porto Alegre. **Anais do XII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**, 2017. p. 9129.

MACIEL, C. **Protestos são importantes, mas não se sabe em que vão resultar, dizem pesquisadores**. Disponível em: <<https://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/movimento-de-protesto-e-importante-mas-nao-se-sabe-em-que-vai-resultar-dizem>>. Acessado em 24 de janeiro de 2020.

MAGNUSSON, W. **The Search for Political Space: Globalization, Social Movements, and the Urban Political Experience** (University of Toronto Press, Toronto), 1996.

MARTIN, D. G; MILLER, B. Space and contentious politics. **Mobilization: An International Journal** 8(2): 143-156.

MARTIN, D. G. (2003) “Place-Framing” as Place-Making: Constituting a Neighborhood for Organizing and Activism, **Annals of the Association of American Geographers**, 93:3, 730-750, DOI: 10.1111/1467-8306.9303011.

MCADAM, D. The Civil Rights Movement. In: Leal, David L., Taeku Lee, and Mark Q. Sawyer. **The Oxford Handbook of Racial and Ethnic Politics in the United States**. Oxford: Oxford University Press, 2014. Print.

MCADAM, D; TARROW, S; TILLY, C. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MCADAM, D; Y, SU. The War at Home: Antiwar Protests and Congressional Voting, 1965 to 1973. **American Sociological Review**, vol. 67, no. 5, 2002, pp. 696–721.

MCADAM, D; MCCARTHY, JD; ZALD, MN. (Eds). **Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings** Cambridge Studies in Comparative Politics (Cambridge University Press, Cambridge), 1996.

MCADAM, D; TARROW, S; TILLY, C. Para mapear o confronto. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 11-48, 2009.

MEKARI, D. **Pressão popular conquista aprovação dos royalties do petróleo para a educação**. Disponível em: < <https://portal.aprendiz.uol.com.br/arquivo/2013/06/27/pressao-popular-conquista-aprovacao-dos-royalties-do-petroleo-para-a-educacao/> >. Acessado em: 12 de setembro de 2019.

MELINA, L. RUSKAI. Being the Change: Protest as Performative Discourse in the Occupy Portland Encampment. **Global Discourse** 4, no. 2–3, 2014: 308–22. <https://doi.org/10.1080/23269995.2014.903719>.

MELUCCI, A. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MENDES, P. **Dilma considera manifestações 'legítimas', diz ministra**. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-considera-manifestacoes-legitimas-afirma-ministra.html> >. Acessado em: 25 de julho de 2019.

MENEZES, C. **Protestar contra tudo é o mesmo que protestar contra nada**. Disponível em: < <http://www.socialistamorena.com.br/protestar-contratudo-e-o-mesmo-que-protestar-contranada/> >. Acessado em 21 de setembro de 2019.

MEYER D. S; TARROW S. **The Social Movement Society: Contentious Politics for a New Century**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers; 1997.

MEYER, DAVID S. **The Politics of Protest: Social Movements in America**. New York: Oxford University Press, 2007.

MILES, MATTHEW B; A. M. HUBERMAN. **Qualitative Data Analysis: An Expanded Sourcebook**. Sage Publications, Thousand Oaks, 1994.

MILLER B.A. **Geography and social movements: comparing antinuclear activism in the Boston area**. Minneapolis: University of Minnesota Press; 2000;12.

MIRAFATAB, F; S. WILLS. Insurgency and Spaces of Active Citizenship: The Story of Western Cape Anti-Eviction Campaign in South Africa. **Journal of Planning Education and Research**, vol. 25, no. 2, 2005, pp. 200–217.

MÜLLER, TANJA R. Post-liberation politics and political space in Eritrea: Interrogating Aspirations among educated youth. **The Journal of Development Studies**, vol. 54, no. 6, 2018, pp. 968–982.

MULLIS, D. et al. Social Protest and Its Policing in the ‘Heart of the European Crisis Regime’: The Case of Blockupy in Frankfurt, Germany. **Political Geography**, vol. 55, 2016, pp. 50–59., doi:10.1016/j.polgeo.2016.07.001.

MURATORI, M. **Paulo Guedes coloca pacto federativo como meta para segundo semestre de 2019.** Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/09/23/interna_politica,1087451/paulo-guedes-coloca-pacto-federativo-como-meta-para-segundo-semester.shtml>. Acessado em: 24 de setembro de 2019.

NICHOLLS, Walter. J. The Geographies of Social Movements. **Geography Compass**, vol. 1, no. 3, 2007, pp. 607–622., doi:10.1111/j.1749-8198.2007.00014.x.

NOBRE, M. **Junho, ano V: as eleições, o sistema político e a negação da realidade.** Piauí. 141, ano 12, junho, 2018

NOGUEIRA, M. A. **As ruas e a democracia.** Brasília. Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

_____. **O ano que não terminou.** In: O Estado de S. Paulo. 28 de dezembro de 2013. Disponível em: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-ano-que-nao-terminou-imp,1113012>>. Acessado em: 16 de fevereiro de 2020.

NOVY, J; COLOMB, C. Struggling for the Right to the (Creative) City in Berlin and Hamburg: New Urban Social Movements, New ‘Spaces of Hope’? **International Journal of Urban and Regional Research**. 2013; 37:1816-1838.

ODILLA, F; GUERREIRO, G. **Vitrines da "agenda positiva" do Congresso estão no papel.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1307596-vitrines-da-agenda-positiva-do-congresso-estao-no-papel.shtml>>. Acessado em: 10 de agosto de 2019.

O ESTADO DE S. PAULO. **Manifestações foram realizadas em 388 cidades.** Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-foram-realizadas-em-388-cidades,1045216>>. Acessado em 13 de dezembro de 2018.

_____. **Prefeitos pedem a Bolsonaro que discurso 'mais Brasil, menos Brasília' vire prática de governo.** Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,prefeitos-pedem-a-bolsonaro-que-discurso-mais-brasil-menos-brasilia-vire-pratica-de-governo,70002623808>>. Acessado em: 13 de setembro de 2019b.

O GLOBO. **Após protestos, Macron recua e congela aumento de combustíveis e luz.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/apos-protestos-macron-recua-congela-aumento-de-combustiveis-luz-23279195>>. Acessado em: 03 de outubro de 2019.

OLIVEIRA, J.C. **Comissão aprova criação de conselho para combater corrupção.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/439280-comissao-aprova-criacao-de-conselho-para-combater-corrupcao/>>. Acessado em: 03 de setembro de 2019.

OLIVEIRA, F. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: Oliveira, Francisco de e Rizek, Cibele Saliba (ORGs.) **A era da indeterminação.** São Paulo, Boitempo Editorial, 2007, p. 15-45.

ORTELLADO, P. *at al.* **Vinte centavos: a luta contra o aumento.** 1. ed. São Paulo: Veneta, 2013. 240 p.

PARKINSON, J.R. **Democracy and Public Space: the physical sites of democratic performance.** Oxford: Oxford University Press, 2012.

PIOVESAN, E; SIQUEIRA, C. **Câmara aprova PEC do Voto Aberto em 2º turno; texto segue para o Senado.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/413653-camara-aprova-pec-do-voto-aberto-em-2o-turno-texto-segue-para-o-senado/>>. Acessado em: 03 de setembro de 2019.

PIRRO, A.L.P. Ballots and barricades enhanced: far-right ‘movement parties’ and movement-electoral interactions. **Nations and nationalism**. 2019;25(3):782-802. doi:10.1111/nana.12483.

PSDB. **Nota oficial do partido.** Disponível em: <<http://www.psdb.org.br/acompanhe/nota-oficial-do-partido/>>. Acessado em: 15 de julho de 2019.

PURDY, S. Brazil’s June Days of 2013: Mass Protest, Class, and the Left. **Latin American Perspectives** 46, no. 4 (July 2019): 15–36. doi:10.1177/0094582X17699905.

RAMOS H, RODGERS K. *Protest and Politics: The Promise of Social Movement Societies.* Vancouver & Toronto [Ontario] [British Columbia]: **UBC Press**; 2015.

RANCIÈRE, J. CORCORAN, S. **Hatred of Democracy.** London;New York;: Verso; 2014.

RIPHAGEN, W; WOLTERING, R A. F. L. Tales of a Square: The Production and Transformation of Political Space in the Egyptian (Counter)Revolution. **Arab Studies Quarterly**, vol. 40, no. 2, 2018, pp. 117-133.

ROCHON, T. R; D. A. MAZMANIAN. Social Movements and the Policy Process. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, vol. 528, no. 1, 1993, pp. 75–87., doi:10.1177/0002716293528001006.

ROMANO, R. **Demofobia em marcha.** Disponível em:<<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,demofobia-em-marcha-imp-,1048604>>. Acessado em 02 de junho de 2017.

ROMERO, S. **Bus-Fare Protests Hit Brazil’s Two Biggest Cities.** Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2013/06/14/world/americas/bus-fare-protests-hit-brazils-two-biggest-cities.html>>. Acessado em: 11 de dezembro de 2018.

ROOTES, CHRISTOPHER; NULMAN, EUGENE. The Impacts of Environmental Movements. In: Della Porta D, Diani M. **The Oxford Handbook of Social Movements.** Oxford: Oxford University Press; 2015.

ROSANVALLON, P. **Democratic Legitimacy: Impartiality, Reflexivity, Proximity.** Princeton: Princeton University Press; 2011.

_____. **La légitimité démocratique: impartialité, réflexivité, proximité.** Paris: Éditions du Seuil, 2008.

_____. **“Há uma revolução interna no capitalismo”.** Revista IHU, 2019.

ROUTLEDGE, Paul. **Space Invaders: Radical Geographies of Protest,** 2017.

_____. Geography and Social Movements. In: Della Porta D, Diani M. **The Oxford Handbook of Social Movements.** Oxford: Oxford University Press; 2015.

RÜDIG, W; KARYOTIS, G. Who Protests in Greece? Mass Opposition to Austerity. **British Journal of Political Science.** 2014; 44 (3): 487–513.

SAAD-FILHO, A. Mass Protests under ‘Left Neoliberalism’: Brazil, June-July 2013. **Critical Sociology**, vol. 39, no. 5, Sept. 2013, pp. 657–669, doi:10.1177/0896920513501906.

SAMPAIO, C. “As benditas vozes das ruas”. Disponível em: <<http://www.psd.org.br/acompanhe/artigos/as-benditas-vozes-das-ruas-por-carlos-sampaio/>>. Acessado em: 28 de agosto de 2019.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Cad. CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, Aug. 2014

SCHRAMM, L.D. O desprezo da política eleitoral: crise da representação e legitimidade contra-democrática na obra de Pierre Rosanvallon. **Revista Debates**, v. 10, p. 107-129, 2016.

SEABRA, C.; GUERREIRO, G. **Congresso prepara agenda positiva para responder às manifestações**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1299518-congresso-prepara-agenda-positiva-para-responder-as-manifestacoes.shtml>>. Acessado em: 10 de agosto de 2019.

SERPA, A. S. P. Espacialidade do corpo e ativismos sociais na cidade contemporânea. **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 12, p. 23-30, 2013.

_____. **Lugar e mídia**. São Paulo: Contexto, 2011.

SHORT, JOHN R. **An introduction to political geography**. Routledge, London: New York, 1993.

SILVA, R. H. A; ZIVIANI, P. 'Temporalidades emaranhadas': desafios metodológicos dos riscos dos protestos na rede de 2013 no Brasil. **Revista crítica de ciências sociais**, v. 117, p. 27-46, 2018.

SEWELL, W. H. Space in contentious politics. In R. Aminzade, D. McAdam, E. Perry, W. H. Sewell, S. Tarrow, & C. Tilly (Eds.), **Silence and voice in the study of contentious politics** (pp. 51e88). Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

SOUZA, Y. **Comissão do Senado aprova desoneração de transporte público**. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/politica/3174120/comissao-do-senado-aprova-desoneracao-de-transporte-publico>>. Acessado em: 10 de maio de 2019a.

_____. **Terrorismo terá pena de 15 a 30 anos, aprova comissão do Congresso**. Disponível em:<www.valor.com.br/politica/3354646/terrorismo-tera-pena-de-15-30-anos-aprova-comissao-do-congresso>. Acessado em: 24 de setembro de 2019b.

SOUZA, A DE; PEREIRA P.C; DAMÉ, L. **Após reunião, MPL diz que Presidência é despreparada**. Disponível em:< <https://oglobo.globo.com/brasil/apos-reuniao-mpl-diz-que-presidencia-despreparada-8796582>>. Acessado em: 27 de agosto de 2019.

TARROW, Sidney. Contentious politics. In: Della Porta D, Diani M. **The Oxford Handbook of Social Movements**. Oxford: Oxford University Press; 2015.

_____. Charles Tilly and the Practice of Contentious Politics: From France to England. **Histoire@Politique**, vol. 10, no. 1, 2010, pp. 8-8.

_____. Charles Tilly and the Practice of Contentious Politics. **Social Movement Studies**, vol. 7, no. 3, 2008, pp. 225–246.

_____. **Power in movement: social movements and contentious politics.** Cambridge: University Press, 2011.

_____. **Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TERRA. **Presidente da Câmara antecipa retorno da Rússia por manifestações.** Disponível em: < <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/presidente-da-camara-antecipa-retorno-da-russia-por-manifestacoes,e6ca0e154df5f310VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html> >. Acessado em: 10 de agosto de 2019.

TONKISS, F. **Space, the city and social theory.** Cambridge: Polity, 2005.

TORMEY, S. **The Contemporary Crisis of Representative Democracy.** Papers on Parliament no. 66. Disponível em: < https://www.aph.gov.au/About_Parliament/Senate/Powers_practice_n_procedures/pops/Papers_on_Parliament_66/The_Contemporary_Crisis_of_Representative_Democracy>. Acessado em 28 de janeiro de 2019.

_____. **The End of Representative Politics.** Malden, MA: Polity Press; 2015.

TRAUGOTT, M. Barricades as repertoires: continuities and discontinuities in the history of French contention. In: TRAUGOTT, M. **Repertoires and cycles of collective action.** Durham, NC: Duke University Press, 1995. 250 p.

TILLY, C; TARROW, S. **Contentious politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

TILLY, C. **Contentious Performances.** Cambridge; New York; Cambridge University Press; 2008.

_____. Contentious Politics and Social Change. **African Studies**, vol. 56, no. 1, 1997, pp. 51–65.

_____. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, M. **Repertoires and cycles of collective action.** Durham, NC: Duke University Press, 1995, p.15-42.

_____. “Social Movements as Historically Specific Clusters of Political Performances.” **Berkeley Journal of Sociology** 38 (1993): 1–30.

VAN de WALLE, N. Africa's Range of Regimes. (Elections without Democracy). **Journal of Democracy**, vol. 13, no. 2, 2002, pp. 66–80.

VIANA, N. Movimentos sociais e espaço urbano. **Revista de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 22 (2016) jul./dez., pp. 1-159.

VILLEMILLOT, F. **Who are the 'gilets jaunes' (Yellow Vest) protesters?** Disponível em: < <https://www.france24.com/en/20181205-france-yellow-vest-protests-society-economy-inequality-standard-living-riot-paris> >. Acessado em: 03 de outubro de 2019.

WASSERSTROM, J.N. **May Fourth, the Day That Changed China.** **The New York Times:** Opinion. Disponível em:<<https://www.nytimes.com/2019/05/03/opinion/china-may-fourth-movement-protests-1919-wusi.html>>. Acessado em 30 de dezembro de 2019.

WELDON, L. **When Protest Makes Policy**: How Social Movements Represent Disadvantaged Groups. Ann Arbor: University of Michigan Press; 2011.

YOUNG, I. M. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University Press; 2000.

ZAMBELI, F. **Haddad pressiona Senado por projeto que reduz tarifa de ônibus**. Disponível em:< <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1297106-haddad-pressiona-senado-por-projeto-que-reduz-tarifa-de-onibus.shtml?mobile> >. Acessado em: 10 de maio de 2019.